

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE RIO CLARO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FRANÇOISE WILHELM FONTENELE E VASCONCELOS PACHECO

**A INSERÇÃO SOCIAL DO BANCO DOS COCAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
DO ARRAIAL - PI**



RIO CLARO - SP

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

CAMPUS DE RIO CLARO

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FRANÇOISE WILHELM FONTENELE E VASCONCELOS PACHECO

**A INSERÇÃO SOCIAL DO BANCO DOS COCAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
DO ARRAIAL - PI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Rio Claro (SP), como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração: Dinâmicas e Processos no Espaço Rural e Urbano.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Ana Claudia Giannini Borges.

RIO CLARO - SP

2016

910.9 Pacheco, Françoise Wilhelm Fontenele e Vasconcelos
P116i A inserção social do banco dos cocaís no município de
São João do Arraial - PI / Françoise Wilhelm Fontenele e
Vasconcelos Pacheco. - Rio Claro, 2016
300 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientadora: Ana Claudia Giannini Borges

1. Geografia econômica. 2. Bancos comunitários. 3.
Economia solidária. 4. Moeda social. 5. Exclusão financeira.
6. Representação social. 7. Construção territorial. I. Título.

FRANÇOISE WILHELM FONTENELE E VASCONCELOS PACHECO

**A INSERÇÃO SOCIAL DO BANCO DOS COCAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO
DO ARRAIAL - PI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus de Rio Claro (SP), como requisito à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração: Dinâmicas e Processos no Espaço Rural e Urbano.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Ana Claudia Giannini Borges.

Rio Claro, 19 de fevereiro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Ana Claudia Giannini Borges
Orientadora – UNESP - Jaboticabal

Prof^a. Dra. Ana Cláudia Fernandes Terence
UNESP – Araraquara

Prof^a. Dra. Ana Paula Leivar Brancaloni
UNESP – Jaboticabal

Prof^o. Dr. José Gilberto de Souza
UNESP – Rio Claro

Prof^a. Dra. Vera Mariza Henriques de Miranda Costa
UNIARA - Araraquara

À minha mãe Olinda, pelo exemplo de força e presença constante nas
minhas lutas.

Ao meu esposo Rodrigo e meu pequeno João Guilherme, apoiadores
carinhosos, nestes quatro anos de comunhão deste objetivo.

Aos meus irmãos, partes do meu coração, por toda a preocupação e medo
compartilhados, nestes anos.

Ao povo sofrido do meu país, que tem pouco acesso ao básico para a
dignidade humana e ainda assim, acredita no ser humano como a solução para
as mazelas do mundo.

AGRADECIMENTOS

Antístenes, filósofo grego, já dizia: “A gratidão é a memória do coração.” E o meu coração está repleto de memórias, as quais relembro com minha eterna gratidão...

Nesta trajetória de construção do meu “território do conhecimento geográfico”, as somas das forças nas relações tecidas em prol desse objetivo, me ajudaram a construí-lo; por isso, minha gratidão:

A Deus... sem ele não há vida, não há força, não há território a ser construído!

À minha orientadora, Prof^a Dra. Ana Cláudia Giannini Borges, que me acolheu, ensinou-me o que é pesquisar, e pacientemente, corrigiu-me sem nunca perder a ternura.

Ao Professor Dr. José Gilberto de Souza, que me mostrou alternativas quando pensei que não havia saída.

Aos professores da minha banca de qualificação e defesa, que se dispuseram a ler as páginas desta pesquisa e compartilharam as suas impressões, ideias e sugestões.

A todo o corpo funcional da Unesp – Rio Claro, professores e funcionários, que me acolheram reduzindo os meus medos.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), na pessoa dos amigos Fabrício Carvalho, Chefe do Departamento de Gestão e Negócios; e Jurandi Oliveria, Chefe do Departamento de Informação, Ambiente e Saúde, pelo incentivo e apoio dados nesta jornada; ao Prof. Daniel Veras, um amigo indispensável na confecção dos mapas deste trabalho; e ao saudoso Prof. Me. Geraldo José de Oliveira (*in memoriam*), pelas primeiras recomendações estatísticas recebidas, ainda no planejamento da pesquisa.

Aos Professores Alyne Maria, Sammya Chaves, Márcia Regina e Francisco Gomes, pelos muitos aportes teóricos que abrandaram as minhas incertezas.

À pesquisadora Clarissa Santos, pelas correções da ABNT, que seguiram pelas madrugadas.

À Professora Lya Raquel dos Santos, Coordenadora do Curso de Estatística da Universidade Federal do Piauí (UFPI), pelo pronto atendimento quando a procurei; e ao aluno Sérgio Filatoff Neto, companheiro na estruturação estatística e nos ensinamentos construídos.

Ao Secretário de Desenvolvimento Rural do Estado do Piauí e também idealizador do Banco dos Cocais, Sr. Francisco Limma, pelas entrevistas e conversas concedidas sempre que o procurei na Secretaria de Desenvolvimento Rural do Piauí.

Às amigas, Socorro Limma e à sua família, que nos acolheram em sua residência durante as visitas ao município de São João do Arraial, com carinho e prestatividade; e à Viviane Santana, pelas primeiras informações sobre o município e as indicações das pessoas-chave na construção da história do município.

Ao Sr. Mauro Rodrigues, gerente do Banco dos Cocais em São João do Arraial, por me receber nas visitas ao banco e fornecer informações indispensáveis para este trabalho.

Às Sras. Rosa Lima pelas informações fornecidas à cerca do Centro Cocais, e Aline Alencar, pelas informações dadas sobre a implantação do Banco dos Cocais no município.

Aos entrevistados, Sr. Manoel Rodrigues, Sr. João Nuca, Sra. Maria Limma, Sra. Cesarina, que ajudaram a contar a história do município, presente neste trabalho.

Aos parceiros e amigos que fiz em São João do Arraial, Irismara da Silva, Mauro Lima, Railson Teles, Antônio Carlos e Francisco Pereira, que foram pessoas fundamentais na aplicação dos formulários da pesquisa.

Aos meus queridos e incansáveis Rodrigo Braga, Olinda Guilherme, Iranleide Fernandes Vieira e Alberto Tavares pela companhia e auxílio durante as pesquisas de campo em São João do Arraial, e as viagens de orientação a São Paulo; sem vocês eu não teria forças suficientes.

À população de São João do Arraial, que nos abraçou durante estes anos de visitas e coleta de dados.

Aos meus amigos que acompanharam, mesmo de longe, quanto eu caminhei pra chegar até aqui.

Ao meu filho, João Guilherme, pelos afagos recebidos nas horas de cansaço.

A todos, a minha gratidão por cada ação direta ou indireta que me ajudou a chegar até aqui.

RESUMO

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são uma alternativa para a exclusão financeira, além de funcionarem como agentes impulsionadores do crescimento de pequenos territórios, quando devidamente configurados e entendidos dentro da perspectiva da Economia Solidária. No Brasil, a exclusão financeira ainda esta presente na forma de “sub bancarização”, principalmente nos pequenos municípios. Entre os prejuízos dessa, a falta de acesso ao crédito e aos demais serviços financeiros, provoca muitas vezes uma migração da renda dos municípios desprovidos desses serviços para outros, que os possuam. Isso provoca a diminuição da circulação de dinheiro nos municípios “sub bancarizados” e compromete o comércio local. O município de São João do Arraial-PI tem em 2007 a implantação do Banco Comunitário dos Cocais, uma ação mediada pela ação política local e apoiada pela maioria da população. A atuação do Banco no município proporcionou ganhos relativos ao alcance de serviços financeiros e acesso ao crédito solidário de “consumo”, por meio da moeda social “Cocal”, possibilitando maior circulação do dinheiro no município. Assim, este trabalho objetiva identificar as representações sociais construídas pela população e representantes de empreendimentos locais de São João do Arraial-PI, acerca da atuação do Banco dos Cocais no município, bem como a inserção deste por meio da moeda social “Cocal”. Para tal, fez-se pesquisa analítica-descritiva, utilizando-se de formulários, com os quais entrevistou-se 99 representantes de empreendimentos locais e 326 sujeitos constituintes da população. Para o estudo das representações sociais utilizou-se da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e da estatística com o auxílio do programa *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS. A construção territorial do município foi realizada por meio de pesquisa em documentos e entrevistas com moradores antigos. O trabalho mostrou que o Banco dos Cocais tem sua representação social fortemente ancorada na imagem de um correspondente bancário, muitas vezes sendo solicitado a agir como tal. A figura do Banco está mais representada na expectativa de benefícios individuais, em detrimento dos coletivos, o que prejudica a construção do território solidário. Este, por sua vez, ocupa uma dimensão espacial efetiva, em termos numéricos, mas ainda insuficiente em termos qualitativos, no sentido da compreensão do ideal de um Banco Comunitário.

Palavras-chave: Economia Solidária. Bancos Comunitários. Exclusão Financeira. Moeda Social.

ABSTRACT

The development of community banks are an alternative to financial exclusion fleeing the bank traditional model of the National Financial System (SFN), boosters and agents growth of small territories, when properly configured and understood from the perspective of Solidarity Economy. In Brazil, financial exclusion is still present in the form of "sub banking", especially in small municipalities. Among the losses that the lack of access to credit and other financial services, often causes a migration of the income of municipalities deprived of financial institutions for others that have, causing poor circulation of money in the city and committing local businesses . The municipality of São João do Arraial-PI has in 2007 the implementation of the Community Bank of Cocaís, an action mediated by the local political action and supported by the majority of the population. The activities of the Bank in the city provided gains for the achievement of financial services and access to mutual credit, offered in form of "consumption" through social currency "Cocal", allowing greater circulation of money in the city. This work identified the social representations built by the population and representatives of local enterprises of São João do Arraial-PI, about the role of the Bank of Cocaís in the municipality as well as the insertion of this through social currency "Cocal". The research is analytical and descriptive, and used forms, with whom was interviewed 99 representatives of local enterprises and 326 subjects constituents of the population. For the study of social representations we used content analysis (Bardin, 2011) and statistics with the help of Statistical Package for Social Sciences - SPSS. The territorial construction of the city was carried out through research on documents and interviews with former residents. The work showed that the Bank of Cocaís has its strongly anchored social representation in the image of a correspondent bank, often being asked to act like it. The figure of the Bank is more represented in anticipation of individual benefits, the collectives. The social currency is accepted by all municipal trader, and only 7 people in the population do not use it. Thus having a penetration of 100% in the municipality, but keeping restrictions on its use, by some.

Keywords: Solidarity Economy. Community banks. Financial exclusion. Social currency.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bairros, povoados e localidades e assentamento do município de São João do Arraial-PI, 2015.	32
Figura 2 – O processo de formação do território de São João do Arraial-PI.	36
Figura 3 – Vista da casa e comércio do Sr. Francisco Miguel em São João do Arraial-PI.	42
Figura 4 – Vista da frente da casa do Sr. Francisco Miguel, em São João do Arraial-PI, onde funcionava o comércio, construção de 1946.	44
Figura 5 – Terreno em frente à casa do Sr. Francisco Miguel, um antigo cemitério de crianças, 2014.	44
Figura 6 – Capela São João Batista, construída pela Sra. Raimunda ao lado do terreno doado por ela para construção do campo de futebol (Taboca), 1997.	45
Figura 7 – Área onde funcionava o campo de futebol da “Taboca”, onde depois foi construída a Igreja São João Batista em São João do Arraial-PI, 2014.	48
Figura 8 – Ata de eleição de Plebiscito do povoado Arraial em busca da cidade de São João do Arraial, 1993.	49
Figura 9 – Avenida Vicente Augusto em São João do Arraial, 1997.	52
Figura 10 – Avenida Vicente Augusto em São João do Arraial, 2014.	54
Figura 11 – Prefeitura Municipal de São João do Arraial, 1997.	55
Figura 12 – Prefeitura Municipal de São João do Arraial, 2014.	55
Figura 13 – Presença de Comércio no Centro do Município de São João do Arraial, 1997. ...	56
Figura 14 – Comércio no centro do Município de São João do Arraial, 2014.	56
Figura 15 – Primeiro colégio de São João do Arraial, 1997.	57
Figura 16 – Escola Família Agrícola (EFA) Cocaís em São João do Arraial, 2014.	57
Figura 17 – Imagens do X Festival Cultural dos Cocaís, em São João do Arraial, em 2014. ...	58
Figura 18 – Divisão política da Capitania de São José do Piauí (século XVIII) e divisão política do Estado do Piauí São (século XXI)	59
Figura 19 – Localização geográfica do município de São João do Arraial-PI, 2010.	65
Figura 20 – Classificação Climática de Köppen para o Estado do Piauí, 2004.	69
Figura 21 – Esboço geológico da área do município de São João do Arraial, 2004.	71
Figura 22 – Tipos de solos no município de São João do Arraial.	72

Figura 23 – Pirâmide etária de São João do Arraial-PI - distribuição por sexo, segundo os grupos de idade, nos anos de 2000 e 2010.	73
Figura 24 – Território de desenvolvimento do estado e áreas de demanda para ações de reforma agrária, no ano de 2005.....	75
Figura 25 – Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Piauí, no ano de 2009.....	87
Figura 26 – Mercado Financeiro.	88
Figura 27 – Mercado de Crédito.....	94
Figura 28 – Instituições Financeiras Bancárias.	95
Figura 29 – Instituições Financeiras de Natureza Especial.	97
Figura 30 – Conceito de finanças solidárias, microfinanças, microcrédito e microcrédito produtivo orientado.....	99
Figura 31 – O que fazem os BCDs.	116
Figura 32 – Moeda Social Mumbuca.	138
Figura 33 – Quantidade de Bancos Comunitários, por Unidade Federativa, no ano de 2014.	141
Figura 34 – Projeto Cidade Digital, curso de informática, em São João do Arraial-PI, 2009.	144
Figura 35 – Escola Família Agrícola (EFA) Cocais, São João do Arraial, 2011.	152
Figura 36 – Projeto Escola Local Organizada (ELO), alimentos produzidos com o mesocarpo do babaçu, em São João do Piauí, 2006.	152
Figura 37 – Projeto Escola Local Organizada (ELO), alimentos produzidos com o mesocarpo do babaçu, em São João do Piauí, 2006.	153
Figura 38 – Banco dos Cocais no dia da inauguração, em dezembro de 2007.	156
Figura 39 – Prefeito Francisco Limma ladeado por moradores no dia da inauguração do Banco dos Cocais, em dezembro de 2007.	157
Figura 40 – Movimento mensal do Banco dos Cocais – dez/2007 a out/2008.	157
Figura 41 – Reportagem sobre assaltos à agência dos Correios de São João do Arraial em 2014.	159
Figura 42 – Vista interna do Banco dos Cocais, em 2013.....	160
Figura 43 – Cédula de C\$1 Cocal – frente.	162
Figura 44 – Cédula de C\$1 cocal – verso.....	163
Figura 45 – Panfleto de divulgação da Moeda Social, 2007.	163
Figura 46 – Placa de identificação do comércio que aceitava a moeda, 2007	164

Figura 47 – Desenvolvimento de uma análise de conteúdo.....	181
Figura 48 – Número de empreendimentos por períodos da abertura da atividade, São João do Arraial, 2015.....	212
Figura 49 – Avaliação da atuação do Banco dos Cocais, pela população e pelos representantes dos empreendimentos, São João do Arraial-PI, 2015.....	227
Figura 50 – Empreendimentos da Avenida Vicente Augusto em São João do Arraial-PI e sua relação com a moeda e o Banco dos Cocais, em 2014.	241
Figura 51 – Penetração da moeda “cocais” no município de São João do Arraial, 2015.....	245

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Frequência escolar de alunos de 6 a 14 anos, em São João do Arraial-PI, em 2010.	77
Gráfico 2 – Frequência escolar de alunos de 15 a 17 anos, em São João do Arraial-PI, no ano de 2010.	78
Gráfico 3 – Frequência escolar de alunos de 18 a 24 anos, em São João do Arraial-PI, no ano de 2010.	78
Gráfico 4 – Produto Interno Bruto (PIB), em mil reais, São João do Arraial-PI, em 2012.....	83
Gráfico 5 – Proporção (%) de municípios sem agência bancária, por regiões do Brasil, de 1994 a 2008.	102
Gráfico 6 – Valor da carteira total de várias modalidades de crédito, pessoa física (em R\$ bilhões), Brasil, data base dezembro de 2013.	112
Gráfico 7 – Número de EESs abertos por região do Brasil, do período de 1900-1950 ao de 2001-2007.....	132
Gráfico 8 – Atividades econômicas dos Empreendimentos Solidários, no Brasil, período de 2010-2013.....	134
Gráfico 9 – Número de Bancos Comunitários Fundados por ano no Brasil, de 1998 a 2013.	143
Gráfico 10 – Município de origem da população entrevistada, de São João do Arraial-PI, 2015.	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Vereadores de São João do Arraial, no período de 2013-2016.	68
Quadro 2 – Dados climatológicos do município de São João do Arraial.	72
Quadro 3 – Sistema Financeiro Nacional.	96
Quadro 4 – Ações de incentivo à Inclusão Financeira no Brasil, a partir dos anos 90.	108
Quadro 5 – Empresa Capitalista x Empresa Solidária.	122
Quadro 6 – Abordagens sobre a Economia Solidária.	124
Quadro 7 – Ações e políticas da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no período de 2003 a 2010.	128
Quadro 8 – Termo de Referência dos BCDs - Resumo Explicativo.	140
Quadro 9 – Principais projetos desenvolvidos pelo Centro Cacaís.	161
Quadro 10 – Linhas de microcrédito apresentadas pelos Bancos que atuam nos municípios vizinhos a São João do Arraial, ano de 2014.	170
Quadro 11 – Receitas e Despesas do Banco dos Cacaís em abril de 2015, valores em Real (\$).	172
Quadro 12 – Técnicas de coleta e análise de dados em representação social.	180
Quadro 13 – Motivos que levam, a população entrevistada, à escolha de uma Instituição Financeira para realizar pagamentos, recebimentos, saques, empréstimos, depósitos e outros, São João do Arraial-PI, 2015.	194
Quadro 14 – Como a população local, descreve São João do Arraial-PI, “antes”, da presença Banco dos Cacaís no município, 2015.	203
Quadro 15 – Como a população local, descreve São João do Arraial-PI, “depois”, da presença Banco dos Cacaís no município, 2015.	205
Quadro 16 – Justificativas elencadas, pela população, para o fato do Banco dos Cacaís ter trazido algum benefício para o entrevistado, São João do Arraial, 2015.	207
Quadro 17 – Justificativas elencadas, pela população, para o fato do Banco dos Cacaís não ter trazido algum benefício para o entrevistado, 2015.	209
Quadro 18 – Maiores dificuldades dos empreendimentos, São João do Arraial, 2015.	214
Quadro 19 – Motivos que levam, os representantes dos empreendimentos, à escolha de uma instituição financeira para realizar, pagamentos, recebimentos, saques, empréstimos, depósitos e outros, São João do Arraial-PI, 2015.	216

Quadro 20 – Como os representantes dos empreendimentos de São João do Arraial, veem o município “antes” da presença do Banco dos Cocal, 2015.	223
Quadro 21 – Como os representantes dos empreendimentos de São João do Arraial, veem o Município “depois” da presença do Banco dos Cocal.	224
Quadro 22 – Como os representantes dos empreendimentos veem o negócio, depois da abertura do Banco dos Cocal em São João do Arraial-PI, 2015.	225
Quadro 23 – Justificativas da população, para o conceito dado na atuação do Banco dos Cocal no município de São João do Arraial, 2015.	228
Quadro 24 – Justificativas dos empreendimentos, para o conceito dado na atuação do Banco dos Cocal no município de São João do Arraial, 2015.	230
Quadro 25 – Como o Banco dos Cocal foi criado e quem é o seu “proprietário”, de acordo com a população e os representantes dos empreendimentos, em São João do Arraial-PI, 2015.	232
Quadro 26 – O que falta na atuação do Banco dos Cocal, para que ele fique melhor, segundo a população do município, São João do Arraial-PI, 2015.	234
Quadro 27 – O que falta na atuação do Banco dos Cocal para que ele fique melhor, de acordo com os empreendimentos, São João do Arraial, 2015.	235
Quadro 28 – Motivos que levam à utilização da moeda cocal, pela população, e onde a utilizam, São João do Arraial, 2015.	238
Quadro 29 – Onde a população utiliza a moeda cocal, São João do Arraial, 2015.	239
Quadro 30 – Motivos pelos quais os empreendimentos de São João do Arraial-PI recebem a moeda Cocal, 2015.	244

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Montante liberado resultante de convênios firmados entre o governo federal e o município de São João do Arraial, no período de 1997 a 2011 ¹	53
Tabela 2 – Divisão das sub-bacias principais do Rio Parnaíba.	74
Tabela 3 – População total, por gênero, rural/urbana de São João do Arraial-PI, nos anos de 1991, 2000 e 2010.	75
Tabela 4 – Distribuição das matrículas por nível de ensino, em São João do Arraial-PI, no ano de 2012.	79
Tabela 5 – Rendimento nominal absoluto, média e mediana, mensal por pessoas com 10 anos ou mais, em São João do Arraial, em 2010.	81
Tabela 6 – Renda, Pobreza e Desigualdade, nos anos de 1991, 2000 e 2010, em Real constante.	82
Tabela 7 – Número de estabelecimentos, condição do produtor e utilização da terra, em São João do Arraial, em 2006.....	84
Tabela 8 – Distribuição da terra por grupos de área e estabelecimento em São João do Arraial-PI, em 1995/96 e 2006.	85
Tabela 9 – Produção e área da lavoura temporária de 2013, em São João do Arraial-PI.	85
Tabela 10 – Efetivo da pecuária – principais rebanhos de São João do Arraial-PI, em 2013..	86
Tabela 11 – Extração vegetal e silvicultura, em São João do Arraial-PI, em 2013.	86
Tabela 12 – Acesso aos serviços de água encanada, energia elétrica e coleta de lixo pela população urbana, em São João do Arraial, em 2000 e 2010.....	89
Tabela 13 – Evolução, da distribuição dos municípios brasileiros em função da presença de agências, PAAs e correspondentes, por faixa da população adulta, entre 2005 e 2010.	104
Tabela 14 – Distribuição percentual dos pontos de correspondentes por tipo de atividades autorizadas em dez/2010, nas regiões do Brasil.	105
Tabela 15 – Microcrédito pessoa física e jurídica: valor, quantidade de operações, quantidade de clientes e o valor médio das operações da carteira identificada, por unidade da federação e estado, Brasil, data base – dezembro de 2013.	113
Tabela 16 – Quantidade de Instituições Financeiras que operam microcrédito e quantidade de Instituições Financeiras no SFN, Brasil, data base dezembro de 2013.	114
Tabela 17 – Microcrédito no Brasil: valor (R\$) e quantidade de operações da carteira total, por segmento, data base dezembro de 2013.	114

Tabela 18 – Distribuição dos Recursos Investidos nos Projetos da SENAES, por abrangência Nacional e Regional (2003-2010).....	129
Tabela 19 – Distribuição Projetos por Ações Agregadas – SENAES (2003-2010).	130
Tabela 20 – Razões para abertura de um EES no Brasil e no Nordeste, período de 2010-2013.	133
Tabela 21 – Fonte dos recursos iniciais para implantação dos EESs, 2005-2007.....	133
Tabela 22 – Créditos de Consumo, número de operações e juros auferidos, Banco dos Cacaís, 2009 a 2012.	166
Tabela 23 – Quantidade e montante de crédito produtivo de 2009 a 2014, em reais constante. ¹	168
Tabela 24 – Critério da taxa de juros para os empréstimos produtivos – Banco dos Cacaís.	169
Tabela 26 – Nível de escolaridade e faixa etária, da população entrevistada, São João do Arraial-PI, 2015.	187
Tabela 27 – Renda familiar em Reais e número de moradores por domicílio, da população entrevistada, em São João do Arraial-PI, 2015.	188
Tabela 28 – Origem da renda familiar, da população entrevistada, em São João do Arraial-PI, 2015.	189
Tabela 29 – Nível de escolaridade e ocupação profissional, da população entrevistada, em São João do Arraial-PI, 2015.....	190
Tabela 30 – Número de entrevistados, da população, que fazem parte de alguma organização, em São João do Arraial-PI, 2015.....	191
Tabela 31 – Instituições escolhidas e razão da escolha, para a realização de serviços financeiros, pela população entrevistada, São João do Arraial-PI, 2015.	197
Tabela 32 – Instituições nas quais, a população entrevistada, realiza empréstimos e razão de escolha, São João do Arraial-PI, 2015.....	198
Tabela 33 – Tipos e números de empréstimos efetuados pela população entrevistada, no Banco dos Cacaís, São João do Arraial, 2015.	199
Tabela 34 – Setor, atividade e configuração da atividade, dos empreendimentos, em São João do Arraial-PI.	211
Tabela 35 – Média de faturamento dos empreendimentos, em real e em “cocal”, São João do Arraial, 2015.....	212
Tabela 36 – Instituições escolhidas e razão da escolha, para a realização de serviços financeiros, pelos representantes dos empreendimentos, São João do Arraial-PI, 2015.....	218

Tabela 37 – Empréstimos realizados através do Banco do Nordeste em Esperantina, pelos representantes os empreendimentos, São João do Arraial, 2015.....	220
Tabela 38 – Empréstimos realizados através do Banco do Brasil em Esperantina, pelos representantes das empreendimentos, São João do Arraial, 2015.....	220
Tabela 39 – Financiamentos realizados através do Caixa Econômica Federal em Esperantina, pelos representantes dos empreendimentos, São João do Arraial, 2015.	221
Tabela 40 – Financiamentos realizados através do Bradesco em Esperantina, pelos representantes dos empreendimentos, São João do Arraial, 2015.....	221
Tabela 41 – Inserção/aceitação da moeda pelos empreendimentos de São João do Arraial-PI, 2015.	242
Tabela 42 – Inserção/aceitação da moeda “cocal”, pela população, no município de São João do Arraial-PI, 2015.	246

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCRED	Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades de Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares
ADRS	Agente de Desenvolvimento Regional Sustentável Prococais
ANA	Agência Nacional de Águas
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
BACEN	Banco Central
BASA	Banco da Amazônia S.A
BB	Banco do Brasil
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BPB	Banco Popular do Brasil
BRDES	Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul
CAC	Conselho de Aprovação de Crédito
CEAPE	Centro de Apoio aos Empreendimentos Ana Terra
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPRO	Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
COCAIS	Centro de Organização Comunitária e Apoio à Inclusão Social
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira

CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CSU	Centro Social Urbano
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EC	Emenda Constitucional
ECOSOL	Economia Solidária
EFA	Escola Família Agrícola
ELO	Escola Local Organizada
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBB	Fundação Banco do Brasil
FEBS	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FETAG	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUMAES	Fundo Municipal de Apoio à Economia Solidária
FUNPROGER	Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda
G1	Portal Globo de Notícias do Estado Piauí
GIZ	Cooperação Técnica Alemã
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISS	Imposto sobre Serviços
ITCPS	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores

MPO	Microcrédito Produtivo e Orientado
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Posto de Atendimento Avançado
PACS	Projetos Alternativos Comunitários
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDTIS	Plano de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
PFBF	Programa Federal Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAP	Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba
PLANSEQ	Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROES	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na atividade bancária
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgotos do Piauí
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SCJS	Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário
SCM	Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
SCMEPP	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte
SENAES	Secretaria Nacional da Economia Solidária

SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPE	Secretaria de Política Econômica
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
STF	Supremo Tribunal Federal
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TAC	Tarifa de Abertura de Crédito
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNB	Universidade de Brasília
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UNO	União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1Estrutura de capítulos	25
2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	27
2.1Etapas de construção da pesquisa.....	27
2.1.1 História da construção territorial de São João do Arraial - PI.....	28
2.1.2 História da construção do Banco dos Cocais.....	29
2.1.3 Averiguar a Representação Social construída pelos sujeitos (população e representantes dos empreendimentos) à respeito do Banco dos Cocais e sua Inserção	29
3 A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL – PI: UMA ANÁLISE BASEADA EM RAFFESTIN	38
3.1 Conceitos iniciais: espaço, território e territorialidade	38
3.2 Construção territorial de São João do Arraial-PI: os caminhos.....	41
4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL - PI.....	61
4.1 O Estado do Piauí: ocupação e desenvolvimento do território.....	61
4.2 Histórico e Aspectos Políticos de São João do Arraial	66
4.3 Aspectos Geográficos	68
4.3.1 Aspectos Territoriais.....	70
4.3.2 Condições edafoclimáticas, recursos hídricos e bioma	70
4.4 Caracterização Socioeconômica	74
4.4.1 Dinâmica Populacional e Social	74
4.4.2 Dinâmica Econômica.....	83
4.5 Infraestrutura e Saneamento Básico	89
5 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	91
5.1 Da moeda ao Sistema Financeiro Nacional	91
5.1.1 O Sistema financeiro	94
5.1.2 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional	96
5.2 Exclusão financeira: não bancarização e sub-bancarização	100
5.3 Inclusão financeira.....	103
5.3.1 Microfinanças como alternativa de inclusão	106
5.3.1.1 As finanças solidárias	115

6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS BANCOS COMUNITÁRIOS.....	119
6.1 Economia Solidária.....	119
6.1.1 Construção e abordagens da economia solidária.....	121
6.1.2 Economia Solidária no Brasil.....	125
6. 2 Bancos Comunitários.....	135
7 A CONSTRUÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DOS COCAIS	149
7.1 Antecedentes.....	149
7.2 Banco dos Cocais: criação e estruturação.....	155
7.2.1 Os produtos do Banco e seu mecanismo de funcionamento	162
8 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E INSERÇÃO DO BANCO DOS COCAIS EM SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI	175
8.1 Representação Social: conceitos norteadores e abordagens metodológicas.....	175
8.2 População local: perfil socioeconômico, práticas financeiras e relação com o Banco dos Cocais	185
8.2.1 Práticas financeiras da população local	191
8.2.2 Relação da população local com o Banco dos Cocais.....	200
8.3 Empreendimentos do município: perfil, práticas financeiras e relação com o Banco dos Cocais	210
8.3.1 Práticas financeiras dos empreendimentos	215
8.3.2 Relação dos empreendimentos do município com o Banco dos Cocais.....	222
8.4 A representação social construída pela população e empreendimentos sobre a atuação do Banco dos Cocais, e a inserção.....	226
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	248
REFERÊNCIAS.....	254
APÊNDICES	266
ANEXOS.....	278

1 INTRODUÇÃO

Os pequenos municípios da região Nordeste do Brasil são referenciados em muitos trabalhos acadêmicos (LIMA, 2006; ROCHA e GUINGISKI, 2012; FILHO, BEZERRA e SILVA, 2015) como os que apresentam os menores valores no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por demonstrar traços marcantes de pobreza, baixo nível de escolaridade e economia local limitada. Características que não são atrativos para a realização de investimentos produtivos. Na busca da identificação das causas dessas “marcas”, a construção territorial do município, em sua forma legítima de poder Estatal, reforça um indicativo de que os aspectos políticos se sobrepõem aos aspectos relativos às formas geográficas e socioeconômicas de construção. Assim, entender o processo de formação do território é uma forma de compreender a dinâmica econômica e social do município.

A sobrevivência de um município à margem de indicadores de prosperidade econômica e social (IDH baixo; Fundo de Participação dos Municípios (FPM) reduzido; falta de acesso ao crédito e aos serviços bancários), em alguns casos, provoca a busca de alternativas que revertam os quadros de miséria e atraso. Nesta prerrogativa, as iniciativas econômicas solidárias buscam garantir uma alternativa de inclusão financeira, econômica e social. “O desenvolvimento solidário é o desenvolvimento realizado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, federadas em complexos, guiado pelos valores da cooperação e ajuda mútua [...]” (SINGER, 2004, p. 9). Em meio às alternativas de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) estão as tentativas de promoção de crédito solidário, através dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs).

Os BCDs transitam, em sua maioria, nas lacunas deixadas pelo Sistema Financeiro Tradicional, devido a não bancarização (entendida como o não acesso a agências e abertura de conta) ou sub bancarização (a falta de acesso a serviços bancários), ainda existentes no Brasil (CROCCO et al., 2010). Deste modo, os BCDs são uma forma de alcance ao crédito e aos demais serviços financeiros, tendo uma prerrogativa solidária e menos burocratizada, mais acessível e identificada com a população do território no qual estão inseridos. Assim, tem-se no período de 2004 a 2014, o crescimento do número de Bancos Comunitários no Brasil, perfazendo um total de 103 bancos, em 2014, que se distribuem em quase todos os estados brasileiros (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014a). Este fenômeno ressalta a importância de estudos acadêmicos em que se possa analisar o processo de surgimento, formação e

funcionamento, a inserção do Banco no município e a representação social deste pela comunidade.

Nesse contexto, este trabalho analisa a inserção do Banco Comunitário de Desenvolvimento – Banco dos Cocais - no município de São João do Arraial – PI. A criação deste Banco, em 2007, se deve ao fato do município contar apenas com um correspondente bancário, o que era insuficiente para as demandas locais. De tal modo que os moradores, os representantes dos empreendimentos e a Prefeitura Municipal precisavam se deslocar para os municípios vizinhos (Esperantina-PI, Matias Olímpio-PI e Luzilândia-PI), com o intuito de efetuar os serviços bancários. Esta viagem estimulava o gasto no comércio destes municípios, prejudicando, desta forma, a circulação de renda em São João do Arraial.

Assim, o Banco dos Cocais surge oferecendo crédito solidário, serviços bancários e moeda própria (moeda social), como alternativa à exclusão financeira e ao estímulo ao comércio local. Evento que proporciona a construção do “território do Banco dos Cocais”, a partir de sua atuação no município e das relações estabelecidas com os moradores, representantes dos empreendimentos e Prefeitura Municipal.

Com isso, este trabalho tem como objeto de estudo o Banco dos Cocais em São João do Arraial-PI, abordando a sua inserção no município e procurando responder as seguintes perguntas: O Banco dos Cocais é concebido pela população e pelos representantes dos empreendimentos locais como um Banco Comunitário, no que tange ao modelo e preceitos solidários? Qual é a inserção do Banco dos Cocais, por meio do uso da moeda social? A moeda social é aceita e alcança o território de forma integral?

Apesar das várias indagações que surgem sobre o tema - Bancos Comunitários de Desenvolvimento, neste trabalho evidencia-se a necessidade de estudar a representação social e a inserção deste no município. Assim, o presente trabalho foi proposto a partir dessas indagações.

Desta forma, os objetivos gerais e específicos são:

Objetivos Gerais

Identificar as representações sociais construídas pela população e pelos representantes dos empreendimentos locais, de São João do Arraial-PI, acerca da atuação do Banco dos Cocais e, também, a sua inserção, por meio de sua moeda social no município.

Objetivos Específicos

- Descrever o processo de construção territorial do município de São João do Arraial-PI;
- Apresentar a história de formação do Banco dos Cocais, em São João do Arraial-PI, e as suas ações;

- Averiguar como o Banco dos Cacaís é conceituado pela população e pelos representantes dos empreendimentos locais.

Para tal, partiu-se da hipótese de que a inserção social de um Banco Comunitário, na comunidade, está diretamente relacionada ao processo de construção coletiva deste e da assimilação do ideal solidário. Assim, a representação social do Banco, pelos moradores e representantes dos estabelecimentos, depende do processo histórico de sua constituição e de seu funcionamento. E se, nestes, não prevalecer a participação efetiva da população e o retorno coletivo, tem-se a constituição de um banco que não é entendido como parte da comunidade, o que dificulta a aceitação e o alcance da moeda social no município, bem como a expansão das atividades do Banco sob os ideais solidários.

Esta pesquisa do ponto de vista dos objetivos é analítica-descritiva e conta como forma de abordagem do problema a análise quantitativa e qualitativa dos dados, obtidos por meio de dados primários coletados com formulários previamente estruturados (perguntas abertas e fechadas) e entrevistas abertas e estruturadas (GIL, 2002). Além destes dados, fez-se também coleta de dados secundários em institutos de pesquisa. Para a análise desses dados e cumprir os objetivos do trabalho, fez-se revisão bibliográfica sobre território, representação social, sistema financeiro, banco comunitário de desenvolvimento e economia solidária.

1.1 Estrutura de capítulos

Para o cumprimento do proposto nos objetivos, o trabalho está estruturado em nove partes, das quais esta primeira (Introdução) e as considerações finais.

O Capítulo 2 apresenta a metodologia utilizada na construção do trabalho, descrevendo as técnicas utilizadas em cada momento específico da coleta de informações.

No capítulo 3 é retratada a construção territorial de São João do Arraial-PI, baseada em Raffestin (1993), na qual a história de formação do município é contada através de relatos de moradores locais e documentos, procurando resgatar a história e identificar qual dinâmica de condução desse processo de formação.

No capítulo 4 está apresentada a caracterização de São João do Arraial-PI. Esta inicia-se pelo processo histórico e territorial do estado do Piauí, apontado a microrregião onde o município está inserido e destacando os dados socioeconômicos (pobreza, produção, alfabetização, entre outros), com a finalidade de conhecer a realidade na qual o Banco surge.

No capítulo 5 tem-se a apresentação do Sistema Financeiro Nacional, a sua atual estrutura e sua lógica de funcionamento, evidenciando os problemas de crédito e o surgimento

do microcrédito. Além disso, busca averiguar as razões do crescimento das finanças solidárias através do modelo de Bancos Comunitários no Brasil.

A partir desta discussão, no Capítulo 6 é apresentada a Economia Solidária e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Nesse, faz-se um breve histórico da Economia Solidária e de seus conceitos, bem como da sua conjuntura no Brasil. Em específico, busca-se tratar dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, descrevendo sua estrutura e os avanços e dificuldades dentro da Economia Solidária no Brasil.

No capítulo 7 é apresentado o Banco dos Cacaos, ressaltando: a história de criação; o processo de estruturação; os gestores; os produtos e serviços oferecidos; o público atendido pelo Banco; a forma como as transações são realizadas.

O capítulo 8 traz os resultados levantados por meio da pesquisa de campo no município de São João do Arraial, relativos à representação social construída, pela população e empreendimentos locais, a respeito da atuação do Banco no município, bem como a inserção deste por meio da moeda social.

No capítulo 9, estão as considerações finais.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

“O homem não vê o universo a partir do universo. O homem vê o universo desde um lugar.”

(Milton Santos)

Este capítulo busca descrever o processo de construção metodológica adotada neste trabalho, o qual procura detalhar as ações efetuadas na construção da pesquisa desde: a busca do conhecimento teórico que subsidiasse o entendimento dos aspectos constitutivos da temática (caracterização geográfica do município, conceito de território, economia solidária, sistema financeiro, bancos comunitários e representação social); a construção da história da formação territorial de São João do Arraial – PI; o processo de formação do Banco dos Cocalis até o estudo da representação social e inserção do Banco dos Cocalis no município.

Neste percurso, a falta de acesso a documentos históricos sobre a construção territorial, a dados pertinentes à movimentação financeira do Banco dos Cocalis e até mesmo, o receio que alguns entrevistados tinham em opinar; foram alguns dos desafios encontrados durante a realização desta pesquisa.

Apesar das dificuldades a pesquisa alcançou seus objetivos propostos, tendo suas etapas de consecução apresentadas nos itens a seguir.

2.1 Etapas de construção da pesquisa

Para a consecução do trabalho, primeiro, fez-se levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, artigos que abordam as temáticas inerentes ao sistema financeiro, microcrédito, território, espaço, economia solidária, exclusão financeira e representação social. Em um segundo momento, fez-se coleta de dados secundários em sites, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil (Bacen) e Fundação Cepro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Fundação CEPRO).

As informações acerca do município e da atuação do Banco disponíveis em sites, artigos e revistas eram insuficientes para proporcionar a construção territorial do município e mapear as ações do Banco. Em razão disto, fez-se necessário a utilização, além dos arquivos

do município (Leis Municipais, Estatuto do Banco dos Cocais e outros documentos relativos ao tema), da técnica de entrevistas. Estas foram realizadas com: os moradores antigos, para a coleta de relatos sobre essa memória; o idealizador do Banco dos Cocais; os funcionários da Prefeitura; o gerente do Banco dos Cocais; os empreendedores e moradores do município.

Assim, a pesquisa de campo teve como finalidades: a) construir a história de formação do município e do Banco dos Cocais; b) conhecer o funcionamento do Banco e as características de seus serviços; e c) identificar, junto à população e aos representantes dos empreendimentos locais, a representação social da atuação do Banco dos Cocais e a inserção deste, por meio da moeda social no município de São João do Arraial.

Além disto, buscou-se acompanhar o funcionamento do Banco e o uso da moeda em alguns empreendimentos, por meio da observação *in loco*.

Tais ações podem ser detalhadas, de acordo com as suas finalidades especificadas nos itens a seguir.

2.1.1 História da Construção Territorial de São João do Arraial – PI

Em busca dos primeiros moradores que acompanharam a história da formação do território, fez-se um primeiro contato com a Sra. Viviane Santana, filha do primeiro morador de São João do Arraial. Através dela, soube-se que o seu pai já havia falecido. A mesma indicou o Sr. Miguel Rodrigues, filho de um morador antigo (Sr. Francisco Miguel). Assim, o primeiro encontro foi realizado com o Sr. Miguel Rodrigues em 2013, através de uma conversa informal, na qual o mesmo deu o seu relato sobre a história de formação de São João do Arraial - PI. O relato do Sr. Miguel Rodrigues foi complementado através de entrevistas semi-estruturadas com outros moradores antigos: o Sr. João Aguiar, a Sra. Maria Lima e a Sra. Cesarina Borges, todas no ano de 2014. Nestas entrevistas, os temas pautados foram: em que ano eles chegaram no território; o que havia no local quando eles chegaram; quais os principais acontecimentos e como o município foi se formando.

Ainda neste ano, obteve-se acesso ao documento original referente à Ata do Plebiscito de emancipação do povoado de Arraial, realizado em 1993. Além disto, obteve-se com a Sra. Socorro Lima, imagens, do município relativas ao ano de 1997 e que foram utilizadas para no Capítulo 3 (A construção territorial de São João do Arraial – PI: uma análise baseada em Rafesttin) deste trabalho.

2.1.2 História da Construção do Banco dos Cocalis

As primeiras informações sobre o Banco dos Cocalis foram obtidas através de leitura de trabalhos que relatam sobre o mesmo, como Moraes e Borges, 2010, Care, 2011 e Limma, 2009. Após, buscou-se entrevistar, na cidade de Teresina – PI, o idealizador do Banco e também ex-prefeito do município, o Sr. Francisco Limma. No primeiro contato que ocorreu no ano de 2014, realizou-se uma conversa informal sobre o Banco, na qual buscou obter informações sobre o processo de idealizar, planejar e concretizar a criação do Banco. Nesta ocasião obteve-se contatos importantes para o desencadeamento da pesquisa, como: do Sr. Mauro Rodrigues, gerente do Banco dos Cocalis; e da Sra. Aline Alencar, que participou da estruturação do Banco e é Coordenadora Geral do Centro Cocalis.

Em 2014, duas visitas foram realizadas para São João do Arraial – PI. A primeira ocorreu em agosto, quando foi possível realizar a primeira conversa com o gerente Mauro Rodrigues e, assim, obter informações sobre o funcionamento do Banco e solicitar dados relativos aos empréstimos e demais serviços realizados. Além disso, fez-se a identificação dos empreendimentos na Avenida Vicente Augusto (principal avenida da cidade), para mapeá-los e, também, verificar a inserção da moeda na rotina comercial destes empreendimentos (utilização de um pré-formulário). A segunda visita ocorreu em outubro do mesmo ano, com o intuito de solucionar dúvidas com o gerente, bem como buscar outras informações sobre o Banco. Foi possível, nesta visita, observar o funcionamento *in loco* do Banco.

Em 2015, foi realizada uma segunda conversa com o Sr. Francisco Limma, em Teresina-PI, para conferir algumas informações e obter outras complementares sobre a criação do Banco. É importante ressaltar que o contato com a Sra. Aline Alencar só se efetivou em 2015 em Teresina – PI, mas este possibilitou ratificar e complementar as informações já obtidas em outras conversas. Nestas conversas, a pauta abrangia os seguintes temas: qual é o principal motivo para a criação do Banco; como a ideia surgiu; quais são as primeiras reações sobre a ideia de criação do Banco; como os comerciantes e a população receberam a notícia; e como se deu a mobilização no município.

2.1.3 Averiguar a Representação Social construída pelos sujeitos (população e representantes dos empreendimentos) à respeito do Banco dos Cocalis e sua Inserção

A pesquisa é o processo o qual se busca para responder a dúvidas, problemas ou questionamentos sobre determinado fato. De acordo com Gil (1999, p. 42), “O objetivo

fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.” Para Minayo (1993, p. 23), a pesquisa “É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.”

Assim, nesta pesquisa, buscou-se identificar a inserção do Banco dos Cocalis, através de seus produtos e serviços no município; e as representações construídas, pelos dois grupos de entrevistados (moradores e empreendimentos), do município de São João do Arraial-PI, à respeito do mesmo.

A distinção dos grupos de estudo, deve-se ao fato de possuírem uma relação diferenciada com o Banco, quanto: ao uso da moeda social, pois aos empreendimentos é facultado o direito de troca da moeda Cocal por Real, fato que não ocorre para os moradores; e ao papel desempenhado, por cada um, na promoção do banco comunitário. Neste caso, deve-se evidenciar a importância dos empreendimentos para o aumento da circulação de dinheiro, visto a aceitação e o uso da moeda Cocalis.

Quanto ao procedimento técnico utilizado, realizou-se o levantamento de dados primários, utilizando dois formulários semiestruturados como instrumento de pesquisa, junto à população local (APÊNDICE A) e aos representantes dos estabelecimentos econômicos (APÊNDICE B). Nesses, buscou-se identificar o perfil sócio econômico da população e a caracterização econômica dos empreendimentos, o raio de inserção do Banco no município e a representação social deste para cada grupo objeto. Em sua estrutura, os formulários contam com questões de múltipla escolha e questões abertas que abordam atributos, comportamentos e conhecimentos. Fez-se uso da escala de Likert¹ (questão 18) para a avaliação do Banco por ambos os grupos pesquisados (população e empreendimentos). Por isso, a análise qualitativa foi a melhor alternativa encontrada. Assim, os formulários continham perguntas fechadas e abertas, relacionadas ao objeto de estudo, que foram aplicados pelos pesquisadores.

O formulário (APÊNDICE A), aplicado nos domicílios, é composto por 20 questões, das quais as 9 primeiras (questões de 1 a 9) procuram retratar o perfil socioeconômico dos entrevistados e as 11 perguntas seguintes objetivam identificar a relação dos sujeitos com o

¹ “Consiste de uma série de afirmações a respeito de um determinado objeto. Para cada afirmação há uma escala de cinco pontos, correspondendo nos extremos a “concordo totalmente” e “discordo totalmente”. Uma aplicação típica apresenta um número de afirmações em torno de 20, com escala de resposta de 1 a 5. Também se utiliza a inversão de parte das afirmações para que não ocorra o efeito de halo, isto é, que o respondente marque uma alternativa em função unicamente da sua marcação para a afirmação anterior. O valor da medida é obtido através da soma dos valores das respostas às afirmações”. (NOGUEIRA, 2002, p. 5).

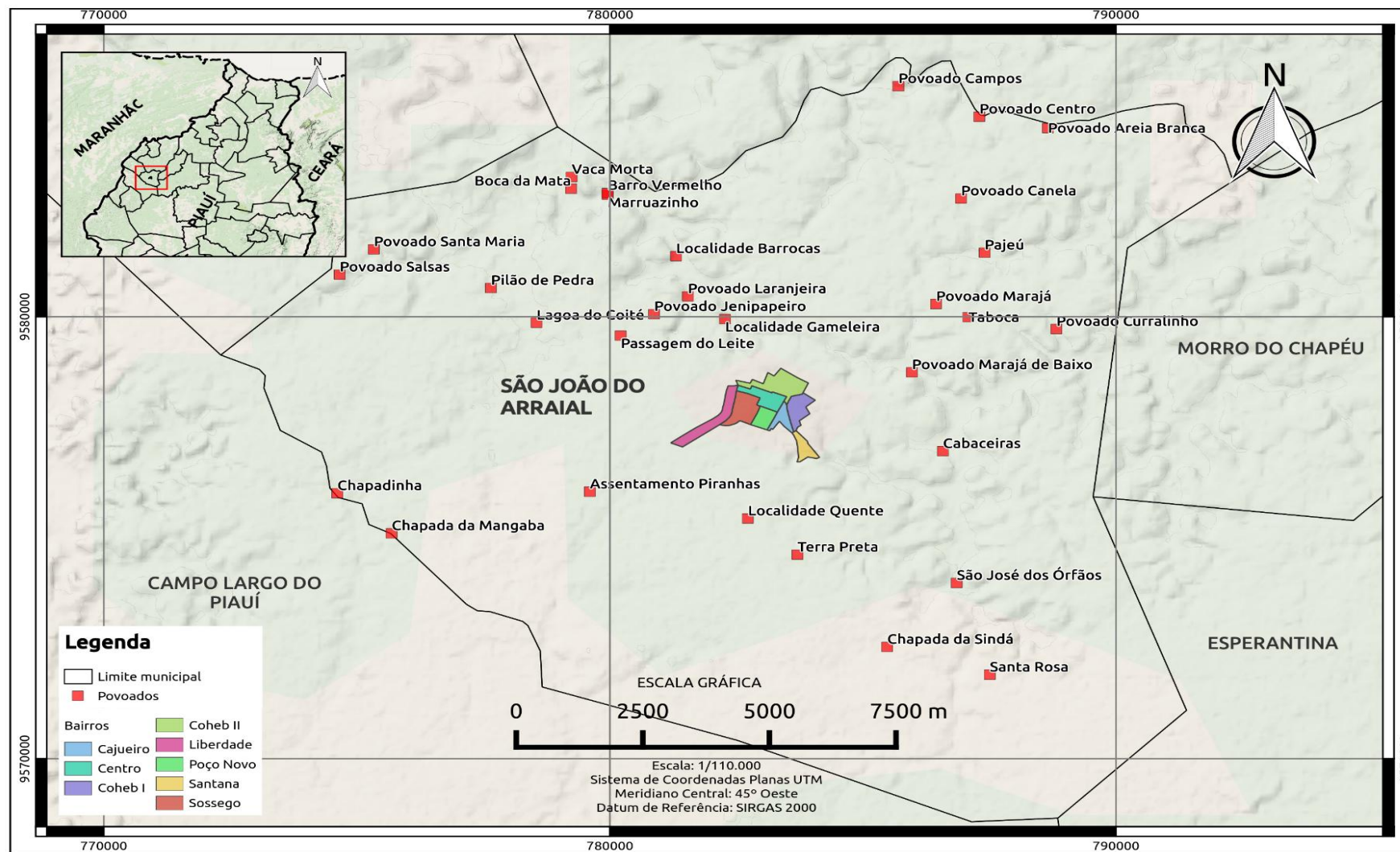
Banco dos Cocaís, bem como a representação social construída deste pelos mesmos (questões de 11 a 20).

Para a aplicação dos formulários junto à população, fez-se necessário definir uma amostra estatística. Esta técnica foi escolhida, ao invés da técnica de saturação de informações (BARDIN, 2011), pois permitia uma maior adequação aos objetivos desta pesquisa, visto que possibilitaria identificar, de forma mais confiável, o raio de inserção do banco no município e o perfil da população.

Para o cálculo da amostra da população local, utilizou-se como base o número de domicílios do município, cadastrados na Secretaria de Infraestrutura Municipal, de acordo com os registros do Sistema de Abastecimento de Águas e Esgotos (SAAE). A opção em trabalhar com o número total de domicílios do município, como população estatística, ao invés do número de moradores, se deu pelo fato de não haver outra forma de localizá-los no município. Assim, foi possível identificar o número de residências por bairro, localidade, assentamento e povoados do município de São João do Arraial.

Com isto, teve-se como base os 2.117 domicílios, identificados de acordo com os registros obtidos na Secretaria de Infraestrutura do município, em março de 2015. Estes estavam distribuídos por: 7 bairros (Sossego, Poço Novo, Cajueiro, Centro, Liberdade, Santana e COHEB I e II), cada um com seus respectivos número de domicílios; e 34 “povoados e localidades” e 1 assentamento rural (FIGURA 1). O mapeamento desses pontos, foi realizado em outubro de 2015, por meio do GPS.

Figura 1 – Bairros, povoados e localidades e assentamento do município de São João do Arraial-PI, 2015.



Fonte: Elaborado por Daniel Veras, a partir de pesquisa de campo, 2015, tendo como base o *Google Earth*.

A partir desses pontos e com base em Barbetta (2006), a amostra foi calculada a partir da população total de domicílios (2.117), tendo como erro amostral tolerável de 5% e nível de confiança de 95%. A partir disso, obteve-se a amostra de 326 domicílios que foi, em seguida, estratificada de forma proporcional. Essa forma de amostragem é usada quando a população pode ser dividida em subgrupos (estratos) relativamente homogêneos e de cada substrato é extraída uma quantidade proporcional à sua representatividade no total da população em estudo (BARBETTA, 2006).

A amostra estratificada por bairro, povoado, localidade e assentamento pode ser acompanhada na Tabela 1.

Tabela 1 – Amostragem de domicílios de São João do Arraial-Pi, estratificada por bairro, povoado, localidade e assentamento, 2015.

Bairros Povoados/Localidades/ Assentamentos	Domicílios	Porcentagem do Total	Amostra	Amostra Estratificada Proporcional Aproximada
	Nº	%	Nº	Nº
Sossego	235	11,1	36,18	36
Poço Novo	22	1,04	3,4	3
Cajueiro	75	3,54	11,54	12
Centro	272	12,84	41,85	42
Liberdade	337	15,91	51,86	52
Santana	10	0,47	1,53	2
COHEB I e II	145	6,85	22,33	22
Localidade Gameleira	8	0,37	1,2	1
Povoado Laranjeira	17	0,8	2,6	3
Localidade Barocas	12	0,56	1,82	2
Marruazinho	52	2,45	7,98	8
Barro Vermelho	20	0,94	3,06	3
Boca da Mata	9	0,42	1,37	1
Tamboril	2	0,09	0,3	0
Povoado Centro	56	2,64	8,6	9
Povoado Canela	68	3,21	10,46	10
Povoado Areia Branca	36	1,7	5,54	6
Povoado Salsa	28	1,32	4,3	4
Povoado Santa Maria	58	2,74	8,93	9
Pilão de Pedra	49	2,31	7,53	8
São José dos Órfãos	73	3,44	11,21	11
Cabaceiras	49	2,31	7,53	8
Santa Rosa	12	0,56	1,82	2
Lagoa do Coité	6	0,28	0,91	1
Vaca Morta	11	0,52	1,7	2
Capoeiras	2	0,09	0,3	0
Marajá	68	3,21	10,46	10
Marajá de Baixo	11	0,52	1,7	2
Taboca	43	2,03	6,61	7
Passagem do Leite	84	3,96	12,9	13
Boca do Centro	3	0,14	0,45	0
Povoado Campos	19	0,89	2,9	3
Localidade Quente	13	0,61	1,98	2
Localidade Jenipapeiro	5	0,23	0,74	1
Curralinhos	73	3,44	11,21	11
Pajeú	7	0,33	1,07	1
Chapada da Mangaba	5	0,23	0,74	1
Chapadinha	29	1,37	4,46	4
Terra Petra	24	1,13	3,68	4
Chapada da Sindá	27	1,27	4,14	4
Localidade Silvestre	2	0,09	0,3	0
Assentamento Piranhas	40	1,89	6,16	6
TOTAL	2.117	100%	326	326

Fonte: Elaborada por Françoise, a partir de pesquisa de campo (2015).

A amostra por substrato obteve resultados com casas decimais e, por isso, fez-se necessário definir o critério de aproximação, com vistas a obter números inteiros. O critério utilizado para aproximação foi o de: quando a casa decimal fosse maior que 0,50, o número da amostra estratificada proporcional seria o número inteiro seguinte; e quando fosse menor que 0,50, eliminar-se-ia as casas decimais. Portanto, no caso de 36,18 (Sossego) utiliza-se a amostra de 36 domicílios; e para 7,53 (Cabaceiras), a amostra é de 8 domicílios. Diante disto, é importante ressaltar que as localidades **Tamboril, Capoeiras, Boca do Centro e Localidade Silvestre** não foram contempladas na amostra estratificada proporcional aproximada, por apresentarem um n da amostra menor que 0,5.

Para a aplicação dos formulários da população (moradores), a sistemática utilizada em cada bairro, assentamento, localidade ou povoado, onde os formulários foram aplicados, abrangeu: a) sorteio dos nomes das ruas, quando a amostra era maior; b) escolha aleatória do domicílio onde se iniciaria a aplicação do formulário (pelo fato de muitas residências não possuírem numeração); e c) descarte dos dois próximos domicílios e entrevista do seguinte, até perfazer o total da amostra no local.

Uma equipe composta por 7 pesquisadores (4 moradores locais e três pesquisadores de Teresina) foi responsável pela aplicação dos formulários. É importante considerar que os pesquisadores foram devidamente remunerados. Os moradores do município que trabalharam na pesquisa foram selecionados entre os jovens do grupo da Igreja Católica local, com ensino médio e que possuíam veículo de transporte (motocicleta). A opção pela utilização de quatro moradores do município deu-se pelo fato destes conhecerem os povoados, localidades e assentamento do município, facilitando, assim, os deslocamentos.

Toda a equipe foi treinada no dia 18 de junho de 2015, havendo uma simulação da aplicação do formulário e dirimindo as dúvidas existentes (FIGURA 2).

Figura 2 – Imagem do treinamento da equipe que aplicou os formulários de pesquisa sobre o Banco dos Cocais, em São João do Arraial, em junho de 2015.



Fonte: Autora (2015).

A pesquisa foi aplicada no período de 19 a 22 de junho de 2015, tendo como ponto de apoio, para as reuniões da equipe, treinamento, entrega dos formulários e remuneração ao final de cada dia, o ‘Restaurante e Pousada Mix Shows’. Foi fornecido para cada pesquisador um kit composto por mochila, crachá de identificação, caneta, boné, camisa personalizada, formulários e prancheta de apoio.

O processamento estatístico foi realizado com o auxílio do *software Statistics Standard Edition* (SPSS), que permitiu a tabulação e a análise dos dados, além da criação de tabelas, gráficos e quadros resumos personalizados.

Para o repasse dos dados contidos nos formulários para o programa SPSS, os mesmos, foram numerados de 1 a 326 e as respostas de cada quesito foram registradas, na planilha do programa. Para as questões subjetivas, o processo de categorização foi efetivado e, a partir disto, as informações foram repassadas para o software para a construção das tabelas e gráficos.

O critério de categorização adotado foi o semântico, ou seja, baseado em categorias temáticas, ligadas à ideia a que se refere, “[...] categorias temáticas: por exemplo, todos os temas que significam a ansiedade ficam agrupados na categoria “ansiedade”, enquanto o que significam descontração ficam agrupados sob o título conceitual “descontração” [...]” (BARDIN, 2011, p. 147). Em um primeiro momento, houve a leitura de todas as respostas para depois identificar as possíveis categorias, e só então, cada resposta é agrupada dentro das

categorias definidas, construindo assim, o processo de categorização por “acervo” (BARDIN, 2011, p. 149).

Com isto, fez-se a construção de quadros das categorizações, nos quais são apresentadas as categorias e subcategorias com suas respectivas frequências, percentuais e enunciados correspondentes; para posterior análise.

A pesquisa realizada junto aos empreendimentos, baseou-se nos dados do MTE (2014), que indicavam a presença de 100 estabelecimentos no município, e nas informações coletadas junto à Prefeitura, que aponta que existem cerca de 30 empreendimentos informais. Procurou-se seguir a mesma abrangência espacial utilizada na pesquisa junto à população, ou seja, contemplando os estabelecimentos nos bairros e localidades, povoados e assentamento, à medida que estes fossem identificados.

O formulário aplicado (APÊNDICE B) aos representantes dos estabelecimentos está estruturado em duas partes: na primeira, procurou-se identificar a caracterização econômica dos empreendimentos (questões de 1 a 13); e, na segunda parte, teve como foco identificar a relação desses empreendimentos com o Banco e a representação social do Banco dos Cocalis para os mesmos.

Não houve critério de amostragem e nem sistemática de aplicação do formulário para esse grupo, pois o objetivo era abranger os 130 empreendimentos do município, conforme os dados do MTE (2014) e das informações da Prefeitura Municipal. Mas, durante a aplicação do formulário identificou-se apenas 115 empreendimentos, distribuídos pelos pontos de pesquisa. Destes, apenas 99 responderam ao formulário. Nos demais (16), uns se recusaram a responder o formulário e, outros, estavam fechados.

As respostas subjetivas foram tratadas com o mesmo procedimento utilizado nos formulários do grupo da população.

Dessa forma, os resultados da pesquisa, caracterização, práticas financeiras e relação com o Banco dos Cocalis estão apresentados no Capítulo 8 deste trabalho, no qual é possível perceber como os sujeitos da pesquisa (representantes dos empreendimentos e população) entendem o Banco no município e, também, verificar a inserção do Banco, por meio da moeda social Cocal, no território.

3 A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL – PI: UMA ANÁLISE BASEADA EM RAFFESTIN

Meus amigos e amigas, peço a sua atenção
Conto um pouco da história com amor no coração
Da cidade abençoada pelo santo São João
Aqui famílias chegaram foram logo se instalando
Gente de toda parte o povoado foi brotando
Na lavoura ou no comércio foram logo trabalhando.

(Cordel – Miguel Ramos)

Levantar os aspectos contribuintes para a construção territorial do município de São João do Arraial-PI, baseado em relatos de moradores antigos, documentos e fotos, passando pela conceituação de pontos essenciais nesta construção – espaço, território, territorialidade e poder – é o objetivo deste capítulo.

Dentro de uma perspectiva relacional, o trabalho de Raffestin (1993) é a linha orientadora na qual este estudo procura se apoiar. Este Capítulo enfatiza a trajetória da formação territorial de São João do Arraial-PI, destacando como os sujeitos construíram suas territorialidades, através da apropriação do espaço, de acordo com os seus interesses, por meio de suas relações sociais, até a consolidação do território como município.

3.1 Conceitos iniciais: espaço, território e territorialidade

O espaço constitui um dos conceitos chaves da geografia, e neste caso, sendo fundamental para a construção dos demais conceitos. Para, Roberto Lobato Corrêa, em seu escrito “Espaço, um conceito-chave da geografia”, o espaço é descrito da seguinte forma:

Eis o espaço geográfico, a morada do homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismo e campo de lutas, o espaço dimensional é multidimensional (CORRÊA, 2000, p. 44).

Na afirmativa do autor, nota-se a presença das correntes do pensamento geográfico na conceituação espacial, desde a visão da geografia tradicional, passando pela geografia teórica-quantitativa e crítica e chegando à geografia humanista e cultural. Essa visão multidimensional possibilita o entendimento do espaço de acordo com as necessidades do foco de cada estudo, sem tornar exclusivas as contribuições de cada uma das vertentes. É

possível perceber a ação do sujeito, mesmo nas diferentes linhas de abordagem espacial evidenciadas pelo autor, quando o descreve como: “morada do homem”, “absoluto, relativo, concebido”, “reflexo e condição social”, “rico em simbolismo e campo de lutas”; neles, há a presença da ação humana mediada pelas suas tomadas de decisão em suas relações no tempo, que vão intervindo no espaço.

Raffestin (1993, p.143-148), sintetiza essa conceituação e chama atenção para outra categoria geográfica – o território - quando afirma que: “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si”. Para o autor, o espaço constitui o que há de concreto e anterior à qualquer ação. É o campo das “possibilidades”, e assim sendo, a ação humana e suas relações se constroem nele de forma material e/ou imaterial; sendo o território “um local de relações”, posterior ao espaço. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o autor “territorializa” o espaço”. Essa ação efetivada no espaço geográfico traduz o reflexo das relações produzidas neste local.

Assim, os indivíduos vão ocupando o espaço de acordo com suas necessidades e/ou regras de condução vigentes, à cada local e momento. “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações, ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 150).

A ação do sujeito no espaço, manifestada de forma individual, coletiva, institucional ou capitalista funciona em prol dos seus objetivos deliberados (ator sintagmático), sendo esta produção do território mediada pelas relações de poder (controle e/ou influência) que são estabelecidas em prol da concretização destes objetivos; construindo o alicerce de sustentação do território. Há uma ação compartilhada entre os diferentes atores que comungam da ação territorial (campos operatórios), podendo ser desencadeada por interesses político, econômico e/ou cultural. Com isso, Raffestin (1993, p. 149), define que o poder, para delimitar os seus campos operatórios estabelece o que ele chama de “nós”, “redes” e “malhas” na superfície do sistema territorial.

Ao se posicionarem no espaço, os sujeitos ocupam pontos - os *nós* - e agem e convivem (de forma articulada ou dissonante) no sentido de alcançarem seus propósitos, através de relações de oferta e procura (proveniente de indivíduos ou grupos) estabelecendo o que o autor chama de – *redes*, onde há o fluxo de material e de informações. As ações dos sujeitos no espaço, vão desenhando a sua amplitude de atuação (área de exercício dos poderes) – denominada como *malhas* (RAFFESTIN, 1993).

Assim, para o autor, “[...] os atores sintagmáticos estão engajados num complexo jogo relacional: não vivem, sobrevivem, se desenvolvem, crescem somente pelas relações.” (RAFFESTIN, 1993, p. 41)

Percebe-se que, para analisar a leitura que Raffestin (1993) faz do território, é preciso ter o olhar voltado para as ações/relações estabelecidas pelo sujeito em prol de seus objetivos, sendo que essas ações revelam o poder empregado para a objetivação dos seus resultados, e estes, vão moldando o espaço por meio do trabalho que reflete a imagem daquela sociedade que ali se territorializa.

As relações fazem surgir o poder e justificam a sua multidimensionalidade, seguida da importância do objetivo desejado por um ou por outro “ator sintagmático”, que por sua vez, determina o tipo de simetria da relação estabelecida, é quase sempre “dissimétrica” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Assim, entende-se o território como fruto das relações humanas mediadas por razões econômicas, políticas e culturais que justificam as suas ações de forma combinada ou não. Nessa construção ou desconstrução, através das relações de poder, a ação humana no território imprime a marca da sua territorialidade.

A territorialidade, para Raffestin (1993, p.147), “[...] reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. O autor complementa ressaltando que as relações tecem a vida e, desta forma, a territorialidade pode ser entendida “[...] como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. (RAFFESTIN, 1993, p.160).

Essas relações são passíveis de variações ao longo do tempo, pois a territorialidade é dinâmica. Mudanças podem afetar o sujeito e o espaço de forma que as relações podem ser ajustadas ou desajustadas na busca de um novo equilíbrio, numa relação de perda e ganho. A territorialidade é dinâmica quando vista no todo do processo territorial, mas quando se observa um determinado recorte temporal pode: parecer estável, visto que nenhum dos elementos passa por mudanças sensíveis a longo prazo; instável, por apresentar instabilidade devido ao fato de todos os elementos sofrerem mudanças a longo prazo; e também, a apresentar-se de forma não extrema, como as outras duas, pois neste caso um ou dois elementos podem mudar, enquanto um ou outros, permanecem estáveis. (RAFFESTIN, 1993).

Esse retrato do “vivido” espelha os “nós”, as “redes” e as “malhas” que constroem a tessitura de territórios ao longo do tempo. A construção desses territórios está atrelada, às relações de poder dos sujeitos, estabelecidas de forma compartilhada ou não, e também aos interesses predominantes em cada momento, o que deve ser compreendido para entender a construção territorial do município de São João do Arraial.

3.2 Construção territorial de São João do Arraial-PI: os caminhos

Para compreender o processo de territorialização do município de São João do Arraial, utilizou-se de documentos escritos e fotografias (estes, bastante escassos e algumas vezes inacessíveis), além da história oral contada pelos moradores mais antigos do município. Foram ouvidos o Senhor Miguel Ramos Rodrigues, filho de Francisco Miguel (o Chico Miguel - um dos primeiros moradores do município, estabelecendo-se na região em 1945), o seu relato se sustenta em sua vivência e nas histórias contadas por seu pai; foram ouvidos também, o Senhor João Nuca, comerciante, que se instalou na região em 1978; a Senhora Maria de Melo Lima, dona de casa, que se estabeleceu na região em 1958, e a Senhora Cesarina Borges, professora aposentada, que chegou na região em 1989.

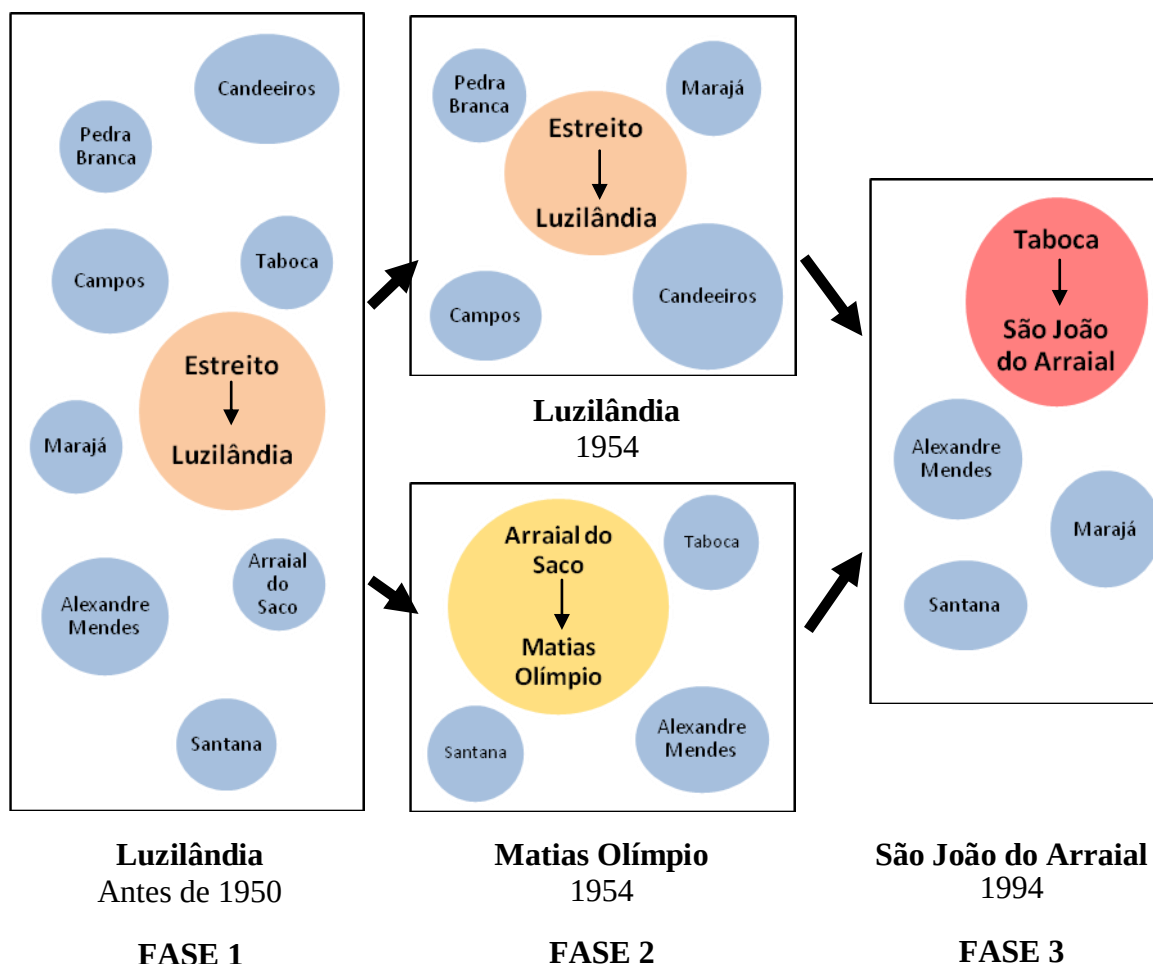
A construção territorial de São João do Arraial, de acordo com os depoimentos colhidos com os moradores antigos, evidencia um processo marcado por três fases com peculiaridades próprias, como pode ser observado na Figura 3. Vale a ressalva que na Figura 2 não são apresentadas todas as localidades presentes nos municípios, em cada época; mas sim, as que foram mencionadas pelos entrevistados.

A Fase 1 compreende o momento onde parte do espaço, que hoje pertence ao município de São João do Arraial, ainda compunha o município de Luzilândia-PI (antes de 1950). De acordo com os depoimentos coletados, esse município era composto por aglomerados populacionais, entre eles, os representados na Figura 2: Alexandre Mendes, Santana, Taboca, Marajá, Pedra Branca, Candeeiro, Arraial do Saco, Campos e Estreito. Vale ressaltar que Estreito foi o que originou a sede do Município de Luzilândia.

Na Fase 2, em 1953, uma parte da área de Luzilândia (Santana, Alexandre Mendes, Taboca e Arraial do Saco) é desmembrada deste, para a criação do município de Matias Olímpio-PI, tendo sido a localidade Arraial do Saco quem deu origem à sede do município:

Veja bem, antes da década de 40, tudo era Luzilândia, de Luzilândia é que foi desmembrado Matias Olímpio na década de 50, depois de muito tempo é que foi desmembrado de Matias Olímpio em torno de Luzilândia (MIGUEL RAMOS RODRIGUES)².

Figura 3 – O processo de formação do território de São João do Arraial-PI.



Nota: Esta figura não representa um esquema cartográfico, apenas procura ilustrar a histórica dos depoimentos colhidos na pesquisa de campo, junto aos antigos moradores de São João do Arraial-PI.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa de campo (2014).

A Fase 3 compreende o processo de construção territorial de São João do Arraial, a partir da ocupação de forma mais contundente de localidades que antes, pertenciam a Luzilândia (Marajá) e a Matias Olímpio (Santana, Alexandre Mendes e Taboca). De acordo com Moraes e Borges (2010, p. 302), “[...] a região onde hoje é São João do Arraial começou

² Entrevista concedida por Miguel Ramos Rodrigues a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 13 de mai., 2014. Nasceu no povoado Alexandre Mendes (hoje parte do município de São João do Arraial).

a ser povoada na década de 1930, por agricultores que migraram de outros estados, principalmente do Ceará. Houve grandes migrações para esta região durante as grandes secas de 1915, 1932 e 1958.”

A localidade Taboca viria a ser a sede do município no qual muitas ações dos moradores promoveram uma concentração populacional e estruturante que desencadeou no município de São João do Arraial. Esta história é apresentada a partir da vivência dos entrevistados.

Em relatos coletados no município de São João do Arraial, tem-se que o primeiro morador foi o Sr. Manoel Onofre de Santana (falecido em 1995), que se estabeleceu na região depois de sair da seca no estado do Ceará, de acordo com relatos da família. Neste primeiro momento (1930), a localidade onde residia o Sr. Manoel Onofre de Santana é chamada de “Santana” em homenagem à Santa Ana. É importante destacar que outros migrantes formaram outros povoados da região, como o de Marajá e Alexandre Mendes.

O Sr. Miguel Rodrigues (morador) relata que a ida de seu pai, para a localidade de Santana, se deu após trabalhar no povoado de Alexandre Mendes, quando acumulou dinheiro para adquirir um terreno. Para ele, a região teve um maior povoamento na década de 1940, época em que seu pai instalou o primeiro comércio (FIGURAS 4 e 5) da região, dando início à intensificação do fluxo de pessoas na localidade, até formar efetivamente o povoado de Santana.

Meu pai chegou na região de Santana, naquele local, em 1945. Primeiro fez uma budegazinha, tipo uma lojinha, lá foi começando a organizar e foi começando a convergir várias pessoas para aquela região até tomar sentindo de um povoadozinho (MIGUEL RAMOS RODRIGUES³).

³ Entrevista concedida por Miguel Ramos Rodrigues, a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 13 de mai. 2014.

Figura 4 – Vista da casa e comércio do Sr. Francisco Miguel em São João do Arraial-PI.



Fonte: A autora (2014).

A base foi esse comércio lá, porque todo mundo vinha de fora fazer compra lá no comércio do seu Francisco Miguel, meu pai, que ainda é vivo. Então, tendo esse comércio lá, nesse povoado, o pessoal vinha todo fazer compras. Ele sempre trazia novidades, as coisas quando acontecia na cidade ele trazia pra lá... primeira bicicleta foi ele que trouxe, primeiro radio foi ele que trouxe. Ele era um comerciante que trazia as mercadorias, mas também trazia as novidades (MIGUEL RAMOS RODRIGUES⁴).

Figura 5 – Vista da frente da casa do Sr. Francisco Miguel, em São João do Arraial-PI, onde funcionava o comércio, construção de 1946.



Fonte: A autora (2014).

⁴ Entrevista concedida por Miguel Ramos Rodrigues, a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 13 de mai. 2014.

As três portas grandes de madeira, na frente da casa do Sr. Francisco Miguel, davam entrada para o primeiro comércio de Santana (localidade de Matias Olímpio) e era o “ponto de encontro” para os que buscavam adquirir desde gêneros alimentícios até as novidades do município e\ou queriam uma boa conversa. As marcas das primeiras ocupações em torno do comércio do Sr. Francisco Miguel estão presentes, como o cruzeiro que identifica um antigo cemitério onde eram enterradas crianças (FIGURA 6).

Figura 6 – Terreno em frente à casa do Sr. Francisco Miguel, um antigo cemitério de crianças, 2014.



Fonte: A autora (2014).

Logo à frente, a estrada que leva até ao centro e a principal avenida do município de São João do Arraial e, que o liga ao município de Esperantina. Ao lado da casa do Sr. Francisco Miguel há as ruínas da primeira capela do povoado de Santana, construída em homenagem a Santa Ana, que por muito tempo foi a principal atração cultural, atraindo a população de toda a redondeza, como ponto de encontro, reuniões, novenas e quermesses.

Nos relatos da Sra. Maria Lima e do Sr. João Garcia identifica-se a presença de elementos que demonstram a ocupação dessa área que passou a pertencer a Matias Olímpio (emancipado de Luzilândia em 1950):

[...] quando cheguei na região era lavrador, mas botei, fiz uma casa e botei um comercio, registrei firma e fiquei negociando [...]. Era comércio, muito era as mulher quebrando babaçu, uma parte de nós pagava a fábrica, alugava o forno e a caixa, nós fazia o óleo do babaçu, botava nas lata ia vender no Longá e ia vender nas cidades onde não tinha babaçu. Existia as mulher também quebrando babaçu. Babaçu e o jaborandi (JOÃO GARCIA⁵).

Aqui era um lugar limpo mermo, não quase não tinha casa não, era só três família morava aqui. Foi aumentando a família, os filhos casando, e hoje tem muita gente. Era roça mesmo, trabalhar de roça, quebrando côco babaçu (MARIA DE MELO LIMA⁶).

Os dados também indicam uma formação inicial do território alicerçada, nos recursos naturais presentes na região, que possibilitaram o extrativismo do babaçu e do jaborandi e atividade de agricultura e pecuária de subsistência que fortaleciam a economia local, conforme o relato do Sr. João Garcia.

O povoamento da localidade Santana acontecia de forma acelerada, impulsionada pela ação comercial. Mas a área que efetivamente origina a sede do município de São João do Arraial (localidade Taboca) não tinha o mesmo fluxo de ocupação por não conter elementos atrativos, como descreve o Sr. Miguel Ramos Rodrigues:

E o local onde hoje é São João do Arraial, tinha uma povoação muito pequena, lá na Santana, como tinha comércio, era um comércio muito movimentado, vinha gente de outros lugares, no domingo era movimentado, tinha sanfoneiro, então lá era muito animado. [...] Naquele tempo já se tinha algo cultural, bumba-meu-boi, reisado, eles faziam, mas de uma forma muito rústica, e só quando surgia algum festejo que eles iam pra casa de alguém que tinha condição de dar alguma coisa. Depois que surgiu a capela [em Taboca] foi que começou a despertar esse interesse, melhorou mais a assistência das pessoas. Começou as pessoas irem a morar fora, e voltar com algum dinheiro e fazer uma casa melhor, e isso foi aumentando [...] (MIGUEL RAMOS RODRIGUES)⁷.

O local descrito pelo Sr. Rodrigues, que “tinha uma povoação muito pequena”, é justamente onde efetivamente surge São João do Arraial (antiga localidade Taboca), que não possuía o comércio e, nem a movimentação (fluxo) de Santana (onde se localizava o comércio do Sr. Francisco Miguel). Os aspectos culturais que foram se formando, foram atrativos para a composição do território.

Pode-se considerar que o ano de 1970 é relevante no processo de construção territorial de São João do Arraial, de acordo com os acontecimentos relatados pelo Sr. Miguel Ramos Rodrigues:

⁵ Entrevista concedida por João Garcia a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 29 ago. 2014.

⁶ Entrevista concedida por Maria de Melo Lima, a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 22 de ago. de 2014.

⁷ Entrevista concedida por Miguel Ramos Rodrigues, a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 13 de mai. 2014.

Quando foi em 1970, eu e meu primo nós analisamos e vimos que tinham várias pessoas casadas jovens, e também solteiras, praticamente sem fazer nada no final de semana. Aí eu disse pra ele, rapaz, vamos ver se a gente faz ao menos um campo de futebol para esse povo se divertirem durante o final de semana, e como tava estimulado futebol naquela época, que era época de copa do mundo, num local chamado Taboca, numa chapada, nós convidamos várias jovens, pra um dia de sábado, final de semana abríamos um local para fazer um campo de futebol. E foi feito um campo de futebol, ficava na margem de uma estrada que ia de Santana pra Matias Olímpio, e esse campo começou em julho de 70, quando foi inaugurado, no final da copa. Aí ficou aquele local, e todo domingo, começou a movimentar, começou a juntar; até que lá Santana, num dia de novena a noite, a dona Raimunda Pereira, chegou assim conversando comigo e disse: “você que se formou agora, uma pessoa entendida nessas coisas... eu gostaria que desse uma sugestão: que nome a gente deve dá pra um local que o padroeiro seja São João?”. Mas por que dona Raimunda? “É que eu fiz uma promessa pra São João, que se meu filho ficasse bom de uma doença que ele tinha, eu daria um pedaço de terra para construir uma capelinha. [...] Aí eu falei pra ela, dona Raimunda é o seguinte, lugar onde São João é padroeiro é um lugar alegre, é um lugar de fogueira, um lugar de balão, e é chamado de arraial, a senhora pode dar o nome de Arraial de São João. Aí ela disse: “tudo bem, gostei”. [...] Então, o que aconteceu, ela vendo aquela movimentação, tudo, começou a fazer as novenas. Lá mesmo na Santana, quando tinha algum movimento, nas épocas juninas. Depois é que ela, ao lado do campo, ela mandou construir uma capelinha, e nessa capelinha começou surgir a povoação; as pessoas iam novena, iam aos jogos de futebol, e as pessoas se interessaram a morar por ali. Até que surgiu um povoado, e esse povoado foi recebendo o nome de Arraial, isso já no município de Matias Olímpio [...] (MIGUEL RAMOS RODRIGUES)⁸.

Percebe-se uma mudança de foco da localidade de Santana para a localidade de Taboca, mudanças estas estimuladas pela ação dos moradores, através da construção do campo de futebol e pela doação do terreno por parte de Dona Raimunda, para a construção da capela de São João Batista (FIGURA 7). Com isso, a Taboca, que antes era uma área sem atrativos, passa a ser o foco das reuniões de jovens e adultos, atraídos pelo lazer do campo de futebol e pelas novenas da capela.

A localidade de Santana, aos poucos, vai deixando de ser a grande atração devido ao movimento organizado na Taboca, congregando pessoas das outras localidades, atraídas pelo futebol, pelas quermesses, festa e ponto de encontro das famílias. A devoção ao padroeiro da localidade, São João Batista, pela Senhora Raimunda, contribuiu para que a denominação da localidade de Taboca passa-se a ser Arraial de São João.

⁸ Entrevista concedida por Miguel Ramos Rodrigues, a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 13 de mai. 2014.

Figura 7 – Capela São João Batista, construída pela Sra. Raimunda ao lado do terreno doado por ela para construção do campo de futebol (Taboca), 1997.



Fonte: Imagens obtidas a partir de VHS (1997) do arquivo pessoal da família Augusto Rocha.

A área onde funcionou o campo de futebol (FIGURA 7), da localidade Taboca que depois foi batizado como Arraial de São João e hoje São João do Arraial, abriga a Igreja Matriz do município (FIGURA 8).

Com o tempo a população foi aumentando, Matias Olímpio mandou fazer um grupo escolar, já tinha um poço, um chafariz. O povoado começou a aumentar, e ficou São João do Arraial. Tinha Santana, e depois de Santana veio São João do Arraial... E Matias Olímpio se interessou também, os políticos se interessaram por que começou a juntar gente, tinha voto e tudo mais, e já tinha umas benfeitorias lá e foi que veio a proposta de emancipação. [...] Santana era de Luzilândia. Luzilândia englobava o que era Matias Olímpio e São João do Arraial, depois que Matias Olímpio foi desmembrada de Luzilândia, e São João do Arraial foi desmembrado de Matias Olímpio [...] (MIGUEL RAMOS RODRIGUES)⁹.

⁹ Entrevista concedida por Miguel Ramos Rodrigues, a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 13 de mai. 2014.

Figura 8 – Área onde funcionava o campo de futebol da “Taboca”, onde depois foi construída a Igreja São João Batista em São João do Arraial-PI, 2014.



Fonte: A autora (2014).

Na década de 1980, o povoado recebe energia, posto telefônico e uma escola, que foram conquistas resultantes da atuação da associação de moradores do local, do qual Senhor João Aguiar fazia parte. Ele relata: “Criamos a associação de morador, e essa associação foi que pediu energia, através da associação veio a água. Começou trazer água, telefone, posto telefônico, foi através da associação, energia, o poço tubular” (JOÃO AGUIAR¹⁰).

A presença de lideranças e a formação da associação de moradores constituíram uma força de comando local, em prol de melhorias para o povoado, proporcionando maior atratividade no seu processo de povoamento. Deve-se destacar que além dos aspectos econômicos, culturais, naturais no processo de territorialização de São João do Arraial, os aspectos políticos foram, também, relevantes a partir de 1970. Além do empoderamento local na busca de melhorias para o povoado, observa-se o movimento político nacional e dos municípios vizinhos, quanto às demandas de emancipação, que acabam despertando o interesse político pelo povoado de Arraial de São João.

Esse crescente processo de emancipação foi favorecido pela Constituição brasileira de 1946 (conhecida como municipalista) que trouxe o aumento do poder político e financeiro dos

¹⁰ Entrevista concedida por Sr. João Aguiar, a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 22 de ago. de 2014.

municípios e, com isso, a criação de muitos municípios (como o de Matias Olímpio em 1950). Por outro lado, a Constituição de 1967, por meio da Lei Complementar nº 01/1967, estabelece critérios mais rígidos para a emancipação, como o número mínimo de 10 mil habitantes e um eleitorado de no mínimo 10% da população (IBGE, 2002).

Já a Constituição de 1988 torna o município um ente federativo, com autonomia municipal e com eleições diretas para prefeitos e vereadores, o que é um atrativo político. Além disso, os municípios podem prestar serviços públicos, criar distritos e resguardar o uso correto do solo urbano, legislar sobre assuntos de interesse local, elaborar a própria Lei Orgânica, estabelecer e arrecadar impostos e taxas, receber por transferência parte da receita de impostos dos estados e da União, entre outros (IBGE, 2011).

Há um crescente número de emancipações municipais no Brasil, a partir da década de 1940, e entre 1980 a 2000 houve mais de 1.500 emancipações registradas (IBGE, 2011), período no qual São João do Arraial se emancipou de Matias Olímpio.

Para esse processo emancipatório, houve uma interlocução política local inflada, por força de Matias Olímpio, conforme depoimentos abaixo:

Provocou porque nossa cidade mãe, Matias Olímpio, é uma cidade pequena, distante, e nosso povoado aqui... Achamos por bem pegar a associação e reivindicar os eleitor pra passar pra cidade, e aí os político não queria não, mas nós fizemos reunião no colégio, e veio um rapaz de Barras, acostumado com plebiscito, e perguntava nós se queria um plebiscito, e todo mundo queria, levantava mão, queira um plebiscito, e fomos pro Marajá, município de Luzilândia pra pegar um pedaço de Luzilândia, também lá concordaram, aí levaram a reivindicação pro governo e o prefeito da nossa cidade, e a nossa cidade também ajudou - a cidade de Matias Olímpio, a cidade mãe -, fez o mercado aí a ajuntou a população, político e se reunimo tudo e foi feito o plebiscito (JOÃO AGUIAR¹¹).

Confere, por sinal, a gente se juntou a um senhor de Barras, e eu, seu João Nuca [João Aguiar] e dona Luzia foi quem começamos a emancipação aqui, fizemos reunião, chamamos deputados, por sinal o deputado Adolfo Nunes, Sebastião Leal, e o político de Matias Olímpio, que era quem governava aqui, a gente dependia de Matias Olímpio, nessa época o Cesar Maia que era o prefeito, e ele deu maior apoio pra ser emancipado aqui, por sinal foi feito um mercado as pressas por ajuda dele (CESARINA BORGES¹²).

Porque lá em Matias Olímpio é um lugar muito ruim, aí o pessoal começaram a vim embora de lá pra cá e foi aumentando, foi aumentando, até que o prefeito lá veio e disse que não passava porque aqui não tinha mercado, mas ele construiu o mercado aqui e passou pra cidade (MARIA DE MELO LIMA¹³).

¹¹ Entrevista concedida por Sr. João Aguiar, a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 22 de ago. de 2014.

¹² Entrevista concedida por Cesarina Borges, a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 22 de ago. de 2014.

¹³ Entrevista concedida por Maria de Melo Lima, a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 22 de ago. de 2014.

Em todos os depoimentos colhidos há a presença da ação popular estimulada pelo apoio do Poder Municipal de Matias Olímpio, em um dos depoimentos, quando perguntado sobre quem teve a ideia de transformar Arraial de São João em município, a entrevistada cita que a ideia veio do Prefeito de Matias Olímpio (na época o Sr. César Maia), que devido à disputa por espaço político no município com o seu vice; sugeriu a emancipação do povoado, objetivando uma nova área de domínio político (São João do Arraial). Observa-se também a necessidade de plebiscito, na fala do Sr. João Aguiar, em atendimento ao artigo 18 da Constituição Federal de 1988:

Art. 18º - A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

Parágrafo 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

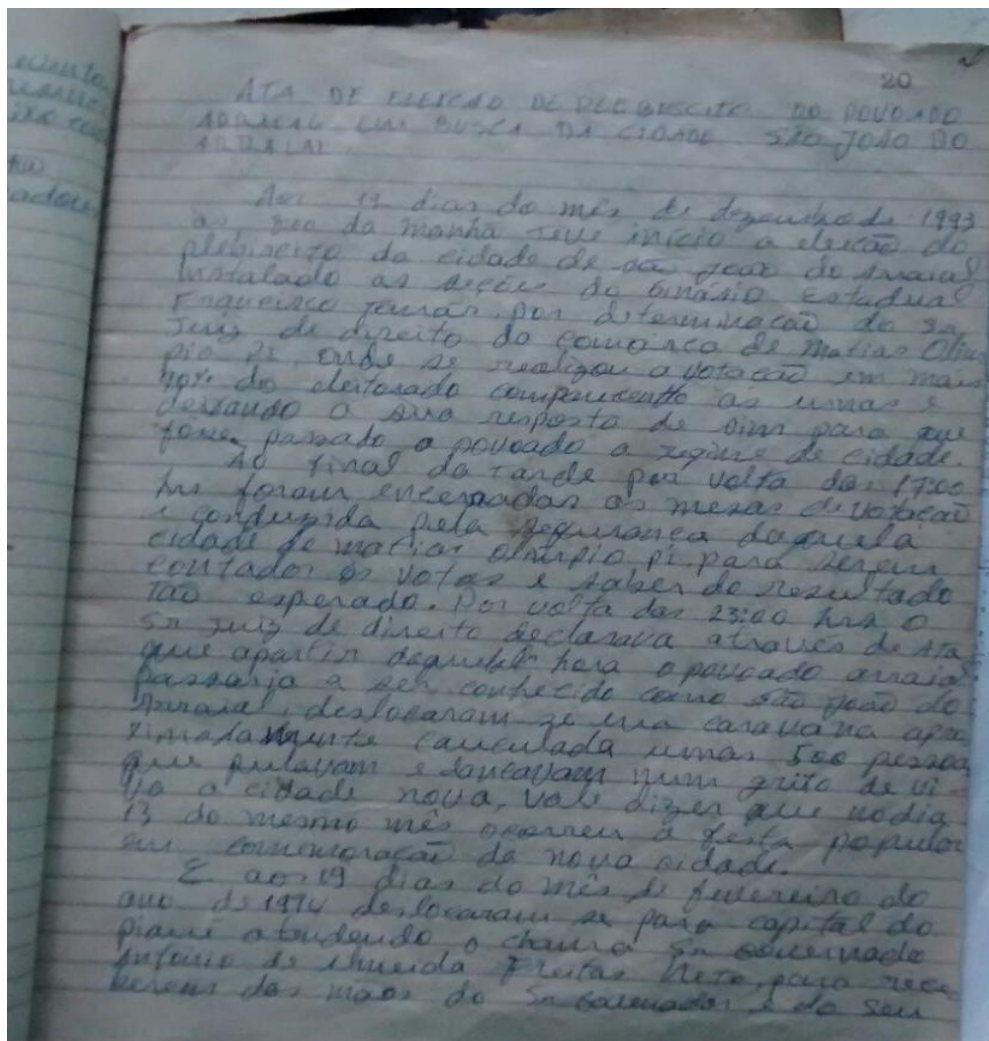
Parágrafo 4º - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei (BRASIL, 2012, p. 25).

O plebiscito para consulta de emancipação do município foi realizado em 13 de dezembro de 1993, obtendo aprovação da população local. Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São João do Arraial, pela Lei Estadual nº 4.680/1994 (IBGE, 2015). Começa então um novo processo de territorialização com uma dimensão predominantemente política. No estudo realizado pelo Instituto Pólis, organizado pelos pesquisadores Moraes e Borges (2010), essa transição é relatada da seguinte forma:

Devido à distância do povoado de Arraial de São João à sede de Matias Olímpio, iniciou-se, na década de 90, um movimento de emancipação política liderado pelo Sr. Bernardo Araújo Rocha, conhecido popularmente por “Binú”. Após a realização de um plebiscito, em 1996 foi realizada a primeira eleição municipal para prefeito, quando o Sr. Binú foi eleito pelo PMDB, e no dia 1º de janeiro de 1997 a cidade foi formalmente emancipada. O prefeito Binú foi administrador da cidade por dois mandatos seguidos e trocou o nome da cidade para São João do Arraial (MORAIS; BORGES, 2010, p. 302).

A Figura 9 corresponde à ata do plebiscito realizado no povoado Arraial de São João, em busca da emancipação.

Figura 9 – Ata de eleição de Plebiscito do povoado Arraial em busca da cidade de São João do Arraial, 1993.



Fonte: A autora (2014).

A gestão do primeiro prefeito, Sr. Bernardo Araújo Rocha (que foi vice-prefeito de Matias Olímpio na época do plebiscito), foi de dois mandatos (1996-2004), deixando poucos ganhos em termos de desenvolvimento local, de acordo com os depoimentos dos moradores entrevistados.

Para analisar este período e a gestão posterior, fez-se consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal – Convênios por Estado/Município (TABELA 2). Identificou-se os convênios estabelecidos entre o Governo Federal e o município de São João do Arraial entre os anos de 1997-2014, com o propósito de averiguar as melhorias implantadas, por meio desses, durante os dois primeiros mandatos do Prefeito Bernardo Araújo Rocha (1997-2000 e 2001-2004) e do Prefeito Francisco Limma (2005-2008 e 2009-

2011). Neste último mandato, o Prefeito deixa o cargo em 2011 para assumir a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Tabela 2 – Montante liberado resultante de convênios firmados entre o governo federal e o município de São João do Arraial, no período de 1997 a 2011¹.

Período	Recursos Liberados (R\$)
1997 a 2004	R\$ 4.530.662,74
2005 a 2011	R\$ 5.260.342,25

¹Valores corrigidos pelo IGPDI-FGV, base agosto de 2015.

Fonte: Elaborado pela autora (2014), a partir de Brasil (2014a).

O montante liberado no período de 1997 a 2004, nos dois mandatos do Sr. Bernardo Araújo Rocha, perfazem R\$ 4.530.662,74 (valores reais), como está demonstrado na Tabela 1. Estes recursos foram solicitados e liberados para aplicação em: manutenção da escola pública; compra de um transporte escolar; compra de material higiênico e de primeiros socorros para a escola; melhoria das condições de habitabilidade; infraestrutura urbana; saneamento básico; serviço de abastecimento de água; e desenvolvimento do cooperativismo e associativismo rural (BRASIL, 2014a)¹⁴.

No período de 2005 a 2011, correspondente aos dois mandatos do Prefeito Francisco Limma, o montante liberado para a Prefeitura municipal foi de R\$ 5.260.342,25 (valores reais), para aplicação em: em ações de aperfeiçoamento e desenvolvimento da qualidade do ensino fundamental; obras de infraestrutura urbana; desenvolvimento do arranjo produtivo da ovinocaprino cultura; aquisição de uma motocicleta e veículo para transporte de crianças; construção e compra de equipamentos da Escola Família Agrícola; desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, no processo de ensino da educação inclusiva; pavimentação de 12.181,16 m² de vias públicas; ampliação e aquisição de equipamentos para a Escola Família Agrícola; e festival de cultura de São João do Arraial (BRASIL, 2014a).

É na gestão do prefeito Francisco Limma que nasce o Banco dos Cocais, no ano de 2007. Além dessa ação, outras medidas foram implementadas e que interferiram na dinâmica econômica e social do município, contribuindo para o desenvolvimento do município. Dentre elas, ressalta-se a criação da Escola Família Agrícola (EFA) Cocais, uma escola de ensino médio integrado profissionalizante, voltada para a formação técnica em agricultura e criação de animais de pequeno porte; através do regime de alternância, no qual os alunos passam 15

¹⁴ Em Anexo A o resultado da Consulta no Portal da Transparência do Governo Federal – Convênios por Estado/Município, do Município de São João do Arraial.

dias na escola e depois, 15 aplicando o aprendizado em casa. A escola atende a estudantes de doze municípios do Território dos Cocaís (Campo Largo, Joca Marques, Morro do Chapéu, São João do Arraial, Porto, Luzilândia, Esperantina, Batalha, Joaquim Pires, Matias Olímpio, Madeiro e Nossa Senhora dos Remédios). Outras ações do Poder Municipal, na gestão do Prefeito Francisco Lima, foram: o programa Cidade Digital que disponibilizava internet gratuita a todos os moradores (inativa atualmente por conta da falta de sinal *wi-fi* no município); a criação do projeto Escola Local Organizada (ELO), instituído em 2006, estimulando a compra de alimentos, para a merenda escolar, de produtores locais (essa iniciativa local da prefeitura hoje é respaldada por Lei Federal nº 11.947/2009).

A urbanização do município proporcionou um maior desenvolvimento do comércio local e, com isso, uma territorialização econômica crescente e visível na Avenida Vicente Augusto que concentra 80% do comércio local. Nas Figuras 9 a 17 é possível acompanhar a estruturação urbana e social do município, a partir de 1997. Nestas figuras são apresentadas fotos, de 1997 e 2014, da avenida principal, da Prefeitura Municipal, do comércio no centro do município, das escolas (Colégio Francisco Tomaz e da Escola Família Agrícola) e do festival de Cultura dos Cocaís.

A Figura 10 corresponde à Avenida Vicente Augusto (a principal via do município) no ano de 1997, com poucas construções, onde predominava as moradias de “pau a pique”; presença de energia elétrica e falta de calçamento.

Figura 10 – Avenida Vicente Augusto em São João do Arraial, 1997.



Fonte: Imagem obtida a partir de VHS (1997) do arquivo pessoal da família Augusto Rocha.

A Figura 11 retrata a mesma Avenida Vicente Augusto, já urbanizada e detentora da maior concentração de estabelecimentos comerciais formais e informais do município; e local de realização de feiras itinerantes. A maioria dos estabelecimentos comerciais vendem produtos básicos do gênero alimentício.

Figura 11 – Avenida Vicente Augusto em São João do Arraial, 2014.



Fonte: A autora (2014).

Na Figura 12 tem-se a Prefeitura de São João do Arraial em 1997, em estrutura simples, configurando o perfil das construções do governo municipal da época, sem muita tecnologia e sem estruturas modernas de construção.

Figura 12 – Prefeitura Municipal de São João do Arraial, 1997.



Fonte: Imagem obtida a partir de VHS (1997) do arquivo pessoal da família Augusto Rocha.

Já na Figura 13, a prefeitura de São João do Arraial (foto de 2014) em estrutura moderna e urbanizada, com a presença de algumas tecnologias já disponíveis no atendimento e funcionamento interno (computadores, aparelhos de ar-condicionado, impressoras).

Figura 13 – Prefeitura Municipal de São João do Arraial, 2014.



Fonte: A autora (2014).

O comércio presente no centro do município de São João do Arraial, em 1997, era tímido e pouco estruturado (FIGURA 14), com o atendimento às necessidades mais básicas de consumo, com pouca diversidade de produtos.

Figura 14 – Presença de Comércio no Centro do Município de São João do Arraial, 1997.



Fonte: Imagem obtida a partir de VHS (1997) do arquivo pessoal da família Augusto Rocha.

Em 2014, o município já apresenta uma estrutura de comércio mais desenvolvida (FIGURA 15). No registro, o município apresenta várias atividades econômicas presentes na Avenida Vicente Augusto, que são em sua maioria do setor de comércio, seguido do setor de serviços.

Figura 15 – Comércio no centro do Município de São João do Arraial, 2014.



Fonte: A autora (2014).

A Unidade Escolar “Francisco Tomaz” (FIGURA 16) foi o primeiro estabelecimento educacional do município, em estrutura simples e com poucos recursos educacionais presentes, representava o acesso ao ensino dentro do município que hoje já conta com outras unidades educacionais.

Figura 16 – Primeiro colégio de São João do Arraial, 1997.



Fonte: Imagem obtida a partir de VHS (1997) do arquivo pessoal da família Augusto Rocha.

Destaque para EFA COCAIS (FIGURA 17), a escola agrícola que funciona de acordo com a pedagogia de alternância, com foco no potencial agropecuário do município. A escola conta com recursos educacionais variados, como laboratório de informática com acesso à internet, biblioteca e campo de aulas práticas.

A escola está situada na localidade “Quente”. Com uma estrutura física e uma pedagogia inovadoras para o município, a escola atende a 120 alunos de 13 municípios e oferece ainda, dormitórios e refeitório. Recebe recursos do Governo Estadual por cada estudante matriculado e apoio de instituições não governamentais para a sua manutenção.

Para o seu bom funcionamento, a escola necessita estar integrada com a comunidade, as famílias dos estudantes, os mantenedores, os movimentos sociais e o Governo para que haja a sua sustentabilidade a longo prazo.

Figura 17 – Escola Família Agrícola (EFA) Cocais em São João do Arraial, 2014.



Fonte: A autora (2014).

O município se destaca no estado pelo Festival Cultural de São João do Arraial (FIGURA 18) que este ano de 2015, passou a acontecer no mês de julho, logo depois dos festejos do padroeiro do município em junho, sendo um período esperado pelos sãojoenses por movimentar social e economicamente o município, atraindo visitantes de municípios vizinhos e da capital Teresina.

Figura 18 – Imagens do X Festival Cultural dos Cocalis, em São João do Arraial, em 2014.



Fonte: São João do Arraial (2014).

O caminho percorrido até aqui, é permeado de relações sociais construídas no espaço territorializado, que retratam como os sujeitos se apropriaram do território. Considerando que o território é o cenário do poder e que é através das relações que o poder é “visível”, percebe-se que as manifestações dos indivíduos na busca de necessidades individuais e coletivas geram situações de dependência ou independência ao outro, de acordo com a situação. Nesse jogo de conquistas, o território vai sendo desenhado por ações que podem ter uma conotação econômica, política, cultural e até mesmo natural.

Assim, este capítulo procurou traçar o percurso da construção territorial de São João do Arraial e as disposições dos “atores sintagmáticos” estabelecendo os “nós”, que proporcionaram a construção das “redes” em prol da obtenção dos objetivos ora individuais, ora coletivos.

As relações de poder estabelecidas pelos sujeitos, de forma individual ou compartilhada, foram construídas mediadas por razões diversas mas, pertinentes aos interesses que predominavam a cada tempo dessa história.

A trajetória do território, na história de São João do Arraial, é percebida por meio das ações de seus atores que foram provocando mudanças na sociedade e no espaço, no decorrer do tempo. Assim, pode-se pontuar essas intervenções e relacioná-las com as razões que as determinaram como: uma razão natural que está presente na ação dos migrantes vindos do Ceará, em decorrência da seca, é a busca por terras que dispunham de condições naturais para

proporcionar o autossustento, o qual pode ser viabilizado, também, pelas atividades extrativista e a agrícola que já eram presentes nas práticas dos sujeitos locais, como apresentada na fala do Sr. João Garcia; uma razão econômica que é observada na atuação do Sr. Francisco Miguel ao instalar o primeiro comércio em Santana, impulsionado por um interesse individual, mas que também, apresentou consequências determinantes para o coletivo, com o estabelecimento de relações socioculturais (as quermesses, as novenas, o bumba-meu-boi e as conversas que eram tecidas dentro e nos arredores do comércio); uma razão cultural impulsionou a ação do Sr. Miguel Rodrigues e de outros moradores, no intuito de socializar a localidade Taboca, através da construção do campo de futebol, o que resultou no deslocamento do centro dos acontecimentos socioculturais de Santana para Taboca e no aumento do número de moradores nesta última; uma outra razão cultural está atrelada a doação do terreno para construção da capela de São João Batista por D. Raimunda Pereira, em decorrência de promessa, o que reforça a imagem da localidade Taboca como um local de identificação cultural; uma razão política é observada na busca por melhorias para a localidade (como água e escola) e pela formação da associação de moradores, com o objetivo de organizar e fortalecer as demandas do moradores de Arraial de São João; uma outra razão política se observa com a ação de articulação dos políticos de Matias Olímpio e dos moradores locais de Arraial de São João, com o intuito de emancipar esta última; e uma razão econômica, com bases solidárias, é a criação do Banco dos Cocais, em 2007, pelo prefeito Sr. Francisco Limma, que objetivava dinamizar a economia local de forma solidária.

Todas essas ações foram concretizadas pelas relações sociais destes atores que foram tecendo suas “malhas” e dando forma ao que, hoje, é o município de São João do Arraial.

Em 2007, quando o Banco dos Cocais é inaugurado no município, esta outra etapa na construção territorial se apresenta, mediada pela tentativa de construção das relações solidárias em meio às relações políticas. Diante disso, procurou-se, a seguir, construir a **Caracterização do Município de São João do Arraial-PI** neste trabalho, relatando os dados mais atuais a respeito dos seus aspectos geográficos, econômicos e sociais, para os quais as ações do banco devem estar direcionadas.

4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL - PI

Do encanto e da riqueza vou falar
 De uma cidade menina de um futuro a deslumbrar
 A mandioca e a renda de babaçual
 Deram origem a São João do Arraial
 Eu vejo nos teus filhos nossa gente, povo alegre e decente
 Com amor ao seu torrão
 Tua conduta é de paz e união
 Tua beleza vem do centro deste chão

São João do Arraial
 Terra querida e de muitos festivais
 São João do Arraial
 És pertencente ao Território dos Cocaís

(Hino de São João do Arraial – Maria das Mercês Santos)

Este capítulo tem como objetivo caracterizar o município de São João do Arraial e, descrever a sua área de inserção no estado do Piauí, com ênfase nas suas delimitações, sua história, seus principais indicadores econômicos e sociais.

Para a elaboração do presente diagnóstico foram realizadas: pesquisas bibliográficas junto a publicações oficiais e estudos científicos; consultas a diversos bancos de dados, dentre eles IBGE, Fundação CEPRO, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Agência Nacional de Águas (ANA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Ministério do Meio Ambiente (MMA); entrevistas com os habitantes do município; e levantamento fotográfico.

4.1 O Estado do Piauí: ocupação e desenvolvimento do território

São João do Arraial é um dos 224 municípios do Estado do Piauí e, para entendê-lo, é preciso, primeiramente, compreender a formação do Estado.

As primeiras informações sobre a ocupação das terras que atualmente correspondem ao estado do Piauí, datam de meados do século XVII, “[...] quando o português Nicolau de Resende naufragou no litoral e onde viveu durante quase duas décadas com a nação dos Tremembés, do delta do rio Parnaíba” (DIAS; SOUSA, 2010, p. 21). Mas, é somente no século XVII que a ocupação efetiva do território piauiense se inicia, com a presença do “homem branco” nas terras do “sertão de dentro”, como eram denominadas naquele período.

De acordo com Dias e Sousa (2010), o processo de povoamento se inicia por volta dos anos de 1660-70, e está ligado diretamente à Casa da Torre, instituição fundada na Bahia e administrada pela família Ávila. O principal objetivo da política de expansão territorial era estender as conquistas e o poder dessa respectiva instituição, para outras regiões da Colônia. Para a realização de tal empreendimento, a Casa da Torre financiava bandeirantes que fossem captores de índios e/ou conquistadores de terras, que seriam destinadas à pecuária (ALVES, 2003).

É em razão do combate ao índio que os primeiros fazendeiros vindos da Bahia penetraram nas terras piauienses. A poderosa Casa da Torre organiza, em 1674, importante expedição contra os "Gueguês" ou "Gurguéias" revoltados no São Francisco, nas proximidades do sul do Piauí. Os principais comandantes dessa expedição eram Francisco Dias de Ávila, Domingos Rodrigues de Carvalho e Domingos Afonso Sertão (SOUSA, 2008, p.4).

De acordo com Dias e Sousa (2010), essas expedições eram organizadas com 100 até 400 homens, fortemente armados, e equipados com cavalos, canoas e até mesmo grandes barcos. Os primeiros anos da colonização foram marcados profundamente pela guerra de extermínio e pela expulsão dos povos nativos que lá habitavam, pelas mãos dos “fazendeiros-exploradores”. O autor destaca que, diferentemente do que aconteceu com outras capitanias, o processo de povoamento do Piauí foi realizado de maneira inversa, do interior para o litoral; de forma desorganizada, irregular e sem nenhuma ferramenta de controle instituída pelo poder público vigente.

A principal forma de ocupação do território que hoje corresponde ao estado do Piauí, de acordo com Alves (2003), se deu através das instalações das primeiras fazendas de gado e da expansão da cultura canavieira, uma vez que, a partir do desenvolvimento desta cultura, surgiu a necessidade, ainda no século XVI, da busca de novas áreas destinadas às atividades complementares, ao funcionamento dos engenhos de açúcar, existentes na faixa litorânea nordestina. Elementos dos gêneros agrícolas e alimentares faziam-se necessários para o perfeito funcionamento da produção açucareira.

Devido à crescente ocupação das terras da Zona da Mata nordestina pela agricultura canavieira, praticamente monopolizando-as para a fabricação de açúcar, criou-se a necessidade de se buscar outras áreas para o desenvolvimento daquelas atividades que seriam auxiliares ao funcionamento dos engenhos: gêneros agrícolas alimentares, carne, lenha, couro, animal de tração e de transporte, etc. Tal situação provocou uma expansão portuguesa para além do domínio das unidades de produção de açúcar (ALVES, 2003, p.56).

Entre as atividades auxiliares aos engenhos, a pecuária, com o seu caráter inicialmente itinerante, tornou-se a mais importante dessas atividades, pois propiciou a principal atividade desencadeadora do movimento de povoação das mais variadas regiões do Brasil colonial, como os sertões nordestinos. Da Bahia partem os principais criadores de gado, instalando currais e dirigindo-se ao interior do Brasil, em áreas antes somente habitadas pela população nativa (ALVES, 2003).

A pecuária, diferentemente das outras atividades econômicas desenvolvidas na época, estava destinada a suprir as necessidades de um mercado interno cada vez mais carente de atividades auxiliares, capazes de fornecer elementos basilares para o desenvolvimento dessas culturas que, além da agricultura canavieira, abarcava também a mineração desenvolvida no sudeste do Brasil colonial. Posteriormente, com a crise nos mercados da cana-de-açúcar e da mineração, que eram as atividades com maior demanda de rebanhos do Nordeste, a pecuária se viu obrigada a estabelecer sistema capaz de proporcionar sua autossobrevivência, fator que a distanciava cada vez da sua condição básica inicial (SOUSA, 2008).

A implantação da pecuária no Piauí aconteceu sob o símbolo da luta armada pela posse das terras. O conflito de posseiros e arrendatários contra os sesmeiros que foram os responsáveis pela colonização, o extermínio e expulsão dos habitantes nativos marcaram a formação da sociedade piauiense. No Piauí, a posse dos meios de produção e do capital se configurou como os principais elementos à manutenção da propriedade. Sousa (2008) aponta que os primeiros bandeirantes e pecuaristas do sertão nordestino que, de fato, foram os responsáveis pela ocupação das terras piauienses, foram beneficiados com as concessões de sesmarias. Tiveram que enfrentar seus próprios trabalhadores, como vaqueiros e reдеiros, além dos inúmeros posseiros que foram se instalando na região. Barbosa Lima Sobrinho (1946), um dos maiores pesquisadores sobre a colonização do Piauí, conclui a respeito da questão territorial:

Quando se fizer a história territorial do País, sobretudo na região nordestina, há de se verificar: 1) que os domínios reivindicados pelos potentados são muito mais extensos que as concessões dadas; 2) que foi insignificante a proporção de sesmarias dadas aos povoadores efetivos da terra. Na história do devassamento do Piauí, esses fatos se patentearam de maneira mais precisa do que em qualquer outro episódio da conquista de nosso território. A concessão das sesmarias beneficiava a potentados baianos, nenhum dos quais pensaria em transferir as suas residências para essas paragens quase bravias. Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias d'Ávila, Bernardo Pereira Galo, Arcediago Domingos de Oliveira Lima, Catarina Fogaça, Pedro Vieira de Lima, Manuel Ferreira, Manuel de Oliveira Porto não teriam, por certo, nenhuma ideia de morar ou trabalhar nos descobertos do Piauí, como não a teria aquele Garcia d'Ávila Pereira, que em 1684, com quatro ou cinco anos de idade, já se inscrevia como titular de sesmarias, nas margens do Gurguéia e do Parnaíba (LIMA SOBRINHO, 1946, p.139-140).

A ocupação do Piauí, desde seus primórdios, foi marcada por homens que detinham fazendas, mas não moravam nas suas respectivas propriedades; que, ficavam nas mãos de seus homens de confiança ou eram arrendadas a terceiros. Contudo, a renda e os lucros financeiros, obtidos pelos fazendeiros, eram investidos fora do Piauí, no local onde moravam ou para a aquisição de mais fazendas e gado (SOUSA, 2008).

De acordo com Nunes (1982, p.7), “[...] os potentados absenteístas do litoral recebiam rendas daqueles que de fato conquistaram e desbravaram os sertões piauienses e fincaram neles os primeiros currais, ou seja, os posseiros e vaqueiros”. Para Holanda (1977), a terra concentrava-se nas mãos dos que residiam geralmente nas cidades e consumiam a produção dos elementos rurais, sem lhes dar nenhum retorno do que recebiam. “Poucos eram os donos de terras que participavam efetivamente do povoamento do território piauiense. O próprio Mafrense que era, na Bahia, arrendatário da família Ávila, mas chega no Piauí já na condição de sesmeiro não permaneceu ali por muito tempo” (ALVES, 2003, p.7).

A pecuária extensiva foi fator preponderante nas relações sociais e econômicas que se edificaram no sertão pecuarista, principalmente no Piauí. A pecuária instalou, no Piauí, uma sociedade rural marcada pelo isolamento físico, político e econômico. Isolamento provocado pela ausência de centros urbanos e pelas grandes distâncias que separavam as fazendas, ocasionando, assim, certo atraso econômico, em virtude da ausência de um mercado interno (ALVES, 2003).

A pecuária piauiense manifestou relações bem próprias no contexto do escravismo brasileiro. Os escravos e o gado eram parte de todo o capital investido nas fazendas, e cada unidade, da fazenda, possuía não mais que dois escravos. Isso mostra as claras condições que diferenciavam o escravismo implantando na pecuária e o estabelecido nas culturas de café e de açúcar, pois nelas o trabalho era bem maior e mais especializado (SOUSA, 2008).

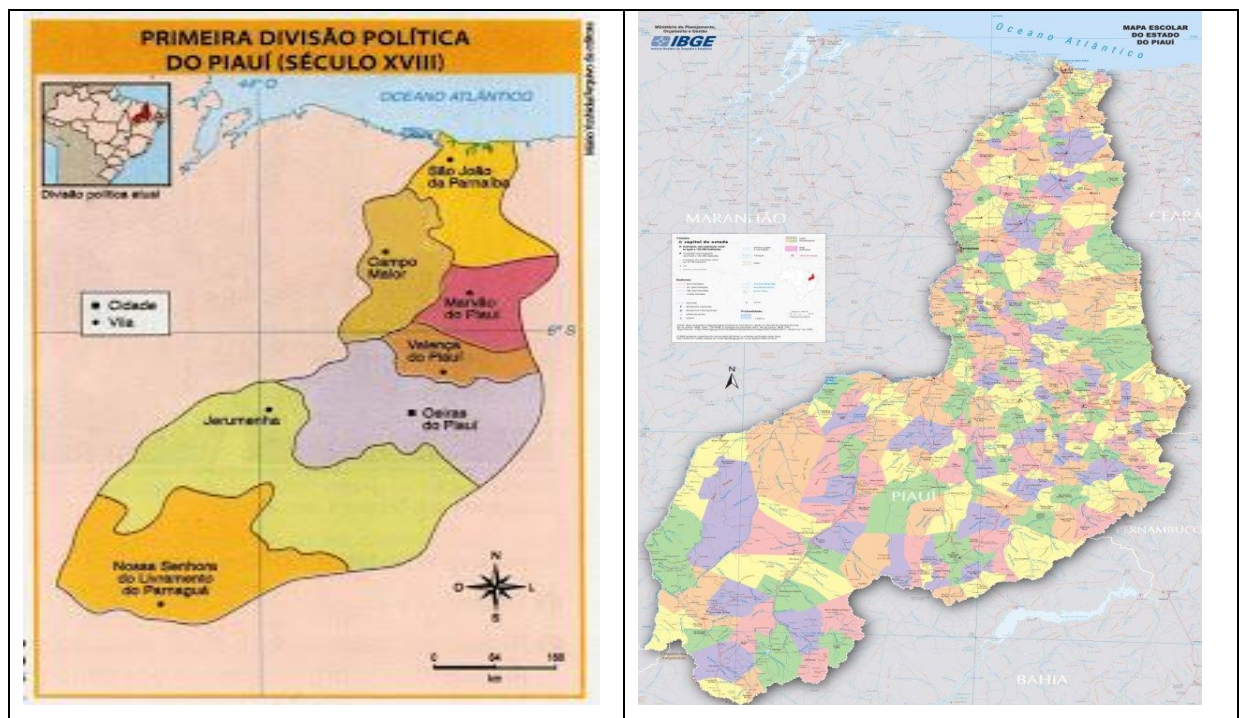
As fazendas que produziam, desde o final do século XVIII, passam a enviar seus produtos para alguns estados do Nordeste, já na primeira metade do século XIX, tais como: Maranhão, Ceará, Pará, Bahia, até mesmo para localizações situadas na Amazônia, como Guiana Francesa. Este comércio era realizado, com pouca variedade. Já, em meados do século XVIII, encontram-se indícios da fabricação e comercialização do charque no Piauí, comercializado nas feiras baianas e pernambucanas (SOUSA, 2008).

Administrativamente, o Piauí esteve sob a jurisdição de Pernambuco até o ano de 1701, quando foi anexado ao Maranhão através de Carta Régia (MELO; BRUNA, 2009). Em 1718, o Piauí se torna Capitania, quando foi oficialmente separado do Maranhão, tendo o seu

primeiro governo autônomo instalado quarenta anos depois, em 1758, quando João Pereira Caldas foi nomeado como seu primeiro governador (NUNES, 2001).

A partir da instalação de fato do governo autônomo do Piauí, é que a Capitania passou a executar determinações oficiais da Metrópole e a colocar em prática iniciativas próprias. Uma Carta Régia de 1761 autorizava a fundação de vilas na Capitania de São José do Piauí que, à época, possuía apenas a Vila da Mocha, elevada à condição de cidade e capital somente em 1762, com a denominação de Oeiras. Nesse mesmo ano, foram elevadas à categoria de vilas as povoações de Parnaguá, Jerumenha, Valença, Castelo, Campo Maior, Piracuruca e São João da Parnaíba, com seu pelourinho, e logo suas oficinas de charque vieram a manter uma atividade florescente. “Nesta época, cerca de 13.000 cabeças de gado eram abatidas anualmente e o porto da Parnaíba chegava a receber 10 embarcações por ano, que seguiam para Bahia, Rio de Janeiro e Pará” (SOUSA, 2008, p. 8). A divisão política da Capitania de São José do Piauí, no século XVIII, e a atual divisão política do Estado do Piauí, estão representadas na Figura 19.

Figura 19 – Divisão política da Capitania de São José do Piauí (século XVIII) e divisão política do Estado do Piauí São (século XXI)



Fonte: Delboni e Storace (2012); IBGE (2007a).

A fundação dessas vilas foi importante para garantir e consolidar o desenvolvimento da capitania, já que a ocupação das fazendas, geograficamente dispersas, não permitia a realização de um comércio interno mais atuante. Tal reforma efetivaria a ocupação da colônia,

restabelecendo o poder real que estava naquele momento, a cargo dos proprietários de fazendas (IPHAN, 2006).

4.2 Histórico e Aspectos Políticos de São João do Arraial

O município de São João do Arraial antes de sua emancipação era caracterizado como povoado da cidade vizinha de Matias Olímpio. Foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São João do Arraial, pela Lei Estadual nº 4680/1994 e instalado em 1997 (IBGE, 2015).

A falta de fontes bibliográficas, sobre a história de formação do município de São João do Arraial, pôde ser sanada por meio de entrevista com os moradores antigos do município. Neste sentido, a entrevista dada pelo Sr. Miguel Ramos Rodrigues, fisioterapeuta, São Joãoense, filho do Sr. Francisco Alves Rodrigues (o Chico Miguel) um dos primeiros moradores do lugarejo, que mais tarde daria origem ao município. Assim, tem-se o seguinte relato completo da história da formação do território de São João do Arraial¹⁵:

Veja bem, antes de década de 40, tudo era Luzilândia, de Luzilândia é que foi desmembrado Matias Olímpio na década de 50, depois de muito tempo é que foi desmembrado de Matias Olímpio, São João do Arraial... Em São João do Arraial é o seguinte, naquela região de Santana, na década de 60, 40, 60, era um lugarejo simples, tinha poucas casas. Meu pai chegou na região de Santana, naquele local, em 1945. Primeiro fez uma budegazinha, tipo uma lojinha lá, foi começando a organizar e foi começando e convergindo várias pessoas para aquela região até tomar sentindo de um povoadozinho. E o local onde hoje é São João do Arraial, tinha uma povoação muito pequena, lá na Santana, como tinha comércio, era um comércio muito movimentado, vinha gente de outros lugares, no domingo era movimentado, tinha sanfoneiro, então lá era muito animado. Lá nessa região onde começou São João do Arraial não tinha praticamente nada. Quando foi em 1970, eu e meu primo nós analisamos e vimos que tinham várias pessoas casadas jovens, e também solteiras, praticamente sem fazer nada no final de semana. Aí eu disse pra ele, rapaz, vamos ver se a gente faz ao menos um campo de futebol para esse povo se divertirem durante o final de semana, e como tava estimulado futebol naquela época, que era época de copa do mundo, num local chamado Taboca, numa chapada, nós convidamos várias jovens, pra um dia de sábado, final de semana abrimos um local para fazer um campo de futebol, e foi feito um campo de futebol, ficava na margem de uma estrada que ia de Santana pra Matias Olímpio, e esse campo começou em julho de 70, quando foi inaugurado, no final da copa. Aí ficou aquele local, e todo domingo, começou a movimentar, começou a juntar; até que lá Santana, num dia de novena a noite, a dona Raimunda Pereira, chegou assim conversando comigo e disse “ você que se formou agora, uma pessoa entendida nessas coisas... eu gostaria que desse uma sugestão: que nome a gente deve dá pra um local que o padroeiro seja São João? ” Mas por que dona Raimunda? “é que eu fiz uma promessa pra São João, que se meu filho ficasse bom de uma doença que ele tinha, eu daria um pedaço de terra para construir uma capelinha.... aí eu falei pra ela, dona Raimunda é o seguinte, lugar onde São João é padroeiro é um lugar alegre, é

¹⁵ Partes deste relato foram apresentadas no Capítulo 3, mas não de forma contínua e completa.

um lugar de fogueira, um lugar de balão, e é chamado de arraial, a senhora pode dar o nome de Arraial de São João. Aí ela disse, “tudo bem, gostei”... então o que aconteceu, ela vendo aquela movimentação, tudo, começou a fazer as novenas. Lá mesmo na Santana, quando tinha algum movimento, nas épocas juninas. Depois é que ela, ao lado do campo, ela mandou construir uma capelinha, e nessa capelinha começou surgir a povoação; as pessoas iam novena, iam aos jogos de futebol, e as pessoas se interessaram a morar por ali. Até que surgiu um povoado, e esse povoado foi recebendo o nome de Arraial, isso já no município de Matias Olímpio. Com o tempo a população foi aumentando, Matias Olímpio mandou fazer um grupo escolar, já tinha um poço, um chafariz. O povoado começou a aumentar, e ficou São João do Arraial. Tinha Santana, e depois de Santana veio São João do Arraial... E Matias Olímpio se interessou também, os políticos se interessaram por que começou a juntar gente, tinha voto e tudo mais, e já tinha umas benfeitorias lá e foi que veio a proposta de emancipação... Santana era de Luzilândia. Luzilândia englobava o que era Matias Olímpio e São João do Arraial, depois que Matias Olímpio foi desmembrada de Luzilândia, e São João do Arraial foi desmembrado de Matias Olímpio... A base foi esse comércio lá, porque todo mundo vinha de fora fazer compra lá no comércio do seu Francisco Miguel, meu pai, que ainda é vivo. Então, tendo esse comércio lá, nesse povoado, o pessoal vinha todo fazer compras. Ele sempre trazia novidades, as coisas quando acontecia na cidade ele trazia pra lá... primeira bicicleta foi ele que trouxe, primeiro rádio foi ele que trouxe. Ele era um comerciante que trazia as mercadorias, mas também trazia as novidades... Naquele tempo já se tinha algo cultural, bumba-meu-boi, reisado, eles faziam, mas de uma forma muito rústica, e só quando surgia algum festejo que eles iam pra casa de alguém que tinha condição de dar alguma coisa. Depois que surgiu a capela foi que começou a despertar esse interesse, melhorou mais a assistência das pessoas. Começou as pessoas irem a morar fora, e voltar com algum dinheiro e fazer uma casa melhor, e isso foi aumentando. A estrada que era ruim começaram a ajeitar... mas o importante foi depois da década de 70, quando foi criado o povoado e na época da emancipação. Todo mundo já estava com mais conscientização. Teve uma época que a assembleia abriu um leque para a criação de vários e vários municípios, e nessa época os políticos acharam interessante para criar esse município. Houve um plebiscito, o plebiscito trouxe esse nome de São João do Arraial, mas eu tinha dado a sugestão era de Arraial de São João, mas os políticos na hora da criação do nome mesmo, deram o nome de São João do Arraial (MIGUEL RAMOS RODRIGUES¹⁶).

A partir da constituição do município, este apresentou 5 mandatos, dos quais foram eleitos 3 prefeitos. Nos dois primeiros mandatos, o prefeito foi Bernardo Araújo Rocha (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), nos dois seguintes foi Francisco Limma (Partido dos Trabalhadores – PT) e, no último (gestão atual), tem-se Adriano Ramos, do PT e Leila Probo, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), como vice-prefeita. O legislativo está formado por nove vereadores (QUADRO 1), dos quais quatro do PT, dois do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e mais um do Partido Progressista (PP), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do PMDB.

¹⁶ Entrevista concedida por Miguel Ramos Rodrigues a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 13 de mai. 2014. Esta entrevista foi gravada e transcrita na íntegra.

Quadro 1 – Vereadores de São João do Arraial, no período de 2013-2016.

NOMES	PARTIDOS
Francisco Onofre de Santana	PTB
Manoel Alves Lima	PT
João Ferreira Pontes	PTB
Amilton Onofre de Santana	PT
Elisangela Maria Mota Barroso	PT
Francisco das Chagas Araújo	PT
Francisco Valfran Mesquita	PP
Jamil Ribeiro de Freitas	PDT
Paulo Sérgio Soares	PMDB

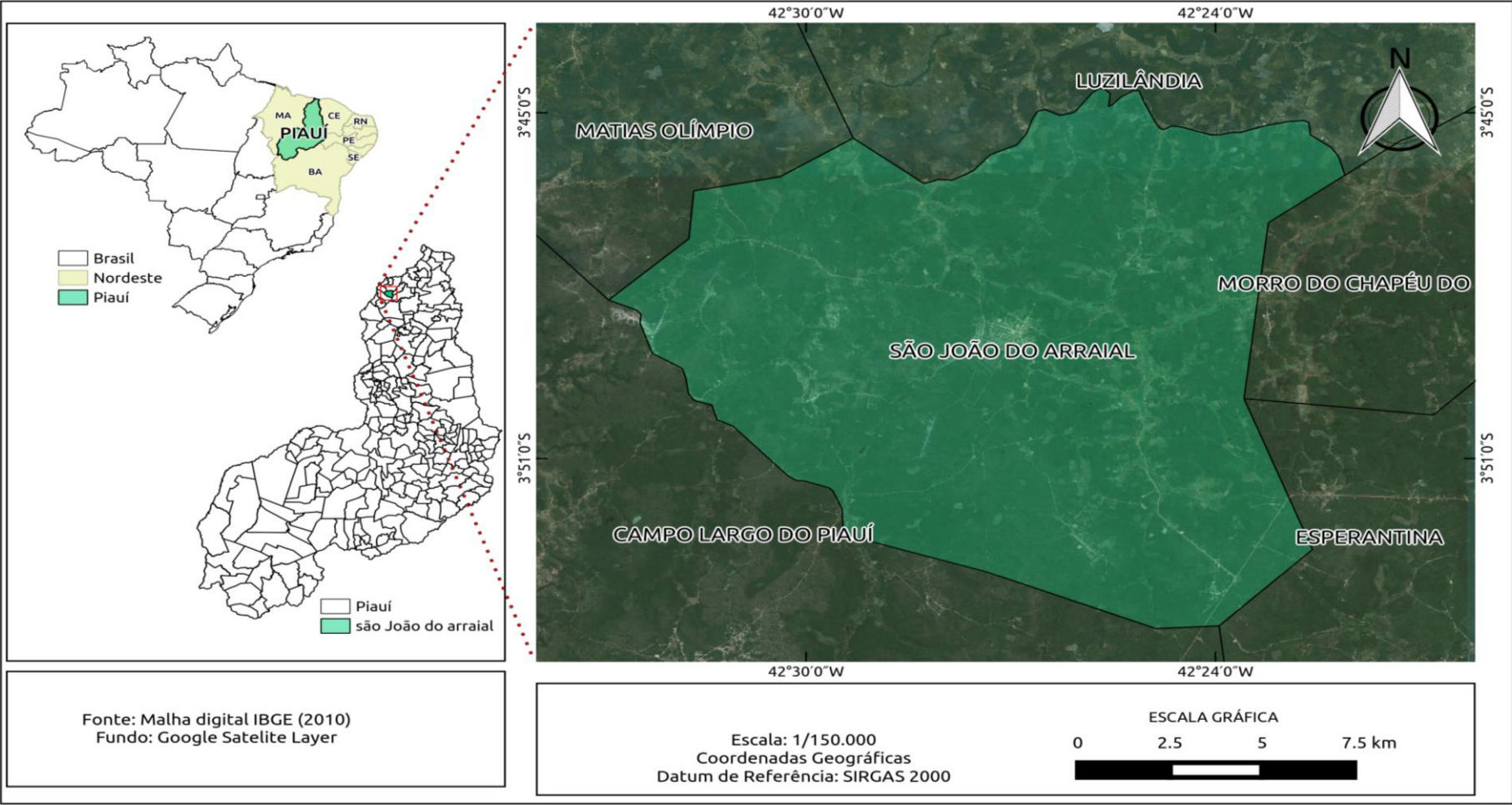
Fonte: Prefeitura Municipal de São João do Arraial (2013).

Segundo o TRE, a população apta a votar em São João do Arraial era de 5.237 em dezembro de 2007 e de 6.219 em dezembro de 2013, o que representava respectivamente 74,58% e 81,44% da população. Em junho de 2014, no município, havia 6.412 eleitores, dos quais 50,62% do sexo masculino, 49,72% do sexo feminino e 0,02% sem informação (BRASIL, 2014b).

4.3 Aspectos Geográficos

O município de São João do Arraial está localizado na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense, compreendendo uma área de 213,355 km² e tendo como limites ao Norte o município de Luzilândia, ao Sudeste Esperantina, ao Leste Morro do Chapéu, ao Sudoeste Campo Largo e ao Noroeste Matias Olímpio (FIGURA 20). A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 03°49'08" de latitude sul e 42°26'46" de longitude oeste de Greenwich, distando 146,5 km de Teresina.

Figura 20 – Localização geográfica do município de São João do Arraial-PI, 2010.



Fonte: Elaborado por Veras (2014), com base no *Google Earth Shapes*.

4.3.1 Aspectos Territoriais

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), no projeto do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba (PLANAP), considerando a integração de diversos aspectos (vegetação, clima, geologia, socioeconômico, níveis tecnológicos, dentre outros), subdividiu o Piauí em macrorregiões de desenvolvimento, o que resultou em 11 territórios de desenvolvimento, sendo eles: Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Guaribas, Vale do Canindé, Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueiras, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras.

Na visão de Raffestin (1993, p.50), o território reflete muito mais do que condições físicas e ambientais semelhantes, pois ele é a representação das relações de uma coletividade: “O território [...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.”

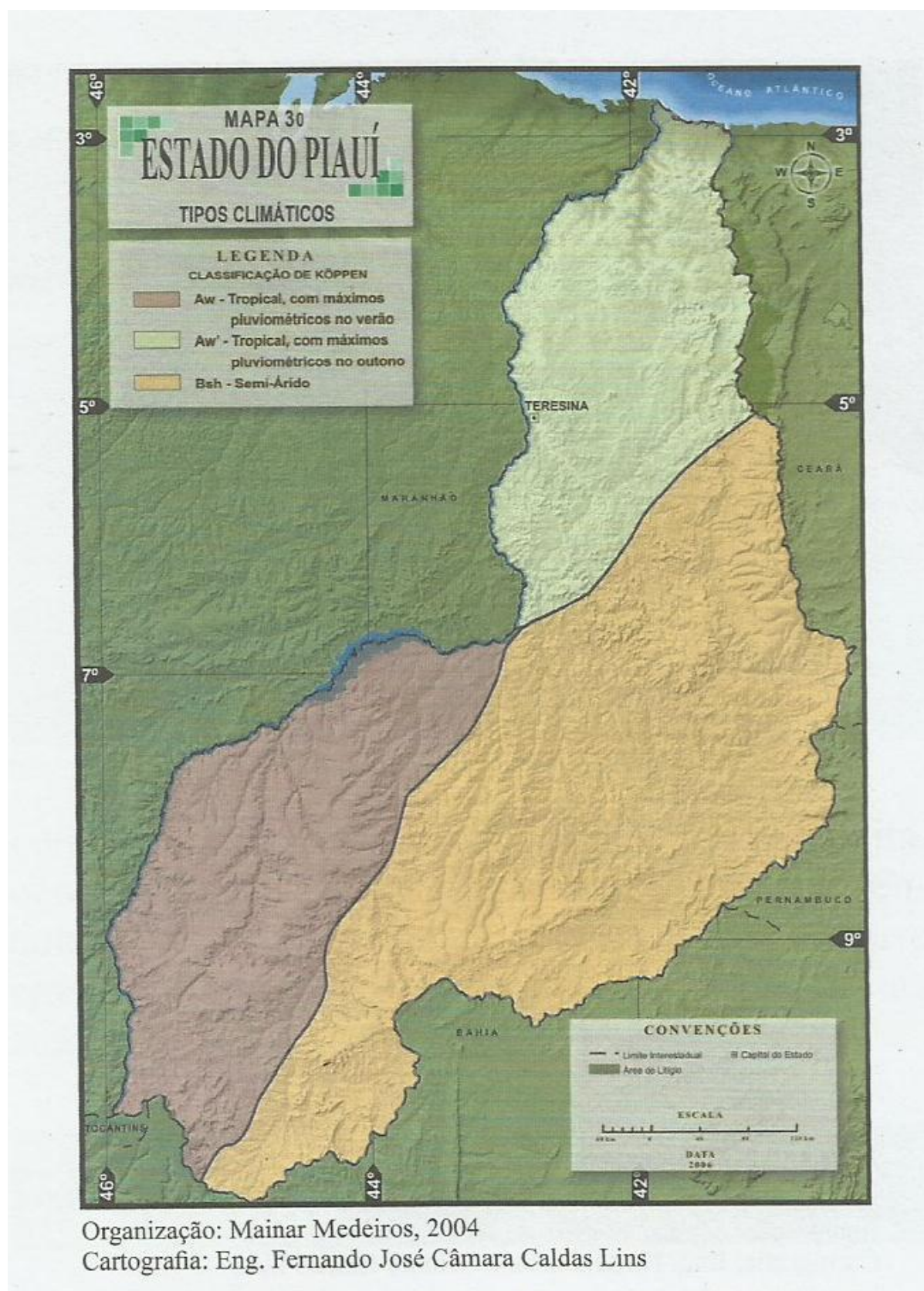
O município de São João do Arraial está inserido no Território dos Cocais, localizado na Macrorregião Meio Norte, na porção Centro Norte da Bacia do Rio Parnaíba. Possui essa denominação por resguardar a vegetação mata dos cocais, formada por espécies de palmeiras como babaçu, carnaúba e buriti, no qual nas áreas dos estados do Maranhão e do Piauí constituem a zona de transição entre a floresta amazônica e a caatinga e o cerrado (CODEVASF, 2006).

4.3.2 Condições edafoclimáticas, recursos hídricos e bioma

Com relação ao clima, o Piauí apresenta três tipos (FIGURA 21), segundo a classificação de Köppen¹⁷: **Aw** (**A** - clima quente e úmido e **w** – chuvas de verão), **Aw'** (**A**-clima quente e úmido e **w'** – chuvas de verão e outono) e **Bsh** (**B** – clima árido ou semi árido, **s** – chuvas de inverno – e **h** – quente). O município de São João do Arraial, conforme essa classificação, apresenta o tipo **Aw'**, isto é, clima Quente e Úmido com estação chuvosa no verão e estiagem no inverno. A estação chuvosa inicia-se no mês de dezembro e prolonga-se até maio. A estação seca vai de junho a novembro.

¹⁷ Esse é o sistema de classificação global dos tipos climáticos, mais utilizado em geografia, climatologia e ecologia. A classificação foi proposta em 1900 pelo climatologista alemão Wladimir Köppen (1846-1940), tendo sido por ele aperfeiçoada com a publicação de novas versões, preparadas em colaboração com Rudolf Geiger (pode-se encontrar a denominação: Classificação Climática de Köppen-Geiger) (SILVA, 2009, p.6).

Figura 21 – Classificação Climática de Köppen para o Estado do Piauí, 2004.



Fonte: Araujo (2006).

O detalhamento climatológico do município de São João do Arraial pode ser obtido pelas informações do Quadro 2.

Quadro 2 – Dados climatológicos do município de São João do Arraial.

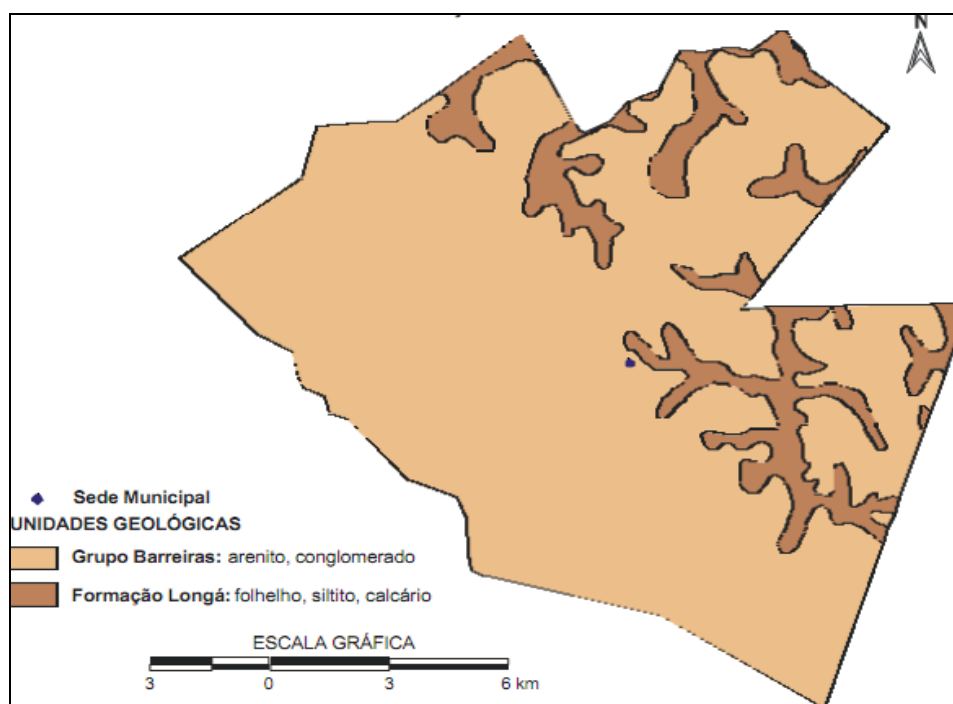
ELEMENTOS CLIMÁTICOS	DADOS
Evapotranspiração	1550 a 1700 mm
Evaporação anual	1500 a 2000 mm
Insolação	2700 a 2800 h
Nebulosidade	4 a 5 décimos
Precipitação anual	1400 a 1600 mm
Temperatura máxima do ar anual	32 a 34 °C
Temperatura média do ar anual	26 a 28 °C
Temperatura mínima do ar anual	20 a 22 °C
Umidade relativa do ar anual	70 a 75%

Fonte: Andrade Júnior et al. (2004).

Observando tais parâmetros climatológicos (QUADRO 2), o município de São João do Arraial possui um clima quente com altas temperaturas e incidência solar, com bons índices de precipitação, mesmo sendo de forma irregular.

Segundo as informações da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) o município apresenta duas unidades geológicas (FIGURA 22): o Grupo Barreiras e a Formação Longá. Os sedimentos mais recentes fazem parte do Grupo Barreiras, que consiste de arenito, conglomerado, intercalações de siltito e argilito. A Formação Longá é a unidade mais antiga, representada por arenito, siltito, folhelho e calcário (AGUIAR, 2004).

Figura 22 – Esboço geológico da área do município de São João do Arraial, 2004.

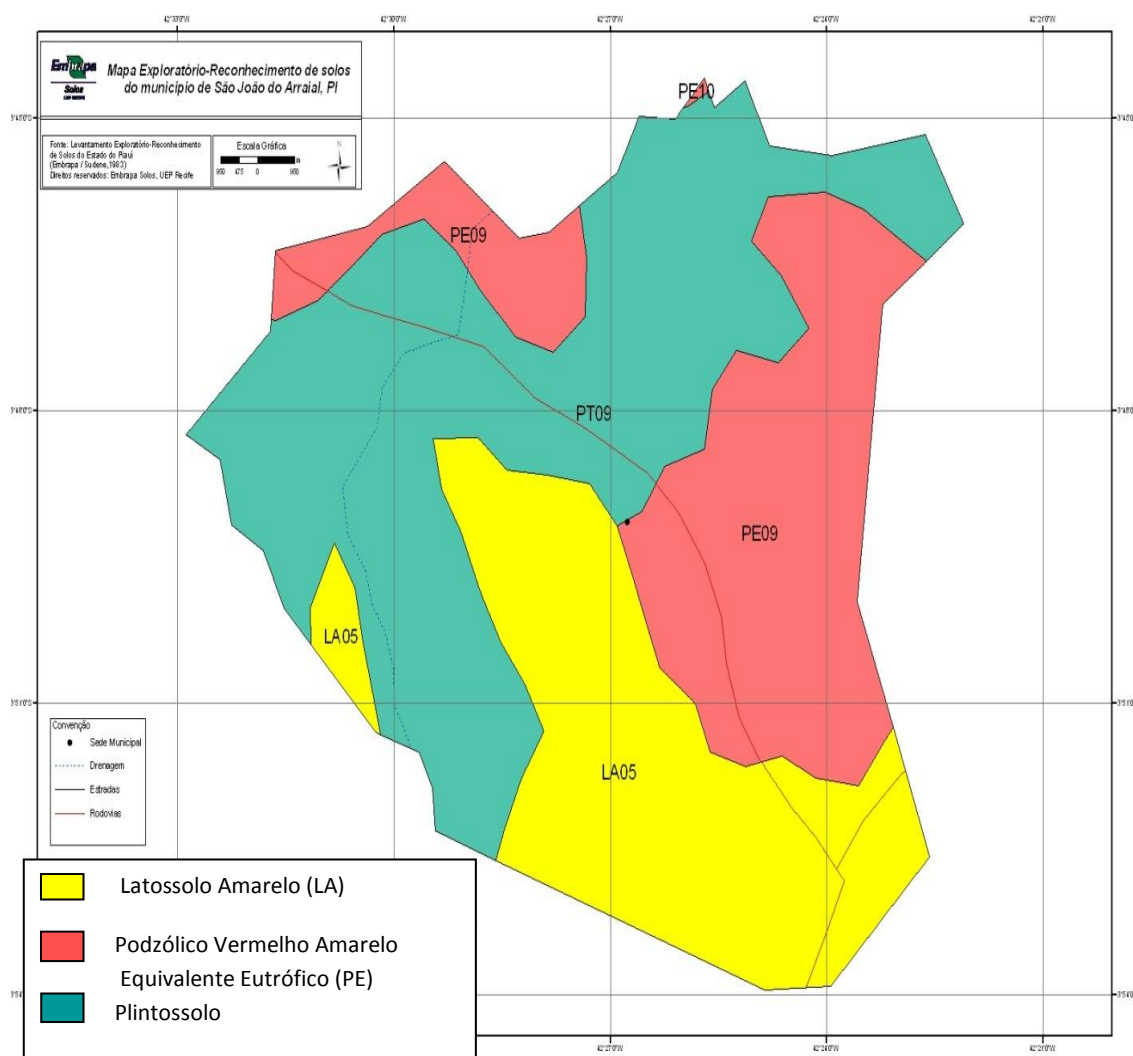


Fonte: Aguiar (2004).

Sobre o relevo da área do município, a partir de dados obtidos do Levantamento Exploratório - Reconhecimento de solos do Estado do Piauí e Geografia do Brasil – Região Nordeste (IBGE, 1977), constata-se que as formas de relevo, da região em apreço, compreendem, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e altitudes variando de 150 a 250 metros.

Os solos no município estão representados por vários tipos. Na Figura 23 pode-se observar que há presença de três tipos de solo em São João do Arraial, são eles: latossolo amarelo, solo podzólico vermelho amarelo equivalente a eutrófico e plintossolo. As nomenclaturas e informações aqui apresentadas estão de acordo com o sistema de classificação de solos atualmente em uso no Brasil (EMBRAPA, 2006).

Figura 23 – Tipos de solos no município de São João do Arraial.



Fonte: Elaborado a partir de EMBRAPA (1983).

A organização da hidrografia do estado do Piauí está embasada na sistematização das bacias hidrográficas feitas pela (ANA, 2005), como apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Divisão das sub-bacias principais do Rio Parnaíba.

Sub-Bacia Principal	Sub-Bacias	Rios	Área (1000 Km ²)		
			Total	Piauí	%
Alto Parnaíba	Parnaíba 01	Balsas	25,58	0,0	0,0
	Parnaíba 02	Alto Parnaíba	59,06	37,12	11,2
	Parnaíba 03	Gurguéia	52,32	52,14	17,7
	Parnaíba 04	Itaueiras	14,73	12,46	3,8
Médio Parnaíba	Parnaíba 05	Piauí/Canindé	75,09	75,06	22,6
	Parnaíba 06	Poti/Médio Parnaíba	61,95	41,67	12,6
Baixo Parnaíba	Parnaíba 07	Longá/Baixo Parnaíba	42,82	31,03	9,4
Total			331,44	249,48	75,30

Fonte: ANA (2005).

A área de São João do Arraial está localizada na sub-bacia difusa do Baixo Parnaíba (Parnaíba 07), que tem como principal corpo hídrico o rio Longá. Já no município, o principal curso d'água é o riacho Grande.

O município de São João do Arraial está inserido no bioma da Caatinga, o qual é o único bioma exclusivo do Brasil e compreende uma área de aproximadamente 844.453 km², cerca de 10% do território nacional (IBGE, 2004).

Apesar da caatinga pertencer a uma região semiárida, apresenta uma vegetação extremamente heterogênea, sendo reconhecidas 12 tipologias (MMA, 2007).

4.4 Caracterização Socioeconômica

Os dados foram obtidos por meio de levantamentos realizados em documentos do IBGE e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de livros publicados com o histórico econômico e social da região, sites governamentais, dentre outros.

4.4.1 Dinâmica Populacional e Social

De acordo com a Tabela 4, que mostra a dinâmica da população do município de São João do Arraial no intervalo de 20 anos. No período 1991-2000, a população de São João do Arraial teve uma taxa média de crescimento anual de 2,9%, passando de 4.442 em 1991 para 5.734 em 2000. Já em 2010, o contingente populacional do município passou a

somar 7.336 habitantes, este número é representado pelo crescimento anual de 2,8% em relação à população recenseada em 2000.

Tabela 4 – População total, por gênero, rural/urbana de São João do Arraial-PI, nos anos de 1991, 2000 e 2010.

População	População 1991	População 2000	População 2010	Variação (%) 1991-2000	Variação (%) 2000-2010
Masculina	2.201	2.850	3.695	-	-
Feminina	2.241	2.884	3.641	-	-
Urbana	0	2.324	3.701	-	-
Rural	4.442	3.410	3.635	-	-
Total	4.442	5.734	7.336	29,09%	27,94%

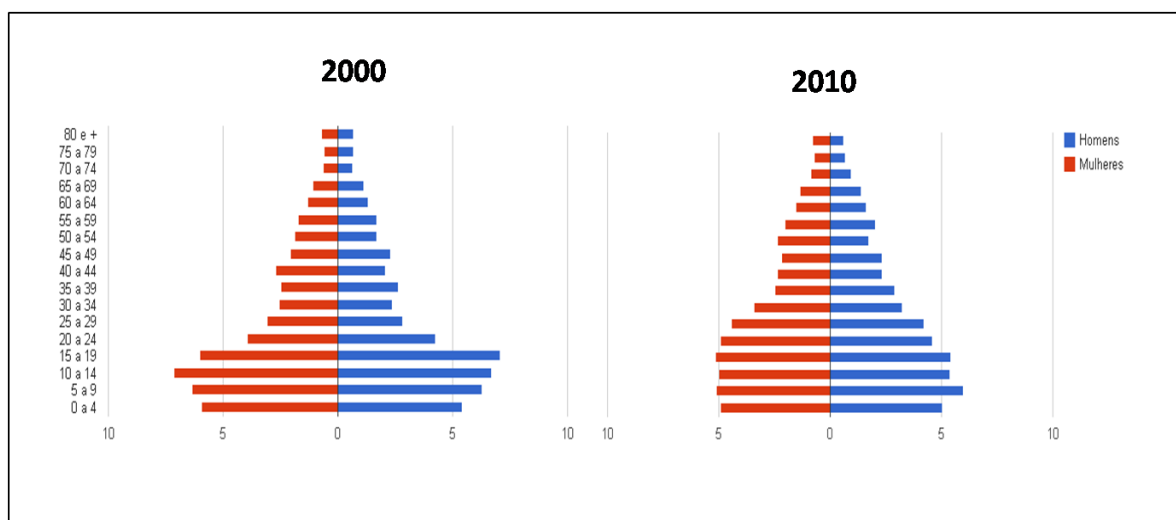
Fonte: Adaptado de PNUD (2013).

Conforme está descrito na Tabela 4, a população urbana do município é superior à população residente nas áreas rurais, assim como a população masculina em relação a feminina no ano de 2010, diferentemente do observado nos anos de 1991 e 2000.

A taxa de urbanização saiu do patamar de 40,53% em 2000, para 50,45% em 2010, o que demonstra o crescimento proporcional da população da zona urbana em relação à zona rural (PNUD, 2013).

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município, analisando o período entre 2000 e 2010, como pode ser observado nas pirâmides etárias da Figura 24.

Figura 24 – Pirâmide etária de São João do Arraial-PI - distribuição por sexo, segundo os grupos de idade, nos anos de 2000 e 2010.



Fonte: PNUD (2013).

Conforme a Figura 24, verificou-se uma ampliação da população idosa, pois esse grupo representava 8,61% da população em 2000 e em 2010 passa a ser de 10,4% do total.

Já a população da faixa de 0 a 19 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010. As crianças e jovens representavam, em 2000, 50,98% do contingente populacional e, em 2010, este grupo reduziu para 41,94% da população (MDS, 2015).

Referente ao componente longevidade, conforme PNUD (2013), a mortalidade infantil em São João do Arraial, definida como mortalidade de crianças com menos de um ano, passou de 59,3, em 2000, para 33,7 por mil nascidos vivos em 2010. Entretanto, embora a taxa tenha se reduzido 43%, no período em análise, a taxa do município ainda é superior à taxa nacional e a taxa do estado, que é de 16,7 e 23 por mil nascidos vivos, respectivamente.

No que concerne à esperança de vida ao nascer, de acordo com PNUD (2013), em São João do Arraial, o indicador de esperança de vida ao nascer aumentou de 60,5 anos, em 2000, para 68,2 anos em 2010, no entanto, este indicador é menor que o observado para o estado (71,6 anos) e para o país (73,9 anos).

Os serviços de saúde de São João do Arraial estão a cargo do município, sendo que os estabelecimentos atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o IBGE (2015), São João do Arraial dispõe de cinco estabelecimentos de saúde, todos com atendimento ambulatorial, com atendimento médico em especialidades básicas, enfermagem e odontológica, porém sem serviços de internação. Vale ressaltar que em pesquisa de campo identificou-se duas clínicas odontológicas privadas no município.

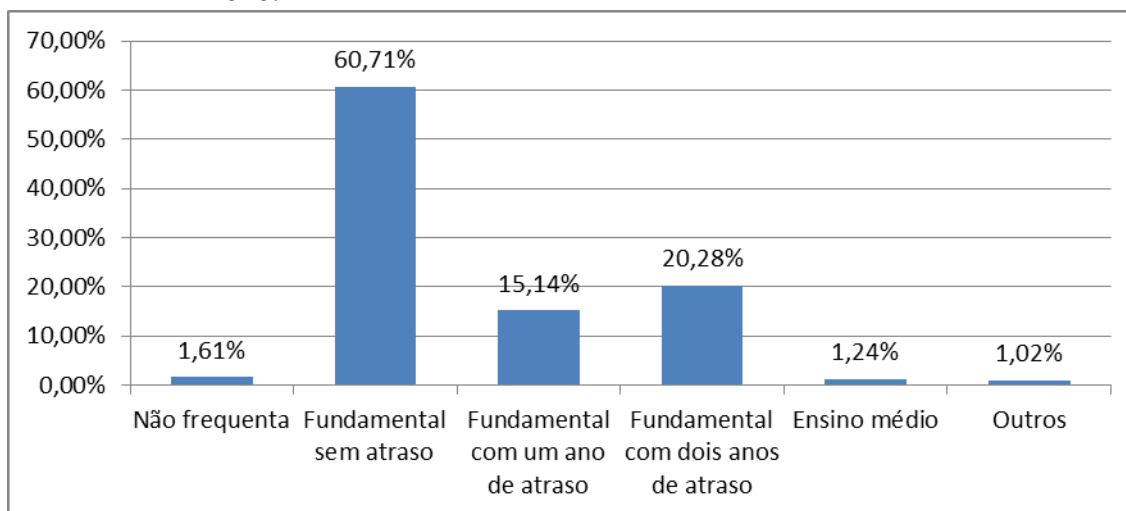
No que se refere aos equipamentos disponíveis para a população, como raio-X, mamógrafo, eletrocardiograma, equipamentos de hemodiálise dentre outros, o IBGE (2015), atribui a esses itens o índice zero, o que significa que não há ocorrência ou que os totais não atingem a uma unidade de medida.

No que concerne ao componente educação, no período de 2000 a 2010, os dados do PNUD (2013) revelam uma melhoria da educação no município de São João do Arraial. No período em análise cresceu 27,14% o número de crianças de 5 a 6 anos na escola; o número de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental teve um aumento de 406,89%; a quantidade de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo aumentou 496,38%; e a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo teve um acréscimo de 371,85%.

Assim se comparando o fluxo escolar das crianças entre cinco e seis anos, a taxa do município ultrapassa a média do estado do Piauí e do Brasil, no entanto, nas demais faixas etárias o município está abaixo da média estadual e nacional, segundo PNUD (2013).

Com relação à frequência escolar, observa-se que, na faixa etária de 6 a 14 anos, a maioria da população do município de São João do Arraial frequenta o nível de escolaridade correspondente à idade, no entanto este índice é bastante reduzido no ensino médio (GRÁFICOS 1 e 2).

Gráfico 1 – Frequência escolar de alunos de 6 a 14 anos, em São João do Arraial-PI, em 2010.

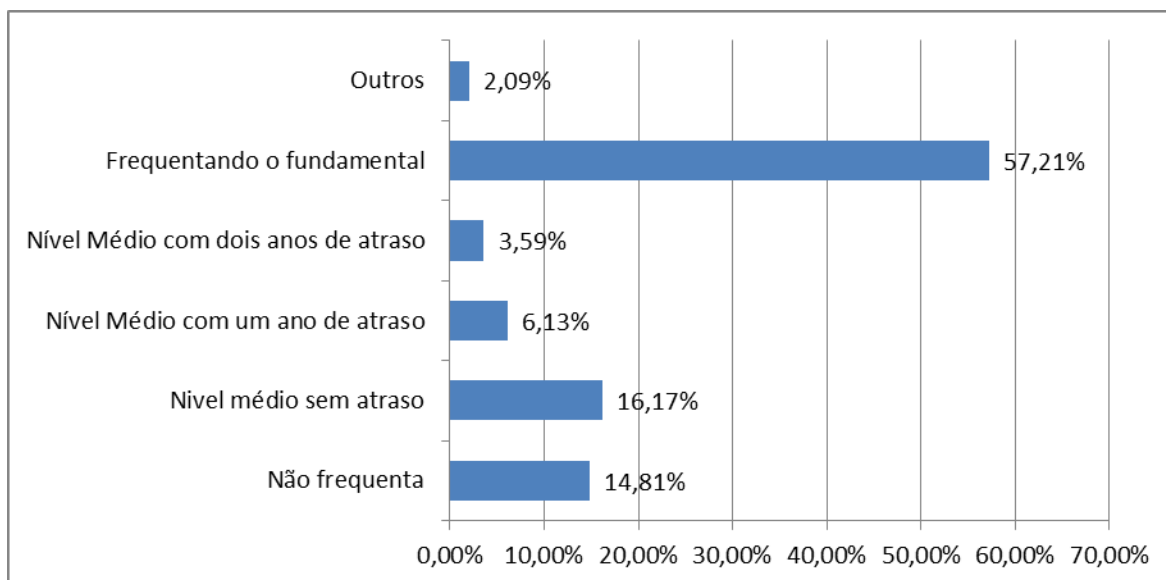


Fonte: Elaborado pela autora a partir de PNUD (2013).

Os números do PNUD (2013) apontam que, em 2010, 60,71% dos alunos de São João do Arraial, entre 6 e 14 anos, estavam cursando o ensino fundamental sem atraso, enquanto em 2000, esse número era de 21,59%; e em 2010, apenas 1,61% das crianças na faixa etária de 6 a 14 anos não frequentavam a escola.

Já entre os jovens de 15 a 17 anos, há um nível maior de atraso e de pessoas que não frequentam a escola, sendo 14,81% de jovens que não frequentavam a escola e somente 16,17% dos jovens estavam no ensino médio regular sem atraso, como pode ser observado no Gráfico 2.

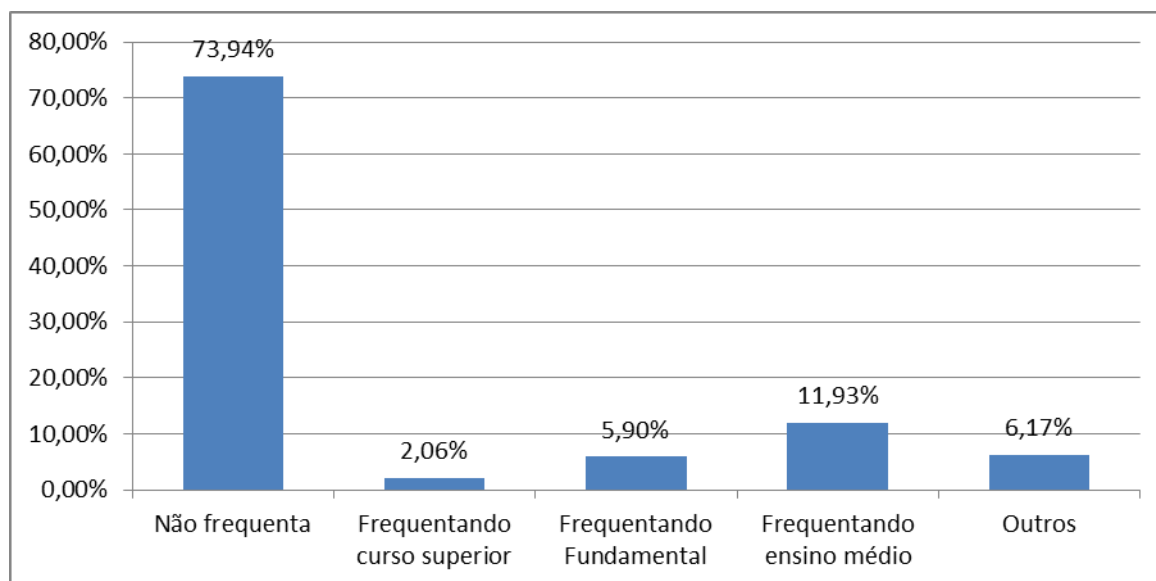
Gráfico 2 – Frequência escolar de alunos de 15 a 17 anos, em São João do Arraial-PI, no ano de 2010.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de PNUD (2013).

Entre os alunos de São João do Arraial, que têm entre 18 a 24 anos, em 2010, é preocupante o percentual dos que não frequentam nenhum dos níveis de ensino (fundamental, médio e superior) (GRÁFICO 3).

Gráfico 3 – Frequência escolar de alunos de 18 a 24 anos, em São João do Arraial-PI, no ano de 2010.



Fonte: Elaborado a partir de PNUD (2013).

Quanto à escolaridade da população adulta (18 anos ou mais de idade) é considerado um importante indicador de acesso ao conhecimento e também um dos

componentes do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) Educação. Em 2010, 73,94% dos adultos não estavam frequentando nenhum nível de ensino, 11,93% estavam frequentando o ensino médio, 5,9% o ensino fundamental e 2,06% estavam cursando o ensino superior, em 2010. Contudo, a taxa de analfabetismo da população adulta, no município, diminuiu 21,38% no período de 1991 a 2010.

O Sistema Educacional do município de São João do Arraial, em 2012, contava com 42 estabelecimentos escolares, onde dezenove ofertavam o pré-escolar, vinte e uma escolas ofertavam ensino fundamental e duas escolas ofertavam ensino médio (TABELA 5).

Tabela 5 – Distribuição das matrículas por nível de ensino, em São João do Arraial-PI, no ano de 2012.

Nível de Ensino	Pública Estadual	Pública Federal	Pública Municipal	Privada	Total de Matrículas
Ens. Pré-escolar	0	0	19	0	317
Ens. Fundamental	1	0	20	0	1.640
Ens. Médio	2	0	0	0	495
Total	3	0	39	0	2.452

Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE (2015).

O mercado de trabalho formal de São João do Arraial registrou, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em janeiro de 2014, 61 empregos formais e 100 estabelecimentos formais na cidade (MTE, 2014)

O setor mais dinâmico da economia de São João do Arraial, no que diz respeito à geração de empregos, foi o comércio (48%) e serviços (45%). A atividade produtiva do município é marcada pelo comércio, que se caracteriza pela predominância de estabelecimentos varejistas de gêneros de primeira necessidade, como alimentos, vestuário e remédios. O setor de serviços se configura como o segundo mais dinâmico da economia do município, sendo os maiores destaques os serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, ensino, transporte e comunicação (MTE, 2014).

Da população de São João do Arraial 49,9% é considerada população economicamente ativa ocupada (com 18 anos ou mais), em 2010, sendo que em 2000 era de 86,81%, conforme PNUD (2013). Segundo a mesma base, em 2010, da população ocupada com 18 anos ou mais, 55,69% trabalhavam no setor agropecuário, 24,95% no setor de serviços, 9,97% no comércio, 5,50% no setor de construção, 2,12% na indústria de transformação e 0,32% nos setores de utilidade pública. Logo, a população

economicamente ativa que estava desocupada, aumentou no período 2000-2010, passando de 0,90% para 4,27% (PNUD, 2013).

Em relação ao componente renda, quanto à distribuição, o município possui grande número de pessoas em situação de extrema pobreza, devido ao fenômeno da concentração das riquezas. Foi atribuída a situação de extrema pobreza, pelo Censo Demográfico 2010 do IBGE, aos brasileiros residentes em domicílios particulares permanentes com renda nominal mensal domiciliar per capita de 1 a 70 Reais.

Na Tabela 6, observa-se que 44,54% da população com mais de 10 anos não tem rendimento mensal atrelado à atividade econômica, formal ou informal.

Tabela 6 – Rendimento nominal absoluto, média e mediana, mensal por pessoas com 10 anos ou mais, em São João do Arraial, em 2010.

Classe de rendimento nominal mensal	Variável			
	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Percentual)	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais)	Valor do rendimento nominal mediano mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais)
Total	5.793	100	202,97	64
Até ¼ de salário mínimo	1.082	18,68	80,29	90
Mais de ¼ a ½ salário mínimo	548	9,46	174,33	160
Mais de ½ a 1 salário mínimo	1.155	19,94	474,48	500
Mais de 1 a 2 salários mínimos	336	5,8	794,59	800
Mais de 2 a 3 salários mínimos	54	0,93	1.253,98	1.200,00
Mais de 3 a 5 salários mínimos	23	0,4	1.921,48	1.850,00
Mais de 5 a 10 salários mínimos	12	0,21	3.621,67	3.450,00
Mais de 10 a 15 salários mínimos	2	0,03	6.505,00	6.505,00
Mais de 15 a 20 salários mínimos	1	0,02	10.000,00	10.000,00
Mais de 20 a 30 salários mínimos	-	-	-	-
Mais de 30 salários mínimos	-	-	-	-
Sem rendimento	2.580	44,54	0	0

Nota: Salário mínimo considerado é de R\$ 510,00. Categoria sem rendimento inclui as pessoas que recebem apenas benefício.

Fonte: IBGE (2015).

Da população com mais de 10 anos, 48,08% recebem até um salário mínimo. Então se considerar estes e aqueles que não têm remuneração, tem-se o total de 92,62% da amostra.

Neste contexto, 41,12% da população do município, em 2010, estava na situação de extrema pobreza (TABELA 7). Observa-se que a renda per capita média cresceu 216,93% no período de 1991 a 2010 no município, sendo que em 1991 era de R\$ 55,16, em 2000 de R\$115,31 e em 2010 passou para R\$174,82. O índice de Gini¹⁸ variou de 0,45, em 1991, para 0,57 em 2000, representando um aumento na concentração de renda; já de 2000 para 2010, houve um pequeno decréscimo, passando para 0,55 no último ano, o que representa alteração diminuta na desigualdade de renda no município, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Renda, Pobreza e Desigualdade, nos anos de 1991, 2000 e 2010, em Real constante.

Indicadores	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	55,16	115,31	174,82
% de extremamente pobres	80,02	49,89	41,12
% de pobres	94,43	74,26	56,77
Índice de Gini	0,45	0,57	0,55

Nota: Valores a preços de 2010.

Fonte: PNUD (2013).

O IDH, criado pelo PNUD, é composto por três pilares: saúde (expresso pela expectativa de vida); educação (média de anos de estudo dos adultos e pela expectativa de anos de escolaridade para as crianças); e renda (Renda Nacional Bruta *per capita*). Com base nessas três áreas, obtém-se o IDH global, que é adaptado para os municípios – IDH-M¹⁹ (PNUD, 2015).

O IDH-M de São João do Arraial atingiu o patamar de 0,523, em 2010, o que classifica o município entre as áreas de Desenvolvimento Humano Baixo (com índice compreendido entre 0,5 e 0,599). Em relação ao ranking estadual, São João do Arraial ocupa a 203ª posição, dos 224 municípios. Observando-se os componentes do IDH-M do município, segundo o PNUD (2013), a dimensão que mais cresceu no período de 2000 a 2010 foi a educação (de 0,179 para 0,401), seguida por longevidade (de 0,592 para 0,720) e renda (de 0,429 para 0,496). Nesse sentido, esses resultados mostram a necessidade de maiores investimentos em políticas públicas no município.

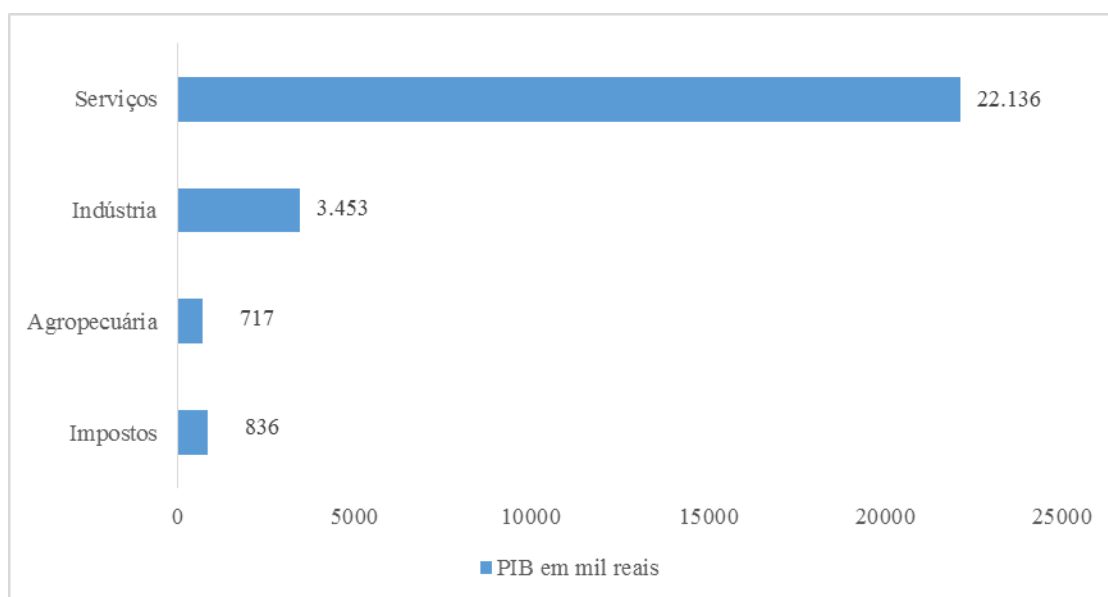
¹⁸ O Índice de Gini mede o grau de concentração de renda, sendo os valores do índice entre 1 e 0. Quanto mais próximo de 1 maior é a concentração da renda e quanto mais próximo de 0, a distribuição será mais igualitária. (SANDRONI, 2005).

¹⁹ O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano, ou seja, melhor é a qualidade de vida (PNUD, 2015a).

4.4.2 Dinâmica Econômica

Em 2012, conforme o IBGE (2015), o PIB do município a preços correntes foi de R\$ 27.143 em mil, em valores correntes. Percebe-se pelas informações apresentadas no Gráfico 4 que o setor que possui a maior incidência para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) do município de São João do Arraial é o de serviços²⁰ (R\$ 22.136 em mil), seguido pela indústria²¹ (R\$ 3.454 em mil) e pelos valores adicionados pela agropecuária²² (R\$ 717 mil). Nesse sentido, o comércio e a prestação de serviços se constituem nas principais atividades geradoras de receita do município.

Gráfico 4 – Produto Interno Bruto (PIB), em mil reais, São João do Arraial-PI, em 2012.



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2015).

²⁰ “A atividade de prestação de serviços, nas Contas Regionais, é constituída por: “comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; serviços prestados às empresas; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; educação e saúde mercantis; e serviços prestados às famílias e associativos e serviços domésticos.” (IBGE, 2008, p.22).

²¹ “A atividade indústria, nas Contas Regionais, é constituída por: indústria extrativa; indústria de transformação; construção civil e produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana. O processo de distribuição do valor adicionado da atividade indústria entre os municípios é realizado de forma desagregada. Apenas nas Unidades da Federação em que a indústria extrativa é pouco significativa, não existindo a extração de petróleo e gás natural nem outro produto com relevância econômica, procede-se à soma das atividades indústria extrativa e indústria de transformação e utiliza-se a mesma variável de distribuição da indústria de transformação.” (IBGE, 2008, p.19).

²² “A agropecuária engloba as atividades agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal e pesca.” (IBGE, 2008, p 15).

A economia regional do município de São João do Arraial baseia-se, fundamentalmente, na prestação de serviços, como se pode perceber observando a participação de 81,21% desta atividade no PIB do município.

Das condições desses estabelecimentos agropecuários, pode-se depreender que predominam: os produtores do sexo feminino; e a lavoura temporária (TABELA 8). Quanto à condição do produtor, pode-se aferir que 33% são proprietários da terra em que produz e 32% dos produtores não têm área.

Tabela 8 – Número de estabelecimentos, condição do produtor e utilização da terra, em São João do Arraial, em 2006.

Estabelecimentos Agropecuários	Quantidade	Área (Hectares)
Sexo do Produtor		
Produtor Feminino	615	-
Produtor Masculino	113	-
Total	728	4.426
Condição do Produtor		
Proprietário	242	-
Assentado sem titulação definitiva	32	-
Arrendatário	161	-
Parceiro	15	-
Ocupante	48	-
Produtor sem área	230	-
Total	728	4.426
Utilização da Terra		
Lavouras permanentes	150	1.250
Lavouras temporárias	421	3.176
Total	728	4.426

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2006).

Observa-se também uma predominância de estabelecimentos com menos de 10 ha (400) no período de 1995/1996. Esta tendência permanece em 2006, mas com valores inferiores (297). Há um crescimento considerável do número de estabelecimentos com a área de 10 a 50 ha, de 79 para 165 (TABELA 9).

Tabela 9 – Distribuição da terra por grupos de área e estabelecimento em São João do Arraial-PI, em 1995/96 e 2006.

Grupos de Área (ha)	Estabelecimento		Área	
	1995/1996	2006	1995/ 1996	2006
Menos de 10	400	297	697	574
De 10 a menos de 50	79	165	1.788	3.801
De 50 a menos de 100	16	26	1.111	1.566
De 100 a menos de 500	14	09	2.478	2.398
De 500 e mais	01	01	630	X ²³
Produtor sem área	-	230	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2006).

No que tange as atividades agropecuárias, a agricultura do município de São João do Arraial é baseada na produção temporária de arroz, feijão, mandioca e milho, segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, de 2013 (IBGE, 2015). Dentre estas lavouras, a de mandioca é a que apresenta um rendimento mais significativo (3.308 Kg/ha), como demonstrado na Tabela 10.

Tabela 10 – Produção e área da lavoura temporária de 2013, em São João do Arraial-PI.

São João do Arraial				Estado do Piauí		
Culturas	Área Colhida (ha)	Quant. Produzida (ton)	Rendimento (Kg/ha)	Área Colhida (ha)	Quant. Produzida (ton)	Rendimento (Kg/ha)
Arroz em casca	225	99	440	103.692	90.392	872
Feijão	30	6	220	198.187	39.833	201
Mandioca	13	43	3.308	37.602	156.256	4.156
Milho	300	108	360	271.997	485.043	1.783

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2015).

Dentre as lavouras permanentes do município de São João do Arraial, segundo IBGE (2015), a cultura de castanha de caju é mais expressiva, sendo a área colhida 17 ha, a quantidade produzida 1 tonelada e rendimento de 59 (kg/ha).

A pecuária é uma das atividades mais importantes na economia do Piauí, municipalmente a pecuária extensiva, na qual o rebanho é criado solto, pastando naturalmente sem cuidados técnicos, apresenta baixa produtividade.

Na pecuária, o município de São João do Arraial se destaca na produção de aves e caprinos (TABELA 11). O rebanho de caprinos assume um importante papel na questão da segurança alimentar tanto do trabalhador rural como do urbano de baixa renda. Os baixos custos têm proporcionado a redução dos preços em relação às outras fontes de proteínas (IBGE, 2015). A produção de bovinos também se mostra expressiva.

²³ Os dados das unidades territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caractere “X”.

Tabela 11 – Efetivo da pecuária – principais rebanhos de São João do Arraial-PI, em 2013.

ESPÉCIE	Nº DE CABEÇAS
Bovinos	2.085
Caprinos	2.815
Equinos	58
Galinhas	5.910
Galos, frangas, frangos e pintos	19.327
Ovinos	105

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2015).

Em relação aos subprodutos animais, o município de São João do Arraial teve uma produção anual, em 2013, de 22 mil litros de leite, 24 mil dúzias de ovos de galinha e 50 kg de mel (IBGE, 2015).

Na extração vegetal e silvicultura no município de São João do Arraial, em 2013, se destacam: o babaçu, com o maior valor de produção do conjunto, R\$ 163 mil; o pó de carnaúba com produção de R\$ 63 mil; o carvão vegetal, lenha e madeira em tora, juntos somam R\$ 24 mil, conforme a Tabela 12.

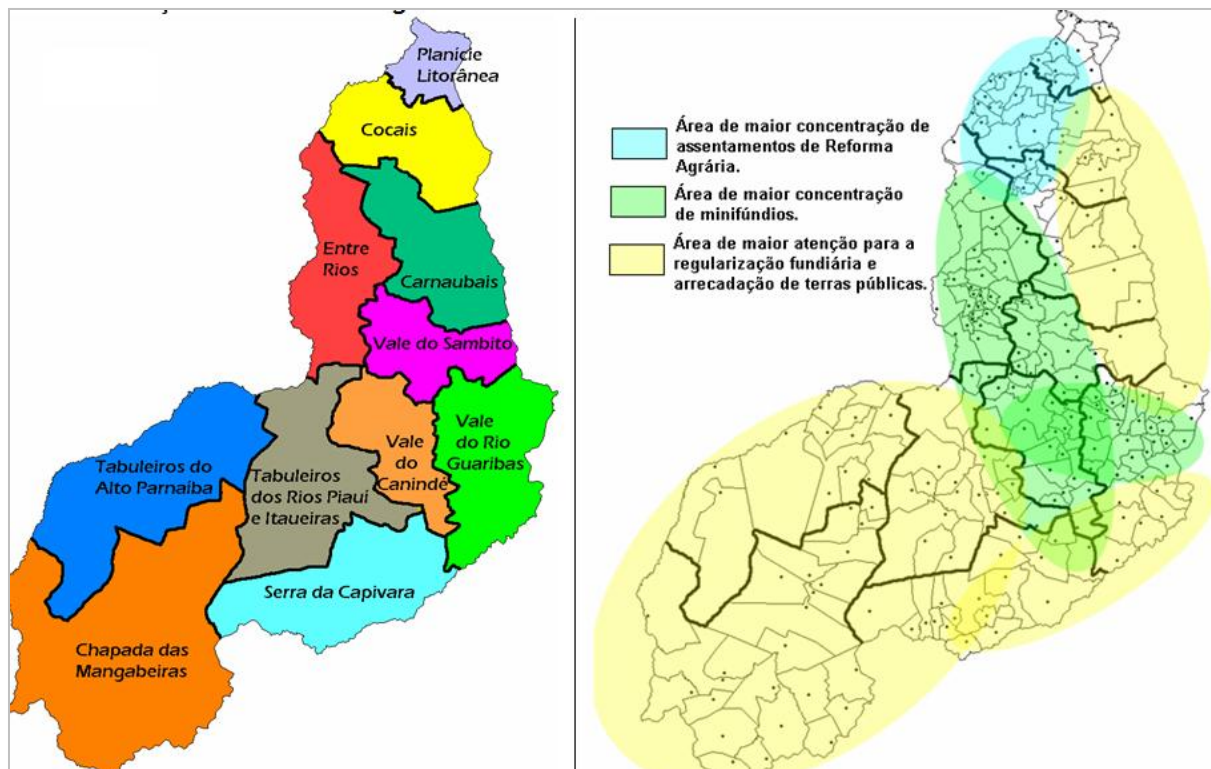
Tabela 12 – Extração vegetal e silvicultura, em São João do Arraial-PI, em 2013.

	Produtos	Quantidade Produzida	Valor da Produção (R\$)
Ceras	Pó de carnaúba	9 ton	63 mil
	Carvão vegetal	41 ton	14 mil
Madeiras	Lenha	229 m³	3 mil
	Madeira em tora	74 m³	7 mil
Oleaginosas	Babaçu (amêndoa)	108 ton	163 mil

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE (2015).

Em termos de gestão da política de reforma agrária no Piauí, observa-se a criação de 480 projetos de assentamentos, abrangendo uma área de 1.401.015,57 ha, beneficiando 30.763 famílias, no período de 1900 a 2011 (INCRA, 2005). Assim, os assentamentos criados e/ou reconhecidos pelo INCRA concentram-se na Macrorregião Meio Norte, principalmente, nos Territórios Entre Rios e do Território dos Cocaís (FIGURA 25). Tais concentrações são resultados de uma maior atuação dos Movimentos Sociais, principalmente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que vêm desenvolvendo um trabalho mais intenso nessas regiões. Deve-se destacar também a existência de grandes áreas sem a devida utilização pelos proprietários, o que, aliado à presença de trabalhadores rurais sem terra na região, provocaram intervenções do INCRA, culminando com desapropriações (INCRA, 2005).

Figura 25 – Território de desenvolvimento do estado e áreas de demanda para ações de reforma agrária, no ano de 2005.

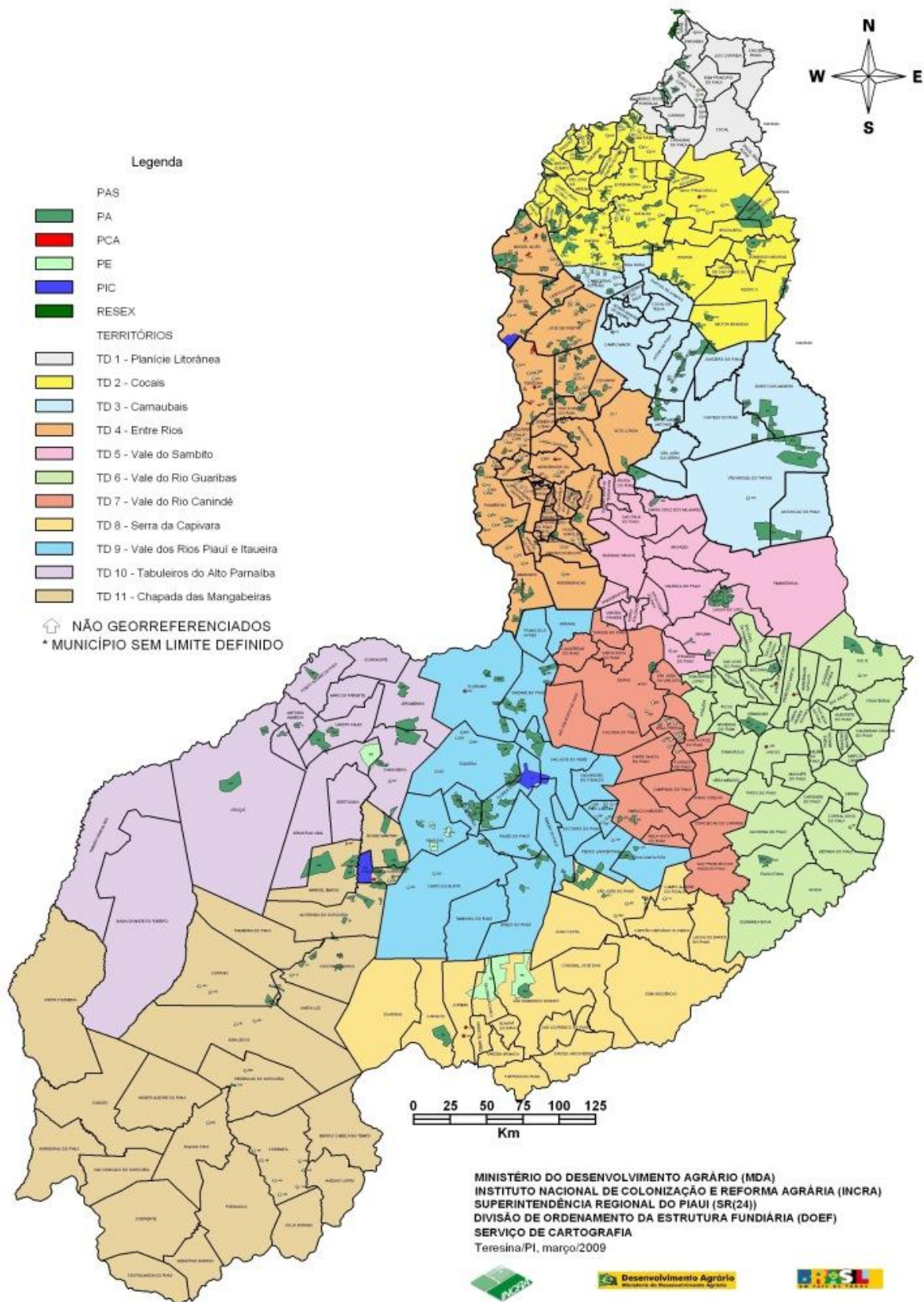


Fonte: INCRA (2005).

A Figura 26 permite identificar melhor a distribuição espacial dos assentamentos no Piauí, que foram criados e/ou reconhecidos pelo INCRA nos Territórios de Desenvolvimento²⁴. O Município de São João do Arraial está localizado no trecho em amarelo no primeiro mapa que compreende o território dos Cocais, que é a área de maior concentração de assentamentos (FIGURA 26).

²⁴ “Os Territórios de Desenvolvimento constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização do orçamento.” (PIAUI, 2015).

Figura 26 – Assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Piauí, no ano de 2009.



Fonte: INCRA (2009).

4.5 Infraestrutura e Saneamento Básico

Com relação à infraestrutura, cabe ressaltar de forma genérica que o município de São João do Arraial detém pouca infraestrutura. Porém, possui energia elétrica, linhas de transmissão, coleta de lixo e água encanada, na área urbana. Somente as principais vias possuem calçamento em paralelepípedo, já nas periferias, não há nenhum tipo de calçamento, as residências em geral são de alvenaria.

Na Tabela 13 é possível identificar qual é a porcentagem da população que recebe serviço de água encanada, energia elétrica e coleta de lixo. De 2000 para 2010, observa-se um aumento perceptível na quantidade de habitantes que são atendidos por esses serviços, o que representa um quadro de melhoria da qualidade de vida da população de São João do Arraial.

Tabela 13 – Acesso aos serviços de água encanada, energia elétrica e coleta de lixo pela população urbana, em São João do Arraial, em 2000 e 2010.

	2000	2010	Variação (%)
% da população em domicílios com água encanada	12,05	91,63	79,58
% da população em domicílios com energia elétrica	56,57	95,25	38,68
% da população em domicílios com coleta de lixo	2,10	33,47	31,37

Fonte: PNUD (2013).

Vale ressaltar que, em 2000, 12,05% da população tinha acesso à água encanada, e em 2010, já eram 91,63%, da população com acesso à água encanada, representando uma variação de 79,58%. Em relação ao acesso à energia elétrica, em 2010, 95,25% dos domicílios possuíam energia, frente aos 56,57% de 2000. A coleta de lixo é o serviço mais deficiente no município, pois apenas 33,47% da população em 2010 tinham acesso ao referido serviço. É importante ressaltar que no município utiliza-se fossas domiciliares, visto que não há serviço de esgoto sanitário municipal.

Em relação ao saneamento básico no município de São João do Arraial, o órgão responsável pelo sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário é o Serviço Autônomo de Água e Esgotos do Piauí (SAAE).

A captação de água municipal é feita através de poços, pelos mananciais da sub-bacia hidrográfica do Longá. Com relação à oferta e demanda de água, de acordo com o Atlas de Abastecimento Urbano de Água da ANA, a participação no abastecimento do município é de 100%, o que difere dos dados apresentados pelo PNUD (2013).

Há também deficiência dos sistemas de comunicação, como a falta de comunicação telefônica e acesso à internet.

Com relação às estradas de acesso ao município de São João do Arraial, a Rodovia Estadual PI-112 interliga a capital do estado aos principais municípios do norte, vizinhos a São João do Arraial, e a Rodovia Estadual PI-117 liga este último a municípios como Esperantina e Matias Olímpio.

Diante do exposto, percebe-se que, em São João do Arraial, os aspectos geográficos físicos como clima, relevo, dados geológicos, recursos hídricos e bioma caracterizam o município com: bons índices de precipitação e boa incidência solar; relevo plano e algumas partes suavemente onduladas. Por outro lado, quanto às características socioeconômicas, observa-se condições que limitam o seu desenvolvimento, apesar de ter apresentado crescimento em seu IDH-M, de 46,50% de 2000 para 2010, porém ainda se encontra em patamar de baixo desenvolvimento humano (PNUD, 2013).

No Capítulo 5, pretende-se apresentar o Sistema Financeiro Nacional, sua lógica de funcionamento, sua abrangência no território nacional e as iniciativas relacionadas à economia solidária; em especial, as finanças solidárias, como alternativas à superação da exclusão financeira e do baixo desenvolvimento no local.

5 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Dinheiro transforma tudo,
Dinheiro é quem leva e traz,
Eu não quero nem dizer tudo o que o dinheiro faz.
Apenas aqui conto que ele é cabreiro e traidor,
É carrasco e é vingativo,
Só presta pra ser cativo, não presta pra ser Senhor.

(A Escrava do Dinheiro – Patativa do Assaré)

Antes de tratar sobre o Sistema Financeiro, é importante considerar a abordagem de Sistemas e suas estruturas, onde se tem entradas, saídas, processos e resultados, em prol de um objetivo; tudo isso, interligado e interdependente para formar um todo (BERTALANFFY, 2008).

Entender a estrutura, o mecanismo de funcionamento e o objetivo do Sistema Financeiro Nacional (SFN) é importante para, posteriormente, compreender o momento e os motivos da inserção dos Bancos Comunitários na realidade brasileira. Dentro desta perspectiva, este capítulo esboça, de forma objetiva, esse Sistema e seus agentes constituintes, bem como o papel das microfinanças.

Nesse caminho, indagações como: O Sistema Financeiro Nacional contempla de forma igualitária todo o território nacional? Quais os caminhos encontrados para a exclusão financeira? – tecem o percurso seguido até a análise da construção do Banco dos Cocais em São João do Arraial, embasada numa visão holística.

5.1 Da moeda ao Sistema Financeiro Nacional

Desde os primórdios do homem na Terra a necessidade de consumo sempre existiu e, no decorrer do tempo, a necessidade de adquirir bens diferentes dos que ele produzia, fez surgir uma economia que teve como ferramenta o “escambo”, que consistia na troca do excedente produzido pelo homem, por algo que ele não possuísse (BACEN, 2008). Mesmo sem existir a moeda, o escambo já trazia consigo sinais do moderno Sistema Financeiro: a especulação, onde o produtor que desejava trocar um produto com outro e via neste uma grande necessidade, buscava assegurar uma troca desigual, pois tentava valorizar o seu produto em detrimento do outro, com o objetivo de obter mais produtos nesta troca. Além disto, outros problemas como o fato de alguns produtos serem mais duráveis que outros, a

dificuldade de transporte e manuseio, acabaram tornando o “escambo” inapropriado para a fluidez da economia (BACEN, 2008).

Para Menger (1988), a origem dos esforços econômicos humanos é de buscar primeiramente atingir seus próprios interesses, e a moeda aumentaria as possibilidades de troca dos indivíduos. Para o autor, o dinheiro é fruto do costume e não da coerção e do consenso, “[...] o exercício e o hábito certamente contribuíram muito para transformar as respectivas mercadorias de maior vendabilidade em mercadorias, que aos poucos, passaram a ser aceitas em troca de outras [...]” (MENER, 1988, p.376).

O gado, o açúcar e o sal foram os mais utilizados nas trocas. Nesse momento, teve-se a troca indireta e essas mercadorias eram utilizadas como moeda (intermediária das trocas), mas acabaram sendo substituídos pela durabilidade da moeda metálica, visão metalista da moeda de acordo com Goodhart (1998). Neste aspecto, a concepção de Menger (1988) é contundente:

O dinheiro não é produto da convenção dos homens engajados em atividades econômicas, nem um produto resultante de atos legislativos. O dinheiro não é uma invenção dos povos. Foram indivíduos, membros de um povo, que, aumentando a consciência de seus interesses econômicos, adquiriram também a consciência de que a troca de mercadorias menos vendáveis por aquelas mais vendáveis representa progresso notável na busca de seus interesses econômicos específicos, e assim surgiu o dinheiro em numerosos centros culturais independentes entre si, acompanhando o desenvolvimento progressivo da economia (MENER, 1988, p. 378).

Há outra visão relativa à origem da moeda que considera o seu nascimento atrelado ao Estado, através do pagamento de tributos, obrigações religiosas e penais – moeda estatal. O próprio Estado cunhou moeda como forma de representar a sua dívida de governo (como no pagamento de soldados mercenários), e isto fez disseminar o uso desta nos pagamentos de tributos (GOODHART, 1998).

Segundo historiadores, foi no quarto milênio a.c., quando se formaram as primeiras cidades na Mesopotâmia, que o homem passou a pensar em termos de objetos que ajudavam a traduzir valores. Antes disso, não havia concentração humana que justificasse essa ideia abstrata. Foi no oriente médio, lugar culturalmente mais rico da antiguidade, que o dinheiro se difundiu, passando a existir como dinheiro de metal cerca de 2.500 a.c. A primeira grande revolução monetária ocorreu no século VII a.c., no reino da Lídia, onde hoje fica a Turquia. Lá foi inventada a moeda moderna, com todas as características básicas das atuais. Entre os anos 640 a.c. e 630 a.c., o homem chegou, finalmente, à cunhagem de moedas (BACEN, 2008, p. 6).

O ouro foi a matéria-prima das moedas mais valiosas, ficando o cobre e a prata para as moedas de menor valor. Durante o uso das moedas metálicas (ouro e prata) nas relações comerciais fez-se perceber a dificuldade de transporte e guarda desses valores. Com isto, a necessidade de resguardar a segurança e praticidade no uso do dinheiro, fez surgir as Casas de Custódia, que eram locais de guarda do ouro e prata e em troca emitiam certificados de depósito, estes por sua vez, eram utilizados como forma de garantia de pagamento por facilitarem a movimentação (BACEN, 2008).

Ainda segundo o Bacen (2008), a moeda-papel surge como representante da moeda e as Casas de Custódia ou “casas de depósito”, representam a semente dos primeiros bancos. Os resgates de moedas nas casas de depósito acabavam sendo menores que o valor ali deixado, isso estimulou os operadores destas “casas” a emitirem “moeda-papel” como empréstimos e pelo retorno disto, compensado pelos lucros.

No final do século XIX, os metais nobres foram substituídos pelas ligas metálicas e papel e o valor passa a ser expresso pela impressão na face da moeda (BACEN, 2014). A moeda configura-se com três funções básicas: a de meio de troca, pois representa a capacidade de concretizar o pagamento; a de unidade de conta, pois traz consigo uma unidade de valor comum, capaz de expressar o valor de mercado de bens, serviços e ativos; e a de reserva de valor, através da capacidade de armazenar valor para compras futuras, e sua liquidez absoluta. (GREMAUD, et al, 2006). E deve apresentar as seguintes características econômicas e físicas, de acordo com Carvalho et. al (2015) e Troster e Mochón (2002): custo de estocagem e custo de transação quase desprezíveis; a divisibilidade, que corresponde à capacidade de divisão da moeda em múltiplos e submúltiplos; a durabilidade, na qual as características físicas devem ser suficientes para durar e não prejudicar o seu último detentor; ser difícil de falsificar, gerando credibilidade e aceitação para os usuários; homogeneidade, implica que qualquer unidade, deve ser igual as às demais, e também, manuseável e transportável.

Nos dias atuais, a moeda (unidade de troca/compra) pode ser representada de várias formas além da moeda e papel moeda (moeda fiduciária), sendo as principais: cartões de crédito e débito, e talões de cheques. Há, ainda, algumas ferramentas **representativas** da moeda, como: cartões de milhas, que possibilitam o acúmulo de pontos e posterior troca por passagens ou outros produtos; cartões ou sistemas de fidelidade, os quais possibilitam a troca de pontos por produtos ou serviços; o *bitcoin* (MERCADO BITCOIN, 2014) que é uma moeda digital controlada por uma rede *peer-to-peer* (par a par), que possibilita a compra em comércios previamente cadastrados.

A sociedade demanda por produtos e serviços, e a oferta de moeda no mercado para a realização destas transações, implica em um sistema ordenado e estruturado de forma que normatize, supervisione e opere as relações que envolvem o uso desta dentro do mercado financeiro.

5.1.1 O Sistema financeiro

Segundo Marques (2003, p. 29), o Sistema Financeiro pode ser definido como “o conjunto de instituições financeiras ou não, interdependentes e afins, cujas funções são de captar e intermediar os recursos financeiros da economia de forma coordenada e em estrutura organizada”. As partes deste Sistema comandam o mercado financeiro (FIGURA 27), composto pelos mercados de crédito, câmbio, monetário e de capitais.

Figura 27 – Mercado Financeiro.



Fonte: CVM (2014).

O mercado monetário engloba as operações de curto e curtíssimo prazo envolvendo o Governo e os Bancos Comerciais. Ao Governo cabe o papel da emissão de “instrumentos financeiros” que são utilizados pelo público em geral; e aos Bancos Comerciais, transformar os depósitos em empréstimos. O mercado de câmbio compreende as compras e vendas de moeda nacional estrangeira e operações em moeda nacional (BACEN, 2014). Tais operações só podem ser realizadas pelo Banco Central (Bacen), pelo Banco do Brasil e por outras

operadoras de câmbio autorizadas pelo primeiro. O mercado de capitais é a parcela do mercado financeiro que envolve investidores e empresas que emitem “instrumentos financeiros²⁵”, para viabilizar seus projetos; os investidores, adquirem esses títulos visando a um retorno lucrativo futuro. A intermediação, nesse caso, é realizada por instituições do Mercado de Capital, como Bancos de Investimento, Corretoras, administradoras de mercado de bolsa e balcão, entre outras (CVM, 2014). O mercado de crédito pode ser definido como:

[...] o segmento do mercado financeiro em que as instituições financeiras captam recursos dos agentes superavitários e os emprestam às famílias ou empresas, sendo remuneradas pela diferença entre seu custo de captação e o que cobram dos tomadores. Essa diferença é conhecida como spread. Assim, as instituições financeiras nesse mercado têm como atividade principal a intermediação financeira propriamente dita (CVM, 2014, p.32).

As relações de crédito do mercado financeiro são mediadas por contrato; e neste são estabelecidas as obrigações e os direitos de cada uma das partes. A seguir, na Figura 28, é apresentado um esquema simples dessa relação:

Figura 28 – Mercado de Crédito.



Fonte: CVM (2014).

O mercado de crédito é abastecido (capta) pelos depósitos efetivados nas instituições que intermediam as ações (bancos comerciais e financeiras) de poupadores (lado superavitário), que recebem a remuneração por conta, através dos juros; as instituições disponibilizam uma parcela dos depósitos em linhas de crédito que ficam disponíveis para que os tomadores (lado deficitário) que, se assim, se enquadrarem na capacidade de pagamento e juros de cada instituição, captam o(s) empréstimo(s) e após o tempo determinado em contrato, devolve-os acrescidos de juros. O risco do negócio é assumido pela instituição financiadora e o seu retorno é concebido pela diferença entre a taxa de captação do recurso e a taxa de aplicação desse recurso.

²⁵ Os instrumentos financeiros do mercado de capitais são: títulos de dívida (como as debêntures); títulos patrimoniais ou de capital (as ações, por exemplo) (CVM, 2014).

Sendo assim, quanto maiores forem as taxas de juros aplicadas na transação com o tomador e menores na transação de captação, maiores serão os lucros ou os *spreads*²⁶ bancários.

5.1.2 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Brasileiro está estruturado em três grandes partes: órgãos normativos, entidades supervisoras e operadores (QUADRO 3).

Quadro 3 – Sistema Financeiro Nacional.

ÓRGÃOS NORMATIVOS	ENTIDADES SUPERVISORAS	OPERADORES			
Conselho Monetário Nacional (CMN)	Banco Central do Brasil (Bacen)	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras; Bancos de Câmbio	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Bolsas de mercadorias e futuros	Bolsas de valores		
Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	Superintendência de Seguros Privados (Susep)	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC)	Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Fonte: Bacen (2014).

Os órgãos normativos estabelecem normas e regulamentam as atividades relacionadas à emissão de moeda, estabelecem normas e diretrizes da política de seguros privados e regulam o regime de previdência complementar. As entidades supervisoras além de atuarem com funções de fiscalização das instituições que são responsáveis, também regulamentam as decisões das entidades normativas.

Cabe ao CMN (órgão normativo), composto pelo Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central, comandar o sistema financeiro nacional fixando as diretrizes da política monetária, cambial e de crédito, cabendo a ele, entre outras ações, disciplinar o crédito, suas modalidade e formas de crédito;

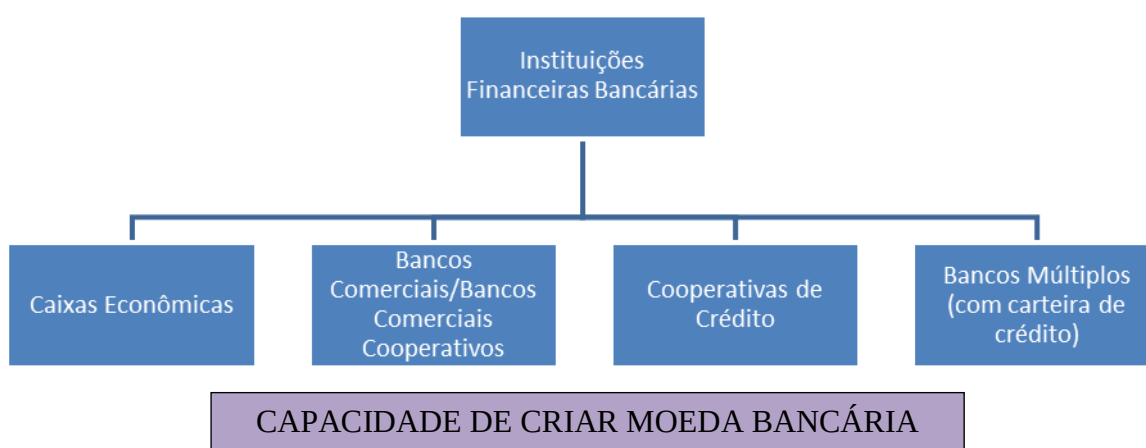
²⁶ O spread bancário é definido como a diferença entre as taxas de juros cobradas dos clientes e o custo financeiro de captação suportado pelas instituições financeiras (AFONSO; KOHLER; SPRINGER, 2009, p. 21).

regular a taxa de juros e as formas de remuneração dos serviços bancários e financeiros; estabelecer normas para abertura, funcionamento e fiscalização de instituições financeiras; equilibrar o valor externo da moeda, autorizar a emissão de moeda (BACEN, 2014).

Ao Bacen (entidade supervisora) cabe executar a política monetária determinada pelo CMN, autorizar e fiscalizar as instituições financeiras, ser o Banco emissor de moeda e papel moeda, ser o Banco dos Bancos e do governo, executor da política cambial e monetária e responsável pela guarda das reservas internacionais. Além do Banco Central do Brasil como entidade supervisora, tem-se: a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que fiscaliza a Bolsa de Mercadorias e Futuros, as Bolsas de Valores e os outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros; a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) fiscaliza as Resseguradoras, as Sociedades Seguradoras, as Sociedades de Capitalização e as Entidades abertas de Previdência Complementar; e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) acompanha as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão).

Neste trabalho, o foco da apreciação será em torno das operadoras, mais precisamente, das instituições financeiras de natureza especial e as bancárias. Estas (FIGURA 29) são instituições públicas ou privadas que captam depósitos e os disponibilizam sob a forma de crédito.

Figura 29 – Instituições Financeiras Bancárias.



Fonte: Furlani (2013).

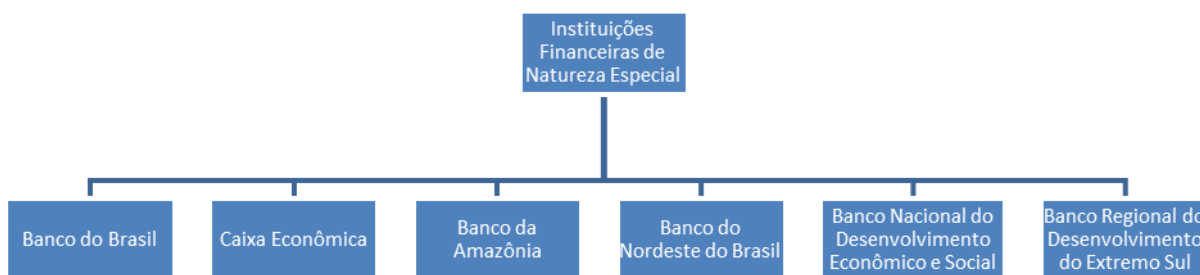
Segundo o Bacen (2014), os Bancos Comerciais “são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários

para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral”. Para isto, os bancos comerciais captam depósitos à vista ou a prazo, desconto de títulos, abertura de contas e outros serviços. São constituídos sob a forma de sociedade anônima e, de acordo com a Resolução CMN nº 2.099/1994, devem apresentar o título de "Banco" antes de seu nome. “Os Bancos Comerciais Cooperativos são oriundos das cooperativas de crédito, autorizado pela Resolução nº 2.193/1995, “[...] diferencia-se dos demais por ter como acionistas-controladores cooperativas centrais de crédito, as quais devem deter no mínimo 51% das ações com direito a voto” (BACEN, 2014). As Caixas Econômicas são bancos públicos semelhantes aos bancos comerciais, pois realizam depósitos, créditos e outros serviços, e agem principalmente em programas sociais na área da habitação, educação, saúde, trabalho, concedendo empréstimos a pessoas físicas. “A cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados” (BACEN, 2014). São como os bancos comerciais mas sem o objetivo de lucro, mas sim com o objetivo de atender às demandas da comunidade onde está inserida. Os Bancos Múltiplos são instituições públicas ou privadas que possuem mais de uma carteira²⁷, sendo uma delas necessariamente, a comercial ou de investimento.

Há também as instituições financeiras de natureza especial (FIGURA 30) que são assim designadas por terem relação direta com o desenvolvimento do país, sendo executores de políticas públicas através de programas de financiamento e desenvolvimento, seja através da carteira de desenvolvimento seja por outros bancos públicos. Essas instituições podem ser exemplificadas por: Banco da Amazônia S.A. (BASA), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDES) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Elas têm como objetivo executar programas sociais, disponibilizando crédito para habitação, saúde, investimento entre outros.

²⁷ As linhas de atuação (carteiras) dos banco múltiplos são no máximo quatro, sendo que uma delas (comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento) deve ser, obrigatoriamente, comercial, ou de investimento. (GREMAUD et. al, 2006).

Figura 30 – Instituições Financeiras de Natureza Especial.



Fonte: Adaptado pela autora de Furlani (2013).

A complexidade de um sistema, com essa magnitude, exige medidas de controle constantes para que as partes que o compõem operem em sintonia e produzam resultados consonantes com o seu objetivo de desenvolvimento social e da coletividade como está estabelecido no Art. 192 da Constituição Federal (BRASIL, 2012).

Os bancos fazem parte deste contexto financeiro e são peças fundamentais na intermediação dos recursos entre os que possuem superávit e aqueles que são deficitários (demandantes). Assim, parte das famílias e das empresas é poupadora e parte busca crédito nas instituições financeiras. É importante lembrar que o mercado financeiro apresenta outras formas de crédito direto, como os cartões de crédito, os cheques especiais que trazem um alto custo para o consumidor (PARENTE, 2003). Há também os créditos informais através de financiamentos próprios das lojas varejistas, empréstimos de amigos e família e a agiotagem²⁸ (ROCHA; MELLO, 2004).

O SFN em seu papel de estimulador do desenvolvimento social tem ação fundamental. As regulamentações e controles exercidos pelo Sistema, para que o fluxo do capital aconteça, gerando benefícios aos envolvidos e de forma “equilibrada”, passa basicamente por duas ações: taxas de juros e acesso ao mercado financeiro. Existem outros fatores adjacentes que devem ser considerados pelo SFN que são: a instabilidade do mercado, a falta de agências em alguns municípios do território nacional, os custos da intermediação financeira e da burocracia, a falta de adaptabilidade das instituições financeiras às realidades locais e os lucros demasiados dos operadores de crédito.

A falta de acesso ao sistema formal de crédito é um reforçador do mercado de financiamento informal, ocasionando o que Crocco, Santos e Figueiredo (2013) apontam como sendo um sobre endividamento.

²⁸ A prática de agiotagem no Brasil é crime, de acordo com a Lei nº 1.521/1951 (BRASIL, 1951).

Assim, o desenvolvimento, econômico e social, global e local passa pelo acesso a esse circuito financeiro. Entretanto, o sistema capitalista no qual este está inserido é uma “engrenagem” propícia para gerar receita, mas péssima para distribuí-la, ocasionando desequilíbrios sociais. Evitá-las ou mitigá-las é papel e responsabilidade implícita do SFN, na sua definição constitucional.

5.2 Exclusão financeira: não bancarização e sub-bancarização

Ao se falar em exclusão financeira, vem por consequência a pergunta: Por quê? E outra indagação que pode ser feita: De que forma acontece? Alguns trabalhos já realizados procuram responder a estas e outras indagações, como Kumar (2004) e Crocco et al. (2010).

De acordo com Kumar (2004), a exclusão financeira passou a ter uma atenção significativa a partir da queda no número de bancos no final de 1990, com as fusões e aquisições e fechamento de instituições bancárias. Esta dinâmica tem vínculo com o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)²⁹ e Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na atividade bancária (PROES)³⁰, que ajustaram o sistema financeiro e consequentemente reduziram o número de instituições financeiras bancárias (PEREIRA; PEREIRA; VIEIRA, 2012).

Kumar (2004) relata as desigualdades regionais, no atendimento de serviços bancários, que estão relacionadas à renda, à densidade demográfica, aos custos operacionais e às taxas de juros elevadas. De acordo com os dados da pesquisa apresentada pela autora em 2004, quase 30% dos municípios brasileiros não possuíam agência bancária. Além disso, observava-se um viés urbano em detrimento da comunidade rural, tanto pelos bancos públicos quanto pelos privados. Por outro lado, quanto aos demandantes de atendimento bancário, observou-se que 47% das pessoas entrevistadas veem as casas lotéricas como a principal instituição financeira, seguida por 27% daquelas que destacam as agências bancárias privadas e 17% identificam os

²⁹ “O conjunto composto pela Medida Provisória nº 1.179 e a Resolução nº 2.208, ambas de 3/11/95, implantou o Proer, que veio para ordenar a fusão e incorporação de bancos a partir de regras ditadas pelo Banco Central. Sua chegada, logo após a crise do Banco Econômico, o 22º banco sob intervenção/liquidação desde o Real, implantado em 1º/7/94, não deixa de ser, entretanto, uma forma do governo antecipar-se a outros problemas, e facilitar o processo de ajuste do SFN. Com o Proer, os investimentos e a poupança da sociedade ficam assegurados. Há uma adesão incondicional ao mecanismo de proteção aos depositantes, introduzido pelas resoluções 2.197, de 31/8/95, e 2.211, de 16/11/95, do CMN, evitando que futuros problemas localizados possam afetar todo o sistema, com reflexos na sociedade brasileira.” (BACEN, 2014).

³⁰ O principal instrumento do programa são linhas de financiamento do Governo Federal, aos estados que lhes permitem adotar as seguintes alternativas a suas instituições financeiras: extinção, privatização; transformação em agência não financeira (agência de fomento); aquisição pelo controle do Governo Federal, que deverá privatizar ou extinguir a instituição e saneamento (CLEOFAS, 2004).

bancos públicos. A pesquisa destaca, também, que 64% dos entrevistados não têm interesse em abrir uma conta, tendo como um dos motivos as altas tarifas.

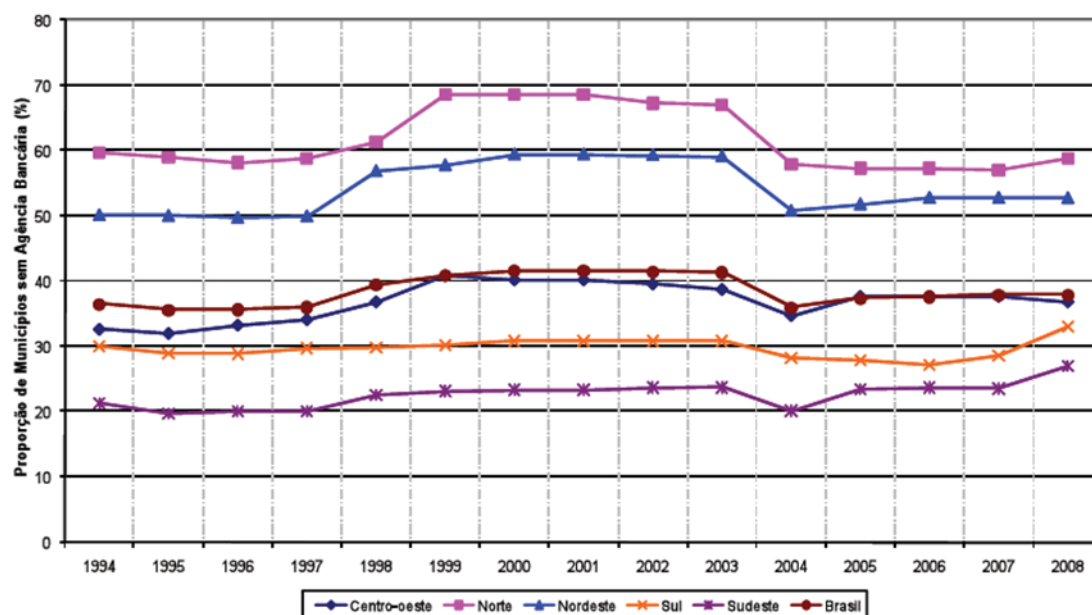
Na perspectiva de definir a exclusão financeira, o conceito de Gloukoviezzoff (2004, p.12) diz que a “[...] exclusão financeira é o processo onde pessoas estão excluídas ou encontram dificuldades em suas práticas financeira de forma a que não possam ter uma vida normal dentro da sociedade que vivem”. Percebe-se que a visão de exclusão social é demonstrada nas entrelinhas da exclusão financeira, apresentando-se de forma diferente, de acordo com cada sociedade na qual ela ocorre. Ainda sobre a exclusão financeira, Anderloni et al. (2007, p.8) veem a exclusão financeira, como resultado de várias causas, entre elas: a falta de acesso e o acesso restrito, a serviços bancários.

Perceber como o mercado global lida com esses fatores excludentes é pertinente para entender como as alternativas que surgem na solução destes entraves, podem mitigar essa exclusão. Dentre as soluções encontradas em muitos países está a ação de políticas governamentais para equilibrar essas disparidades, como: a criação de leis que busquem direcionar a oferta de serviços a toda a população; a isenção fiscal; a fiscalização e recomendação relativas a minimizar a exclusão financeira (CROCCO et al., 2010).

Para os autores, a exclusão financeira pode ser vista sob dois aspectos: a exclusão financeira por acesso (não bancarização) e a exclusão financeira por serviços (sub-bancarização). Os indivíduos não bancarizados são aqueles que não possuem acesso a conta bancária em instituição ou não está relacionado, permanentemente, a outro que possua conta, e o indivíduo sub-bancarizado compreende aquele, que possui acesso restrito a serviços bancários.

Baseado nisto, o Gráfico 5 traz a proporção de municípios sem agências bancárias no Brasil, de 1994 a 2008.

Gráfico 5 – Proporção (%) de municípios sem agência bancária, por regiões do Brasil, de 1994 a 2008.



Fonte: Crocco et al. (2010).

As Regiões Norte e Nordeste apresentam a maior proporção de municípios sem agências bancárias, chegando a quase 70% de municípios sem agência na região Norte, em 1999, e a quase 60% na região Nordeste, em 2001; enquanto nas regiões Sul e Sudeste esta proporção é menor, com percentuais de 20% nos anos de 1996, 1997 e 2004, para a região Sudeste; e de um pouco que 30% na região Sul, evidenciando uma maior presença de agências bancárias nestas regiões. A partir de 2003, há uma relativa queda na proporção de municípios excluídos nas regiões Norte e Nordeste que, segundo os autores da pesquisa, é atribuída a um aumento de renda da população a partir deste ano e às políticas implementadas pelo Governo.

Há um enfoque por parte das instituições financeiras nas regiões onde existe uma população de maior renda, em detrimento das regiões mais pobres, caracterizando uma exclusão por não bancarização. No tocante à exclusão por sub-bancarização, os autores relatam que a falta de disponibilidade de serviços adequados, à realidade dos tipos de clientes, está atrelada à renda de cada região, o que acarreta uma bancarização parcial, com “[...] a recusa dos bancos em fornecer produtos não padronizados que possam melhor atender diferentes tipos de consumidores, preferindo ofertar produtos padronizados tendo como parâmetro consumidores de mais alta renda, típico de regiões mais desenvolvidas.” (CROCCO et al., 2010, p. 22-23).

Assim, os autores destacam que “De forma geral, são observadas, em vários países, três categorias de ação destinadas a lidar com o fenômeno da exclusão financeira, a saber: respostas de mercado; autorregulamentação; e, políticas de governo.” (CROCCO, et al., 2010, p.10).

As respostas de mercado contemplam “os desenvolvimentos espontâneos do próprio sistema financeiro”, através do fornecimento de serviços por instituições específicas atuando diretamente para atender aos clientes excluídos, como é o caso das cooperativas de crédito e bancos comunitários, entre outros; as iniciativas que visam promover uma educação financeira dos indivíduos, no sentido de ensiná-los a utilizar o sistema financeiro; e, a ação do próprio sistema bancário tradicional, criando produtos específicos, que atendam aos indivíduos com necessidades especiais ou dificuldades em acessar o sistema. As ações de autorregulamentação setorial, respondem às contestações da população ou do governo, “consistindo no estabelecimento de normas de conduta e metas de atendimento determinadas pelo próprio sistema financeiro.” (CROCCO, et al., 2010, p.11). E, por fim, as políticas de governo que nas suas ações têm o papel de facilitador, recomendando ações para o combate à exclusão financeira, verificando produtos bancários que se direcionem para a redução da exclusão financeira e pressionando a regulamentação e auto avaliação do material de marketing dos bancos; e o legislador, estabelecendo leis que imponham aos bancos e demais instituições financeiras, a oferta de serviços bancários que atendam a todas as parcelas da população; e ações que removam obstáculos que impeçam o processo de inclusão financeira). (CROCCO, et al., 2010).

Estas e outras ações são caminhos que podem levar à inclusão financeira, em qualquer país.

5.3 Inclusão financeira

No Brasil, a inclusão financeira passa a ser algo necessário e evidente dentro das prerrogativas governamentais de crescimento econômico implantadas a partir da década de 1990 e impulsionadas, em 2003 pelo Governo Lula (FELTRIM et al., 2009). O Banco Central do Brasil passa a interagir com os atores envolvidos nesse processo de inclusão financeira, na construção de marcos regulatórios, tendo como premissa:

A convergência entre microfinanças e sistema financeiro tradicional, resultado da expansão do acesso a serviços financeiros adequados a diversas camadas da população de forma eficiente, é estágio para obtenção de um sistema financeiro sustentável e inclusivo. A premissa que embasa esse sistema financeiro único – que une os dois mundos – é que a prestação de serviços financeiros adequados se torna viável por meio de recursos tecnológicos diferenciados, desenvolvidos para públicos e nichos de mercado com necessidades próprias, sem, no entanto, segregar e classificar clientes – assume-se que todos os cidadãos detentores de renda estão aptos a contratar (assumir compromissos) como agentes econômicos, produtivos e capazes. A provisão ou não de um serviço financeiro, se torna portanto, consequência da análise da capacidade de pagamento de cada cliente, de forma individual, e não da classificação em determinados grupos ou classes econômicas. (FELTRIM et al., 2009, p. 22).

Observa-se que houve uma diminuição na exclusão financeira de 2005 para 2010 (TABELA 14), visto que em 2010 todos os municípios no Brasil apresentaram, pelo menos uma agência bancária ou representante bancário (Posto de Atendimento Avançado (PAA³¹) ou correspondente). Mas, isto não significa que todas as necessidades relativas à bancarização estejam sendo atendidas.

Tabela 14 – Evolução, da distribuição dos municípios brasileiros em função da presença de agências, PAAs e correspondentes, por faixa da população adulta, entre 2005 e 2010.

Faixa (quantidade de adultos - mil)	Total de municípios	Municípios em 2005			Municípios em 2010		
		Com PAA	Com corresp.	Sem agência, PAA ou corresp.	Com PAA	Com corresp.	Sem agência, PAA ou corresp.
Menos de 5	1.864	135	1.834	27	1.179	1.864	0
De 5 a 10	1.330	96	1.332	7	555	1.330	0
10 a 20	1.216	78	1.215	0	211	1.216	0
20 a 40	600	7	600	0	15	600	0
40 a 80	293	0	293	0	0	293	0
80 a 150	128	0	128	0	0	128	0
150 a 250	64	0	64	0	0	64	0
250 a 500	44	0	44	0	0	44	0
Mais de 500	26	0	26	0	0	26	0
Total	5.565	316	5.526	34	1.960	5.565	0

Fonte: Relatório de Inclusão Financeira – Bacen (2011).

Percebe-se que dentre as atividades autorizadas para os pontos correspondentes, a maioria destes (TABELA 15) realiza as atividades de pagamento e recebimento (Inciso III). Na região Nordeste, 81% dos correspondentes realizam estas atividades, enquanto a abertura de contas é executada por 29% e os empréstimos e financiamentos por 51% dos

³¹ “Destinam-se à provisão de serviços financeiros em municípios desassistidos de agência ou outro representante. São dependências de banco múltiplo com carteira comercial, de banco comercial ou de caixa econômica que podem ser instalados ou mantidos exclusivamente em praças em que não haja agência ou outro representante bancário de alguma instituição financeira desse tipo.” (BACEN, 2011, p.28).

correspondentes. É preciso averiguar a real necessidade destes serviços em cada uma das regiões, observando as suas peculiaridades para minimizar o risco de sub-bancarização.

Tabela 15 – Distribuição percentual dos pontos de correspondentes por tipo de atividades autorizadas em dez/2010, nas regiões do Brasil.

PORCENTAGEM DE PONTOS DE CORRESPONDENTE AUTORIZADOS A:							
Região/ Brasil	Qtde. Total	Inciso I (abertura de conta) %	Inciso II (mov. de contas) %	Inciso III (pagamentos e recebimentos) %	Inciso IV (ordens de pagamento) %	Inciso V (empréstimos recebimentos) %	Inciso VIII (cartões de crédito) %
N	6.850	34%	48%	79%	28%	53%	42%
NE	31.752	29%	47%	81%	27%	51%	41%
CO	11.948	25%	40%	72%	29%	58%	40%
SE	67.878	23%	31%	61%	26%	66%	38%
S	33.195	28%	37%	68%	29%	66%	38%
Brasil	151.623	26%	37%	68%	27%	62%	39%

Fonte: Relatório de Inclusão Financeira – Bacen (2011).

Os avanços que dizem respeito à inclusão financeira no Brasil, ainda são insuficientes para atender às necessidades dos excluídos. A inclusão não se limita apenas à presença de instituições e correspondentes financeiros, mas também ao fato destes atenderem ou não às demandas relativas à suas reais necessidades locais.

Investigar as particularidades de cada localidade, identificando as necessidades dos indivíduos, não só com relação ao crédito, mas também, de outros serviços; o acesso a informações bancárias que possibilitem ao público demandante excluído, as condições de confrontar os serviços oferecidos pelas instituições financeiras e as suas reais necessidades; averiguar os impactos das ações e programas governamentais de apoio à inclusão financeira, são alguns dos passos importantes para a redução da exclusão financeira no Brasil.

Atentos a essa realidade,

Em 2013 e 2014, a SAE/PR [Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República] e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desenvolveram três pesquisas de percepção social sobre inclusão financeira. Foram realizadas, em cada uma delas, cerca de 3.810 entrevistas domiciliares com representatividade nacional. Foram abordados temas como acesso a serviços financeiros; educação financeira; poupança, patrimônio das famílias; entre outros. De acordo com a sondagem, em relação aos locais de uso dos serviços bancários, as casas lotéricas, com 64,5%, superaram as tradicionais agências bancárias, utilizadas por apenas 36,54%. Por outro lado, 15,2% dos entrevistados não utilizaram nenhum serviço bancário no mês anterior à pesquisa (BACEN, 2015a).

Mesmo com estas ações, a inclusão financeira ainda encontra muitos desafios a serem superados. Ainda há um nível de sub-bancarização elevado no país e a burocracia ainda

prevalece, somada aos custos operacionais e à inadimplência que aumenta o grau de risco das instituições e os custos de concessão de crédito, retratados pelos altos juros.

A partir deste contexto, é reforçada a importância das ações de inclusão, dentre elas ressaltam-se as microfinanças.

5.3.1 Microfinanças como alternativa de inclusão

O mercado de microfinanças no mundo operava, em 2006, um volume de US\$ 25 bilhões, atendendo a 100 milhões dos quase 1 bilhão de clientes que demandam este serviço (DEUTSCHE BANK RESEARCH, 2007). O Brasil tem um potencial de quase 70 milhões de pessoas que estão na faixa de renda (que varia de 0 a 3 salários mínimos) compatível com o mercado de microfinanças, sendo que metade destes, 35 milhões de pessoas, demandam por microfinanças, gerando um potencial de 35 milhões de clientes no ano de (SOARES; MELO SOBRINHO, 2008).

Entre as muitas definições de Microfinanças, a apresentada por Soares e Melo Sobrinho (2008, p. 23) é sucinta e significativa: “[...] refere-se à prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados [...]”

As microfinanças no Brasil têm associação forte com o microcrédito, tendo raízes na história de sua gênese. Uma das experiências de microcrédito mais conhecidas no mundo é do *Grameen Bank* (1976). Este banco surge da ação do professor Muhammad Yunus, sensibilizado com a pobreza da população de Bangladesh que financiava as suas atividades produtivas com agiotas a juros exorbitantes. Esse banco inicia suas atividades, financiando um grupo de 42 pessoas. Este financiamento estava sustentando num aval solidário, sem burocracia, em que o acompanhamento dos tomadores de crédito era realizado por um agente do banco (BARONE et al., 2002).

É importante ressaltar que foi no Brasil que surgiu a primeira iniciativa de microcrédito, no ano de 1973. Essa experiência objetivava a concessão de microcrédito para o setor urbano informal nas cidades de Recife-PE e Salvador-BA. A União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) era uma Organização Não Governamental (ONG), especializada em microcrédito e capacitação gerencial para pessoas de baixa renda. No início os recursos eram provenientes de doações internacionais e, depois, passam a ser captados por linhas de crédito no sistema financeiro tradicional. A organização permaneceu

ativa durante dezoito anos, extinguindo-se por não ser autossustentável. Outras iniciativas de microcrédito foram sendo construídas, como os seguintes casos: o Centro de Apoio aos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS) de 1987; o Banco da Mulher/Seção Bahia de 1989; a Instituição Comunitária de Crédito (PORTISOL), em Porto Alegre, de 1995; o VivaCred, de 1996, no Rio de Janeiro; o CrediAmigo do Banco do Nordeste de 1998; e o Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDES, criado em 1996 (BARONE et al., 2002).

Os anos de 1970 e 1980 foram marcados pela presença forte de ONGs na América Latina. Já na década de 1990, observa-se uma descontinuidade dessas ações, por ocorrências mundiais (a crise econômica do Leste Europeu e as crises sociais na África) que acabaram por diminuir os recursos internacionais (*funding*) nos projetos das ONGs. Outros fatores, como a restrição de crédito público para fomento, a inflação elevada, o desemprego, a dívida externa, entre outros, contribuíram para a instabilidade dessas organizações (FELTRIM et al., 2009).

Os autores destacaram que, ainda na década de 1990, o presidente Fernando Henrique Cardoso institui o Conselho da Comunidade Solidária, que reforça e acompanha as iniciativas a favor do microcrédito no Brasil. Em 1997, iniciam-se as Rodadas de Interlocução Política voltadas para o microcrédito, com a participação do Banco Central que, através do Projeto de Inclusão Financeira, busca ações que construam a inclusão financeira no Brasil. As principais ações efetuadas, no período de 1992 a 2014, podem ser visualizadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Ações de incentivo à Inclusão Financeira no Brasil, a partir dos anos 90.

ANO	AÇÕES
1992	Processo de regulamentação das cooperativas de crédito brasileiro, Resolução nº 1.914/ 1992.
1995	Possibilidade de constituição de Bancos de Crédito controlados por cooperativas centrais, edição da Resolução nº 2.193/1995.
1999	Aperfeiçoamento da regulamentação dos correspondentes bancários, Resolução nº 2.640/1999. Criação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Lei nº 9.790/1999.
2001	Instituição das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), Resolução nº 2.874/2001.
2002	A Resolução nº 3.058/2002, possibilita cooperativas de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores que facilitem o acesso a serviços financeiros. Nasce o primeiro Banco Postal.
2003	Lei nº 10.735/2003, regulamentada pela Resolução nº 3.422/2006 e alterada pela Resolução nº 3.706/2009, institui que parte dos depósitos à vista dos bancos (2%) deve ser para o microcrédito. Lei nº 10.738/2003 cria o Banco Popular do Brasil. Resolução nº 3.156/2003 permite que todas as instituições autorizadas pelo Banco Central contratem correspondentes.
2004	Resolução nº 3211/2004 regulamenta a criação e funcionamento das contas simplificadas.
2005	Lei nº 11.110/2005 cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).
2006	Criação da conta salário, pela Resolução nº 3.402/2006.
2008	Expansão do atendimento das SCM, contemplando as empresas de pequeno porte, que passam a se chamar de Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP) – Resolução nº 3.567/2008.
2011	Resolução CMN nº 4.000/2011, substitui a Resolução CMN nº 3.422/2006, que determina que do total dos 2% de depósitos à vista direcionados ao microcrédito, um percentual mínimo seja destinado ao microcrédito produtivo orientado. Esse percentual foi estabelecido de forma escalonada, até chegar a 80% do total da exigibilidade, a partir de 1º de julho de 2013. Circular do Banco do Central nº 3.566/2011 define critérios para aferição do cumprimento de exigibilidade de aplicação dos depósitos à vista em operações de microcrédito e estabelece procedimentos para remessas de informações relativas a essas operações.
2014	A Circular nº 3.731/2014 altera os valores máximos dos saldos e do somatório mensal dos depósitos permitidos para as contas especiais de depósitos à vista e de depósitos de poupança (contas simplificadas), disciplinadas pela resolução nº 3.211/ 2004. Resolução nº 4.382/2014 permite às Cooperativas de Crédito emitirem Letras Financeiras ³² e, dessa forma, ter acesso a “ <i>funding</i> ” mais estável para o financiamento de suas operações de crédito de médio e longo prazo, bem como garantir fonte adequada para a composição do capital regulamentar, que atualmente está restrita a títulos pouco padronizados ou sujeitos a pagamento incondicional do cotista ou do depositante (cotas-parte e depósitos dos cooperados).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Feltrim et al. (2009) e Bacen (2015b).

As ações abordadas no quadro retratam tentativas de construção do caminho estratégico das microfinanças, para o processo de inclusão financeira no Brasil.

De acordo com Andrade Neto e Pinto (2007), as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) têm como objetivo fornecer financiamentos a pessoas físicas e microempresas, a fim de viabilizar empreendimentos “[...] de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, equiparando-se às instituições financeiras para os efeitos da

³² “Letras financeiras são títulos emitidos por instituições financeiras, que consistem em promessa de pagamento; Têm em sua remuneração, taxas de juros prefixadas, combinadas ou não com taxas flutuantes ou índices de preço; prazo mínimo de 24 meses, vedado o resgate total ou parcial antes do vencimento; podendo ser recompradas pelas instituições financeiras emissoras em montante que não ultrapasse 5% do total emitido; Devem ter valor nominal unitário igual ou superior a R\$ 300 mil; Pagamento de rendimentos em intervalos de, no mínimo, 180 dias.” (BM&FBOVESPA, 2015).

legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.” (ANDRADE NETO; PINTO, 2007, p. 4).

As SCMs foram criadas em 1999, pela Medida Provisória nº 1.894-19/1999, e não tinham o caráter de instituição financeira, pois eram impossibilitadas de captar recursos junto ao público, podendo operar apenas com recursos vindos de organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento, de orçamentos estaduais e municipais, de fundos constitucionais e de doações. Tinham o limite de crédito de no máximo R\$10 mil por cliente.

Em 2008, a Resolução nº 3.567/2008 permitiu o acesso ao crédito produtivo pelas empresas de pequeno porte, antes excluídas desse contexto, o que modificou o nome da SCM para Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP). Assim foi autorizado também o limite de crédito por cliente em até 5% do Patrimônio Líquido.

Entre as ações de inclusão financeira que aconteceram em 2002, tem-se a criação do Banco Postal, que é uma forma criada pelos Correios para prestar serviços como correspondente bancário, em parceria com uma instituição financeira, o que possibilitou um maior acesso aos serviços financeiros no Brasil. O primeiro Banco Postal surgiu em março de 2002, em Minas Gerais, quando o Correio fez contrato com o Banco Bradesco. Essa relação perdurou por dez anos seguidos. Em 2011, os correios lançaram um edital para selecionar outra instituição financeira e, neste pleito, o Banco do Brasil foi a instituição vencedora. De acordo com os Correios (2014), o Banco Postal está presente em 94% dos municípios brasileiros, no ano de 2014.

A Lei nº 10.735/2003, regulamentada pela Resolução nº 3.422/2006 e, depois, alterada pela Resolução nº 3.706/2009, que institui como obrigatório o destino de 2% dos depósitos à vista dos bancos para operações de microcrédito. Isso, impulsionou a criação, em 2005, do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), implementado pelo MTE pela Lei nº 11.110/2005³³). Esta definiu que os recursos utilizados no PNMPO, são originários dos 2% de depósitos à vista do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A

³³ “Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e altera dispositivos da Lei nº 8.029/1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311/1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF); da Lei nº 9.872/1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER); da Lei nº 10.194/2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735/2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências” (BRASIL, 2005).

Lei nº 10.738/2003 cria uma subsidiária do Banco do Brasil, o Banco Popular, que tinha como objetivo trabalhar com microfinanças, sendo exclusivo para as pessoas de baixa renda e microempresários, sem a comprovação de renda. Em 2008, o Banco Popular foi incorporado ao Banco do Brasil depois de grandes prejuízos, devido às altas taxas de inadimplência (17 e 30%) (SINDICATO DOS BANCÁRIOS, 2014).

Retornando ao conceito de Microfinanças, muitas vezes, este, aparece como sinônimo de microcrédito, visto que ambos tem como mercado objeto a população de baixa renda. Mas, as Microfinanças têm uma amplitude maior do mercado atendido, por meio da

Prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. Nessa linha, entidades ou IMFs [Instituições de Microfinanças] são entendidas como aquelas especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de OnGs, Oscips, cooperativas de crédito, SCMs, bancos comerciais públicos e privados (principalmente por meio de correspondentes no país e de carteiras especializadas) e fundos institucionais. (ALVES; SOARES, 2006, p. 28)

Por outro lado, segundo os mesmos autores, o microcrédito é a “principal atividade do setor de microfinanças, pela importância para as políticas públicas de superação da pobreza pela geração de trabalho e renda.” (p. 28) Tem como atividade a concessão de serviços financeiros apenas aos empreendedores (pessoa física e jurídica) de pequeno porte. A metodologia utilizada para a concessão de microcrédito diferencia-se da adotada nas operações de crédito tradicionais, visto que a primeira considera: “(i) agente de crédito; (ii) garantia solidária; e (iii) prazos curtos e valores crescentes.” (ALVES; SOARES, 2006, p. 28)

Dentro da atuação de políticas públicas na tentativa de mitigar a pobreza, a modalidade de Microcrédito Produtivo e Orientado (MPO) concede crédito para microempreendedores de forma orientada e em consonância com a Lei nº 11.110/2005, não concedendo financiamento para consumo pessoal. As definições de microcrédito, contidas no Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central (2011, p. 95), ajudam a definir melhor o MPO.

Assim, o direcionamento para microcrédito está voltado para dois públicos, o de baixa renda, também conhecido como microcrédito-consumo, e o microcrédito para microempreendedores. Posteriormente, foi contemplado, dentro do microcrédito para empreendedores, o conceito do microcrédito produtivo orientado, que se caracteriza pela metodologia de proximidade, que consiste, em síntese, de relacionamento direto com o empreendedor no local de sua atividade, de levantamento socioeconômico prévio à concessão e de acompanhamento durante o período do contrato.

Mais recentemente, em 2011, o Governo Federal por meio da Medida Provisória nº 543/2011 altera a Lei nº 11.110/2005 (Lei do Microcrédito), autorizando a União a fornecer subvenção econômica às instituições financeiras, na forma de equalização de uma parcela dos custos de contratação e operacionalização do microcrédito; denominado de Programa Crescer de Microcrédito, coordenado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) (CNF, 2014). De acordo com a Secretaria:

O Programa está inserido no contexto do projeto de massificação do microcrédito no Brasil, com objetivo de promover a bancarização da sociedade brasileira e a democratização do crédito no país. Este Programa mantém a metodologia consagrada do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110/2005 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2014, n.p).

O público alvo do programa é direcionado a empreendedores informais, empreendedores individuais e microempresas com faturamento de até R\$120.000,00 por ano; e tem como objetivos, incentivar o empreendedorismo e gerar empregos, promover o crescimento do pequeno empreendedor e elevar o padrão de vida. As operações de crédito são de até R\$15.000,00, com prazo médio de até 6 meses para capital de giro e 24 meses para investimento. As taxas de juros têm uma redução de 60% para 8% ao ano, além da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) que sofreu uma redução de 3% para 1% sobre o valor financiado. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2014).

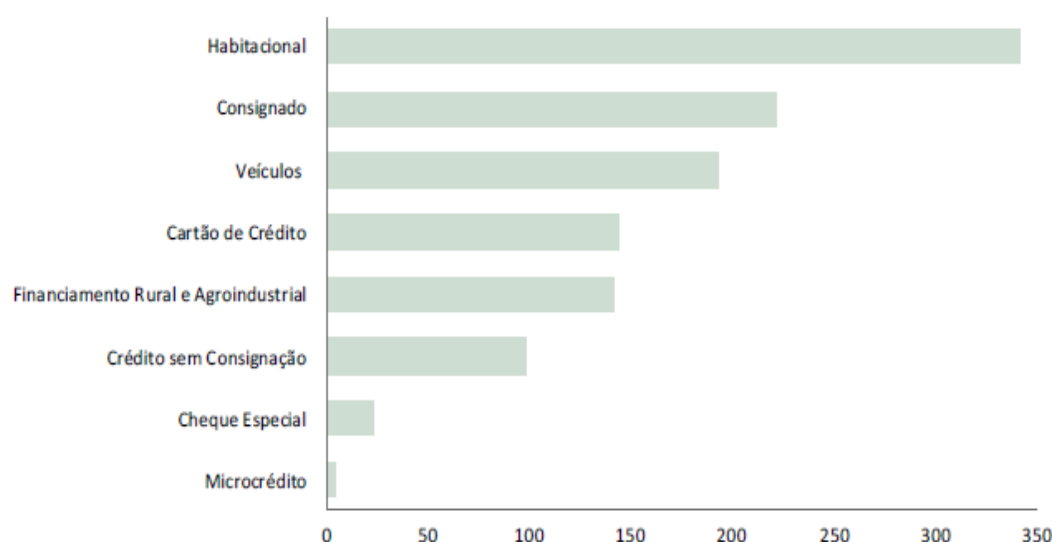
A meta de clientes atendidos até 2013 era de 3,46 milhões, através da atuação dos Bancos Federais – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Para isso, o Tesouro Nacional realizaria uma complementação de quase R\$ 500 milhões, no valor de 2% dos depósitos à vista (que em 2011, representa R\$ 3,15 bilhões), para garantir a redução da taxa de juros (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2014).

É importante averiguar os resultados das operações de microcrédito no Brasil. A publicação do BACEN (2015b), série Cidadania Financeira, traz o panorama do microcrédito no Brasil com relação aos tomadores e concedentes de crédito, bem como, compara o valor da carteira de microcrédito com as demais modalidades de crédito pessoa física, com base em dados disponíveis no Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Bacen e na Receita Federal, na data-base dezembro 2013.

A carteira de microcrédito, de R\$5,3 bilhões, relativos a 3,1 milhões de operações de crédito, representa 0,2% do valor e 0,4% das operações do Sistema Financeiro Nacional (SFN). As instituições financeiras que concedem microcrédito estão agrupadas em quatro segmentos – agências de fomento, bancos, cooperativas de crédito e Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCM) –, sendo mais de 80% do valor da carteira concedido por três bancos públicos. (BACEN, 2015, p. 5)

Comparando os valores da carteira de microcrédito com alguns dos demais créditos, auferidos por pessoas físicas no SFN, pode-se perceber uma enorme discrepância visto os valores a seguir: cheque especial – R\$ 20,2 bilhões; veículos – R\$192,8 bilhões; cartão de crédito – R\$ 144,6 bilhões e crédito consignado – R\$ 221,9 bilhões, Gráfico 6. (BACEN, 2015 b).

Gráfico 6 – Valor da carteira total de várias modalidades de crédito, pessoa física (em R\$ bilhões), Brasil, data base dezembro de 2013.



Fonte: BACEN (2015b, p.6).

Na Tabela 16 são apresentados o número de operações e de clientes atendidos com microcrédito, por região e unidade da federação, no ano de 2013. A região Nordeste, aparece com o maior volume de carteira (52,1%), seguido do Sudeste e Sul. Dentre as unidades federativas, tem-se que o Ceará com 13,7%, seguido de São Paulo com 9,9% e Santa Catarina com 8,3%. O Piauí, no qual se encontra a cidade objeto deste trabalho, apresenta um volume de crédito de 4,7% do total Brasil, ficando em 6º lugar na região Nordeste e em 10º lugar no Brasil. e em segundo lugar com o maior número de operações de crédito (34,9%), sendo o estado do Ceará o de maior valor de carteira com 13,7% do total nacional. Direcionando para o estado do Piauí, verifica-se que o valor da carteira de crédito corresponde

a 4,7% do valor nacional, ficando em 6º lugar na região Nordeste, em relação ao valor da carteira de crédito.

Ainda de acordo com a pesquisa, a carteira de microcrédito da região Nordeste, está dividida da seguinte forma: 99,55% da carteira é de pessoas físicas, das quais, 35% estão na faixa de renda de até um salário mínimo; e 0,5% de pessoas jurídicas, das quais, 97,3% são microempresas.

Tabela 16 – Microcrédito pessoa física e jurídica: valor, quantidade de operações, quantidade de clientes e o valor médio das operações da carteira identificada, por unidade da federação e estado, Brasil, data base – dezembro de 2013.

UF/Reg.	Valor Cart. Ident.	% Brasil	Quant. Operações	% Brasil	Quant. Clientes	% Brasil	Valor Cart./Quant. de operações
DF	55.019.617	1,1	29.150	1,3	25.257	1,4	1.887
GO	100.376.743	2,0	64.455	2,8	55.151	3,0	1.557
MS	27.504.373	0,5	18.917	0,8	15.826	0,9	1.454
MT	53.098.194	1,0	29.194	1,3	25.520	1,4	1.819
CO	235.998.927	4,6	141.716	6,3	121.754	6,6	1.665
AL	148.156.411	2,9	46.402	2,0	36.158	2,0	3.193
BA	399.374.575	7,8	138.921	6,1	118.435	6,4	2.875
CE	695.622.311	13,7	188.789	8,3	158.427	8,6	3.685
MA	333.183.912	6,5	81.299	3,6	67.585	3,6	4.098
PB	255.086.329	5,0	73.578	3,2	55.582	3,0	3.467
PE	278.199.244	5,5	98.014	4,3	77.744	4,2	2.838
PI	237.587.081	4,7	77.894	3,2	57.989	3,1	3.305
RN	177.620.982	3,5	52.868	2,3	43.713	2,4	3.360
SE	125.457.708	2,5	39.323	1,7	32.149	1,7	3.190
NE	2.650.288.653	52,1	791.088	34,9	647.792	35,0	3.350
AC	9.337.757	0,2	6.355	0,3	5.365	0,3	1.469
AM	5.448.824	0,1	3.994	0,2	3.580	0,2	1.364
AP	24.089.352	0,5	17.734	0,8	16.102	0,9	1.358
PA	62.386.005	1,2	32.589	1,4	28.941	1,6	1.914
RO	15.558.277	0,3	9.914	0,4	8.943	0,5	1.569
RR	4.832.972	0,1	2.722	0,1	2.439	0,1	1.776
TO	19.359.009	0,4	12.746	0,6	10.226	0,6	1.546
N	141.359.009	2,8	55.473	3,8	75.146	4,1	1.643
ES	112.359.009	2,2	55.473	2,4	43.221	2,3	2.031
MG	325.209.140	6,4	192.777	8,5	157.319	8,5	1.687
RJ	208.708.331	4,1	182.729	8,1	147.831	8,0	1.142
SP	506.013.851	9,9	393.843	17,4	315.770	17,5	1.288
SE	1.152.605.844	22,6	824.822	36,4	664.141	35,9	1.297
PR	184.356.483	3,6	113.121	5,0	92.572	5,0	1.630
RS	301.929.344	5,9	138.449	6,1	111.371	6,0	2.181
SC	421.646.029	8,3	168.238	7,4	138.914	7,5	2.506
S	907.931.856	17,8	419.808	18,5	342.857	18,5	2.163
Brasil	5.089.640.970	100	2.264.442	100	1.852.498	100	2.248

Nota: A pesquisa ressalta que operações de crédito podem ser operações de crédito identificadas, com individualização das informações do cliente e da operação (para clientes com operações iguais ou superior a R\$1.000,00); e operações de crédito não identificadas, com agregação das informações (quando as operações do cliente ficam abaixo de R\$1.000,00). As operações identificadas respondem por 95,5% do valor total da carteira de microcrédito. As operações não identificadas representam apenas 4,5% do valor da carteira, mas respondem por quase 30% das operações de microcrédito.

Fonte: BACEN (2015b, p. 9).

As instituições concedentes de microcrédito, de acordo com a publicação, compreendem: bancos, as cooperativas de crédito, SCMs e agências de fomento. Na Tabela 17, são apresentados os números e percentuais, referentes às instituições financeira do SFN e as que operam o microcrédito.

Tabela 17 – Quantidade de Instituições Financeiras que operam microcrédito e quantidade de Instituições Financeiras no SFN, Brasil, data base dezembro de 2013.

Segmento	IFs que operam microcrédito		IFs no SFN		% Microcrédito/SFN
	Quant. de IFs	%	Quant. de IFs	%	
Agência de Fomento	9	8,8%	15	1,1%	60,0%
Banco	10	9,8%	153	11,2%	6,5%
Cooperativa de Crédito	73	71,6%	1.161	85,3%	6,3%
SCM	10	9,8%	32	2,4%	31,3%
Total	102	100,0%	1.361	100,0%	7,5%

Fonte: BACEN (2015b).

Das 1.361 instituições financeiras presentes no SFN, apenas 102 operavam com microcrédito. As cooperativas de crédito se destacam na operação de microcrédito em relação aos demais segmentos (agência de fomento, banco e SCM), com 71,7% do total das operações; mas, quando analisa-se os números referentes à quantidade de cooperativas de crédito que compõem o SFN, 1.161 unidades, apenas 6,3% operavam com o microcrédito.

Mas, quando a análise se refere ao valor e à quantidade de operações os bancos se destacam, conforme demonstrado na Tabela 18.

Tabela 18 – Microcrédito no Brasil: valor (R\$) e quantidade de operações da carteira total, por segmento, data base dezembro de 2013.

Segmento	Valor da carteira	%	Quant. de Operações	%
Agência de fomento	26.469.482,00	0,5%	13.665,00	0,5%
Banco	4.753.977.218,00	93,9%	2.862.456,00	95,3%
Cooperativa de Crédito	261.140.084,00	5,2%	111.755,00	3,7%
SCM	22.141.635,00	0,40%	15.456,00	0,55
Total	5.063.728.419,00	100,0%	3.003.332,00	100,0%

Fonte: BACEN (2015b).

De acordo com Bacen (2015b) e os dados da Tabela 17 e 18, tem-se que: os bancos respondem por 93,9% da carteira de crédito e 95,3% das operações de microcrédito, que estão centralizadas em 4 dos 10 bancos que operam com microcrédito; as cooperativas de crédito

detêm 5,2% do total da carteira de crédito e 3,7% das operações, que estão concentradas em 4 instituições das 73 cooperativas de crédito; as agências de fomento efetuam 0,5% da carteira, por meio de 3 instituições das 9 que concedem microcrédito; e as SCMs respondem por 0,5% da carteira de crédito, na qual duas instituições dentre as 10 que concedem microcrédito.

A inadimplência é tida como um dos entraves à oferta de crédito, assim, faz-se necessário quantificá-la. Em um comparativo entre o microcrédito e os demais créditos concedidos, o Bacen (2015b) destaca que o número de inadimplência pessoa física em cartão de crédito é de 25,6% e no cheque especial de 9,3%, valores superiores ao observado para o microcrédito pessoa física, que é de 5%. Esta é superior quando comparada à inadimplência do financiamento rural e agroindustrial (1%), habitacional (1,6%), consignado (2,6%) e de veículos (5,2%).

Vale ressaltar que a região Norte é a que apresenta maior inadimplência, para pessoa física (12,5%) e jurídica (20,5%) no comparativo país, seguida da região Nordeste no caso das pessoas jurídicas (16%). Para esta região, a inadimplência das pessoas físicas é de apenas 2,4%, sendo o menor valor observado dentre as cinco regiões.

Os resultados indicam que o microcrédito no SFN, ainda tem uma representatividade baixa, apesar de atender ao público-alvo correto ao qual se destina, o que demonstra que ainda há muito o que avançar no campo das microfinanças.

5.3.1.1 As finanças solidárias

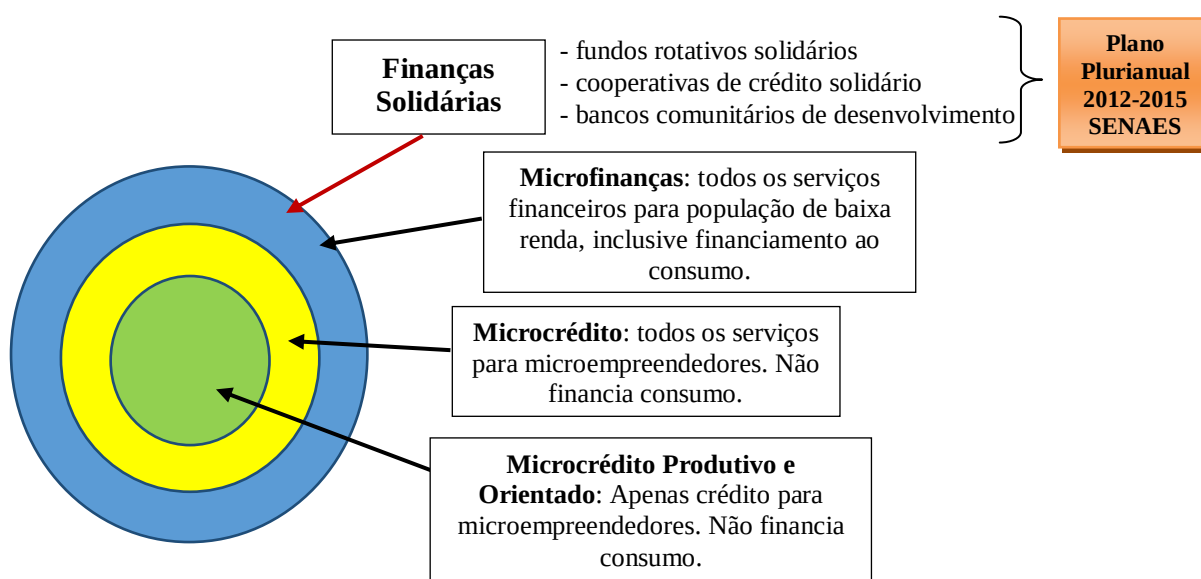
Para este trabalho faz-se necessário destacar nas microfinanças, em específico, as finanças solidárias, em decorrência da relevância do tema para este trabalho.

Nos diversos trabalhos que enfocam a inclusão financeira no Brasil, os conceitos sobre microfinanças, microcrédito e finanças solidárias são variados e, muitas vezes, há convergência ou divergência entre eles. Junqueira e Abramoway (2005), apontam essas inúmeras definições e conceitos, sobre as modalidades financeiras que visam atender ao público mais pobre, e que, portanto, não têm acesso ao sistema financeiro tradicional. Os autores destacam que a principal convergência entre essas modalidades de crédito financeiro é o de encontram sua convergência e divergência no fato de que:

[...] ampliar o alcance do financiamento de modo a atingir aqueles que não interessam ao sistema financeiro tradicional. As diferenças fundamentais repousam nos princípios e metodologias empregados para atingir tal objetivo principal, com destaque para a questão da sustentabilidade financeira dos programas. Podem-se citar o microcrédito, as microfinanças, as microfinanças descentralizadas, as microfinanças de proximidade ou, ainda, as finanças solidárias como os termos mais empregados para definir tais iniciativas. Esses termos são operacionalizados pelos bancos de desenvolvimento, pelas cooperativas de poupança e crédito, pelos bancos cooperativos e pelas instituições de microfinanças, algumas delas representadas pela chamada indústria das microfinanças. (JUNQUEIRA; ABRAMOWAY, 2005, p. 20).

A Figura 31 procura ilustrar essa diferenciação, baseando-se em aspectos particulares que serão adotados por esta pesquisa.

Figura 31 – Conceito de finanças solidárias, microfinanças, microcrédito e microcrédito produtivo orientado.



Fonte: Adaptado pela autora a partir de Alves e Soares (2006).

Destaca-se, na Figura 31, as Finanças Solidárias dentro das ações das microfinanças, tendo como base a definição conceitual e tipologias, contidas no “Termo de Referência: Apoio e Fomento as Iniciativas de Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário do Plano Nacional de Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES” (MTE, 2013). É importante considerar que a conceituação sobre finanças solidárias contempla, de maneira específica, o objeto de estudo deste trabalho, que são os Bancos de Desenvolvimento Comunitários.

Assim, para o MTE (2013), as finanças solidárias referem-se:

Refere-se a um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas. No Brasil, as principais formas de organização de finanças solidárias são as Cooperativas de Crédito Solidário, os Banco Comunitários de Desenvolvimento, os Fundos Rotativos Solidários e as instituições comunitárias de microcrédito, entre outras. De modo geral, essas iniciativas são constituídas para atender demandas de segmentos populacionais e organizações que estão excluídas do acesso ao crédito nos moldes convencionais, seja para financiar o consumo ou para outros tipos de investimentos na produção ou realização de serviços (MTE, 2013, p. 6).

No Termo de Referência há o destaque do Plano Plurianual³⁴ 2012-2015 (do Programa Temático – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária), especificamente a partir de dois objetivos que tratam da economia solidária. No “objetivo 0983” apresenta-se a importância do acesso ao “crédito e finanças solidárias” para estimular “empreendimentos solidários econômicos e suas redes”. Para tal, nesse objetivo é definida a meta de implantar e consolidar “Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários e apoio ao Cooperativismo de Crédito Solidário com adequação das políticas de crédito às exigências e características dos empreendimentos econômicos solidários.” (MTE, 2013, p. 3).

Ainda de acordo com o MTE (2013), os fundos rotativos solidários constituem associações de pessoas da comunidade que se unem para promover atividades de caráter social, econômico e cultural, através de financiamentos, nos quais os recursos advêm de doações voluntárias dos membros e de pessoas externas e, também, por meio de captação. Faz-se necessária a presença de uma organização comunitária local que tenha interesse de desenvolver e gerir o fundo. As cooperativas de crédito solidário têm dentre seus objetivos estatutários, contribuir para o desenvolvimento local ou territorial sustentável. Financiam o crédito de consumo e produtivo, com mecanismos de orientação e de acompanhamento deste último (MTE, 2013). Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, por sua vez, configuram-se como

Organizações sociais de base territorial para a gestão de serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária voltados para a geração de trabalho e renda, na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária (MTE, 2013, p.11).

³⁴ “O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado, um conjunto de políticas públicas do governo para um período quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas, construindo um Brasil melhor” (BRASIL, 2014c).

Para compreender as finanças solidárias, é necessário entender a ideologia e a ação da Economia Solidária, através das suas atividades, que entoam a dinâmica cooperativa e da solidariedade, em busca de alternativas à exclusão socioeconômica. Neste sentido, o Capítulo 6 busca trazer uma construção deste contexto no qual os Bancos Comunitários de Desenvolvimento estão inseridos.

6 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS BANCOS COMUNITÁRIOS

Vem crescendo um movimento, na cidade, no campo, no sertão, com
o povo se organizando prá mudar a situação
e traçar o seu destino, com as suas próprias mãos.
Nasceu da necessidade de sair da exclusão,
do sonho acalentado de ser seu próprio patrão,
de se libertar enfim, do julgo da exploração.
A Economia Solidária é ponte sobre o abismo
crescendo fortalecida pelo cooperativismo
construindo alternativas ao cruel capitalismo [...].
[...] Prá fechar esse cordel, medite no último verso
o home está tão desumano mas, com carinho, te peço
não precisamos destruir prá construir o progresso.
A arma do novo milênio não é arma de verdade
não tem nem nome de arma mas muda a sociedade
se cada um usar a sua, a Solidariedade.

(Cordel da Economia Solidária - Luiz H.P. Silva)

Um outro ambiente de dimensão econômica, cultura e política se estabelece em meio ao ambiente capitalista, mediado por relações solidárias, de autogestão, sustentabilidade, de cooperação e de coletividade e que promovam o desenvolvimento dos indivíduos.

A Economia Solidária cresce no mundo, como uma alternativa às mais variadas formas de exclusão, incentivadas pela força do capital. Dentro da sua atuação, os empreendimentos econômicos solidários buscam alternativas de desenvolvimento em meio às outras instituições que vivem a competição do mercado capitalista.

Assim os objetivos deste Capítulo compreendem conhecer essa “outra economia”, as suas abordagens, seu panorama de atuação no Brasil, seus empreendimentos solidários e, em específico, entender como surgiram e como funcionam os Bancos Comunitários no Brasil.

6.1 Economia Solidária

Para início, vale destacar fatores desencadeadores do ideal solidário, na Europa. De acordo com Singer (2002), no século XIX, com o aumento da miséria e da pobreza na Europa, a busca pela questão social passou a ser bandeira de muitos operários, teóricos e agricultores que juntos buscavam se organizar para entender as alternativas para este modelo de mercado que privilegiava os interesses privados e renegava o bem público. A Revolução Industrial tem como marca maior o desenvolvimento das indústrias, a produção em massa e as grandes descobertas; mas, em contrapartida, provocou o surgimento do proletariado marcado pela

exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças, vitimados pelas longas horas de trabalho, em prol de uma produtividade desenfreada.

Em meio a esse contexto, uma iniciativa contrária a essa “regra” da relação de trabalho estabelecida, a figura do industrial britânico Robert Owen provocou mudanças na relação com os empregados. Owen limitou a jornada de trabalho e proibiu o emprego de crianças, construindo escolas para estas. A benfeitoria se espalhou pelo mundo e muitos buscaram saber como aquela mudança, que havia provocado o aumento da produtividade, repercutia nos gastos. As ações de Robert Owen não se limitaram apenas ao seu chão de fábrica. Com a grande depressão da economia da Grã-Bretanha, após a Revolução Francesa, ele apresentou uma alternativa para lidar com o declínio econômico e auxiliar os pobres e desempregados (SINGER, 2002).

O autor destaca que Owen obteve admiradores que puseram em prática as suas ideias: as sociedades cooperativas foram surgindo em vários lugares. A disputa entre sindicatos e empresas acaba por incentivar o surgimento de cooperativas operárias, que passam a ocupar o espaço com as empresas. Em meio a estas disputas surgem “armazéns cooperativos, clubes de troca, Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo, Grande Guilda Nacional dos Construtores, Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido” como formas de resistência na luta entre sindicalistas e capitalistas (SINGER, 2002, p.30).

Na França em 1822, o movimento se destaca a partir de Charles Fourier, que defendia que todos deveriam viver em comunidades autogeridas. O principal objetivo dessa organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, o que deveria resultar em aumento de produtividade e de produção. Daí surge a ideia do falanstério, uma comunidade grande que oferecia trabalhos diversos.

Mas o falanstério não é coletivista como a Aldeia Cooperativista de Owen. Nele se preservam a propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho. Os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionária. O resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento (SINGER, 2002, p. 36).

As ideias apresentadas, apesar de suas características diferenciadas, têm em comum a busca por uma alternativa de produção mais justa no sentido do equilíbrio entre os recursos empregados e os resultados obtidos.

Após os avanços adquiridos pelos sindicatos e, por consequência, dos trabalhadores (como a redução na carga horária de trabalho e a melhoria nos salários), o período de 1940 a 1970 é marcado por registrar reduzida presença de empreendimentos em economia solidária

(SINGER, 2002). Situação que se reverte a partir da segunda metade da década de 70, quando há a ampliação do desemprego, por causa da crise do petróleo e da crise econômica observada nos países desenvolvidos. Observa-se também a diversificação geográfica das empresas, buscando aqueles países em que os direitos dos trabalhadores não existissem ou onde se identifica omissão por parte do Estado na fiscalização, na legislação, dentre outros. Nesse momento, Singer (2002) destaca que a economia solidária “ressurge” com a criação de muitas cooperativas.

6.1.1 Construção e abordagens da economia solidária

Entre as desigualdades provocadas pela ação do modelo da economia capitalista há a formação de um “*subproduto*” fruto das relações de produção-consumo: os que não acompanham esse ritmo de funcionamento, (sejam estes, trabalhadores que se convertem em desempregados, consumidores que se tornam *mercados não-alvos e fornecedores que saem desse circuito*) tornam-se pontos marginais nesse circuito (SINGER, 2002).

Para o autor, esses subprodutos são os efeitos sociais da competição econômica que produz ganhadores e perdedores.

Se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual. Mas, mesmo que as cooperativas cooperassem entre si, inevitavelmente algumas iriam melhor e outras pior, em função do acaso e das diferenças de habilidade e inclinação das pessoas que as compõem. Haveria portanto empresas ganhadoras e perdedoras. Suas vantagens e desvantagens teriam de ser periodicamente igualadas para não se tornarem cumulativas, o que exige um poder estatal que redistribua dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ou crédito (SINGER, 2002, p. 10).

O autor defende que essa desigualdade não é natural e sim provocada pelo modo de produção utilizado pela sociedade para organizar as atividades econômicas. O modelo capitalista divide a sociedade em uma classe possuidora do capital e a outra que, por não tê-lo, trabalha em prol dele. Na economia solidária, a propriedade do capital é coletiva e é baseada na liberdade individual.

Desta forma, a configuração das empresas nos modelos capitalista e solidário reflete pontos iguais, mas com significâncias diferentes, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Empresa Capitalista x Empresa Solidária.

	Empresa Capitalista	Empresa Solidária
Relação de Trabalho	Empregados: assalariados de acordo com a “escala do mercado”.	Sócios: recebem retiradas conforme a receita obtida.
Decisão sobre o Excedente Anual	Lucro: cabe à Assembleia de acionistas - em geral, uma parte paga aos acionistas e outra para fundos de investimento.	Sobra: cabe à Assembleia de Sócios - uma parte vai para um fundo de educação, outra em fundos de investimento e outra distribuída aos sócios conforme aprovação da maioria.
Forma de Gestão	Heterogestão: administração hierárquica.	Autogestão: a autoridade maior é a assembleia de todos os sócios.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Singer (2002).

As denominações dadas à Economia Solidária são variadas, como: a outra economia, a Economia Social, a Economia da Solidariedade, a Economia Social e Solidária, a Autogestão, e a Socioeconomia Solidária (PAULI, 2005). Mance (2003) ressalta que o tema alcança significados diferentes e vai depender da prática em foco. Mas, de uma maneira geral, mesmo não aparecendo em sua totalidade, alguns aspectos fazem parte dessa prática econômica, como a participação coletiva, a autogestão, a democracia, a igualdade, a cooperação, o autossustento, a promoção e o desenvolvimento humano. Arruda (2003a), vai além, quando diz que o propósito da economia solidária é colocar a economia em prol do atendimento das necessidades humanas, ao invés do lucro.

A configuração da relação de trabalho estabelecida na empresa capitalista traz o empregado como o que vende a sua força de trabalho e, por isto, perfaz salários mediante a natureza de sua atividade e pelas regras de oferta e demanda do mercado; por conseguinte, o empregador é o que detém o poder de compra desse recurso e procura aqueles que possuem maior e melhor capacidade produtiva dentro do mercado de trabalho. Já na empresa solidária, essa relação de trabalho é estabelecida pelo associado com a organização através de sua posição como associado/cooperado, oferecendo os seus serviços e recebendo as retiradas que podem ser iguais ou diferenciadas, mediante o que for decidido pela assembleia (SINGER, 2002). A repartição do excedente anual difere para a empresa capitalista, que cuja decisão é tomada pelos acionistas do “grupo controlador”, ou seja, que detém o maior número de ações, que repartem o lucro entre os acionistas e parte é retido para fundos de investimento que depois de algum tempo são somados ao capital, tornando-se ações; e para a empresa solidária, cuja repartição excedente (“sobra”) é destinada ao benefício dos associados, seja para um fundo de educação e/ou de investimento, seja para parcela de distribuição aos associados/cooperados, conforme decisão em assembleia (SINGER, 2002). Os modelos de

Gestão diferem entre as empresas capitalistas e solidárias. No caso das empresas capitalistas, observa-se a heterogestão, que se caracteriza por níveis hierárquicos de autoridade, onde os níveis mais baixos não influenciam nas decisões, sendo os executores de tarefas na empresa. Nas empresas solidárias o modelo é o de autogestão, aplicado tanto em empresas de pequeno como de grande porte. As decisões são tomadas em assembleias e os “[...] níveis mais altos, na autogestão, são delegados [escolhidos] pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos” (SINGER, 2002, p.18).

A economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por hora apreensível pelo conhecimento. Argumentos correntes em defesa da profundidade da mudança contida na economia solidária, considerando a melhora significativa nas condições de vida advinda do trabalho numa empresa autogestionária, o fortalecimento que tais fatos representam para a luta geral dos trabalhadores e, por outro lado, a necessidade para esses de aprendizado de um novo modelo econômico em verdade dimensionam a transformação social a longo prazo, o que retira de perspectiva, por outro caminho, entender a alternativa solidária, em si mesma, como aposta em marcha de um novo modo de produção, no sentido abrangente e profundo que o termo contém (GAIGER, 2003, p. 194).

O autor tenta repassar as perspectivas das mudanças da economia solidária dentro do ambiente das relações capitalistas, enfocando a melhoria do trabalho em nível autogestionário e um meio de libertação das lutas dos trabalhadores em prol de uma relação social mais plausível. Isto remete às origens desencadeadoras da Economia Solidária.

As práticas solidárias emergem pelo mundo e têm sua gênese nas experiências históricas tanto na Europa como na América Latina; e com estas, as construções teóricas são esculpidas de acordo com a concepção de cada autor. Não tendo aqui o objetivo de enumerar e descrever todas elas; mas percebendo a relevância de destacar alguns dos nomes que sobressaem na construção e no entendimento da economia solidária, para fins didáticos, o Quadro 6 apresenta algumas dessas abordagens:

Quadro 6 – Abordagens sobre a Economia Solidária.

Autor	Visão sobre a Economia Solidária	Foco de Ação
Paul Singer	Um sistema socioeconômico aberto, alicerçado nos valores da cooperação e solidariedade, com o objetivo de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, por meio da democracia participativa e da autogestão, com foco na emancipação e no bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.	As organizações solidárias devem priorizar produtos e matérias-primas de outras organizações com princípios e valores semelhantes, contribuindo, para a formação e consolidação de redes de economia solidária.
Euclides Mance	Um modelo alternativo ao mercado capitalista, com um sistema em forma de redes interligadas e interdependentes pautadas nos princípios da cooperação e da solidariedade.	Geração de trabalho e de renda e a sua manutenção de forma estável ao longo do tempo, ao invés de maximização do lucro ou de meros objetivos econômicos desvinculados de propósitos sociais.
Boaventura Santos	Um novo modelo de convivência social, em que despontam formas inovadoras de produção mais justas, solidárias, democráticas e capazes de criar novos padrões de convivência humana.	Para o desenvolvimento global justo e sustentável, primeiro é preciso pensar e agir em âmbito local, porém sem abrir mão das possíveis articulações em nível mundial.
Marcos Arruda	Traz um forte apelo ao desenvolvimento de elementos de natureza cultural e educacional, numa construção socioeconômica de base popular. Há uma preocupação com a emancipação de cada ser humano: a reprodução simples (sobrevivência) e a reprodução ampliada da vida (crescente bem-estar individual, comunitário, social e ambiental), sendo a economia com prioridade social.	A educação aparece como um mecanismo emancipatório, com elementos sensíveis e valores humanísticos, objetivando o despertar de uma maior consciência social e um engajamento em prol do bem comum.
Luiz Inácio Gaiger	O desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo popular é uma das formas de organização dos setores populares, criando alternativas sustentáveis de geração de trabalho e renda, seguindo os princípios da economia solidária: autogestão, democracia interna, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.	A capacidade de conjugar a eficiência com solidariedade, gerando o solidarismo empreendedor, em que o empoderamento local e a força da organização dos setores populares têm um papel preponderante.

Fonte: Elaborado a partir de Pitaguari, Santos e Camara (2012, p. 36 a 42).

A escolha destes autores para abordagem neste trabalho, se dá pelos entendimentos sobre a construção da economia solidária, em perspectivas que se alinham. Em conjunto, estas abordagens dão sentido amplo à construção da ação solidária tecida no estudo deste trabalho.

De acordo com Singer (2004), para um empreendimento solidário se desenvolver em meio às ações do capitalismo, é quase improvável o seu êxito sem que haja a formação de cadeias produtivas que se interliguem, fortalecendo as suas ações. Mance (2007) defende que sem as “redes de colaboração solidárias” os empreendimentos solidários, sozinhos, não têm

condição de enfrentar a concorrência. Para o sociólogo português Boaventura Santos (2002, p.64), a busca de um novo modelo de convivência social, passa por uma maior sociabilidade e convivência humana. O autor reforça que o sucesso nas “alternativas de produção” em empreendimentos solidários, depende da inserção em “redes de colaboração”; e que as alternativas de produção devem ir além da “escala local”, deixando de lado o isolamento (2002, p. 64). Aborda ainda que o ganho em desenvolvimento sustentável de forma global só será possível se antes buscar o desenvolvimento local, sem destacar as conexões mundiais. Na dimensão abordada por Marcos Arruda (2003b), os empreendimentos solidários devem transcender a visão econômica e privilegiar os valores sociais, no qual o papel de combate à pobreza, passa a ser um projeto de cada indivíduo e comunidade, numa prática de autorresponsabilidade. Para ele, a educação é um instrumento que pode viabilizar estes valores, assim, “[...] o objetivo da economia vista nessa perspectiva, da solidariedade, da partilha e da reciprocidade é a realização do potencial amoroso dos seres humanos” (ARRUDA, 2003b, p. 28).

A contribuição de Gaiger (2008) conduz às formas de empreendimentos solidários embasados em iniciativas empreendedoras. Ao ressaltar a importância do empreendedorismo para os empreendimentos solidários, o autor contribui com a visão da autogestão baseada na capacidade que todo indivíduo deve possuir para conduzir, gerir, recursos humanos e materiais em consonância com os ideais solidários.

Essa e as demais abordagens relacionadas comungam com os referenciais norteadores da temática da economia solidária, que embasam o foco deste trabalho. As contribuições destes autores irão embasar as análises que serão construídas adiante.

6.1.2 Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a economia solidária está atrelada a diminuição dos postos de trabalho em consequência da desindustrialização, observada a partir da adoção do ideário Neoliberal, em fins da década de 1980 e década de 1990. Ideário que promove a diminuição da atuação do Estado, ao mesmo tempo em que há o processo de abertura comercial.

Frente a esse contexto, observa-se o crescimento das cooperativas e associações autogestionárias como alternativa ao desemprego crescente (SINGER, 2002). Em 1990, há a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), através do assentamento de milhares de famílias em latifúndios improdutivos (desapropriados), formando cooperativas autogestionárias para a promoção da

agricultura. O autor destaca, ainda, ações de entidades ligadas à Igreja, como a Cáritas do Brasil, que incentivaram o surgimento de empreendimentos, através de financiamentos de Projetos Alternativos Comunitários (PACs), para a geração de renda e trabalho nas periferias. Há também os PACs vinculados ao MST, que estimulavam o surgimento do cooperativismo agrícola.

Nesse período, o autor também destaca o crescimento do número de empresas recuperadas pelos trabalhadores, em forma de cooperativas autogestionárias (caso da empresa Makerli, calçadista de Franca-SP).

Foi criada, em 1994, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), a qual filia empreendimentos solidários. A União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) surge em março de 2000 e desenvolve atividades de fomento e apoio à transformação de empresas, em crise, em cooperativas (SINGER, 2002; FACES DO BRASIL, 2014; UNISOL, 2014).

O modelo de Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular (ITCP), que surge na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1995, é também implantado em outras instituições universitárias, tendo como objetivo promover o ensino do cooperativismo e da economia solidária, além de fornecer apoio técnico, jurídico e logístico aos empreendimentos. Além dessa atuação das Universidades, vale destacar a ação da Unitrabalho, que se estruturou em 1994, a partir da ação dos reitores das universidades brasileiras, objetivando desenvolver pesquisas em economia solidária, além de assistir às cooperativas (SINGER, 2002; ITCP, 2014; UNITRABALHO, 2014).

O movimento da economia solidária se difundiu nos municípios e estados brasileiros, interessados nas práticas e no apoio fornecidos por essas instituições de fomento.

Em 2001, ocorre o Fórum Social Mundial em Porto Alegre e nele foi lançada a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, uma rede eletrônica para disseminação de notícias e comércio, reunindo várias entidades apoiadoras da economia solidária. Nesta trajetória, a inclusão da economia solidária na proposta de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, incentivou os representantes da política que já praticavam ações de economia solidária em suas gestões. Além disso, reforçou a necessidade da criação de uma Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES). A crença nesta possibilidade, mobilizou os envolvidos da Rede Solidária a realizarem reuniões que deram origem, no ano de 2003, ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária (SINGER, 2009b).

A Lei nº 10.683/2003, com base no Decreto nº 4.764/2003, institui a Secretaria Nacional de Economia Solidária e cria também o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), vinculados ao MTE.

O Quadro 7 procura fazer uma síntese das principais ações e políticas executadas pela SENAES, com seus parceiros (entidades de fomento).

Quadro 7 – Ações e políticas da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no período de 2003 a 2010.

Políticas Federais de economia solidária	Foco e ação	Entidades de fomento
Cursos para divulgação da economia solidária.	Para órgãos federais, estaduais e municipais.	Os órgãos requisitantes.
Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária (Planseq Ecosol).	Educadores das Redes de Cooperação Solidária e trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários.	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE).
Mapeamento da Economia Solidária (gerando o ATLAS da Economia Solidária em 2007) e o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.	Todo o território nacional (identificar a quantidade de empreendimentos solidários no Brasil e gerar um sistema de informações)	Universidades e pesquisadores.
Brasil Local.	Comunidades pobres que recebem o auxílio do agente de desenvolvimento solidário para fomentar o desenvolvimento endógeno.	Universidade de Brasília (UnB).
Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc).	Oferece ajuda financeira para formação, nas Universidades, das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) no Brasil.	Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Ministérios de Estado; do Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Justiça, Turismo, Pesca, Ciência e Tecnologia
Apoio e Acompanhamento de Empresas Recuperadas.	Apoio e acompanhamento em todo o Brasil.	Anteag, Unisol.
Apoio a Redes e Cadeias Produtivas Formadas por Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs).	Apoio e acompanhamento em todo o Brasil.	
Apoio às atividades comerciais dos EESs e busca de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS).	Apoia com recursos feiras locais, regionais, nacionais e internacionais de economia solidária em todo o Brasil.	Entidades da sociedade civil.
Apoio às finanças solidárias.	Difusão dos bancos comunitários; fundos rotativos solidários (BNB); apoio ao microcrédito em todo o Brasil.	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Banco Central do Brasil (BACEN); Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades de Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED); Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
Centros Públicos de Economia Solidária.	Espaço público para a difusão da economia solidária: cursos, espetáculo artísticos, reuniões, exposições de produtos produzidos por EESs para comercialização.	Governos: Federal, Municipal, Estadual.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Singer (2009b).

As políticas públicas de economia solidária são institucionalizadas através de instrumentos, tais como: previsão em marco jurídico regulatório (lei, decreto, portaria, etc.); previsão de programa ou ação em Plano Plurianual (Federal, Estadual ou Municipal) ou

previsão em estrutura regimental de órgão público executor da Política Pública de Economia Solidária. As ações possuem previsão ou dotação orçamentária própria ou advinda de convênios, acordos, financiamentos com outras instituições governamentais, multilaterais, nacionais e internacionais (SINGER, 2009b).

Na Tabela 19, observa-se que, na distribuição dos recursos investidos nos projetos de economia solidária da SENAES, os projetos nacionais demandam 34% do montante investido, o que equivale a 15% dos projetos aprovados. A região Nordeste teve o maior número de projetos aprovados, o que equivale a 31% do total, demandando 19% dos recursos disponibilizados. O montante para a execução de 435 projetos no país foi de R\$ 206.278.341,41 que foi constituído por recursos próprios, da SENAES (63%), e de parcerias com a Fundação Banco do Brasil (FBB), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e BNB, que participaram, respectivamente, com 25%, 10% e 2%.

Tabela 19 – Distribuição dos Recursos Investidos nos Projetos da SENAES, por abrangência Nacional e Regional (2003-2010).

Abrangência	Projetos	%	R\$	%
NORDESTE	135	31	38.242.988,60	19
SUDESTE	99	23	40.847.739,60	20
SUL	73	17	23.624.286,70	11
NORTE	35	8	22.383.075,20	11
CENTRO OESTE	26	6	10.898.380,70	5
NACIONAL	67	15	70.281.870,61	34
Total	435	100	206.278.341,41	100

Fonte: MTE (2012, p. 25).

No detalhamento dos projetos/ações da SENAES (TABELA 20), é possível perceber o destaque das ações de Apoio à Incubadoras de Economia Solidária, compreendendo 19% dos projetos aprovados, e do Apoio às Finanças Solidárias (bancos comunitários, fundos rotativos, etc.) com 16% dos projetos aprovados.

Tabela 20 – Distribuição Projetos por Ações Agregadas – SENAES (2003-2010).

AÇÕES AGREGADAS	Projetos	%	R\$	%
Apoio a incubadoras de economia solidária	82	19%	29.398.672,34	14%
Apoio às finanças solidárias (bancos comunitários, fundos solidários, etc.)	71	16%	17.782.177,99	9%
Apoio e assessoria a empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão	9	2%	5.012.376,74	2%
Apoio e fomento a empreendimentos de catadores de materiais recicláveis	28	6%	20.861.868,15	10%
Assessoria técnica a empreendimentos econômicos solidários	17	4%	5.049.846,18	2%
Centros públicos de economia solidária	19	4%	4.562.372,09	2%
Comercialização solidária	31	7%	15.455.305,83	7%
Fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação	51	12%	8.611.971,18	4%
Formação de formadores, agentes e trabalhadores da economia solidária	29	7%	20.218.556,52	10%
Fortalecimento institucional da economia solidária	19	4%	11.462.117,15	6%
Mapeamento da economia solidária no Brasil	48	11%	9.646.508,00	5%
Promoção de desenvolvimento local e economia solidária	28	6%	56.392.569,24	27%
Outros – diversos	3	1%	1.824.000,00	1%
TOTAL	435	100%	206.278.341,41	100%

Fonte: MTE (2012).

Além destas ações da SENAES, a principal busca da Secretaria é romper com as barreiras relacionadas à formalização e ao desenvolvimento da economia solidária, tais como: a mudança na lei do cooperativismo, Lei nº 5.764/1971, que não permite a constituição com menos de 20 membros e, por isso, não contempla todas as manifestações da economia solidária; a institucionalização das cooperativas de trabalho, ponto este e outros que são almejados através de um Marco Legal da Economia Solidaria. Esse Marco Jurídico é relevante para: reconhecer e adequar de forma justa os modelos de empreendimentos solidários; rever a carga tributária, a legalização e a formalização desses empreendimentos; e a acessibilidade às políticas públicas que viabilizem e financiem os empreendimentos solidários, que acabam esbarrando nos entraves legais e burocráticos (MTE, 2012).

De acordo com o MTE (2009), a Economia Solidária “é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”. Ela possui quatro características importantes:

- cooperação - consiste na união de esforços e capacidades em prol de interesses e objetivos comuns através da propriedade coletiva parcial ou total dos bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante de dificuldades;

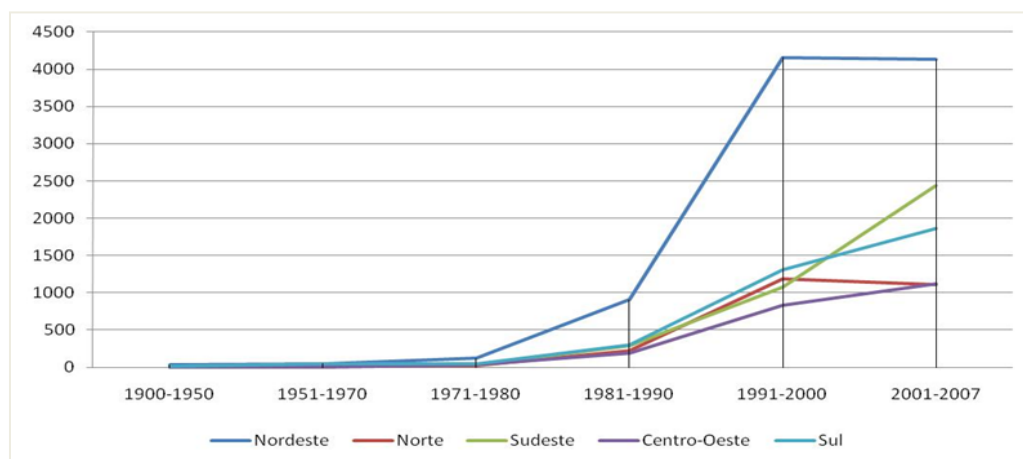
- autogestão - engloba as práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho, nas ações estratégicas e cotidianas do empreendimento, na direção e coordenação dessas ações nos variados graus de interesse;
- solidariedade – distribuir justamente os resultados, que contribuem para a melhoria das condições de vida dos envolvidos, comprometimento com a sustentabilidade do meio ambiente e com a comunidade, com os movimentos emancipatórios e com o bem estar dos trabalhadores e consumidores;
- ação econômica – agrega esforços, recursos e conhecimento para viabilizar iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

É dentro dessa ideologia que a Rede de Economia Solidária está estruturada e cada entidade, estrutura de apoio, empreendimento, instância governamental e liga solidária busca promover, apoiar, discutir, incentivar e financiar as ações que comungam com o conceito e as características solidárias.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) são o foco desse estudo neste capítulo, em especial, as organizações de Finanças Solidárias. Na conceituação estabelecida pelo MTE (2009), no Atlas de Economia Solidária, esses empreendimentos são organizações que realizam as atividades de: troca de produtos e serviços (clube de trocas, redes solidárias); produção (associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas); prestação de serviços (associações, grupos de produção, cooperativas populares, empresas recuperadas); consumo ou uso coletivo de bens e/ou serviços (cooperativas, grupos ou núcleos de consumo, EES de beneficiamento); e poupança, crédito ou finanças solidárias (fundos solidários, cooperativas de crédito, bancos comunitários, bancos de trocas solidárias, fundos solidários).

O Gráfico 7 ilustra a expansão dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil, nos períodos de 1900-1950 ao de 2001-2007, por região.

Gráfico 7 – Número de EESs abertos por região do Brasil, do período de 1900-1950 ao de 2001-2007.



Fonte: MTE (2013).

A Região Nordeste desponta como a região brasileira com o maior número de empreendimentos solidários a partir do período de 1971-1980. Nos dados do MTE (2009), é possível identificar que dos 21.859 EESs no país, 43,5% estão na Região Nordeste, 18% na Região Sudeste, 16,5% na Região Sul, 12% na Região Norte e 10% na Região Centro Oeste, no período de 2001-2007.

De acordo com os dados do Atlas Digital de Economia Solidária (2013), no período de 2010-2013, há 19.708 empreendimentos, dos quais 41% estão localizados no Nordeste, seguido da região Sul (17%), Norte e Sudeste (16% cada) e Centro-Oeste (10%). Desse total 55% são rurais, 35% são urbanos e 10% atuam nas áreas rural e urbana ao mesmo tempo. Nesses empreendimentos, participam 1.423.651 de pessoas, das quais 56,43% são homens e 43,57% mulheres.

Os empreendimentos estão organizados, no período de 2010-2013, da seguinte forma: grupos informais (6.018), associações (11.823), cooperativas (1.740) e sociedades mercantil (127). É importante destacar que a modalidade associação é a mais presente no Nordeste (5.969).

Dentre as 15 razões que justificaram a abertura dos empreendimentos econômicos solidários, as 6 razões mais citadas encontram-se na Tabela 21.

Tabela 21 – Razões para abertura de um EES no Brasil e no Nordeste, período de 2010-2013.

Razões	Respostas	
	Brasil	Nordeste
1. Complemento de renda	9.624	3.066
2. Alternativa ao desemprego	9.106	3.422
3. Melhores ganhos com a ação associativa	8.471	2.556
4. Possibilidade de gestão coletiva	8.024	3.123
5. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	5.646	2.739
6. Condições para o acesso ao crédito	4.130	2.449

Fonte: Adaptado de MTE (2013).

A busca de uma “Complementação de renda” (9.624) e a abertura do empreendimento como ‘Alternativa ao desemprego’ (9.106) são as razões mais apontadas no Brasil e na região Nordeste. A razão de abertura ‘Condições para acesso ao crédito’ ocupa a 6ª posição no Brasil (4.130) e no Nordeste (2.449). É importante destacar que nesta razão a região Nordeste compõe 59,3% do total, o que denota a importância do acesso ao crédito para estes empreendimentos.

Dos 19.708 empreendimentos, no período de 2010-2013, 76,71% não buscou crédito ou financiamento e 23,29% buscou (4.509), dos quais 47,69% obteve. Essa exclusão é acentuada na região Nordeste, pois 2.177 buscaram crédito ou financiamento e 1.141 tiveram negativa de acesso (52,41%). Infelizmente, a pesquisa não qualifica os motivos para tais recusas.

A importância do crédito, aferida na apresentação do Departamento de Estudos e Divulgação da SENAES (MTE, 2009), aponta a obtenção de recursos financeiros iniciais, entre as dificuldades para a implantação dos Empreendimentos Solidários (TABELA 22).

Tabela 22 – Fonte dos recursos iniciais para implantação dos EESs, 2005-2007.

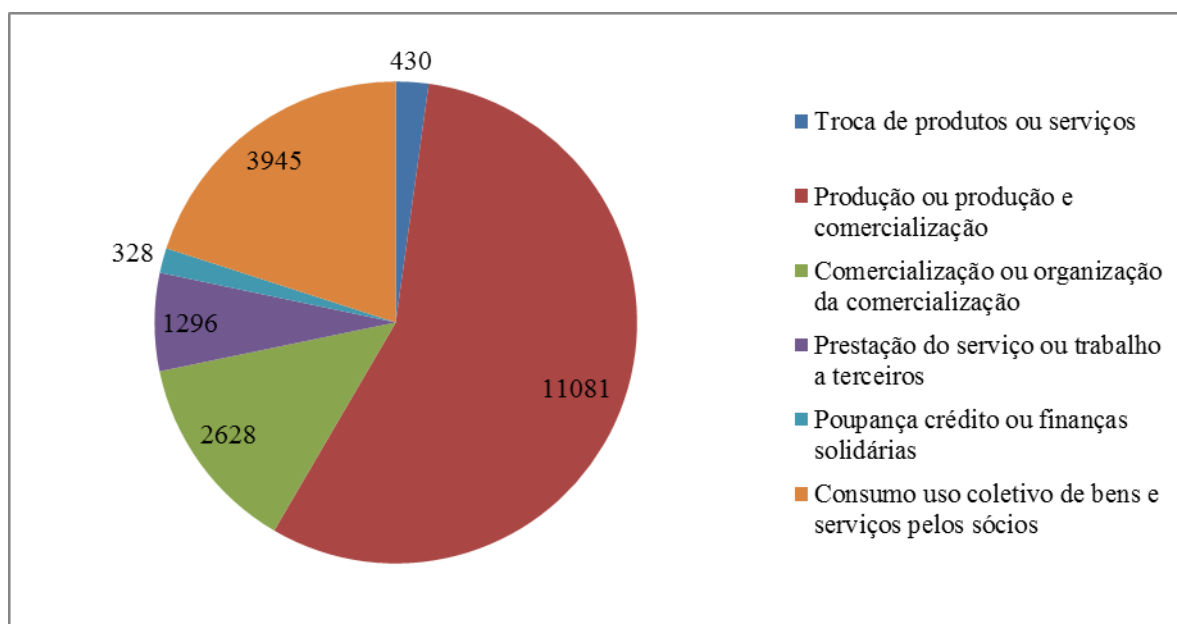
Fonte dos Recursos Iniciais para Implantação dos EESs			
Próprio dos sócios	Doações	Créditos	Outros
60%	21%	12%	7%
Acesso ao Crédito nos Últimos 12 meses			
Teve acesso	Não buscou crédito	Buscou e não teve acesso	
16%	32%	52%	
Dificuldades Apresentadas para o Acesso ao Crédito			%
Falta de apoio técnico – projetos e planos de negócio			36
Não atende às condições de garantias exigidas			31
As condições do crédito são incompatíveis			31
Falta de documentação exigida			19

Fonte: Adaptado pela autora a partir de MTE (2009).

A principal fonte de recursos para a abertura do empreendimento é o capital próprio com 60%, em segundo lugar ficam as doações com 21%, em seguida créditos com 12% e outras formas com 7%. A pesquisa teve múltiplas respostas e, destas, as principais dificuldades elencadas, para a captação de crédito, foram: falta de apoio técnico, não atendimento às garantias exigidas, condições de financiamento incompatíveis e a não apresentação da documentação exigida pelos bancos.

Do total de Empreendimentos Solidários no Brasil, tem-se como principais atividades econômicas: “Produção ou produção e comercialização de produtos” (11.081); e “Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios” (3.945).

Gráfico 8 – Atividades econômicas dos Empreendimentos Solidários, no Brasil, período de 2010-2013.



Fonte: MTE (2013).

A atividade com menor número de Empreendimentos Solidários (GRÁFICO 8), dentre as demais, é a de “Poupança, crédito ou finanças solidárias”, com 328 (1,66%). O estado da Paraíba é o que apresenta maior número de empreendimentos (121) nesta atividade, 36,89% do total de 328. O estado do Piauí possui 800 Empreendimentos de Economia Solidária, o que representa 4,06% do total (19.708), possui apenas dois empreendimentos que realizam essa atividade de “Poupança, crédito ou finanças solidárias”.

Nessa atividade de “Poupança, crédito ou finanças solidárias” encontram-se os Fundos rotativos solidários, as Cooperativas de Crédito Solidário e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

6. 2 Bancos Comunitários

Uma alternativa, para enfrentar a exclusão financeira no Brasil, as dificuldades de viabilização dos empreendimentos econômicos solidários e, até mesmo, as necessidades de crédito de consumo, em decorrência de situações de pobreza que acometem municípios brasileiros, são as Finanças Solidárias, através dos modelos de Bancos Comunitários. Os Bancos Comunitários são compreendidos como:

[...] serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores. (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009, p. 21).

O primeiro Banco Comunitário do Brasil, o Banco Palmas, buscou inspirações na história do *Grameen Bank*, de Bangladesh. Em 1998, o Banco Palmas, fruto da iniciativa da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), surge em um bairro da periferia de Fortaleza-CE. A história de constituição do Banco Palmas está alicerçada por uma construção longa e coletiva de poder local, em busca de condições dignas de moradia. Na realidade, o Banco Palmas tem suas “raízes” na luta de 1.500 famílias que foram retiradas de uma área central da cidade de Fortaleza e de áreas inundáveis, para uma região mais afastada denominada de conjunto palmeiras, devido a presença de muitas carnaúbas (*Copernicia prunifera*) no local, antes de seu desmatamento. Foram muitos anos de luta, desde o surgimento do bairro em 1973, para que a população, lá alojada, tivesse água, luz, saneamento básico, escola, etc. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014a).

Essa luta se inicia em 1977, com a mobilização da população em prol de melhoria da saúde no bairro. Nos anos de 1978 e 1979 acontecem conquistas importantes, como a construção: da Escola de 1º Grau Audaci Barbosa, do Centro Social Urbano (CSU), do Posto de Saúde Pedro Sampaio e das novas quadras. A partir de então, tem-se o

início a luta por água tratada e energia elétrica, concomitantemente a consolidação da ASMOCONP com a elaboração e registro de seu estatuto – 02 de fevereiro de 1981 – seguida de campanha para construção de sua sede própria [...] em 1990, vinte e seis organizações já existiam no bairro [...] em 1991 as lideranças comunitárias do bairro organizam o seminário “Habitando o Inabitável” que se torna um marco na história do conjunto (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014a, p. 108).

A **forte mobilização popular** e o foco na busca de melhorias contínuas fizeram com que os moradores percebessem que os objetivos eram alcançados, com sua organização, porém a pobreza ainda era marcante no bairro. Assim, a população do bairro passa a ter como meta fomentar a circulação de renda no local.

A pergunta que a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras fazia era: “Por que somos pobres?”. E a resposta vinda da comunidade foi: “Porque não temos dinheiro” (MELO NETO SEGUNDO, 2011, p. 5). Então Joaquim de Melo Neto Segundo, um dos moradores do Conjunto Palmeiras, integrante da Associação e idealizador do Banco, resolveu mapear a produção e o consumo do Bairro.

[...] descobrimos que só 20% das pessoas faziam compras no bairro. Ou seja, não eram pobres, pois tinham algum dinheiro. A verdade é que se empobreciam, na medida em que perdiam suas poupanças locais comprando fora do bairro produtos fabricados em outros lugares. (MELO NETO SEGUNDO, 2011, p. 5).

O objetivo a partir de então era o de reter o dinheiro dos moradores dentro do próprio bairro. A ideia de uma moeda local que circulasse apenas no bairro e que, com isso, os produtos locais fossem adquiridos pelos moradores, utilizando-se dessa moeda, favoreceria o financiamento das produções locais e, assim, a geração de trabalho. Assim nasce o Banco Palmas.

A metodologia do Banco Palmas passa a ser difundida, a partir de 2003, através da criação do Instituto Palmas. Em 2005, o Banco ganha o prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social e, neste mesmo ano, o Instituto Palmas firma parceria com a SENAES e com o Banco Popular do Brasil (BPB), para disseminar a metodologia dos Bancos Comunitários (MELO NETO SEGUNDO, 2008).

Essa parceria possibilitou aos Bancos Comunitários terem mais acesso a crédito, utilizando recursos do BPB, oriundos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Além disso, os Bancos Comunitários passam também a atuar como correspondente bancário do BPB. (MELO NETO SEGUNDO, 2008, p.1).

Não existe um marco regulatório que oriente a implantação e o acompanhamento dos Bancos Comunitários no Brasil. Mas, a procuradora do Banco Central do Brasil, Marusa Vasconcelos Freire, diz que o Governo Federal reconhece no seu Programa Temático – Desenvolvimento Regional, Territorial e Solidário do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015,

[...] as finanças solidárias com base em bancos comunitários são importantes por enfrentarem as novas formas de exclusão, utilizando um conjunto de princípios, regras e atitudes que exigem participação deliberativa das pessoas afetadas na estruturação, organização, adaptações ou reformas de instituições econômicas, e que preservam os valores comunitários na sua gestão. Distintamente das organizações creditícias que se orientam pela racionalidade econômica guiada pelo lucro, cuja regulamentação prudencial agrava as falhas de mercado e exigem políticas públicas de inclusão financeira, os bancos comunitários se orientam por uma racionalidade guiada pela rentabilidade social, contribuindo para a formação de uma nova economia ou de uma economia solidária (FREIRE, 2013, p. 47)

A ação do banco comunitário cresce baseada na “lucratividade social” (MELO NETO, SEGUNDO, 2011), sendo essa advinda da relação matemática não comum à observada nos bancos do sistema financeiro tradicional. A lucratividade social é resultado do somatório das forças de trabalhos sociais autogeridas, não tendo o aspecto da usura como seu componente. Seu resultado lógico compreende o crescimento social.

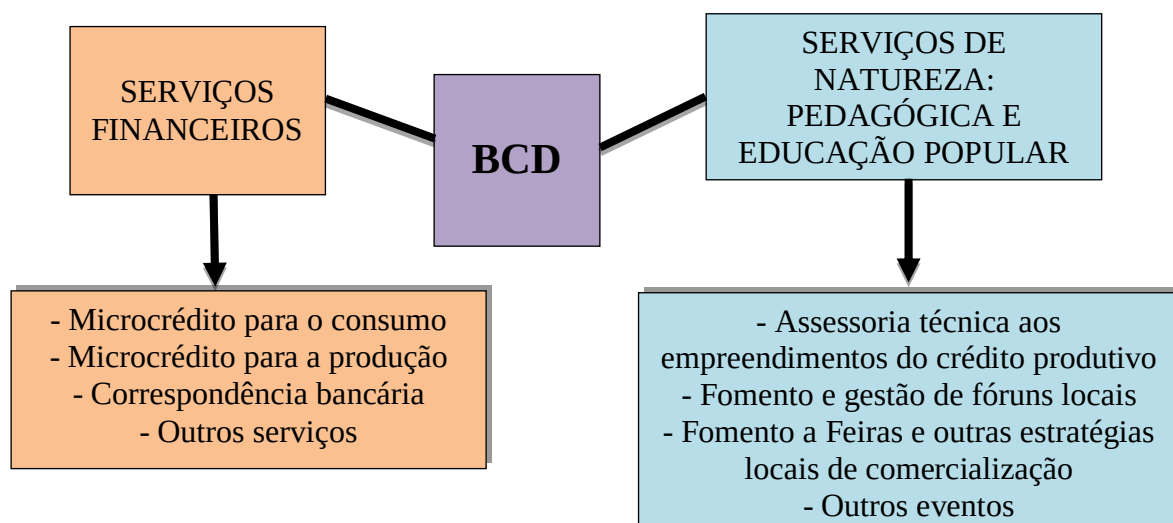
França Filho (2013), em Banco Palmas & NESOL-USP, procura destacar: Por que a existência do banco comunitário? O que ele faz? Como isso se concretiza? E quais são as formas de atuação?

Distinguindo-se das práticas de microcrédito convencionais, que estão orientadas para a pessoa ou para a organização individual, os BCDs preocupam-se com o território ao qual pertencem, seja ele uma comunidade, um bairro ou um pequeno município. Nesse sentido, os BCDs procuram investir simultaneamente na capacidade de produção, de geração de serviços e de consumo territorial (FRANÇA FILHO, 2013, p. 84).

Dessa forma, há uma preocupação com as ligações estabelecidas entre os interlocutores: produtores/vendedores, compradores, prestadores de serviços, consumidores – os “prossumatores”, segundo o Instituto Palmas. Todos articulados em rede, estabelecendo uma cooperação através de “circuitos específicos de relações de troca” (FRANÇA FILHO, 2013, p. 85).

O autor relata, ainda, que o Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD) tem basicamente duas atuações: “[...] os serviços propriamente financeiros e os serviços de natureza mais pedagógica ou de educação popular que acompanham o crédito” (FRANÇA FILHO, 2013, p. 85). Essa estrutura está detalhada na Figura 32.

Figura 32 – O que fazem os BCDs.



Fonte: Adaptado de França Filho (2013).

Dentro dos serviços financeiros prestados pelo banco comunitário estão: o microcrédito para o consumo que é realizado por meio de moeda social³⁵ e tem destino o uso pessoal; o microcrédito para a produção que contempla as atividades de criação ou comercialização e oferta de produtos e serviços locais (moeda Real); a correspondência bancária que oferece serviços bancários mediante a parceria com banco oficial; dentro de outros estão os outros serviços bancários que podem ser ofertados de acordo com o desenvolvimento e inovação do banco. França Filho (2013) e Rigo (2014), destacam em ‘outros serviços’: microsseguros, pagamento de boletos via moeda social eletrônica, crédito habitacional, crédito para bolsa família e crédito para empresarial.

No eixo Serviços de Natureza Pedagógica e Educação Popular estão as ações que dão suporte ao primeiro eixo, sendo: a assessoria técnica aos empreendimentos de crédito produtivo, através de agentes de crédito com formação e qualificação; o fomento e gestão de fóruns locais, com o objetivo de mobilização local, de tomada de decisões coletivas, de estabelecimento de novas regras para o funcionamento da moeda social; o fomento a feiras e

³⁵ São moedas instituídas por um grupo ou comunidade que têm a finalidade de promover a resolução de problemas sociais, dentre eles, a pouca circulação de renda localmente e a falta de acesso a recursos financeiros por comunidades de baixa renda. Sua origem remete aos Clubes de Troca (grupos de uma comunidade que se reúnem para realizarem trocas de serviços, produtos e experiências, em busca de crescimento conjunto), na Argentina e no Canadá, em 1995, e que no Brasil, teve sua origem em 1998 no município de Santo Amaro-SP. O uso da moeda social ganhou volume com a atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Estes, para se filiarem à Rede Brasileira de Bancos Comunitários (Rede-BCDs), têm como obrigatório o uso de uma moeda social (RIGO, 2014).

outras estratégias locais de comercialização; e a realização de eventos, como festivais (FRANÇA FILHO, 2013).

Dessa forma, os bancos comunitários contribuem para a economia local, o desenvolvimento social territorial, a autoestima da população e a valorização das riquezas locais.

A instalação e a operacionalização de um Banco Comunitário exigem aspectos que são específicos a este tipo de empreendimento solidário. O Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária apresentou o Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, aprovado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, no ano de 2007, no Ceará. No Quadro 8, tem-se o resumo explicativo do Termo de Referência sobre Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Quadro 8 – Termo de Referência dos BCDs - Resumo Explicativo.

BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO
São serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda, na perspectiva de organização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.
OBJETIVO
Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de Economia Solidária em seus diversos âmbitos: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de produtores e consumidores.
PRODUTOS e SERVIÇOS
Moeda social circulante local, pagamento de benefícios, crédito para consumo familiar e pessoal sem juros, crédito solidário através da concessão junto a agentes financeiros e/ou através de fundos solidários (como Banco Popular do Brasil, CEF, etc.), crédito para financiamento de empreendimentos solidários, cartão de crédito popular solidário, saque avulso ou com cartão magnético, depósito em conta corrente, abertura e extrato de conta corrente, recebimento de títulos, recebimento de convênios (água, luz, telefone, etc.), crédito habitacional.
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
- A comunidade é quem decide criar o banco, é sua gestora e proprietária; - Oferecem duas modalidades de crédito: em real e em moeda social; - Voltam-se, sobretudo, aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias; - Atuam em territórios com alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social; - As linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; - A sustentabilidade em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.
ESTRUTURA
Organizações de caráter comunitário (associações, fóruns, conselhos) ou de sociedade civil inseridas na comunidade (sindicatos, ONGS, igrejas). Gestão compartilhada com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta.
MANUTENÇÃO
- Captação de recursos públicos; - Constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Fonte dos recursos: doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados, prestações de serviços mercantis não-concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços.
PÚBLICO PRIORITÁRIO
Com alto grau de vulnerabilidade social (jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, etc).
ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Prioritariamente, territórios com até 50.000 habitantes, podendo haver mais de um banco comunitário no mesmo território.

Fonte: Elaborado a partir do Termo de Referência dos BCDs de 2007 (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014b).

Para a emissão da moeda social local, alguns pontos devem ser observados (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014b): ser lastreada em moeda nacional (Real); ser indexada ao Real; permitir o câmbio (moeda social x Real x moeda social); ter circulação restrita ao território de atuação do Banco Comunitário; ser de livre aceitação pelos moradores e comércio local; não devem ser cobrados juros para empréstimo em moeda social; na frente da moeda deve ter o nome e o endereço da entidade gestora do banco; no verso da moeda deve ter um texto explicativo de que se trata de um bônus que promove o desenvolvimento local e de uso exclusivo para troca de produtos e serviços na comunidade. De acordo com o

Termo de Referência das Finanças Solidárias do MTE, as moedas sociais possuem as seguintes características:

- o circulante local tem lastro na moeda nacional, o real (R\$), ou seja, para cada moeda emitida, existe no banco comunitário, um correspondente em real;
- as moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de erros serial) para evitar falsificação;
- a circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com ela, recebe um desconto patrocinado pelos comerciantes para incentivar o uso da moeda no município/ bairro;
- qualquer produtor/comerciante cadastrado no banco comunitário pode trocar moeda social por reais, caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município/bairro.
- as formas de um empreendedor ter acesso à moeda social circulante local são por meio de empréstimos, sem juros, em moeda social no banco comunitário; por meio da prestação de serviços para alguém da comunidade que tenha o circulante local; trocando reais por circulante local, diretamente, na sede do banco comunitário e ainda sendo membro de algum empreendimento produtivo, percebendo seus resultados, em média, 80% em moeda real e 20% em moeda social, mediante o acordo com todos. (MTE, 2013, p.13).

O Banco Comunitário Popular de Maricá, no Rio de Janeiro, no ano de 2012, inova com o lançamento da moeda social eletrônica Mumbuca (FIGURA 33) que funciona através de um cartão eletrônico de débito e crédito. Através da Lei Municipal nº 2.248, a Prefeitura Municipal de Maricá criou o Fundo Municipal Banco Comunitário Popular de Maricá, para aplicação do Programa Social de Distribuição de Renda e Economia Solidária (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014c).

Figura 33 – Moeda Social Mumbuca.



Fonte: Instituto Banco Palmas (2014c).

Vale salientar que o Banco Comunitário não pode ter filial, ele é responsável por suas próprias ações no local em que está sediado. Tem como entidade gestora uma organização da sociedade civil que responde de forma legal pelo banco. Pode atuar como correspondente bancário mediante parceria com o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal (CEF). A

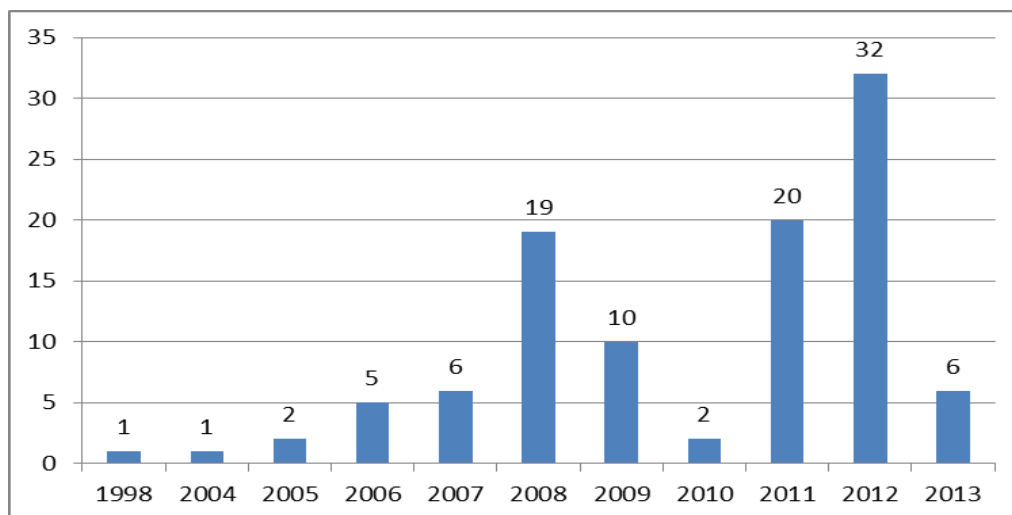
venda de microsseguros só pode acontecer por meio de uma corretora ou seguradora autorizada, devido à necessidade de registro na SUSEP³⁶ (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014b).

Ao filiar-se à Rede Brasileira de Bancos Comunitários (essa filiação é optativa), o banco recebe apoio da instituição, amparo legal, reconhecimento e articulação. A filiação pode ser requisitada a uma das entidades filiadas: Instituto Palmas, NESOL-USP, Capital Social, Ateliê de Ideias e Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES-UFBA). O Instituto Palmas difunde a metodologia de implantação de banco comunitário a todo o Brasil, para isso deve ser adquirido um Kit Banco Comunitário (ANEXO B) que contempla: fundo de crédito inicial de R\$ 30.000,00; implantação de um correspondente bancário (BB ou CEF); microsseguros de vida adaptados à comunidade; implantação da moeda social; o software de gestão; regularização da entidade gestora de acordo com a operação dos serviços do banco; estudo da produção e do consumo local; e treinamento das equipes locais que irão trabalhar com o banco. O processo tem duração de 12 meses, sendo 3 meses de atuação no município, com a inauguração do banco e 9 meses acompanhando as ações do banco (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2014b). Ressalta-se que o valor total do Kit Banco Comunitário é elevado para pequenos municípios com índices de pobreza elevados, o que pode dificultar a disseminação da metodologia de implantação e gestão de BCDs de forma incompleta ou mesmo, deficiente.

A evolução dos bancos comunitários sofreu um acentuado crescimento desde 1998 até 2013, conforme Gráfico 9, sendo que o maior número de abertura de bancos, no país, deu-se em 2012 com 32 novos bancos. Um fato que estimulou esse crescimento foi que, a partir de 2010, a SENAES começou a lançar editais para estimular a abertura e manutenção dessas instituições financeiras (VELASCO, 2014). Ainda segundo o autor, o governo já liberou R\$ 22,5 milhões em editais, destinados ao setor.

³⁶ É o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pelo Decreto-lei nº 73/1966 (SUSEP, 2014).

Gráfico 9 – Número de Bancos Comunitários Fundados por ano no Brasil, de 1998 a 2013.

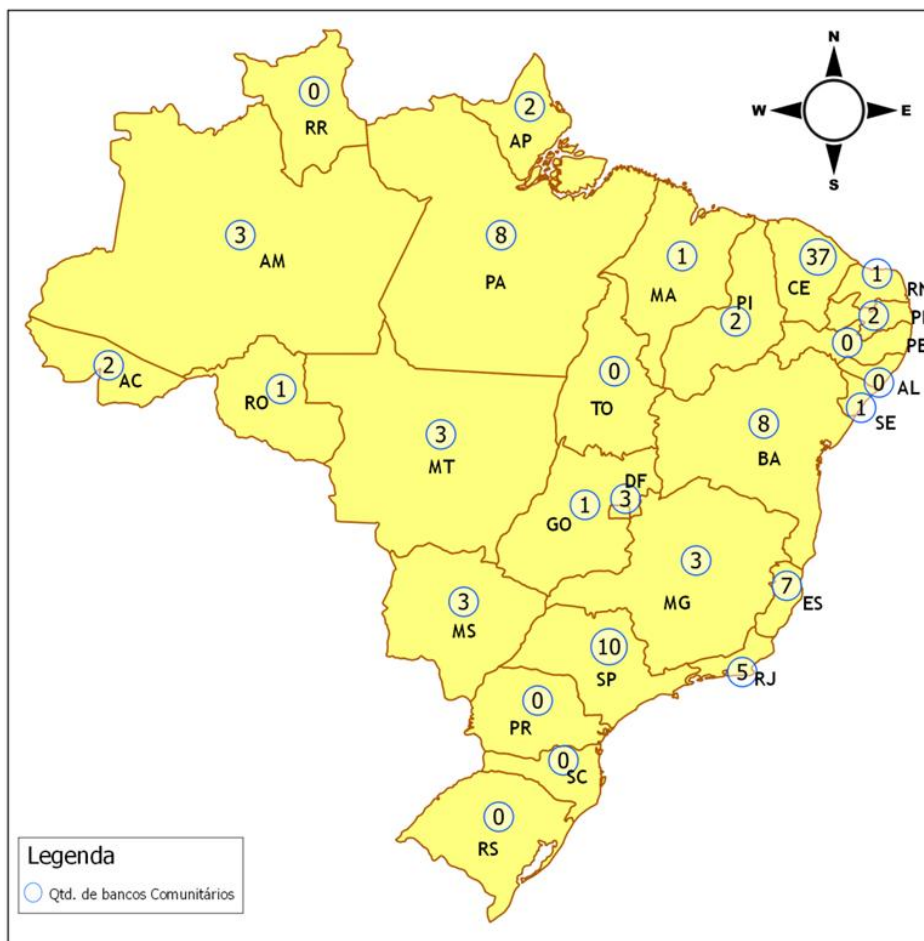


Fonte: Velasco (2014).

Desta forma, o crescimento de uma rede de bancos comunitários emerge no país, pulverizando a Economia Solidária através deste mecanismo de finanças solidárias, que minimiza a exclusão financeira e contribui para a promoção de maior equilíbrio social. A Figura 34 ilustra a propagação da Rede Solidária de Bancos Comunitários, que no ano de 2014, consolida 103 bancos comunitários no Brasil³⁷.

³⁷ A lista completa com o nome dos 103 bancos comunitários e das suas moedas, em seus respectivos Estados, encontra-se no Anexo F, deste trabalho.

Figura 34 – Quantidade de Bancos Comunitários, por Unidade Federativa, no ano de 2014.



Nota: Esta figura é apenas uma ilustração representativa da distribuição do número de Bancos Comunitários nos Estados Brasileiros, não tendo um caráter cartográfico.

Fonte: Elaborado a partir do Instituto Banco Palmas (2014d).

O Piauí tem, neste ano de 2015, dois bancos comunitários: o Banco dos Cocalis em São João do Arraial, inaugurado em 2007, que é o foco deste estudo; e o Banco Opala, inaugurado em 2012, no município de Pedro II, Região Norte do Estado.

Ainda são poucos os dados sobre a atuação desses Bancos Comunitários no Brasil, para que se possa ter um panorama dos resultados de suas ações. Mas, ressalta-se o trabalho de pesquisa de Ariadne Rigo (2014), no qual a autora traça um perfil e destaca as práticas dos Bancos Comunitários, especificamente de 47 bancos, respondentes da pesquisa, em agosto de 2012 (entre eles o Banco dos Cocalis no Piauí).

Dentre os resultados apresentados pela autora, destacam-se: os tipos de instituições e estruturas gestoras; os serviços oferecidos e suas características; e as origens dos fundos, receitas e despesas.

- Tipos de instituições e estruturas gestoras dos BCDs

“Os BCDs não são entidades com personalidade jurídica própria e, para serem constituídos e se manterem, necessitam de uma entidade gestora que “empreste” o CNPJ e que compartilhe sua gestão.” (RIGO, 2014, p.133). As entidades gestoras identificadas na pesquisa compreendem associações de bairro (53,2%), ONGs (23,4%), OSCIPs (6,4%) e outras, que podem ser outros BCDs maiores ou uma Câmara dos Dirigentes Lojistas CDL (17,0%).

Na constituição desses BCDs (47) identificam-se as seguintes estruturas de gestão: a **entidade gestora**, para 93,6% dos bancos e os que não a possuem, utilizam o CNPJ de uma entidade local; o **conselho gestor**, para 61,7% dos bancos e, os demais, possuem outros locais de discussão dos trabalhos do banco; e o **conselho de avaliação de crédito (CAC)**, para 83% dos bancos e os que não possuem, utilizam o CAC de outros BCSs maiores; e 17% apresentam outras estruturas de gestão. Nos BCSs, a pesquisa identificou diferentes organizações/instituições na composição do **conselho gestor**, sendo as três mais presentes: as associações de bairro (56,2%), as lideranças locais (56,2%) e as instituições religiosas (50%).

- Serviços oferecidos e suas características

Dentre os serviços disponibilizados pelos BCDs pesquisados, os mais frequentes são: crédito em Reais oferecido por 91,5% dos bancos (a autora acredita que o não oferecimento desse serviço por 8,5% se deve à falta de fundo de crédito no momento da realização da pesquisa); moeda social circulante utilizada por 76% dos bancos (os demais bancos alegam a dificuldade de aceitação local); crédito em moeda social ofertado por 57,4% dos bancos (os demais não possuem fundos em Reais para lastrear o crédito); capacitação em geral (oficinas, cursos, formações, etc) que é ofertado por 48,9% dos bancos; apoio a ações culturais por 44,7% dos bancos; correspondente bancário identificado em 40,4% dos bancos da pesquisa; e microsseguros oferecidos por 19,1% dos bancos.

As linhas de crédito oferecidas pelos BCDs apresentam algumas peculiaridades de acordo com a localização. Evidencia-se que a maioria do crédito concedido é o produtivo, em moeda Real, mas também há casos do uso da moeda social. Os créditos de consumo, que deveriam utilizar moeda social, na maioria dos bancos, são efetuados via moeda Real, pois alega-se dificuldade de aceitação da moeda social pelos comerciantes, bem como pela necessidade de adquirir produtos em outros municípios.

Há alguns bancos que oferecem outras modalidades de crédito, como: o “crédito habitacional” para pequenas reformas, e que contam com o apoio de lojas de material de construção (BCDS, de Cariacica-ES e o de Niterói-RJ); o “crédito empresarial” que é oferecido por BCDs maiores, para empresas locais de pequeno e médio porte, com valores mais elevados (R\$ 15 mil - Banco Palmas); e o “crédito Bolsa Família”, específico do Banco Palmas e dos demais bancos vinculados a ele, que visa atender ao público beneficiado pelo Programa Bolsa Família.

Ainda com relação ao crédito, a pesquisa identifica que as taxas de juros e de abertura de crédito (TAC) são em média, respectivamente, 1,79% ao ano e 1,70% sobre o valor do empréstimo. Há casos de empréstimos com carências de até 6 meses. A inadimplência apresentada é em média de 10,13% por período, ocasionando prejuízos para o funcionamento do banco que fica comprometido com a não rotatividade do dinheiro. Nos bancos em pleno funcionamento, essa inadimplência chega a ser de aproximadamente 5%.

Dos BCDs analisados, que concedem linhas de crédito em moeda social, 59,6% trabalham com o crédito de consumo, 14,9% com o crédito produtivo e 4,3% com crédito habitacional (sendo uma opção do solicitante receber a moeda social para os últimos dois casos). O limite dos créditos em moeda social estão entre R\$ 40,00 e R\$ 600,00, em parcelas de 1 a 10 meses, com taxas de juros de até 3%. A inadimplência, nesse caso, é em média 8,41%.

Para a liberação dos créditos utilizam-se, principalmente, os seguintes critérios: pesquisa com a vizinhança (78,7%); comprovante de residência (61,7%); o CAC (66%); elaboração do plano de viabilidade (34%) e comprovante de renda (34%). Vale lembrar, que os critérios podem ser usados isoladamente ou em conjunto. A autora relata, ainda, que alguns BCDs se utilizam de consulta ao Sociedade de Proteção ao Crédito - SPC/Serasa (31,9%), a fim de levarem informações complementares para a análise do CAC, mas o que não configura uma negativa de crédito.

- Origem dos fundos, receitas e despesas

Um dos principais problemas dos BCDs são os recursos para a formação dos fundos de crédito e pagamento de suas despesas, que somando à inadimplência, conferem um quadro de instabilidade e dificuldades na oferta de crédito e funcionamento. Desta forma, Rigo (2014) mapeia a procedência desses recursos, as quais são: 23,4% do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), isto para os bancos do Ceará; 19,1% de programa de crédito

governamental (Municipal, Estadual ou Federal); 25,5% de rendimentos do próprio banco (taxas, juros e projetos específicos); 12,8% de doação de entidade gestora/conselho gestor; 10,6% de doação de entidade de apoio a criação; e 8,5% de captação em eventos locais. Segundo a autora, o valor do fundo de crédito inicial dos bancos variou entre R\$ 680 a R\$ 90.000 (este último operou com uma linha de crédito de banco público).

Em relação às receitas dos bancos, a pesquisa identificou que as taxas de juros (30% do total das receitas para os entrevistados) e as de abertura de crédito (TAC) são as principais fontes para a sua composição, juntamente com o retorno do serviço de correspondente bancário. Porém, os recursos obtidos com essas fontes não são suficientes para cobrir as despesas. Entre as despesas relatadas, as de custeio (água luz, telefone, energia, materiais de escritório, etc) correspondem a 66% das indicadas pelos bancos; seguida por 27,7% de pessoal; 17% de aluguel (alguns pagam aluguel e outros têm o apoio de entidades parceiras) e 12,8% de transporte (RIGO, 2014).

Ainda de acordo com a autora, além das dificuldades com recursos financeiros, há também: dificuldade em estabelecer parcerias de uma forma geral; falta de um apoio mais constante das entidades gestoras; reduzida equipe técnica no banco (sendo em média 2 pessoas por banco); falta de qualificação profissional para atender às demandas das atividades diárias; falta de um correspondente bancário; falta de equipamentos e estrutura física; falta de um maior envolvimento dos moradores e comerciantes nas atividades do banco; e, relacionado a dinâmica territorial, destaca-se a falta de segurança, o preconceito com o território e a dificuldade de relação entre o migrante e o banco (RIGO, 2014, p.174).

Além das dificuldades com a estrutura física, equipamentos, agentes de crédito e gerentes qualificados, deve-se destacar como a principal dificuldade o acesso ao crédito. De acordo com Melo Neto (2008), é preciso um programa com linhas de crédito para subsidiar ou fornecer crédito a juros baixos para os bancos comunitários, utilizando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou do BNDES. Além disso, o autor destaca que é preciso um marco legal que permita a abertura de poupança por parte BCDs, para que o dinheiro dos pequenos poupadores fique nas localidades, onde os bancos comunitários funcionam, evitando que o pouco dinheiro desses poupadores abasteça os grandes bancos.

Mesmo com as dificuldades destacadas, a inserção dos Bancos Comunitários no contexto econômico surge então, como uma forma menos burocrática, mais acessível e rápida de obtenção ao crédito de forma social e autogerida. Não compete com o sistema de crédito financeiro tradicional, pois não disputa lucros no mercado e tem como objetivo atender à demanda “sem fins atrativos” para as instituições financeiras tradicionais.

Baseando-se nos entendimentos traçados neste capítulo, procurou-se identificar e analisar, no Capítulo 7, o motivo e a forma como o Banco dos Cocais foi construído em São João do Arraial, destacando a sua sistemática de ação no município, bem como seus resultados.

7 A CONSTRUÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DOS COCAIS

A qualidade de vida de uma sociedade não deveria se medir pelo estilo de vida dos ricos, mas daqueles que estão no ponto mais baixo da escala social.

(O Banqueiro dos Pobres - Muhammad Yunus)

O presente capítulo tem por finalidade descrever o processo de idealização, criação, constituição e funcionamento do Banco dos Cocais, em São João do Arraial-PI, como uma alternativa de estímulo ao crescimento econômico do município, diante, dentre outros, da escassez de crédito/serviços e de moeda circulante. Para tal, utilizam-se: bibliografias existentes sobre a experiência do Banco dos Cocais, em específico, CARE Brasil (2011) e Moraes e Borges (2010); e entrevistas com o seu idealizador, Sr. Francisco Limma, e colaboradores, Sra. Aline Barros e Sr. Mauro Rodrigues.

7.1 Antecedentes

O município de São João do Arraial, já descrito nos Capítulos 1 e 2 deste trabalho, obteve sua construção territorial mediada pela ação dos sujeitos locais que foram consolidando as suas territorialidades, de acordo com os aspectos instigadores pertinentes a cada época.

No processo de emancipação do município, o aspecto político é marcado pela forte ação do poder oligárquico dominante local (oriundo de elites políticas dos municípios vizinhos) somado a interlocuções populares que comungavam com a ideia de um território emancipado. Já com o título de município, os indicadores sociais, econômicos, ambientais e políticos eram desfavoráveis, ao que se poderia chamar de *ideal de crescimento local*.

A economia do município vivia uma relação de dependência não só no quesito bancário (financiamentos e serviços), mas também no quesito consumo. O comércio local estagnava-se cada vez mais com a saída do dinheiro do município para os municípios vizinhos. Para completar essa situação de dependência, a capacidade de produção do município era reduzida e sem condições de atender às necessidades variadas da população e, principalmente, sem competitividade com os produtos industrializados dos mercados das cidades vizinhas (MORAIS; BORGES, 2010). Uma situação que num primeiro momento,

parecia sem solução, pois somado a isso, a falta de crédito reforçava o quadro de inércia econômica do município.

A população de São João do Arraial sempre recorria aos municípios mais próximos (Esperantina, Matias Olímpio e Luzilândia) para utilizar os serviços bancários (fazer pagamentos, receber salários e benefícios, solicitar crédito, abrir poupança) e aproveitava para adquirir produtos de consumo básico e bens duráveis. Essa relação de dependência contribuía para uma economia local de autoconsumo e poucas perspectivas de crescimento econômico.

A exclusão financeira foi algo presente no município de São João do Arraial desde a sua emancipação em 1994, tendo sido por muitos anos um dos entraves ao seu crescimento econômico. O município não possuía agência bancária, apenas um correspondente bancário da Caixa Econômica Federal (CEF), localizado no Comercial Dois Irmãos. As suas atividades se restringiam aos pagamentos do Programa Federal Bolsa Família (PFBF) e poucos recebimentos de contas. Em 2010, a agência dos Correios só foi instalada, prestando serviços bancários como correspondente do Banco Bradesco. Segundo a entrevista da moradora Maria Antônia (COSTA, 2014)³⁸, "Era difícil para se locomover, pagar uma conta e receber o pagamento. Sempre ficávamos dependendo de ir a outro município até mesmo para comprar roupa e alimentação, já que o comércio aqui era escasso."

Mesmo com todas essas dificuldades, o município mostra-se como um local propício para a implantação de projetos que estimulam o desenvolvimento local, devido à sua população reduzida (possibilidade de maior controle sobre os resultados) e por se encaixar no perfil de público do microcrédito da economia solidária e finanças solidárias (MORAIS; BORGES, 2010).

Nos dois primeiros mandatos (1996-2004), São João do Arraial continuou a construir a sua história, dentro de uma territorialização eminentemente política, e que se apresentava como um dos mais pobres do Brasil³⁹. Algumas mudanças inovadoras começaram a ser notadas no município, a partir do primeiro mandato (2005-2008) do Prefeito Sr. Francisco Limma. A primeira ação foi formar uma equipe para realizar o mapeamento do município, com o objetivo de identificar: quais eram as principais necessidades; o que era produzido localmente; e os possíveis potenciais de produção que poderiam ser impulsionados. O objetivo era investir em ações de fomento que propiciassem o crescimento econômico do município.

³⁸ Informação fornecida por Maria Antônia para o Portal de Notícias G1 Piauí, 2014.

³⁹ No ranking do IDH-M de 2000, o município de São João do Arraial-PI, ocupava a posição 5278º no Brasil e a posição 152º no Estado do Piauí, com um IDH-M de 0,357 (muito baixo). (PNUD, 2015b).

Dentre as primeiras informações levantadas, tem-se que o dinheiro circulante no município em 2005 somava um total de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), sendo: R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) eram provenientes de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); R\$ 300.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) de pagamentos da Prefeitura; R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) de pagamentos do Programa Bolsa Família; e R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) de produção local (LIMMA, 2009). Com isso, percebe-se que para aumentar a circulação de dinheiro no município só existiram dois caminhos, um através da bolsa família e o outro por meio da produção local. De acordo com o prefeito Limma (2009), aumentar o dinheiro do bolsa família ampliaria o grau de dependência da população, o que não resolveria o problema do município. Por isso, o caminho escolhido foi aumentar a capacidade de produção do município e criar mecanismos de suporte ao desenvolvimento humano e social da população.

A partir dos dados obtidos, o grupo de trabalho da prefeitura fez os seguintes questionamentos sobre o município: quais os itens consumidos e qual a procedência? Quais são os itens produzidos internamente? Quais são as necessidades da população? e Quais são os potenciais de geração de renda?

Diante das necessidades e dos potenciais elencados pela equipe, algumas ações foram executadas, com o intuito de promover o crescimento do município. São ações de inclusão digital, ensino médio integrado ao técnico e consumo de produtos locais nas merendas das escolas municipais.

O **projeto de inclusão digital do município (Cidade Digital⁴⁰)** disponibilizou internet a toda população, como uma solução para a necessidade de acesso à informação. O Projeto (FIGURA 35) possibilitou à população internet gratuita e o acesso a cursos de informática. Como exigência, para a liberação do sinal às famílias, era necessário que estas, comprovassem a matrícula das crianças na escola e que, também, estivessem com os seus impostos quitados. O projeto tinha parceria com a ONG CARE Brasil, que subsidiou durante dois anos, o sinal da rede, e contou com um investimento da prefeitura, de R\$ 22.000,00 (estrutura e equipamentos).

⁴⁰ O projeto Cidade Digital está inativo, por conta da instabilidade do sinal de internet no município.

Figura 35 – Projeto Cidade Digital, curso de informática, em São João do Arraial-PI, 2009.



Fonte: Limma (2009).

O projeto foi desativado com a saída do prefeito Francisco Limma (em 2011), para ocupar a Superintendência do INCRA. Com este hiato, surgiram algumas empresas, no município, prestando o serviço à população.

O projeto Escola **Família Agrícola (EFA) Cocais** (FIGURA 36) recebe os filhos de moradores do município e de municípios vizinhos que trabalham na agricultura. Oferece Ensino Médio integrado ao Técnico em Agronegócio, baseado na pedagogia da alternância. Esta metodologia tem como dinâmica que os alunos passem quinze dias na escola, com aulas teóricas e práticas, e quinze dias em casa, aplicando o que aprenderam.

Figura 36 – Escola Família Agrícola (EFA) Cocais, São João do Arraial, 2011.



Fonte: EFA Cocais (2011).

O **Projeto Escola Local Organizada (ELO)** foi implantado em 2006 (FIGURA 37), com o objetivo de garantir que a merenda escolar consumida no município, fosse adquirida de produtores locais⁴¹ e, apenas os produtos que não eram produzidos localmente, eram adquiridos de fora. Isso estimulou, no município, a produção agropecuária (através da compra de verduras, frutas, cereais e animais) e do pó do mesocarpo do babaçu, que passou a ser utilizado na merenda das escolas, para a produção de bolos, mingaus e outros produtos utilizados no lanche. Esse estímulo da produção local, favoreceu a permanência do dinheiro no município.

Figura 37 – Projeto Escola Local Organizada (ELO), alimentos produzidos com o mesocarpo do babaçu, em São João do Piauí, 2006.



Fonte: Limma (2009).

Paralelamente ao **Projeto Escola Local Organizada (ELO)**, que estimulava a produção, identificou-se a dificuldade de acesso ao crédito por parte desses pequenos produtores agrícolas, bem como de outras atividades.

Na análise dos dados de consumo e produção do município, a equipe chegou à constatação que, dos 80 itens consumidos no município e de procedência externa, 6 podiam ser produzidos localmente (como alguns alimentos da merenda escolar, produtos de limpeza, roupas e chinelas). Assim, a equipe identificou que além de estimular a produção com a compra garantida (merenda), era necessário capacitar os produtores. Para isso, a equipe da prefeitura procurou os grupos de produção, as associações e os sindicatos e os sensibilizou

⁴¹ Essa ideia hoje tem uma abrangência nacional por meio da Lei Federal nº 11.947/2009.

para participar desse processo. Esses alegaram que não possuíam recursos financeiros para o processo produtivo. Diante disto, a Prefeitura se comprometeu a comprar, antecipadamente, a produção dos itens que interessavam ao consumo da mesma e dos órgãos da gestão municipal. A ideia era subsidiar, inicialmente, a produção local, para que depois esses grupos de produção, cadastrados na Prefeitura, tivessem sua independência financeira. No entanto, devido ao não cumprimento do acordo, por parte dos produtores, a Prefeitura desistiu de efetuar a compra de forma antecipada.

A dificuldade de acesso ao crédito ainda demandava solução. Assim, o Prefeito buscou alternativas por meio da utilização de linhas de crédito dos bancos oficiais, entre eles, o CrediAmigo do Banco do Nordeste. Não foi adequada, devido à burocracia e às exigências que não condiziam com o perfil dos grupos produtivos.

Então, a equipe propôs a criação de um Fundo Municipal de Apoio à Economia Solidária (FUMAES – ANEXO C). A ideia era criar um fundo municipal com o objetivo de fomentar o crédito local. Com sua aceitação, elaborou-se o projeto de criação do Fundo, sendo aprovado como Lei Municipal nº 114/2007. A Lei cria o Fundo Municipal de Microcrédito e Apoio à Economia Solidária – FUMAES, institui o Conselho Gestor do FUMAES e destina recursos orçamentários do município para o financiamento do Fundo, além de outras providências.

De acordo com a referida Lei, o município pode fazer transferências de até 40% da receita tributária municipal para o Fundo, desde que aprovadas por Decreto do Poder Executivo. O Conselho Gestor do Fundo é composto por representantes do poder público e da sociedade civil organizada (a composição está contida no ANEXO C). Somado a isto, o auxílio da CARE Brasil⁴² possibilitou que a Prefeitura conhecesse a história do Banco Palmas⁴³, em Fortaleza-CE e do crédito solidário. A partir de então, o crédito solidário passa a ser uma alternativa de acesso ao crédito para a população local. (FRANCISCO LIMMA⁴⁴).

Então em 2006, o Prefeito foi conhecer a história do Banco Palmas *in loco*, e ao retornar, mobilizou um grupo – composto por representantes do Poder Municipal e da

⁴² A CARE é uma confederação global formada por diversas organizações não governamentais que trabalham juntas para acabar com a pobreza. A sua atuação se dá através dos mais diversos programas de desenvolvimento local em dezenas de países e de resposta de emergência em situações de conflitos armados e desastres naturais. Na região dos Cocais, o programa investiu em diferentes ações de estímulo ao empreendedorismo rural, de dinamização dos fluxos econômicos locais e fortalecimento da mobilização e controle social. Entre as ações, destaca-se a implementação, em parceria com a prefeitura de São João do Arraial, do Centro de Formação de Empreendedores Rurais, para qualificação de jovens filhos de pequenos produtores, como técnicos agrícolas, dentro de uma perspectiva empreendedora e autossustentável (CARE, 2011).

⁴³ A descrição do Banco Palmas consta no Capítulo 6 deste trabalho.

⁴⁴ Entrevista concedida por Francisco Limma, em 20 jun. 2013.

sociedade civil – e propôs a implantação de um banco comunitário em São João do Arraial. Em 2007, um grupo de 30 pessoas do município (comerciantes, líderes comunitários, vereadores, secretários, diretores de escolas e representantes de grupos de economia solidária). Entre estes, especificamente, Aline Alencar (professora que trabalhava com grupos culturais de jovens), Maria Alice (Secretária de Assistência Social), Amilton (membro do sindicato dos produtores rurais), Mauro (produtor de azeite) e João Nuca (presidente da Associação de Moradores) seguiram em viagem, financiada pela Prefeitura, para conhecer o Banco Palmas. O grupo voltou entusiasmado com a ideia, dando início ao processo de estruturação do Banco no município (FRANCISCO LIMMA)⁴⁵.

Em entrevista ao Portal Globo de Notícias do Estado Piauí (G1), Francisco Limma resume este primeiro momento:

Nessa pesquisa nós percebemos também que as pessoas necessitavam de pouco capital e isso não era interessante para os grandes bancos. Criamos primeiramente um Fundo Municipal de Apoio a Economia Solidária para arrecadar 40% da receita monetária, gerando em torno de R\$ 20 mil. Em seguida, tomei conhecimento do Banco de Palmas (CE), primeira agência comunitária do país. Levei a ideia à população de São João do Arraial e, em dezembro de 2007, inauguramos o Banco dos Cocaís e a moeda local (COSTA, 2014).

Começa então, um processo de mobilização social para a construção do **banco comunitário e do uso da moeda solidária** dentro do município, impulsionado pela Prefeitura – numa perspectiva de construção de um território da economia solidária.

7.2 Banco dos Cocaís: criação e estruturação

O ano de 2007 representa um marco temporal para o acesso ao crédito e a inclusão financeira da população no município de São João do Arraial, devido a abertura de um Banco Comunitário. Através da assessoria do Instituto Palmas⁴⁶ e apoio da CARE Brasil, o projeto de implantação do Banco Comunitário propunha a criação de uma associação que o gerenciaria, com o apoio financeiro do Poder Público Municipal, mas com metas futuras de independência. Além de conceder microcrédito, o Banco também faria serviços bancários através do Banco Popular do Brasil e faria circular no município, sua moeda social. Para isso,

⁴⁵ Entrevista concedida por Francisco Limma, ex-prefeito de São João do Arraial, em 20 de jun. de 2013.

⁴⁶ Possui metodologia própria de implantação de Bancos Comunitários aplicada em todo o Brasil, como foi descrito no Capítulo 6.

a comunidade foi consultada por meio de reuniões com comerciantes, representantes de bairros e membros de empreendimentos de economia solidária local.

O treinamento para as pessoas, que iriam trabalhar no Banco, foi fornecido pelo Instituto Palmas que também doou R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para compor o fundo inicial. Francisco Limma, em entrevista, complementa que para o início das atividades e formação deste fundo, o Banco recebeu, também, recursos públicos municipais, do FUMAES (R\$ 8.000,00), e doações de outros.

O lançamento do Banco dos Cacaís foi realizado em praça pública, com a participação da população local, curiosos de municípios vizinhos, lideranças políticas locais e estadual, lideranças comunitárias, e o superintendente do Banco do Brasil de Teresina. Em 12 de dezembro de 2007, o Banco dos Cacaís é inaugurado na cidade, em estabelecimento alugado pela Prefeitura, na principal avenida do município, a Avenida Vicente Augusto (FIGURAS 38 e 39).

Figura 38 – Banco dos Cacaís no dia da inauguração, em dezembro de 2007.



Fonte: Limma (2009).

Mesmo com toda a sensibilização e divulgação realizada para mobilizar a população, com relação a aceitação do banco e compreensão dos benefícios individuais e coletivos que este traria ao município, através de panfletos, reuniões (igrejas, sindicatos e associações), cartazes, visitas a empreendimentos locais, entre outros; identificou-se reações contrárias, em parte de origem partidária, à implantação e ao uso da moeda. Mesmo assim, o Banco dos Cacaís é inaugurado em dezembro de 2007, contando com a presença dos representantes

envolvidos na sua formulação e da população que procurava compreender melhor a novidade. Na Figura 39, tem-se o Prefeito Francisco Limma, ladeado por dois dos colaboradores.

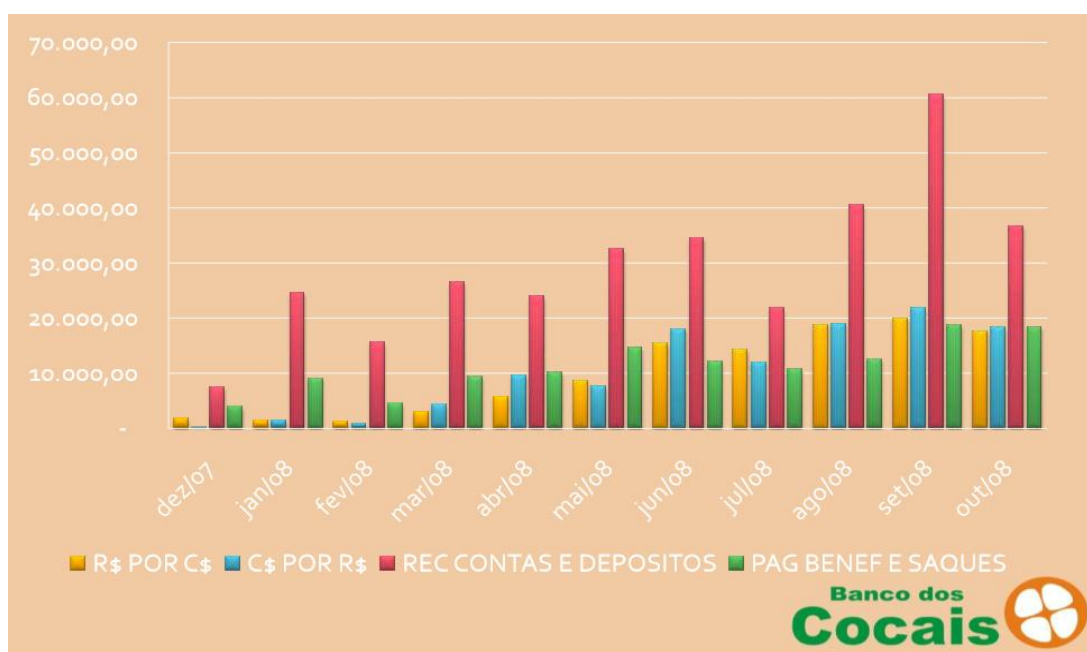
Figura 39 – Prefeito Francisco Limma ladeado por moradores no dia da inauguração do Banco dos Cacaís, em dezembro de 2007.



Fonte: Limma (2009).

A Figura 40 apresenta a movimentação dos serviços do Banco dos Cacaís (troca de moeda Real por moeda Cocal, troca de moeda Cocal por Real, recebimentos de contas e depósitos e pagamentos de benefícios e saques) no período de dezembro de 2007 a outubro de 2008.

Figura 40 – Movimento mensal do Banco dos Cacaís – dez/2007 a out/2008.



Fonte: Limma (2009).

O serviço de correspondente bancário apresentou variado crescimento de janeiro a outubro de 2008, atingindo o ápice da movimentação financeira no mês de setembro de 2008 com um volume superior a R\$ 60.000,00 em recebimento de contas e depósitos. O serviço de pagamento de benefícios e saques alcança em setembro e outubro os maiores níveis, que foram de quase R\$ 20.000,00. Outro serviço que vale destacar foi a troca de moeda Cocal por Real e de Real por Cocal, que chegou ao valor máximo de R\$ 20.000,00 em setembro de 2008. Essas transações financeiras representaram um marco na inclusão financeira do município, proporcionada pelo Banco Comunitário.

Uma ação forte, que impulsionou a geração de receita para o Banco, foi a criação da Lei Municipal nº 112/2007, que autorizava o chefe do poder executivo a celebrar convênio com o Banco dos Cocalis, com a assistência do Instituto Palmas, com a finalidade de realizar o pagamento dos servidores da Prefeitura através do Banco dos Cocalis. Este pagamento poderia ocorrer em até 25% do salário dos funcionários, terceirizados e prestadores de serviço para a Prefeitura, desde que com prévia concordância dos recebedores. Essa ação só começou a funcionar em 2009 (MAURO RODRIGUES)⁴⁷.

Segundo o mesmo entrevistado, atualmente, apenas os funcionários terceirizados são pagos pelo Banco dos Cocalis. Segundo o gerente do Banco, os motivos que geraram o cancelamento do pagamento dos funcionários da prefeitura, em 2012, foi a prerrogativa legal que determina o pagamento do funcionalismo mediante depósito em conta corrente em Banco da escolha do funcionário, sendo que muitos acabaram optando pelo Banco do Brasil; e pelo medo de assaltos na região, por conta do grande volume de dinheiro movimentado, sem mecanismos de segurança ao Banco e aos clientes.

Para entender um pouco mais o segundo motivo, cabe o relato do gerente quanto ao modo como o pagamento dos funcionários da prefeitura era processado pelo Banco: na semana do pagamento do funcionalismo, o delegado com um policial e o secretário de finanças da prefeitura viajavam para Esperantina, para sacar o dinheiro no Banco do Brasil (raramente, o carro forte do Banco vinha ao município deixar o dinheiro); ao chegarem ao município, entregavam o dinheiro no Banco dos Cocalis e o gerente passava a separá-lo manualmente, de acordo com cada valor a ser pago para cada um dos funcionários, indicados pela Prefeitura, na folha de pagamento. O gerente afirma, ainda, que o risco elevado de assalto era minimizado, pois muitos ainda pensavam que no Banco só circulava a moeda Cocal. Para

⁴⁷ Entrevista concedida por Mauro Rodrigues, gerente do Banco dos Cocalis, à Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 20 de jun. de 2013.

se dimensionar esse risco, logo após findar esse serviço pelo Banco Cocaís, os Correios do município foram alvo de quatro assaltos no ano de 2014 (FIGURA 41).

São frequentes os assaltos às agências bancárias e dos Correios em municípios do interior do estado do Piauí que contam com um policiamento reduzido e infraestrutura de prevenção (porta giratória e seguranças) precários ou algumas vezes, inexistentes.

Figura 41 – Reportagem sobre assaltos à agência dos Correios de São João do Arraial em 2014.

20 / 11 / 2014

SEGURANÇA ZERO - Agência dos Correios é assaltada 4 vezes em menos de 7 meses



A única agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, já foi assaltada 4 vezes em menos de 7 meses, com uma média de quase um assalto por mês, na pequena cidade de São João do Arraial, há 184km de Teresina.

A agência dos correios é o único correspondente bancário do Banco do Brasil na cidade, responsável pelo pagamento de aposentados, pensionistas e afins, além de várias operações bancárias, como saques, depósitos, pagamentos de boletos, contas, etc.

Sem delegacia, sem polícia e sem oferecer qualquer resistência a agência se tornou preza fácil para os bandidos que chegam na calada da madrugada e levam todo o numerário da agência e com ele todos os prestados ali.

DETALHE – A empresa brasileira de correios e telégrafos pertence ao Governo Federal, e como tal tem a proteção da Polícia Federal, que até o presente momento não fez, ou pelo menos não se soube, que fez absolutamente nada a respeito. Vai entender!!!.

A audácia dos bandidos é tanta, que no último assalto, ocorrido no último dia 11/11 (quinta-feira), por volta das 15h, foi na luz do dia mesmo, na cara dura..., Chegaram. Renderam vigilante, tomaram arma, Bateram em um dos funcionários que se encontrava no local e foram embora sem qualquer resistência da polícia.

Fonte: Capital dos Cocaís (2014).

Com isso, o limite de caixa que fica retido no cofre interno do Banco dos Cocaís é de apenas R\$ 5.000,00, por ser esse o valor de cobertura do seguro (MAURO RODRIGUES⁴⁸).

Para realizar o pagamento dos funcionários terceirizados da Prefeitura, o Banco recebe 0,75%, sobre a folha de pagamento dos terceirizados (R\$ 26.000,00 por mês, em média), referente à taxa de serviços; acrescido de 50% de taxa administrativa, sobre o resultado desta primeira operação. De acordo com gerente do Banco, 25% da folha de pagamento dos terceirizados é paga em moeda Cocal, o que corresponde, em média, a C\$ 6.500,00 que são lançados, mensalmente, na economia local, proporcionando um aporte seguro de circulante local no comércio.

⁴⁸ Entrevista concedida pelo Gerente do Banco dos Cocaís, Mauro Rodrigues, em 20 de junho de 2013.

Figura 42 – Vista interna do Banco dos Cacaís, em 2013.



Nota: Os direitos de imagem, foram cedidos pelos integrantes da foto.

Fonte: A autora (2013).

Um ponto que retardou as ações iniciais do Banco foi o fato de que, só em maio de 2008, o Centro de Organização Comunitária e Apoio à Inclusão Social (COCAIS), que é a associação responsável pelo Banco, foi formal e legalmente instituída.

O Centro COCAIS é uma associação civil sem fins lucrativos, regida pelo seu estatuto, com atuação em São João do Arraial. Tem como finalidade “[...] buscar, apoiar e executar ações comunitárias voltadas para a promoção da Inclusão Social de famílias carentes residentes e trabalhadoras na área de atuação do referido Centro, entre os quais está a gestão financeira e administrativa do Banco dos Cacaís e suas atividades correlatas” (CENTRO COCAIS, 2008a). Em sua Ata de Fundação em 2008 (ANEXO D), consta a aprovação do Estatuto do Centro Cacaís e a eleição da Coordenação Executiva do Centro, tendo a Sra. Aline Barros sido eleita como Coordenadora Geral (CENTRO COCAIS, 2008b). Em visita ao Centro Cacaís em 2013, verificou-se que as ações foram expandidas para outros municípios, sempre em parceria com organizações não governamentais e federais, entre elas, a Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e a Vegeflora, empresa do Grupo CentroFlora⁴⁹. A fonte de renda do Centro provem dos projetos firmados com estas e outras instituições (QUADRO 9).

⁴⁹ Líder na produção e desenvolvimento de extratos vegetais para indústria farmacêutica, de alimentos e cosméticos e o Banco do Brasil (CENTRO FLORA, 2014).

Quadro 9 – Principais projetos desenvolvidos pelo Centro Cocaís.

Projetos desenvolvidos	Detalhamento
Agente de Desenvolvimento Regional Sustentável Prococaís (ADRS), em parceria com o Banco do Brasil.	Consiste na mobilização e organização da base produtiva das cadeias de ovinocaprinocultura, cajucultura, babaçu, apicultura e jaborandi, fornecendo assistência técnica às famílias envolvidas, acesso ao crédito, capacitações e organização produtiva e social. Possui 27 núcleos produtivos e abrange os municípios de Batalha, Esperantina, Morro do Chapéu, Joaquim Pires, Luzilândia, Joca Marques, Madeiro, São João do Arraial, Campo Largo, Porto e Barras.
Plano de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (PDTIS).	Através deste projeto é feito o mapeamento e o fomento da cultura produtiva familiar, cadastrando as famílias que desejam formar núcleos produtivos (de no mínimo 15 e no máximo 40 famílias).
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).	Organiza as pessoas, que vivem da agricultura familiar ou que estão numa faixa de renda estabelecida pelo programa, através de visitas, em que procuram: organizar sua documentação, identificar o seu perfil e promover capacitação, de acordo com as necessidades identificadas. Os municípios contemplados por este programa são os mesmos do ADRS, com exceção de Matias Olímpio, Joca Marques, Madeiro e Barras.
Projeto de Valorização do Jaborandi.	Em parceria com a GIZ, tem por objetivo organizar a base produtiva e a comercialização do Jaborandi respeitando, em todo o seu processo, a cadeia sustentável.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de trabalho de campo (2014).

O ano de 2009 é um ano de fortalecimento do Banco, pois a população do município, principalmente os donos de atividades econômicas, que já partilhavam da importância da ideia da moeda local, passam a demandar empréstimos no Banco.

Até 2013, o Banco Cocaís ainda não apresentava independência financeira da Prefeitura, com relação às suas despesas de funcionamento (aluguel, material de limpeza, material de escritório, telefone, manutenção e funcionários). Mas, com o crescimento e organização de seus serviços, os gastos passam a ser absorvidos pelo próprio Banco. É importante ressaltar que o principal montante de recursos do Banco é proveniente de serviços como correspondente bancário (Caixa Econômica Federal) e da remuneração com o pagamento dos terceirizados da Prefeitura. A esses se somam as doações e o repasse do FUMAES de R\$ 1.000,00 mensais, que deveria ser mensal, como descrito em Lei Municipal. Porém, esse repasse da FUMAES só é realizado, na atual gestão municipal, mediante solicitação justificada junto à Secretaria de Assistência Social⁵⁰.

Frente ao exposto, observa-se que há uma “dependência” do banco em relação à Prefeitura, no que tange a obtenção de recursos. Isso dificulta o planejamento a médio e longo prazo de projetos destinados a suprir às necessidades da comunidade.

⁵⁰ Instituição responsável por movimentar o FUMAES.

7.2.1 Os produtos do Banco e seu mecanismo de funcionamento

Os produtos e serviços oferecidos pelo Banco dos Cocalais são: emissão de moeda social; recebimento de contas, depósitos e abertura de contas (através da Caixa Econômica Federal); crédito em moeda Cocal e Real; troca de moeda (Cocal por Real ou Real por Cocal); e pagamento de terceirizados da Prefeitura⁵¹.

- Emissão de moeda social

Para a emissão da moeda social Cocal no município, faz-se a encomendada na Rede Brasileira de Bancos Comunitários que solicita à incubadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) a sua produção. Em valores de 2014, a confecção de 50.000 cédulas de Cocalais custou o equivalente a R\$ 2.900,00, segundo entrevista com o gerente do Banco. A equivalência da moeda cocal é de 1 para 1, ou seja, C\$1 equivale a R\$1 e para cada cocal emitido há o lastro equivalente em real. A cédula traz impresso no lado da frente: o nome do Banco; a sua logomarca que, no caso do Banco dos Cocalais, é o corte da casca do babaçu; outra impressão da logomarca, de forma metalizada, para dificultar a falsificação; o símbolo da Rede de Bancos Comunitários (no canto superior direito); e no fundo há a paisagem do babaçual (FIGURA 43).

Figura 43 – Cédula de C\$1 Cocal – frente.



Fonte: A autora (2014).

E, em seu verso (FIGURA 44), há a identificação do número de série da nota (no canto inferior esquerdo), ao fundo há a impressão de temas relacionados à cultura local (extração artesanal do azeite de babaçu) e a informação de que,

⁵¹ Pagamento de terceirizados da Prefeitura apresentado no item anterior.

Está totalmente proibida a troca ou negociação por dinheiro, devendo ser utilizada como meio de bonificação na aquisição de mercadorias e serviços, com pessoas conveniadas com o Banco dos Cacaís, observando que essa atividade promove o desenvolvimento local social e ambientalmente sustentável (CÉDULA DO BANCO COCAIS – FIGURA 44).

Figura 44 – Cédula de C\$1 cocal – verso.



Fonte: A autora (2014).

Logo depois que o Banco foi inaugurado em 2007, campanhas de divulgação (FIGURA 45) e envolvimento no uso da moeda local foram realizadas.

Figura 45 – Panfleto de divulgação da Moeda Social, 2007.



Fonte: Portal do Desenvolvimento (2014).

Os comércios, que se prontificaram a utilizar a moeda, foram identificados e cadastrados (FIGURA 46). Os 30 estabelecimentos cadastrados tinham que oferecer

descontos para os consumidores que comprassem em moeda cocal. Segundo Mauro Rodrigues⁵², em 2014, essa estratégia não era mais utilizada, pois a prática do uso da moeda já estava difundida no município.

Figura 46 – Placa de identificação do comércio que aceitava a moeda, 2007.



Fonte: Portal do Desenvolvimento (2014).

De 2007 a 2014, foi identificada apenas uma falsificação da moeda, em que um morador do município efetuou uma xerox de duas cédulas de C\$ 10,00 que, imediatamente, foi reconhecida como falsa pelos comerciantes.

- Troca de moeda

O serviço de troca de moeda Real por Cocal pode ser efetuado no Banco dos Cocais por qualquer pessoa interessada. O câmbio é fixo: 1 para 1. A troca de Cocal por Real só é permitida aos comerciantes, sendo que estes trocam a soma aproximada de C\$ 3.000,00 por dia. No caso da população, em geral, a troca de Cocal por Real, somente é efetivada em casos de emergência, quando o cliente precisa efetuar a compra de algum produto que não está disponível no município (como medicações). Essa flexibilidade é possibilitada pela proximidade entre as pessoas.

- Recebimento de contas, depósitos e abertura de contas

O serviço de correspondente bancário do Banco dos Cocais não foi o pioneiro no município pois, apesar de não possuir agência bancária, havia correspondente bancário instalado no estabelecimento Dois Irmão. Segundo Aline Alencar (moradora do município e

⁵² Entrevista concedida pelo Gerente do Banco dos Cocais, Mauro Rodrigues, em 20 de junho de 2013.

uma das responsáveis pela implantação do Banco dos Cocaís)⁵³, o atendimento era péssimo e inconstante, o que dificultava o pagamentos de contas, saques, recebimento de benefícios ou depósitos, sendo necessário viajar para os municípios vizinhos.

De acordo com o gerente do banco, através do correspondente bancário da Caixa Econômica, a população pode efetuar pagamento de boletos da Caixa e de outros bancos, desde que não esteja em atraso e que o limite não ultrapasse R\$ 500,00; para a realização de saques e depósitos, o valor é de até R\$ 1.500,00; o Banco realiza abertura de conta poupança na operação 023⁵⁴ e 013⁵⁵. A solicitação de abertura de conta corrente, pessoa física e jurídica, deve ser feita na Agência da Caixa Econômica Federal de Esperantina. Apesar de algumas limitações nesses serviços, a existência do correspondente contribui para a diminuir a condição de sub-bancarização, bem como a necessidade de se deslocar para outros municípios.

Outros correspondentes bancários já se instalaram no município, entre eles, na agência dos Correios (com o Banco do Brasil⁵⁶), em um estabelecimento de comércio (com o Banco Bradesco) e uma Casa Lotérica (Caixa Econômica Federal).

- Crédito em moeda Cocal e Real

Os primeiros créditos concedidos pelo Banco foram o da modalidade de consumo, a partir de 2009, utilizando os recursos doados pelo Instituto Palmas (R\$ 1.500,00). O crédito de consumo é uma modalidade de crédito que tem por objetivo atender às necessidades emergenciais ou imprevistos da população.

As características do crédito de consumo são: a operação deve ser realizada em moeda Cocal; e o valor deve ser de até C\$ 50,00; o prazo é de 30 dias para pagamento; não há a cobrança do juros se o pagamento ocorrer dentro do prazo – o atraso pode resultar em multas de até C\$ 1,00; e a rotatividade é alta. Vale ressaltar que para captar esse empréstimo o solicitante deve comprovar que reside no município Além disso, o banco pode realizar visita

⁵³ Entrevista concedida pela Sra. Aline Alencar, em 20 de agosto de 2015.

⁵⁴ A Operação 023 corresponde a uma Conta Fácil CAIXA, da Caixa Econômica Federal, que permite saldo de até R\$ 3.000,00, sem cobrança de tarifas, sua movimentação é feita por meio de cartão magnético, mas exige que o titular não possua conta corrente em nenhum banco (na Caixa ou em outro Banco). Essa é a operação utilizada para o recebimento do Benefício do Bolsa Família (CEF, 2015).

⁵⁵ A operação 013 corresponde a uma Conta Poupança Fácil, simplificada que permite um saldo máximo mensal de até R\$ 3.000,00 (CEF, 2015).

⁵⁶ A agência dos Correios tem primeiramente um correspondente do banco Bradesco, mas em edital de 2011, o Banco do Brasil assume este serviço.

ao domicílio do solicitante, quando houver a necessidade de verificação de sua idoneidade junto aos vizinhos.

A Tabela 23 traz os montantes financiados, de janeiro a dezembro no período de 2009 a 2012, totalizando C\$ 9.800,00 (C\$ 3.400,00 em 2009, C\$ 3.530,00 em 2010, C\$ 1.950 em 2011 e C\$ 930,00 em 2012). Este montante é inserido no comércio do município, através do crédito de consumo (também chamado de crédito solidário), ampliando a circulação do mercado e a acessibilidade a produtos.

Tabela 23 – Créditos de Consumo, número de operações e juros auferidos, Banco dos Cocais, 2009 a 2012.

ANO	2009			2010		
MÊS	Crédito Mensal (C\$)	Operações (Unid.)	Juros Auferido (C\$)	Crédito Mensal (C\$)	Operações (Unid.)	Juros Auferido (C\$)
JAN	50,00	1	0,50	0,00	0	0,00
FEV	0,00	0	0,00	650,00	13	13,00
MAR	0,00	0	0,00	370,00	6	6,00
ABR	0,00	0	0,00	700,00	9	9,00
MAI	370,00	7	3,50	700,00	9	9,00
JUN	150,00	3	1,50	200,00	4	4,00
JUL	50,00	1	0,50	100,00	2	2,00
AGO	50,00	1	0,50	100,00	2	2,00
SET	380,00	7	7,00	0,00	0	0,00
OUT	600,00	12	12,00	0,00	0	0,00
NOV	600,00	12	12,00	250,00	5	5,00
DEZ	1150,00	23	23,00	450,00	9	9,00
TOTAL	3.400,00	67	60,50	3.530,00	59	59,00
ANO	2011			2012		
MÊS	Crédito Mensal (C\$)	Operações (Unid.)	Juros Auferido (C\$)	Crédito Mensal (C\$)	Operações (Unid.)	Juros Auferido (C\$)
JAN	500,00	10	10,00	150,00	3	3,00
FEV	150,00	3	3,00	100,00	2	2,00
MAR	200,00	4	4,00	250,00	5	5,00
ABR	100,00	2	2,00	130,00	3	3,00
MAI	50,00	1	1,00	150,00	3	3,00
JUN	150,00	3	3,00	50,00	1	1,00
JUL	0,00	0	0,00	50,00	1	1,00
AGO	150,00	3	3,00	50,00	1	1,00
SET	100,00	2	2,00	50,00	1	1,00
OUT	150,00	3	3,00	50,00	1	1,00
NOV	100,00	2	2,00	0,00	0	0,00
DEZ	300,00	6	6,00	0,00	0	0,00
TOTAL	1.930,00	39	39,00	930,00	21	21,00

Nota: O Banco não disponibilizou os dados dos anos de 2013 a 2015.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de pesquisa de campo no Banco dos Cocais (2014).

Ao todo foram 67 créditos liberados durante o ano de 2009, sendo que o maior volume de empréstimo foi registrado nos meses de maio, setembro, outubro, novembro e dezembro (TABELA 23). Os juros auferidos durante o ano de 2009 estabelecidos por financiamentos foram de R\$ 0,50 ou R\$ 1,00, totalizando ao final do ano, R\$ 60,50.

É importante ressaltar que os meses de maio, outubro e dezembro apresentaram crescimento das captações de crédito, meses que têm datas festivas, tais como: Dia das Mães, Dia de Nossa Senhora Aparecida e Dia das Crianças e Natal.

De acordo com o gerente do Banco, quem mais procura este crédito são as mulheres que o utilizam para as compras de última hora, principalmente gás de cozinha, alimentos e medicamentos (quando não encontram a medicação gratuita no Posto de Saúde). Apesar de, no ano de 2010 o financiamento apresentar um valor total anual maior que em 2009 (R\$ 3.530,00), o número de operações realizadas (que corresponde ao número de atendimentos) caiu para 59 operações realizadas no ano. Constatou-se valores de crédito de consumo maiores que o valor de R\$ 50,00 que é parâmetro para este tipo de crédito. Em 2009, no mês de maio, há a presença de um crédito no valor de R\$ 80,00, tendo o juros de R\$ 0,50, com pagamento em atraso em três meses. O mesmo aconteceu no ano de 2010, no qual encontrou-se um crédito de R\$ 120,00 (mês de março) pago dentro de um mês e com juros de R\$1,00, dois créditos de R\$ 300,00 (um no mês de abril e outro no mês de junho), ambos pagos no prazo de um mês e com taxa de juros de R\$ 1,00, cada. Essas operações em valores que diferem do valor máximo permitido para o crédito de consumo, geram essa diferença entre do valor total financiado no ano de 2010 e o número de operações realizadas. Nos anos seguintes (2011 e 2012), os registros de crédito de consumo demonstram um decréscimo na demanda (ou talvez da disponibilidade de crédito) e no valor total financiado anual e, consequentemente, uma queda na receita que advém dos juros auferidos.

Mas, o gerente do Banco atribui a queda das operações de crédito de consumo a uma não correção do valor do financiamento, que continua de C\$50,00, e ao maior acesso aos programas do Governo Federal, como o Bolsa Família.

A outra modalidade de financiamento é o crédito produtivo que se destina a investimentos produtivos e são pagos com o retorno destes investimentos. Tem as seguintes características: o empréstimo é em moeda Real; o pagamento pode em até 12 meses (com a opção de 2 meses de carência); a taxa de juros é de 0,5% a 1,5% ao mês em parcelas iguais; o recurso concedido pode ser de até R\$ 1.000,00 por financiamento; e a rotatividade é reduzida. A concessão deste crédito está atrelada a uma visita à casa do solicitante, para analisar se este necessita realmente de todo o valor solicitado e o tipo de negócio e a finalidade do

investimento. É importante considerar que priorizam demandas de crédito de mulheres e de grupos de produção. Nessa visita também se faz a verificação da conduta do solicitante aos seus vizinhos. Essas informações são repassadas ao gerente do Banco, que dá o seu aval e repassa para o Conselho de Aprovação de Crédito (CAC). Caso seja aprovado, o cliente é chamado para assinar o contrato (ANEXO E). Segundo o gerente do Banco, em 2014, o montante disponível para o crédito produtivo era de R\$ 30.000,00 e os empréstimos só foram efetuados à medida que os recursos retornaram ao caixa do Banco, com o pagamento das parcelas.

Em 2009, o montante disponibilizado para empréstimo produtivo foi de R\$ 8.171,44 atendendo a 10 clientes (MAURO RODRIGUES⁵⁷). Observou-se que os recursos para crédito produtivo e a quantidade de pessoas atendidas aumentaram de 2009 para 2015, exceto nos anos de 2012 e 2014 (TABELA 24). Deve-se considerar que essa tendência de crescimento não foi observada com o crédito de consumo, a partir de 2010.

Tabela 24 – Quantidade e montante de crédito produtivo de 2009 a 2014, em reais constante.¹

Ano	Quantidade de Financiamentos	Montante (R\$)	Varição Anual (%)
2009	10	8.171,44	-
2010	11	8.833,18	8,10
2011	39	24.506,68	177,44
2012	29	14.314,24	-41,59
2013	32	20.135,34	40,67
2014	22	14.771,66	-26,64
2015*	40	21.460,00	-

¹ Valores corrigidos pelo IGPD – FGV, base outubro de 2015.

* Dados até outubro de 2015.

Nota: As operações de crédito produtivo, para os anos de 2014 e 2015, estão nos Anexos F e G.

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa de campo (2015).

Os anos de 2011 e 2015 (até outubro) registram o volume de crédito e o maior número de operações, sendo de R\$ 24.506,68 (39 operações) e R\$ 21.490,00 (40 operações) respectivamente. Nesse período, o crédito produtivo concedido, pelo Banco dos Cocais, totalizou R\$ 112.192,54, em 183 operações.

⁵⁷ Entrevista concedida pelo gerente do Banco a Françoise W. Fontenele e Vasconcelos Pacheco, em 29 de ago., 2014.

Segundo o gerente Mauro Rodrigues, de cada 10 créditos produtivos, 1 é inadimplente, configurando uma taxa de inadimplência de 10%. As ações do Banco no que diz respeito à divulgação do crédito produtivo são praticamente inexistentes, os recursos para isto ainda são pequenos. Há, ainda, a possibilidade de solicitação de crédito por meio do correspondente parceiro do Banco, a Caixa Econômica Federal, mas, para a análise e concretização do referido crédito, o solicitante deve ir até a agência mais próxima para dar seguimento ao processo de captação de recursos.

Observando as taxas de juros utilizadas no crédito produtivo do Banco dos Cacaís (TABELA 25), percebe-se uma similaridade com o modelo empregado pelo Sistema de Microcrédito aplicado pelo Sistema Financeiro Nacional (QUADRO 10).

Tabela 25 – Critério da taxa de juros para os empréstimos produtivos – Banco dos Cacaís.

VALOR	TAXA DE JUROS	TAC*
	ao mês (%)	(%)
R\$ 1,00 a R\$ 300,00	0,50	0,50
R\$ 301,00 a R\$ 500,00	0,75	0,50
R\$ 501,00 a R\$ 800,00	1	0,50
R\$ 801,00 a R\$ 1.000,00	1,5	0,50

*Tarifa de abertura de crédito.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa de campo (2014).

A menor taxa de juros utilizada pelo Banco dos Cacaís é de 0,50% ao mês, para um valor máximo de R\$ 300,00. Quando se analisa a taxa de juros do Banco do Brasil e Banco do Nordeste (QUADRO 10), tem-se valor inferior (0,40% ao mês) ao identificado no Banco do Cacaís.

Quadro 10 – Linhas de microcrédito apresentadas pelos Bancos que atuam nos municípios vizinhos a São João do Arraial, ano de 2014.

INSTITUIÇÃO	LINHA	FINALIDADE	VALORES	PRAZOS	JUROS	GARANTIAS e OBSERVAÇÕES
Banco do Brasil	Microcrédito produtivo orientado	Capital de Giro/Investimento.	De R\$ 100,00 até R\$ 15.000,00.	Capital de Giro: 4 a 12 meses Investimento: 4 a 18 meses.	5% ao ano = 0,40% ao mês.	Aval de terceiros.
Banco do Nordeste	CrediAmigo Crescer Solidário	Aquisição de mercadorias/matéria-prima e pequenos equipamentos.	Bancos Comunitários de 15 a 30 pessoas: R\$ 100,00 a R\$ 1.100,00 Grupos Solidários 3 a 10 pessoas: R\$ 100,00 a R\$ 2.500,00.	De 4 a 12 meses.	5% ao ano = 0,40% ao mês.	Aval Solidário.
	CrediAmigo Crescer Individual	Aquisição de Máquinas Equipamentos e Reformas.	De R\$ 300,00 a R\$3.000,00.	Até 24 meses, sem carência.	5% ao ano = 0,40% ao mês.	Aval de terceiros. O cliente precisa ter um negócio próprio já há 3 meses.
	FNE – EI	Investimento Fixo/Semifixo.	Até R\$ 15.000,00.	Até 36 meses, com carência de até 2 meses.	5,30% ao ano = 0,44% ao mês. Bônus de adimplência de 15%, 4,5% ao ano = 0,38% ao mês.	Aval de terceiros e facultativamente, alienação fiduciária dos bens adquiridos. É exigido pelo menos, 6 meses de atividade, comprovada por meio de experiência bancária ou comercial.
Caixa Econômica Federal	Microcrédito Crescer – CAIXA	Capital de Giro/Investimento.	De R\$ 300,00 até R\$ 15.000,00.	Até 24 meses.	5% ao ano. Até 0,64% ao mês.	Aval de terceiros. Não possuir restrições e, pelo menos, 1 ano de atividade.

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa de campo (2014)⁵⁸.

⁵⁸ Os dados foram coletados por meio de visitas às instituições em 2014.

Vale ressaltar que as linhas de microcrédito apresentadas, no Quadro 10, fazem parte do Programa Crescer. Essas linhas apresentam taxas de juros atrativas e algumas apresentam o diferencial de propiciar acesso a pessoas que não tem negócios formalizados, o que é um avanço no processo de inclusão financeira no Brasil. Dentre as linhas de crédito apresentadas, tem-se o Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Brasil, que se destaca por apresentar valores de crédito entre R\$ 100,00 e R\$ 15.000,00, com juros de 0,40% ao mês, para capital de giro e investimento, sendo disponível para pessoas físicas empreendedores informais, com renda bruta mensal de até R\$ 5 mil; e para empreendedores individuais formalizados e microempresas com faturamento bruto anual de até R\$ 120 mil e com aval de terceiros.

É importante ressaltar que, em outubro de 2014, buscou-se averiguar a ação desses Programas, junto aos Bancos Federais (BB, CEF, BNB) disponíveis nos municípios vizinhos a São João do Arraial. Constatou-se uma inoperância dessas linhas de crédito nos referidos Bancos. Ao indagar os motivos para a inoperância, foi verificado que essas foram suspensas, segundo a Caixa Econômica Federal, devido à elevada taxa de inadimplência. O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil não souberam relatar o motivo.

Há, ainda a cobrança da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) que varia de acordo com a instituição bancária e é utilizada de forma frequente em operações de crédito pelo país e em todas as operações de microcréditos descritas no Quadro 10. No caso do Banco dos Cacaos, a TAC é de 0,5% em cima do valor do contrato de Empréstimo, enquanto para as linhas do Banco do Brasil e Banco do Nordeste, mediadas pelo Programa Crescer de Microcrédito, essa tarifa é de 1% do valor do contratado. Vale ressaltar que a TAC tem amparo legal estabelecido pela Resolução CMN nº 3.919/2010 (BACEN, 2014), que permite a cobrança da referida tarifa em serviços, denominados “especiais”, nos quais se incluem as operações de microcrédito, desde que expressamente previstas em contrato. O fato dessa tarifa, que pertence à estrutura normativa do Sistema Financeiro Tradicional, estar presente no *modus operandi* do Banco Comunitário é intrigante, mas o gerente explica que: “é uma forma de comprarmos os materiais de escritório que são usados nos créditos.” (MAURO RODRIGUES).

Dessa forma, percebe-se que a ação financiadora do Banco dos Cacaos no município, apesar de apresentar uma taxa de juros mais elevada que as do Programa de Microcrédito Federal e uma TAC que onera o financiamento, ainda é o acesso permanente ao crédito que a população do município dispõe. Soma-se, a isso, a disponibilidade e a desburocratização do crédito de consumo e de produção, onde o aval é dado pela proximidade com o cliente ou com o “aval” do vizinho dele, acompanhando a aplicação dos recursos em “tempo real”.

- Receitas e despesas do Banco

Uma das indagações possíveis diante da atuação de um Banco Comunitário é a de como ele se mantém funcionando, ou seja, há receita suficiente para cobrir as despesas?

Diferentemente do *modus operandi* das instituições típicas do Sistema Financeiro Nacional, onde o objetivo final é a maximização dos lucros, os Banco Comunitários não possuem essa prerrogativa, mas sim, a de promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda.

Nas pesquisas de campo, junto ao Banco dos Cocaís, não se obteve o acesso dos arquivos e planilhas referentes às receitas e despesas. Quando solicitou-se estas ao gerente, o mesmo respondeu que não as possuía em arquivo, mas que os números eram praticamente iguais, todos os meses com algumas poucas variações, relativas às taxas de juros, à TAC e aos serviços de correspondente bancário, inviabilizando a obtenção de dados mais precisos e completos (tempo de funcionamento do banco ou de um ano fechado). Então, frente ao disponibilizado pelo gerente, utilizou-se como demonstração os dados (receita e despesa) do mês de abril de 2015 (QUADRO 11).

Quadro 11 – Receitas e Despesas do Banco dos Cocaís em abril de 2015, valores em Real (\$).

RECEITA MENSAL – ABRIL DE 2015	
DESCRIÇÃO	VALOR
Taxas de abertura de crédito (TAC) e Juros dos créditos de consumo e produtivo	50,00
Prestação de serviços para a Operadora “OI”	250,00
Serviços para a Prefeitura de São João do Arraial (pagamento de garis e outros)	224,00
Serviços como correspondente da Caixa Econômica Federal (Aproximadamente 300 transações/mês (abertura de conta, pagamentos de benefícios governamentais, depósitos, saques, crédito consignado)	1.200,00
FUMAES (Fundo Municipal de Apoio à Economia Solidária) - recurso recebido apenas quando solicitado e justificado (em torno de R\$1.000,00)	-
TOTAL DAS RECEITAS	1.724,00
DESPESA MENSAL – ABRIL DE 2015	
DESCRIÇÃO	VALOR
Água	5,00
Material de escritório	55,00
Energia elétrica	95,00
Telefone e Internet	250,00
Aluguel	270,00
Pagamento de funcionários (dois atendentes)	800,00
Seguro (R\$ 2.217,94 em 12 parcelas fixas)	184,83
Outras	50,00
TOTAL DAS DESPESAS	1.709,83
RESULTADO FINAL (RECEITAS – DESPESAS)	R\$ 14,17

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa de campo junto ao Banco Cocaís (2015).

Com relação às receitas do Banco, a parcela mais significativa corresponde aos serviços prestados à Caixa Econômica Federal, como correspondente bancário, no total de R\$ 1.200,00; o valor correspondente aos serviços prestados à operadora de telefonia e internet é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), na realidade, faz parte de um acordo entre o Banco e a operadora, pelo qual o primeiro recebe o pagamento de boletos desta e, em contrapartida, a operadora fornece o serviço telefônico e de internet ao Banco, sendo um valor fixo; a arrecadação de R\$ 50,00 (cinquenta reais) corresponde ao total das taxas de abertura de crédito e dos juros dos financiamentos em curso, que funcionam de acordo com a tabela de juros e por último, o valor do Fundo Municipal de Apoio à Economia Solidária (FUMAES) que, na atual gestão municipal, só efetua a liberação do recurso quando este for solicitado, justificado e analisado, por meio de um projeto, o que demonstra a burocratização de um empenho que tem respaldo Legal e a falta de comprometimento com o ideal e os benefícios de um Banco Comunitário. Sendo assim, a receita auferida em seu funcionamento, em abril de 2015, foi de R\$ 1.724,00.

No item despesas, no mês de abril, têm-se como despesas fixas: aluguel de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais); telefone e internet de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); água de R\$ 5,00 (cinco reais), não apresenta alteração por ser apenas uma taxa simbólica mensal; parcela do seguro de R\$ 184,43 (num total de R\$ 2.217,94 no ano); e a despesa com funcionários, no caso, os dois atendentes que não possuem vínculo empregatício e recebem uma bolsa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) cada, somando R\$ 800,00 (oitocentos reais). É importante ressaltar que o gerente do Banco, também, não tem vínculo empregatício, sendo o seu pagamento de responsabilidade do Centro Cocaís⁵⁹. Além dessas despesas fixas, as despesas variáveis são: material de escritório no valor de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais); energia elétrica⁶⁰ no valor de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais); e a outras despesas no valor R\$ 50,00, que contemplam deslocamentos e outras despesas extras. Essas variam de acordo com a movimentação do mês. Ao todo, as despesas registradas, no mês de abril de 2015, foram de R\$ 1.709,83.

Desta maneira, o saldo operacional do Banco, no mês de abril de 2015, foi de R\$ 14,17 que, segundo o gerente Mauro Rodrigues, é direcionado para fomentar o financiamento do crédito de consumo. O gerente destaca que o Banco possui, no ano de 2015, um capital de R\$ 25.000,00 circulando em empréstimos no município, entre créditos de consumo e

⁵⁹ Segundo o próprio gerente, que não revelou o valor de sua remuneração, o dinheiro é proveniente de projetos executados pelo Centro Cocaís.

⁶⁰ A energia elétrica no município é instável e tem momentos de ausência em pleno horário comercial.

produtivo, mas infelizmente, o gerente não consegue demonstrar estas transações por meio de registros financeiros, que deveriam estar arquivados ou registrados em planilhas. Destaca-se, ainda, que se houvesse uma publicidade desses serviços para a população, contribuiria para uma maior proximidade, entre o Banco e a comunidade.

Diante de toda essa história relatada, pode-se perceber que a construção do Banco dos Cocais, em São João do Arraial, é norteadada por aspectos pertinentes ao modelo de gestão pública empreendedora implantada pelo prefeito da época, Sr. Francisco Limma, somados ao estímulo, por parte deste, da participação da sociedade nas atividades locais. Assim, observa-se uma tentativa política de criar uma gestão participativa baseada no poder da comunidade, onde o povo é convidado a ser agente protagonista na construção e apropriação do, então, território da economia solidária, mediado pelas ações do Banco dos Cocais. Mas, observou-se que esse processo de formação do Banco dos Cocais tem uma origem diferente do Banco Palmas, que serviu como modelo. No caso do Banco Palmas, o poder da coletividade era evidente e presente através da associação de moradores, onde suas práticas já haviam norteadas as conquistas do Conjunto Palmeiras em Fortaleza-CE.

Assim, percebe-se que há uma busca do **envolvimento coletivo** no processo de criação e sustentação do “território do Banco dos Cocais” no município. A atuação do Banco durante estes 9 anos (2007-2015) quebrou paradigmas comuns ao tradicional modelo de Banco, em relação ao nome, à estrutura, à moeda e à forma de agir.

Com isso, evidencia-se a importância de identificar e analisar como isso é representado pela população e pelas atividades econômicas do município, bem como qual é a efetiva inserção do Banco dos Cocais.

8 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E INSERÇÃO DO BANCO DOS COCAIS EM SÃO JOÃO DO ARRAIAL-PI

O traço distintivo das ciências dos homens em relação às ciências da natureza é dela se confrontar a seres conscientes que agem em função de valores, de crenças, de representações, de cálculos e que não se limitam a reagir aos estímulos do meio ambiente.

(Max Weber)

Neste capítulo serão apresentados os dados relativos à pesquisa de campo realizada no município, quanto à representação social e inserção do Banco junto à população local. A seção 8.1 traz alguns conceitos sobre representação social, segundo os autores Moscovici (2013), Jodelet (2001) e Sá (1995), devido a sua importância neste trabalho para cumprimento de seus objetivos. A pesquisa utilizou como método de trabalho, a análise de conteúdo segundo Bardin (2011).

Num segundo momento, nas seções 8.2 e 8.3, respectivamente, faz-se uma análise do perfil socioeconômico dos entrevistados – população e empreendimentos – do município de São João do Arraial, bem como, dos serviços financeiros utilizados e da relação que estes têm com o Banco; e, por fim, na seção 8.4, analisa-se a representação social, para os entrevistados, e a inserção do Banco no município.

8.1 Representação Social: conceitos norteadores e abordagens metodológicas

De acordo com Jodelet (1989), a criação das representações ocorre quando se procura ou busca informações sobre o mundo à sua volta, objetivando ajustar os comportamentos diante das situações ou problemas que se apresentam. Esse ajustamento não ocorre de forma isolada, haja visto que se vive em sociedade e, portanto, as situações ou problemas, são compartilhadas com as outras pessoas, daí as representações serem sociais: “Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (JODELET, 2001, p. 17). A autora enfatiza, ainda, que o representar corresponde a um ato de pensamento de como a pessoa se relaciona com o objeto, sendo que este objeto pode ser uma pessoa, um evento, um produto, uma ideia.

A autora destaca que o campo de estudo da representação social tem a marca na abordagem de Moscovici, que primeiro projetou o tema no trabalho “A Representação Social da Psicanálise”, de 1978, que visa tecer uma abordagem que se descentralizava da psicologia individual e passa a evidenciar a psicologia social, numa perspectiva sociopsicológica.

Moscovici, ao apresentar a representação social, utiliza a discussão do sociólogo Durkheim (1989) sobre representação coletiva. Nesta, para o sociólogo, os conhecimentos e conceitos, adquiridos pelos indivíduos teriam origem nas características da vida em sociedade e a partir da sociedade e, assim, se constitui a individualidade humana. Desta forma, a representação coletiva traz em si, o somatório das heranças coletivas passadas (SÁ, 1995).

[...] enquanto Durkheim vê as representações coletivas como formas estáveis de compreensão coletiva, com o poder de obrigar que pode servir para integrar a sociedade como um todo, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas. Essa própria diversidade reflete a falta de homogeneidade dentro das sociedades modernas, em que as diferenças refletem uma distribuição desigual de poder e geram uma heterogeneidade de representações (MOSCOVICI, 2013, p. 15, grifo nosso).

Para o autor, as representações são frutos dos processos sociais que se diferenciam na sociedade; que dependendo das condições de vida social, diferencia-se na forma de criação coletiva ‘nas sociedades modernas’. A modernidade representa uma quebra da legitimidade das tradições, pela diversidade do poder, que antes regulavam de forma centralizada o conhecimento e as crenças. “A legitimação não é mais garantida pela intervenção divina, mas se torna parte de uma dinâmica social mais complexa e contestada, em que as representações dos diferentes grupos na sociedade procuram estabelecer uma hegemonia.” (MOSCOVICI, 2013, p. 17).

Desta forma, pode-se entender que o plano de estudo das representações sociais para Moscovici, tem seu interesse em:

As representações em que estou interessado não são a das sociedades primitivas, nem as reminiscências, no subsolo de nossa cultura, de épocas remotas. São aquelas da nossa sociedade presente, do nosso solo político, científico e humano, que nem sempre tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornassem tradições imutáveis (MOSCOVICI, 2003, p. 51).

Moscovici entende que o universo *consensual* e o *reificado* contribuem, juntos, para a formação da realidade social. A Teoria da Representação Social configura um caminho para se compreender como os conceitos do universo *reificado* (conceitos científicos) são traduzidos para o universo *consensual* (senso comum) (MOSCOVICI, 2013).

Para Sá (1995, p. 37), “Uma *realidade social*, como a entende a Teoria das Representações Sociais, é criada apenas quando o novo ou não familiar vem a ser incorporado aos universos consensuais”. Sendo assim, a incorporação destes universos contempla processos desencadeadores e constituidores das representações sociais. A tensão criada, a partir do confronto entre a realidade habitual e o novo, é propulsora da construção de algo inovador que venha a tornar o estranho em algo familiar. Nessa perspectiva, a comunicação é parte importante desse processo, quando a representação toma *forma* e é assim repassada ao mundo (SÁ, 1995).

Segundo Moscovici (2013), há dois mecanismos responsáveis pela criação das representações sociais: o que conduz ao processo de pensamento, que tenta tornar algo não familiar em familiar, estando baseado na memória e em conclusões do passado – processo de ancoragem; e, em seguida, o que transforma a interpretação que está na mente em algo físico existente – processo de objetivação.

A ancoragem é uma espécie de busca mental de um *porto seguro*, onde se possa alinhar a dúvida que perturba.

Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador (idéias, acontecimentos, pessoas, relações), que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria (podendo aí, ser uma relação positiva ou negativa), que nós pensamos ser apropriada (MOSCOVICI, 2013, p. 61).

Assim, a comparação de um paradigma a uma determinada categoria permite a aquisição de semelhanças com essa categoria, até que seja reajustada para se encaixar nela. Esse mecanismo funciona como uma solução para a inquietude perturbadora do desconhecido, que passa a se encaixar em algo pré formatado mentalmente e que gera uma tranquilidade nominada, produzindo um ponto de partida para o outro processo das representações sociais que é a objetivação.

No mecanismo de objetivação procura-se dar materialidade ao pensamento, ou seja, é quando a forma torna concreto o conceito ora nominado. Assim, o “[...] objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância.” (MOSCOVICI, 2013, p. 72). Mas, o autor ressalta que nem todas as palavras têm ligação com uma imagem. Isso se justifica porque não existem imagens suficientes para se estabelecer a ligação com a palavra, ou mesmo porque as imagens que se tem acesso são consideradas

como tabus. Sendo assim, as imagens que são aceitas, por poderem ser representadas, se integram no que Moscovici (2013) designou de *núcleo figurativo*.

Jodelet (2001, p. 23) ressalta que:

[...] conteúdo concreto do ato de pensamento, a representação mental traz a marca do sujeito e de sua atividade. Este último aspecto remete às características de construção, criatividade e autonomia da representação que comportam uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito.

Esse processo de construção e reconstrução da concretização do pensamento é permeado por processos psíquicos e sociais, levando em conta suas significações.

Após estas considerações, a construção da representação social mediada pela ancoragem e objetivação pode ser assim entendida:

É dessa soma de experiências e memórias comuns que nós extraímos as imagens, linguagens e gestos necessários para superar o não familiar, com suas conseqüentes ansiedades. As experiências e memórias não são nem inertes, nem mortas. Elas são dinâmicas e imortais. Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2013, p. 78).

A tarefa de estudar as representação sociais é complexa por conta da pluralidade de análises envolvidas – afetivas, mentais, sociais – mediadas pela uso da cognição, da linguagem e da comunicação, num estudo multidimensional (JODELET, 2001).

Partindo, então, dessa constatação e tendo a representação social entendida como a “forma de um saber prático”, que relaciona o sujeito ao objeto, há a presença de relações e elementos que buscam serem explicados e especificados, de acordo com Jodelet (2001, p.27).

- a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto nela se manifestam;
- a relação social tem com o seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações) [...];
- a representação será apresentada como uma forma de saber: de modelização do objeto diretamente legível em diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais – ela é uma forma de conhecimento;
- qualificar esse saber de prático é se referir à experiência à partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro.

Para adentrar neste universo denso, da pesquisa em representação social, é necessário ter em mente qual método de estudo utilizar de acordo com o objetivo da pesquisa. Uma

vantagem é que a Teoria das Representações Sociais possibilitou que os estudos sobre o tema pudessem fazer uso de diversos métodos e técnicas de pesquisa. De acordo com o trabalho de Wendel Freire (2010, p. 53),

A grande teoria de Moscovici tem desdobramentos teóricos que reservam, às mãos do pesquisador, prateleiras com diversas técnicas de coleta de dados (entrevistas abertas, estruturadas ou semiestruturadas; formulários; grupos focais) e diversas metodologias de análise – desde a análise de conteúdo, de Laurence Bardin (1986), até as análises automatizadas por programas computacionais, como o Alceste e o Evoc – aplicadas qualitativamente, quantitativamente ou de modo a combinar essas duas vertentes.

Moscovici (2013) deixou o espaço aberto quando não construiu um conceito definitivo de Representação Social e, com isso, possibilitou que seus seguidores optassem por seguir traços e caminhos diferenciados no estudo metodológico da teoria e nas diversas técnicas de coleta e análise. Talvez essa atitude tenha contribuído para evitar um reducionismo da teoria.

Entre as abordagens teóricas acerca das representações sociais, Freire (2010) destaca: a abordagem cognitivo-estrutural de Jean-Claude Abric, que introduziu a noção de núcleo central e núcleo periférico, onde o núcleo corresponde ao elemento que resiste à mudança e a representação acontece por uma mudança dos elementos do núcleo periférico, nesta abordagem cognitivo-estrutural o método experimental é o escolhido para a quantificação e a qualificação dos objetos; a abordagem societal ou sociológica de Willem Doise, que articula razões de ordem individual e de ordem societal (em dinâmicas interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais), realiza estudos relacionais por meio de métodos quantitativos; a abordagem processual ou culturalista de Denise Jodelet, que continua a proposição original de Moscovici e entende as representações como “definições partilhadas” nos processos e produtos simbólicos dos indivíduos, construídas como uma “visão consensual da realidade”, utilizando técnicas e métodos qualitativos.

No Quadro 12, o autor elenca as técnicas de coleta e análise de dados mais utilizadas de acordo com cada corrente teórica.

Quadro 12 – Técnicas de coleta e análise de dados em representação social.

Corrente Teórica	Coleta	Análise
Cognitivo-estrutural	Formulário fechado Associação livre Constituição de pares de palavras Comparação de conjuntos de palavras	Análise quantitativa inferencial Análise fatorial Análise multidimensional Análise de similitude Comparações pareadas
Societal	Formulário aberto Formulário fechado Entrevista estruturada	Análise quantitativa descritiva Análise tridimensional
Processual	Entrevista Formulário Grupo focal Análise de documento Fotografia desenho ou gráfico	Análise de conteúdo Análise de discurso Análise de categorias Análise lexical Análise temática Análise documental

Fonte: Freire (2010, p. 57).

O autor ressalta que as técnicas de coleta de dados, ora apresentadas, não estão atreladas apenas ao método de análise alinhado, podendo serem combinadas de acordo com o objetivo proposto e o tempo disponível para a realização do estudo.

Sobre essa diversidade metodológica no estudo das representações sociais, Jodelet (2001) ratifica e incentiva a necessidade de uma busca multidisciplinar no que tange ao estudo, visto a complexidade dos fenômenos representativos.

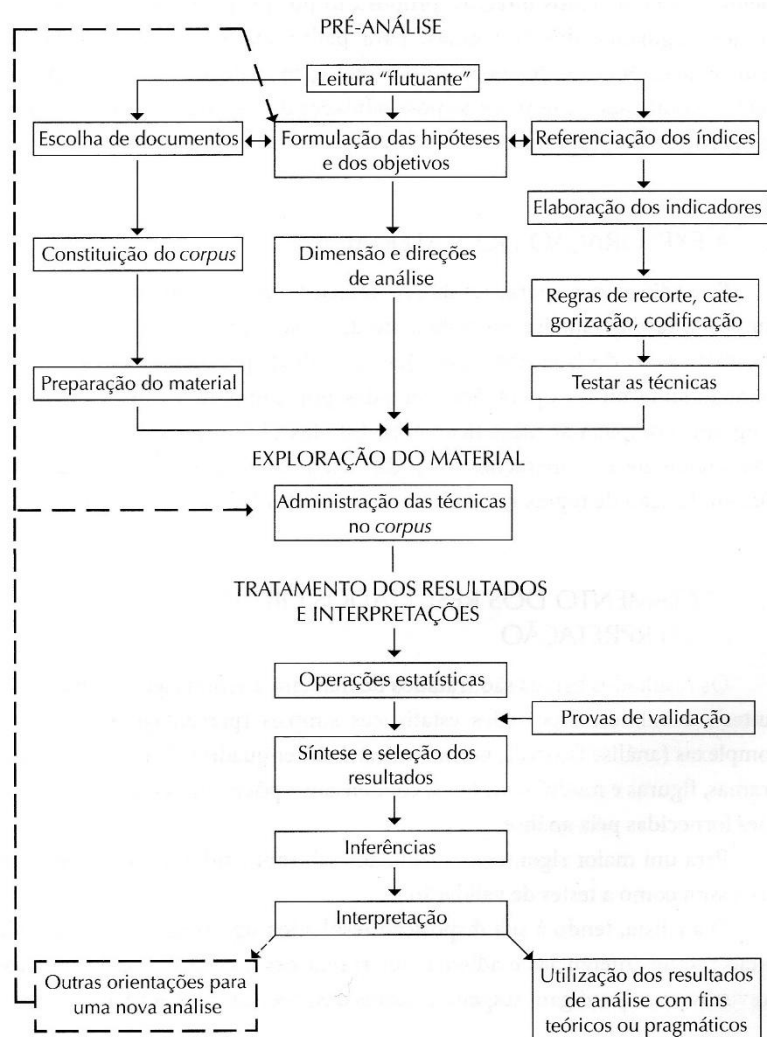
O que vemos atualmente? Um espaço de pesquisa que vem se ampliando há vinte anos, com: uma multiplicação dos objetos de representação tomados como tema de pesquisa; abordagens metodológicas que se vão diversificando e fazem um recorte de setores de estudos específicos; problemáticas que visam a delimitar melhor certos aspectos dos fenômenos representativos; a emergência de teorias parciais que explicam estados e processos definidos; paradigmas que se propõem a elucidar, sob certos ângulos, a dinâmica representacional. Tudo isso leva a constituir campos independentes e dotados de instrumentos conceituais e empíricos sólidos, onde florescem trabalhos coerentes (JODELET, 2001, p. 41).

A própria complexidade do estudo das representações sociais acaba sendo um propulsor dos diversos modelos de estudo da mesma. Com isso, os saberes se completam, se somam, não no intuito de se estabelecer um modelo unívoco de estudo, mas na busca de contribuir nas infinitas possibilidades de estudo da representatividade social.

Neste trabalho, o método de análise da representação social, construída pelos moradores e comerciantes do município de São João do Arraial, foi a análise de conteúdo, de acordo com a linha de trabalho de Bardin. Para ela, o processo de “[...] análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.” (BARDIN, 2011, p. 44).

Esse processo pode ser entendido a partir de três etapas (FIGURA 47): a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

Figura 47 – Desenvolvimento de uma análise de conteúdo.



Fonte: Bardin (2011, p. 132).

A primeira etapa, que corresponde à **pré-análise**, compreende três passos que podem vir ou não nesta ordem, mas são interdependentes: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a reformulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que justifiquem a interpretação final (BARDIN, 2011). Na pré-análise, a leitura “flutuante” preliminar dos documentos a serem analisados proporciona o primeiro contato e auxilia na delimitação do passo seguinte. Este compreende “a escolha dos documentos” que irão constituir o *corpus* de análise. É o momento onde há a delimitação do universo de material (documentos, entrevistas, formulários) a ser analisado. Nesta fase, se for o caso, os formulários já devem ter sido aplicados.

É importante ressaltar que na escolha do universo de material a ser analisado algumas regras devem ser observadas: a regra da exaustividade, após definido o tipo de material a ser utilizado para análise, nenhum dos elementos que compõem o material pode ficar de fora da análise (não deve haver seletividade); a regra da representatividade, relata que a análise pode ser feita por amostragem, desde que esta corresponda à representatividade do universo; a regra da homogeneidade, os materiais escolhidos devem ser homogêneos; e a regra da pertinência, que reza para que os materiais retidos sejam pertinentes ao objetivo de estudo da análise (BARDIN, 2011, p. 126-129). Após a “escolha dos documentos”, tem-se a “formulação das hipóteses e dos objetivos”, na qual levanta-se uma hipótese que será verificada (confirmada ou rejeitada) e sob a qual os resultados serão analisados. Segue-se com, “a elaboração dos índices e de indicadores”, os índices advêm das hipóteses ou das questões norteadoras, ou seja, dos temas que se repetem com frequência.

Uma vez escolhidos os índices, procede-se à construção de indicadores precisos e seguros. Desde a pré-análise devem ser determinadas operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados. (BARDIN, 2011, p. 130).

Esta primeira etapa se encerra com a preparação do material. Neste momento são realizados os suportes necessários para o manuseio e análise do material.

A preparação formal – ou “edição” – dos textos pode ir desde o alinhamento dos enunciados intactos, proposição por proposição, até às transformações linguísticas dos sintagmas, para padronização e classificação por equivalência. No caso do tratamento tecnológico, os textos devem ser preparados e codificados conforme as possibilidades de “leitura” do computador e as instruções do programa (BARDIN, 2011, p. 131).

A etapa seguinte é a de **exploração do material** e compreende uma etapa longa que consiste em “operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas [...]” (BARDIN, 2011, p. 131). Dos registros coletados, através de entrevistas e formulários, faz-se necessário identificar quais os elementos do texto a serem destacados nas respostas, ou seja, identificar as unidades de recorte que corresponde à “unidade de registro”. “É a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 2011, p. 134). Essa unidade de recorte pode ser: uma frase, uma palavra, um personagem, um acontecimento ou um tema (que consiste em descobrir o sentido que se estabelece à respeito de um assunto). Para a autora, ainda é necessário levar em consideração

a “unidade de contexto”, ou seja, o local onde se dá a construção da mensagem para que se possa entender melhor o sentido aplicado às palavras, frases e temas da análise.

A “enumeração” ocorre após a escolha da “unidade de registro” e compreende o modo de contagem que será utilizado para quantificar a presença das unidades codificadas na análise. A frequência é a medida mais utilizada.

Dentro, ainda, da codificação, a categorização compreende a classificação e a reunião da unidade de registro em grupos de elementos que possuem um sentido comum.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constituintes de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos. O critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas), sintático (os verbos, os adjetivos), léxico (classificação das palavras segundo o seu sentido, com emparelhamento dos sinônimos e dos sentidos próximos) e expressivo. (BARDIN, 2011, p. 147).

A autora relata que a categorização pode ser realizada previamente, quando as categorias são estabelecidas para posterior agrupamento dos elementos encontrados; ou posteriormente, quando os elementos são primeiramente analisados e através, destes, resultam as categorias. Descreve ainda, que um conjunto de boas categorias contém as seguintes qualidades: “exclusão mútua” – significa que cada elemento não pode existir em mais de uma categoria; “homogeneidade” – apenas um princípio de classificação deve orientar a sua categorização; “pertinência” – deve haver relação da categoria ao material que está sendo analisado; “objetividade e fidelidade” – não deve haver diferenças entre as codificações aplicadas, às partes de um mesmo material, quando se aplica a mesma grade de categorização; e a “produtividade” - as categorias devem fornecer resultados que permitam o alcance de inferências produtivas para a pesquisa (BARDIN, 2011, p. 150).

A etapa final da análise de conteúdo corresponde ao **tratamento dos resultados obtidos e interpretação**. Aqui, tem-se os dados tratados e apresentados com o auxílio da estatística e que são representados por meio de gráficos, tabelas e quadros. Este tratamento proporciona inferências e visões relacionadas aos objetivos traçados no estudo.

Apesar da análise de conteúdo ser uma alternativa bastante utilizada na pesquisa qualitativa, Cavalcante et al. (2014, p. 16-17) retratam algumas limitações no decorrer do seu uso, entre elas: a) “Por abordar a subjetividade do sujeito, a pesquisa qualitativa, em alguns momentos, pode permitir que a análise do observador esteja impregnada de seus pré-conceitos, o que acaba por refletir no objeto estudado”, isso cria um distanciamento entre a

realidade do conteúdo estudado e o que é processado pela subjetividade do pesquisador; b) “[...] a própria necessidade da habilidade do pesquisador em extrapolar o que está além do texto. Esta tarefa é complexa e exige um pesquisador experiente, que domine as técnicas propostas na análise de conteúdo”; e c) é o fato do critério de escolha da amostra ser definida através da “saturação de informações”, ou seja, quando as respostas passam a ser repetitivas, finda-se a inclusão de novos indivíduos na pesquisa devido a redundância das respostas. Com relação a isto, os autores destacam que “[...] esta técnica ainda é questionada, principalmente pelos quantitativistas que insistem em discordar sobre a relevância da amostra definida pelo critério de saturação, principalmente pelo fato da ausência de técnicas estatísticas.”

A análise de conteúdo, observada a sua dinâmica de construção e evitando os vieses possíveis de serem construídos a partir das limitações da aplicabilidade do método, é uma alternativa rica e fascinante, como opção de estudo das representações sociais. A construção da realidade social é possível de ser percebida por meio da comunicação, que vai construindo os conceitos presentes na relação cotidiana de um povo e que se tornam algo concreto dentro da dinâmica social. Assim, as representações sociais vão se construindo no seio da sociedade. Compreendê-la, investigá-la e realizar inferências sobre a sua constatação, tem a análise de conteúdo, como um aliado substancial, por levar em conta a narrativa construída a partir de uma realidade social. Natt e Carrieri (2014, p. 82) relatam que

A Análise de Conteúdo seria uma maneira de acessar os elementos que indicam as representações sociais, a partir de técnicas analíticas cuidadosamente elaboradas e instrumentalizadas. Por meio de construtos disseminados na sociedade, os indivíduos interpretam e reconstróem o cotidiano, interferindo uns nas práticas dos outros. Compreender como se dá esse processo é de suma importância para os pesquisadores que pretendem acessar as peculiaridades da vida social, a fim de explicar acontecimentos que impactam a sociedade.

Com isto, os itens que se seguem tratam da análise da representação social construída pelos moradores e representantes dos estabelecimentos econômicos de São João do Arraial, sobre o Banco dos Cocaís; como também, a verificação do alcance da inserção do Banco no município. Mas, para tal, primeiramente tem-se a descrição dos procedimentos metodológicos.

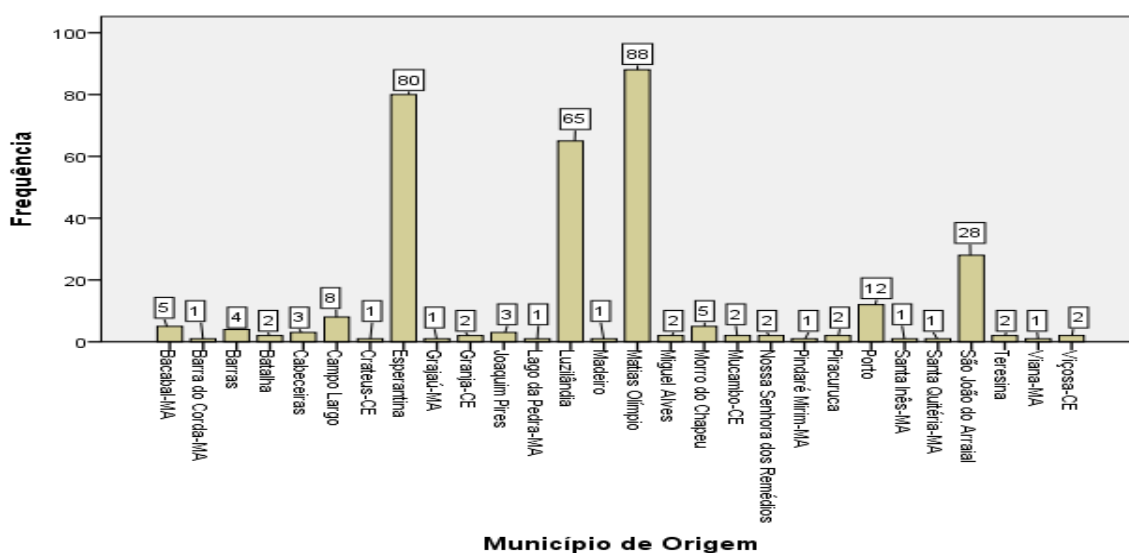
8.2 População local: perfil socioeconômico, práticas financeiras e relação com o Banco dos Cocais

Antes de descrever as informações relativas ao perfil, práticas financeiras e relação com o banco cabe evidenciar que da amostra de 326 formulários, 10 não responderam a todo o formulário, pois estes apontaram não conhecer o Banco, o que impossibilitava a resposta de algumas questões.

A história de formação do município de São João do Arraial, descrita no Capítulo 3, remonta a uma ocupação territorial predominantemente marcada por pessoas dos municípios de Matias Olímpio e Luzilândia (municípios que deram origem a São João do Arraial), cidades vizinhas e por migrantes de outros estados que buscavam alternativas para a seca, como é o caso dos cearenses que lá se instalaram. Dentro da amostra estudada, essa realidade é visível. No Gráfico 10, é possível identificar a predominância de indivíduos naturais de Matias Olímpio (88); Luzilândia (65); Esperantina (80); de cidades pertencentes ao estado do Ceará (Mucambo, Granja, Crateús e Viçosa).

A diversidade de naturalidade no município, também, se deve a vinda de pessoas de outros municípios, do estado do Piauí, como: Morro do Chapéu-PI, Porto-PI, Campo Largo-PI, Madeiro-PI, Teresina-PI e Piracuruca-PI. Destaca-se que 12 pessoas são naturais do estado do Maranhão, sendo 5 de Bacabal.

Gráfico 10 – Município de origem da população entrevistada, de São João do Arraial-PI, 2015.



Fonte: A autora (2015).

Apesar dos dados relativos à distribuição da população por sexo e idade, apresentados no capítulo 4, apontarem para uma quase igualdade no número de homens e mulheres nas diferentes faixas da pirâmide etária (FIGURA 24). Nos resultados da pesquisa há uma predominância do sexo feminino (201) em relação ao masculino (125) entre os entrevistados, isso talvez possa ser explicado pelo fato da presença feminina no domicílio (local da aplicação do formulário) ser maior que a masculina durante a realização das entrevistas, que ocorreram em horário comercial.

Apesar do município apresentar uma melhoria na educação, no período de 2000 a 2010, de acordo com o PNUD (2013), o estado do Piauí possui a terceira pior taxa de analfabetismo do país (19,7%). Entre os entrevistados a discrepância na relação idade-escolaridade e no quesito número de analfabetos e com ensino fundamental incompleto é preocupante. A Tabela 26 traz a frequência cruzada entre idade e nível de escolaridade para os 326 entrevistados do município.

Na amostra identifica-se elevado número de analfabetos (82) e de indivíduos com o fundamental incompleto (153), o que representa 72,1% do total. Outro fato agravante é o descompasso entre a formação escolar e a idade. De acordo com o Ministério da Educação (2013), a faixa etária adequada para o nível do ensino fundamental compreende de 6 a 14 anos de idade (dos anos iniciais e finais desse nível) e do ensino médio de 15 a 17 anos, para as três séries. Com isso, de acordo com a Tabela 26, têm-se que 289 pessoas da amostra (88,65%), com mais de 18 anos, não completaram o ensino médio.

Além do desafio de conseguir diminuir o grau de analfabetismo no município, há também os desafios de: eliminar a defasagem idade-escolaridade; aumentar a frequência escolar, principalmente entre os jovens de 15 a 17 anos (PNUD, 2013) e, com isso, minimizar os atrasos em séries subsequentes; e mitigar a evasão escolar, muitas vezes provocada pela necessidade de geração de renda familiar.

Tabela 16 – Nível de escolaridade e faixa etária, da população entrevistada, São João do Arraial-PI, 2015.

Faixa Etária (Anos)	Escolaridade																Total	
	Não alfabetizado		Fundamental Incompleto		Fundamental Completo		Ensino Médio Incompleto		Ensino Médio Completo		Ensino Técnico		Superior Incompleto		Superior Completo			
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De 18 a 24	0	0	13	4,0	4	1,2	12	3,7	6	1,8	0	0	0	0	0	0	35	10,7
De 25 a 29	1	0,3	14	4,3	7	2,1	11	3,4	6	1,8	1	0,3	1	0,3	0	0	41	12,6
De 30 a 34	3	0,9	19	5,8	2	0,6	4	1,2	4	1,2	0	0	1	0,3	0	0	33	10,1
De 35 a 39	6	1,8	21	6,4	3	0,9	1	0,3	3	0,9	0	0	4	1,2	4	1,2	42	12,9
De 40 a 44	6	1,8	12	3,7	1	0,3	0	0	1	0,3	0	0	0	0	1	0,3	21	6,4
De 45 a 49	15	4,6	14	4,3	4	1,2	0	0	1	0,3	0	0	0	0	1	0,3	35	10,7
De 50 a 54	2	0,6	18	5,5	0	0,0	2	0,6	0	0	0	0	0	0	1	0,3	23	7,1
De 55 a 59	9	2,8	18	5,5	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	8,6
De 60 a 64	11	3,4	9	2,8	1	0,3	0	0	2	0,6	0	0	0	0	0	0	23	7,1
De 65 a 69	9	2,8	7	2,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	4,9
De 70 a 74	10	3,1	6	1,8	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	17	5,2
De 75 a 79	7	2,1	0	0,0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	2,1
80 anos ou mais	3	0,9	2	0,6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1,5
Total	82	25,2	153	46,9	23	7,1	31	9,5	23	7,1	1	0,3	6	1,8	7	2,1	326	100

Fonte: A autora (2015).

Uma possível explicação para a defasagem idade-escolaridade e, também, da evasão (PNUD, 2013) está atrelada a necessidade do sujeito trabalhar em idade escolar, para obter renda ou complementá-la, visto que a renda per capita e domiciliar é baixa no município.

No Capítulo 4, desta pesquisa, foi evidenciado que o município, em 2010, apresentava 41,12% da população em situação de extrema pobreza e 56,77% da população em condição de pobreza (PNUD, 2013). Além disso, identificou-se que 44,54% da população (IBGE, 2015), com mais de 10 anos, não tem rendimento, sendo aqueles que recebem apenas benefícios sociais.

Na pesquisa identificou-se a situação de pobreza, ao se considerar a renda familiar em reais por domicílio e o número de moradores, pois 50,6% (165 domicílios) estão na faixa de renda familiar de menos de um salário mínimo (R\$ 788,00), sendo que destes 31,51% (52 domicílios) possuem 4 moradores (TABELA 27), o que resulta em uma renda per capita inferior a R\$ 192,00. É importante complementar que esta renda per capita é observada no caso de 97 pessoas, que são as que estão na faixa de renda com menos de R\$ 788,00 e com mais de 4 pessoas no domicílio.

Tabela 27 – Renda familiar em Reais e número de moradores por domicílio, da população entrevistada, em São João do Arraial-PI, 2015.

Número de pessoas que moram no domicílio	Renda mensal familiar										Total	
	Menos que R\$ 788,00		Entre R\$ 788,00 e R\$ 1.575,99		Entre R\$ 1.576,00 e R\$ 2.363,99		Entre R\$ 2.364,00 e R\$ 3.151,99		Não respondeu			
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
1	3	0,92	6	1,84	1	0,31	0	0,00	2	0,61	12	3,7
2	26	7,98	26	7,98	2	0,61	1	0,31	9	2,76	64	19,6
3	39	11,96	28	8,59	0	0,00	0	0,00	10	3,07	77	23,6
4	52	15,95	25	7,67	0	0,00	0	0,00	13	3,99	90	27,6
5	23	7,06	12	3,68	2	0,61	1	0,31	11	3,37	49	15,0
6	11	3,37	4	1,23	0	0,00	0	0,00	3	0,92	18	5,5
7	7	2,15	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,31	8	2,5
8	3	0,92	1	0,31	0	0,00	0	0,00	3	0,92	7	2,1
12	1	0,31	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,3
Total	165	50,6	102	31,3	5	1,5	2	0,6	52	16,0	326	326

Fonte: A autora (2015).

Ainda quanto a renda das famílias no domicílio, tem-se que 69,6% (227 entrevistados) advém do trabalho informal, seguindo do auxílio público com 23,6% (76 entrevistados), principalmente a Bolsa Família, da aposentadoria com 18,1% (59 dos entrevistados) e 1,5% (5

entrevistados) têm sua renda formada com outras atividades como aluguel de imóveis e outras atividades (TABELA 28).

Tabela 28 – Origem da renda familiar, da população entrevistada, em São João do Arraial-PI, 2015.

De onde provém a renda	Frequência	Participação na amostra (%)	Observações
Trabalho formal	50	15,3	-
Trabalho informal	227	69,6	-
Aposentadoria	59	18,1	-
Auxílio público	77	23,6	Bolsa família – 75 pessoas Pensão do Marido – 1 pessoa
Outros	5	1,5	Aluguel de imóveis – 1 pessoa Outras atividades – 4 pessoas
TOTAL	418		

Nota: A pergunta permitia mais de uma resposta. A participação das respostas (%) foi obtida em relação a amostra (326 domicílios).

Fonte: A autora (2015).

Dentro do trabalho formal os setores que mais empregam no município são os de comércio e serviços (MTE, 2014).

É importante destacar que a educação é um dos condicionantes para a melhora da condição de vida e de renda dos sujeitos. Então, a baixa escolaridade do município de São João do Arraial (PNUD, 2013), também observada na amostra da população, é uma variável prejudicial a esta situação de baixa renda. Somado a isto, tem-se que a baixa escolaridade pode ser um limitante para a colocação dos sujeitos no mercado de trabalho formal e em atividades que apresentem uma melhor remuneração, bem como um limitante para a profissionalização de seus empreendimentos.

Considerando isso, na Tabela 29, são apresentados os dados quanto ao nível de escolaridade e à ocupação profissional dos entrevistados. A partir da pesquisa de campo identificou-se 27 ocupações profissionais sendo que, 61% dos entrevistados têm a ocupação de lavrador (199). Esse dado corrobora o apresentado pelo PNUD (2013), visto que dos 49,94% da população economicamente ativa, no município em 2010, 55,69% (com 18 anos ou mais) trabalhavam no setor agropecuário.

Nesta ocupação, são encontrados 62 entrevistados analfabetos e 101 com ensino fundamental incompleto, os menores níveis de escolaridade. Mesmo em níveis de escolaridade, como no fundamental completo (14), ensino médio incompleto (14) e completo (8), a ocupação profissional de lavrador é significativa em relação às demais ocupações.

Tabela 29 – Nível de escolaridade e ocupação profissional, da população entrevistada, em São João do Arraial-PI, 2015.

Ocupação Profissional	Escolaridade																Total		
	Não alfabetizado		Fundamental Incompleto		Fundamental Completo		Ensino Médio Incompleto		Ensino Médio Completo		Ensino Técnico		Superior Incompleto		Superior Completo				
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
Agente de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Aposentado	0	0	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Autônomo	0	0	0	0	2	0,6	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0,9
Auxiliar de serviços gerais	0	0	2	0,6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,6
Cabeleireiro	0	0	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Camelô	0	0	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Carpinteiro	1	0,3	0	0	1	0,3	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	3	0,9
Costureira	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Doméstica	1	0,3	9	2,8	0	0	1	0,3	1	0,3	0	0	1	0,3	0	0	0	13	4,0
Dona de casa	12	3,7	22	6,7	1	0,3	7	2,1	4	1,2	0	0	1	0,3	0	0	0	47	14,4
Estudante	0	0	5	1,5	0	0	3	0,9	2	0,6	0	0	0	0	0	0	0	10	3,1
Lavrador	62	19	101	31	14	4,3	14	4,3	8	2,5	0	0	0	0	0	0	0	199	61,0
Merendeira	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Motorista	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Padeiro	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Pedreiro	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Peixeiro	0	0	0	0	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Pescadora	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Produtor de eventos	0	0	0	0	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Professor	0	0	0	0	1	0,3	1	0,3	2	0,6	0	0	3	0,9	7	2,1	0	14	4,3
Quebrador de coco	5	1,5	7	2,1	1	0,3	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	14	4,3
Secretária	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Técnica em higiene bucal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3	0	0	0	1	0,3
Técnico em contabilidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	1	0,3
Vendedor	0	0	0	0	0	0	2	0,6	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	3	0,9
Vigia	0	0	1	0,3	0	0	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	2	0,6
Zeladora	0	0	1	0,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,3
Total	82	25,2	153	46,9	23	7,1	31	9,5	23	7,1	1	0,3	6	1,8	7	2,1	0	326	100,0

Fonte: A autora (2015).

Nos níveis de escolaridade mais elevados, observam-se as seguintes ocupações: para Técnico (1) – Técnico em Contabilidade; para Superior Incompleto (6) – dona de casa, doméstica, Técnico em Higiene Bucal e professor; e para Superior Completo (7) – professor.

No tocante à capacidade dos entrevistados em fazer parte de organizações, grupos de interesse coletivo, representativos, que demonstrem uma certo poder coletivo local (TABELA 30), identifica-se que 206 entrevistados não responderam a questão, quando indagados se participavam de alguma organização representativa. Os que se posicionaram de forma positiva, participam principalmente de associação de moradores (42 respostas) e sindicato (53).

Tabela 30 – Número de entrevistados, da população, que fazem parte de alguma organização, em São João do Arraial-PI, 2015.

Qual associação faz parte	Frequência	Participação na amostra (%)
Associação de Moradores	42	12,9
Movimento Mulheres	6	1,8
Partido político	5	1,5
Sindicato	53	16,3
Religiosa	29	8,9
Não respondeu/Não participa	206	63,2
Outra	2	0,6
Total	343	

Nota: A pergunta permitia mais de uma resposta. A participação das respostas (%) foi obtida em relação a amostra (326 domicílios).

Fonte: A autora (2015).

A pouca participação em organizações, pode dificultar o entendimento da população a respeito de construções participativas, por meio das vivências associativas e cooperativas, o que diminui, também, a possibilidade de experenciar conquistas coletivas. Isso pode comprometer o posicionamento, desses sujeitos, a respeito da necessidade de envolvimento coletivo nas ações do Banco dos Cacaos.

8.2.1 Práticas financeiras da população local

Dentro desse contexto socioeconômico, realidade presente em outros municípios brasileiros de mesmo porte populacional ou menor que o de São João do Arraial, encontra-se a não bancarização e sub-bancarização da população. Essa condição provoca uma evasão de dinheiro para municípios, nos quais esses serviços estão disponíveis, o que ajuda fortalecer a

circulação de dinheiro no comércio desses, em detrimento daqueles que são excluídos dos serviços bancários.

Dessa forma, um ciclo vicioso de geração de carências acaba se estabelecendo, pois a não bancarização e a sub bancarização diminui a circulação de dinheiro no mercado local, o que diminui a diversidade de produtos e do comércio. Com isso, tem-se a geração de um número menor de vagas de emprego e mais informalidade, o que pode contribuir para a pobreza local.

A concretização do Banco dos Cacaís no município buscou suprir as necessidades financeiras, além de quebrar paradigmas por introduzir uma moeda própria e uma prerrogativa solidária (uma antítese ao modelo tradicional do sistema financeiro nacional).

Com a construção do banco comunitário, outros agentes financeiros (Lotérica e correspondente na agência dos Correios) também se instalaram no município. Com isso, os serviços financeiros passaram a ser uma escolha mediada pelas necessidades individuais e não mais uma alternativa inexistente.

Identificar quais são as instituições escolhidas para a realização dos serviços financeiros e as razões destas escolhas, é uma forma de verificar a inserção e a atuação do Banco dos Cacaís, nesse contexto. Ainda dentro desse propósito, outro aspecto de interesse, desta pesquisa, é a identificação por parte da população local quanto a existência de um “Banco”, no município. Ressalta-se, também, a necessidade de identificar se os entrevistados demandam o crédito solidário e, se estes, relacionam a ação do Banco dos Cacaís, no município, com a geração de benefícios.

Assim, na busca de verificar se o Banco dos Cacaís seria citado como Banco pelos entrevistados, perguntou-se se, estes, sabiam da existência de algum Banco no município e que enumerasse(m) qual(is) seria(m). Os resultados mostram que 283 identificam a existência de banco no município, dos quais 249 indicam o Banco dos Cacaís como único banco, outros 9 apontam o Banco do Cacaís conjuntamente com os correspondentes (Caixa Econômica Federal – Lotérica e agências do Correios – Banco do Brasil), 24 entrevistados indicam apenas os correspondentes (Bradesco, Caixa Econômica Federal – Lotérica e agências do Correios – Banco do Brasil) e uma pessoa não nomeia o banco que identifica no município. Os demais entrevistados (43) não identificam a existência de Banco.

O Banco dos Cacaís é, portanto, identificado como um Banco pela maioria da população entrevistada, o que em comparação com os demais Bancos citados pela população - Bradesco, Caixa Econômica Federal (Lotérica) e Banco do Brasil (agência dos Correios) – é uma constatação de que o Banco dos Cacaís é reconhecido, pelos entrevistados, como um banco

existente no município, mesmo não tendo a configuração típica do modelo convencional (moeda, estrutura física e marca conhecida).

Talvez, para as 43 pessoas que não identificam a presença de um Banco, isso possa estar atrelada a uma comparação direta às agências presentes nos municípios vizinhos, que apresentam as características típicas no que se refere à estrutura e funcionamento destas.

Outro fato importante é que, ao serem perguntados se conheciam o Banco dos Cocaís, 10 entrevistados afirmam não conhecer o Banco, enquanto 316 confirmam que o conhecem, apesar de **apenas** 249 o indicar como Banco presente no município. Essa constatação ainda pode ser reafirmada, quando se observa a escolha da instituição financeira para a realização dos serviços bancários, pois percebe-se que alguns entrevistados (7) usam os serviços do Banco dos Cocaís (pagamentos e saques), mas não o reconhecem como uma figura de banco.

A necessidade de serviços financeiros faz parte das relações de consumo e produção do mundo moderno. Algumas vezes não há oportunidade de escolha da instituição para realização desses serviços, imputando a realização no local ora existente. Essa impossibilidade de escolha não afasta, do sujeito demandante, a capacidade de qualificação do serviço utilizado. Porém, a avaliação dos serviços bancários fica mais criteriosa quando há opções, pois o demandante estabelece critérios para a sua escolha, baseado nas suas necessidades, vivências e convicções pessoais.

Em 2015, São João do Arraial já contava com uma lotérica, correspondentes bancários instalados em comércios (Banco Bradesco - Varejão Alves, Drogaria Amorin e Casas São Bernardo) e na agência dos Correios, além do Banco dos Cocaís. Além destes, ainda há a possibilidade de utilizar os bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Banco Bradesco) instalados nas cidades vizinhas. Essas alternativas, mesmo que distantes, permitem a escolha do banco mediante as necessidades dos sujeitos.

Para a identificação e a análise do uso e das escolhas feitas, com relação aos serviços financeiros no município, têm-se o Quadro 13 com os resultados gerais sobre o tema, apresentados em **categorias, subcategorias e respostas dadas**. No Quadro, são apresentadas as razões para a escolha da instituição ao efetuarem os serviços financeiros (pagamentos, recebimentos, saques, empréstimos, depósitos e transferências governamentais) demandados pela população pesquisada, as suas frequências. Para uma análise mais específica, fez-se necessário uma apresentação, relacionando a instituição com as razões de escolha, que está apresentada na Tabela 31. Nesta será considerada, como base, as **categorias e subcategorias** do Quadro 13.

Quadro 12 – Motivos que levam, a população entrevistada, à escolha de uma Instituição Financeira para realizar pagamentos, recebimentos, saques, empréstimos, depósitos e outros, São João do Arraial-PI, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATEGORIAS	f	%	RESPOSTAS DADAS
CONVENIÊNCIA	376	67,5	Rapidez-Facilidade	168	30,2	Acho rápido; agilidade; é fácil pagar lá; é mais fácil pagar lá; porque lá tem fila menor e facilita; lá é mais rápido; onde tiver menos gente pra ser mais rápido.
			Proximidade-Acesso	25	4,5	Pela facilidade de acesso; é mais próximo; porque são os mais próximos daqui.
			Possuir vínculo com a Instituição	175	31,4	Porque tenho conta corrente lá; porque recebo o meu dinheiro lá; porque recebo o bolsa família; porque é no comércio de um amigo; recebo a aposentadoria lá e pago as contas; recebo o meu dinheiro por lá; porque tenho o cartão da Caixa; tenho conta corrente lá; uso a minha conta corrente.
			Aproveitar a Oportunidade	8	1,4	Porque vou fazer as compras e pago as contas lá.
PADRÃO DE COMPORTAMENTO	60	10,8	Hábito	31	5,6	Costumo ir pagar lá; frequento mais ele; tenho costume de pagar lá; por costume; tenho costume de fazer depósito lá.
			Preferência	29	5,2	Gosto do banco; gosto de lá; acho lá melhor; porque é bom e gosto de lá; prefiro esse lugar; prefiro lá pra fazer pagamentos.
CONDIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO	110	19,7	Disponibilidade e Adequação de Produtos e Serviços	52	9,3	Porque recebe todos os valores; porque lá recebo mais dinheiro; porque não falta dinheiro; porque é lá que tem dinheiro; onde tiver dinheiro; porque lá tem o CrediAmigo; lá tem financiamento automotivo; porque dá pra tirar pra construir a casa; porque lá dá carência pra pessoa de baixa renda; precisei de dinheiro que desse pra fazer a cirurgia e lá tinha; porque lá tem dinheiro; porque lá pego em real; pra pegar em real; o boleto tem convênio com a instituição; a conta paga nesse lugar.
			Sistema Operacional	9	1,6	Porque o sistema não funciona nos outros lugares; lá dá certo porque o sistema funciona.
			Qualificação do Atendimento	49	8,8	Tem melhor atendimento; porque sou bem atendida; pelo atendimento; porque os donos são gente boa e tratam a gente bem; tem um bom atendimento.
ALTERNATIVA DE ESCOLHA DAS INSTITUIÇÕES	4	0,7	Única	3	0,5	É o local que tem aqui pra pagar.
			Variada	1	0,2	Porque são os dois bancos que existem aqui em São João do Arraial.
SEM JUSTIFICATIVA	7	1,3				
TOTAL	557	100				

Fonte: A autora (2015).

É importante a ressalva de que as respostas dadas pela população, para a razão de escolha da instituição na qual realiza o serviço, deu-se por meio de respostas curtas, como palavras isoladas, mas com significação de frase (BARDIN, 2011), e outras mais explicativas (elaboração de frases). Estas formas de resposta apontam como o grupo se expressa quanto a determinada questão. As respostas curtas e diretas podem estar atreladas ao perfil do público e até mesmo a pouca experiência com entrevistas de pesquisa.

Na análise das respostas (Quadro 13), pode-se considerar que a população entrevistada estabelece critérios para a escolha das instituições bancárias. A primeira categoria compreende a necessidade dos sujeitos de “Conveniência” para a realização dos serviços, especificadas pela busca de: “Rapidez-Facilidade”; “Proximidade-Acesso”; “Possuir vínculo com a instituição”; e ao fato dos entrevistados se deslocarem para realizar compras ou pagamentos, tendo assim a opção de “Aproveitar uma oportunidade”, para efetuar os serviços financeiros.

Outra categoria é a que considera as respostas que indicam o “Padrão de Comportamento” dos sujeitos, diante da escolha das instituições. Nessa as respostas específicas indicam a escolha realizada por motivo de “Hábito” ou “Preferência”. A categoria, “Condição e Qualificação de Funcionamento da Instituição”, tem respostas compreendidas nas seguintes subcategorias: “Disponibilidade e adequação de produtos e serviços” oferecidos pela instituição; funcionamento do “Sistema operacional”; e a “Qualificação do atendimento” prestado.

“Alternativas de Escolha da Instituição” é a categoria na qual as respostas estão compreendidas sobre duas formas: “Única”, em que os entrevistados entendem a instituição escolhida como sendo o único local, no qual eles poderiam realizar aquele serviço; e “Variada” quando entendem que sua escolha foi baseada na análise de mais de uma opção de instituição, para a realização do serviço em questão. E, a última categoria, abrange as respostas “Sem justificativa”.

Diante da apresentação das categorias e subcategorias, os resultados sobre as razões que determinam a escolha da instituição para a realização de serviços - pagamentos, recebimentos, saques, depósitos, empréstimos e transferências governamentais – indicam, como principal categoria a “Conveniência”. Esta apresenta a frequência de 376 (67,5%), sendo especificada pelas subcategorias “Possuir vínculo com a instituição” (31,4%) escolhida e apresentar “Rapidez-Facilidade” (30,2%) na execução do serviço (QUADRO 13). Além destas, destaca-se a “Condição e Qualificação de Funcionamento da Instituição” com frequência de 110 (19,7%), que se dividi em: “Disponibilidade e adequação de produtos e

serviços” (9,3%) e “Qualificação do atendimento” (8,8%) disponibilizado na execução dos serviços. Ou seja, os sujeitos buscam efetuar seus serviços de forma rápida, fácil e onde já houver uma vinculação estabelecida com a instituição. Além disso, buscam produtos e serviços disponíveis às suas necessidades e que sejam fornecidos com qualidade. Com base nessa categorização, identificou-se, na população entrevistada, as instituições escolhidas, de acordo com as razões apresentadas, ao realizarem os serviços financeiros – pagamentos, recebimentos, saques, depósitos, empréstimos e transferências governamentais (TABELA 31).

No momento da escolha de uma instituição financeira para a realização dos serviços, há 3 instituições mais procuradas e diferentes motivos das escolhas. Em primeiro lugar, tem-se a Lotérica (236) que é escolhida, principalmente, devido à “Rapidez-Facilidade” (89) com que realizam os serviços, ao fato de “Possuir vínculo com a instituição” (77) e por conta da “Qualificação do atendimento” oferecido. Em segundo lugar está o Banco dos Cacaos (149), que é escolhido, principalmente, pelo fato dos entrevistados “Possuírem vínculo com a instituição”, por sua “Rapidez-Facilidade” (32) na execução dos serviços e pelo “Hábito” (23) que esses têm em efetuar os serviços no Banco. Em terceiro, tem-se os Correios (47), que apresenta como principais razões: “Possuir vínculo com a instituição” (30) e “Rapidez-Facilidade” (10) na prestação dos serviços.

Nas três instituições são identificadas duas subcategorias comuns, sendo “Possuir vínculo com a instituição” e “Rapidez-Facilidade”. A primeira delas, pode ser explicada pelo fato dessas instituições estarem concentradas, a maioria, dos pagamentos de benefícios sociais, tais como: Bolsa Família – CEF; aposentadorias – CEF e Banco do Brasil; e outros benefícios, como o seguro-desemprego⁶¹ e garantia-safrá⁶². Além disso, essas instituições realizam a abertura de contas, corrente e de poupança, fazendo com que os entrevistados estabeleçam uma relação “obrigatória” ou relacionada ao serviço fornecido. A segunda subcategoria – “Rapidez-Facilidade” - é mais evidente na atuação da Lotérica, o que pode, talvez, ser explicado pela dinâmica de funcionamento experiente (*know-how*) e capacitação dos empregados.

⁶¹ Este benefício é fornecido “ao pescador, que exerce a atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, no período de proibição da pesca para determinadas espécies.” (BRASIL, 2015).

⁶² O benefício garantia-safrá foi criado em 2002 e está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este benefício social garante ao agricultor familiar o recebimento de um auxílio pecuniário, por tempo determinado, caso perca a sua safra em razão do fenômeno da estiagem e do excesso hídrico.” (CEF, 2015)

Tabela 31 – Instituições escolhidas e razão da escolha, para a realização de serviços financeiros, pela população entrevistada, São João do Arraial-PI, 2015.

INSTITUIÇÃO ESCOLHIDA PARA REALIZAR SERVIÇOS FINANCEIROS	RAZÃO DE ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO												Total
	CONVENIÊNCIA				PADRÃO DE COMPORTAMENTO		CONDIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO			ALTERNATIVA DE ESCOLHA DAS INSTITUIÇÕES		SEM JUSTIFICATIVA	
	Rapidez/ Facilidade	Proximidade / Acesso	Possuir vínculo com a Instituição	Aproveitar a Oportunidade	Hábito	Preferência	Disponibilidade e Adequação de Produtos e Serviços	Sistema operacional	Qualificação do atendimento	Única	Variada	-	
Banco Baradesco (Esperantina)	0	0	2	0	0	1	2	0	0	1	0	0	6
Banco Bradesco (comércio)	1	2	8	0	1	1	1	1	2	0	0	0	17
Banco do Brasil (comércio)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Banco do Brasil (Esperantina)	2	0	1	2	2	0	11	0	0	0	0	1	19
Banco do Brasil (Luzilandia)	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Banco do Brasil e Banco Bradesco	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Banco do Nordeste (Esperantina)	4	0	1	0	1	0	15	0	0	0	0	0	21
Banco dos Cocalis	32	8	51	2	23	14	2	1	9	1	0	6	149
Banco dos Cocalis e Banco do Nordeste	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Banco dos Cocalis e Bradesco	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Banco dos Cocalis e Lotérica	30	4	2	0	0	0	7	2	0	1	1	0	47
Caixa Econômica Federal (Esperantina)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Comércio e Correios	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Comércios	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Correios	10	0	30	0	0	1	3	0	3	0	0	0	47
Correios e Banco dos Cocalis	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Lotérica	89	10	77	0	4	11	5	6	34	0	0	0	236
TOTAL	168	25	175	8	31	29	51	10	49	3	1	7	557

Nota: A referência de dois ou mais instituições financeiras juntas significa que, o entrevistado, faz uso das instituições, sem deixar claro a frequência específica de uso de cada.

Fonte: A autora (2015).

As subcategorias “Qualificação do atendimento” e “Hábito”, que não são comuns para as três instituições, explicam uma satisfação dos entrevistados quanto ao tratamento dispensado pelos atendentes da Lotérica e, no caso do “Hábito”, pelo padrão condicionado de comportamento dos entrevistados, em relação à busca do Banco dos Cacaís para efetuar os serviços.

Assim, pode-se afirmar que as principais razões da população entrevistada, que justificam a escolha da instituição na qual irá realizar serviços financeiros no município, são, em ordem de prioridade, a busca por rapidez e facilidade no atendimento demandado e a existência de algum vínculo com a instituição escolhida.

Como destaque, visto que um dos objetivos da pesquisa é identificar o crédito solidário no município, tem-se a apresentação dos dados, relativos ao serviço de empréstimo, separadamente (TABELA 32), ressaltando as instituições escolhidas e as razões.

Tabela 32 – Instituições nas quais, a população entrevistada, realiza **empréstimos** e razão de escolha, São João do Arraial-PI, 2015.

INSTITUIÇÕES ESCOLHIDAS PARA REALIZAR EMPRÉSTIMOS	RAZÃO DE ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO						Total
	CONVENIÊNCIA		PADRÃO DE COMPORTAMENTO		CONDIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO	ALTERNATIVA DE ESCOLHA DAS INSTITUIÇÕES	
	Rapidez/ Facilidade	Possui Vínculo com a Instituição	Hábito	Preferência	Disponibilidade e Adequação de Produtos e Serviços	Única	
Banco do Brasil (Esperantina)	0	0	1	0	9	0	10
Banco do Nordeste (Esperantina)	0	0	1	0	15	0	16
Banco dos Cacaís	3	4	0	0	1	0	8
Bradesco (Esperantina)	0	1	0	1	2	1	5
Lotérica	1	3	0	0	1	0	5
TOTAL	4	8	2	1	28	1	44

Fonte: A autora (2015).

Por muito tempo, o município foi retratado como excluído das relação de acesso ao crédito (CAPÍTULO 7). Com a disseminação dos correspondentes, três no município (2 CEF e 1 Banco do Brasil) e a presença do Banco dos Cacaís, o crédito passou a ser algo um pouco mais disponível para a população do município.

A demanda por este serviço foi percebida na pesquisa de campo, visto que 44 dos 326 entrevistados indicaram realizar serviço de empréstimo. As instituições com maior frequência são o Banco do Nordeste (16) e o Banco do Brasil (10), que tem como principal razão da escolha a “Disponibilidade e Adequação de Produtos e Serviços”. Os entrevistados destacam

em suas falas que o Banco do Nordeste apresenta produtos mais adequados às suas necessidades, como CrediAmigo que é um dos produtos mais citados.

Já as razões, que levaram a efetivação de 8 empréstimos no Banco dos Cocalis, foram a “Rapidez/Facilidade” do serviço e o fato dos solicitantes “Possuírem Vínculo com a Instituição”.

Mas, foi identificada, nas pesquisa de campo, uma diferença no número de operações de crédito efetuadas no Banco dos Cocalis quando os entrevistados são questionados, de forma direta, se já fizeram algum empréstimo nesse Banco (TABELA 33).

Tabela 33 – Tipos e números de empréstimos efetuados pela população entrevistada, no Banco dos Cocalis, São João do Arraial, 2015.

	QUANTIDADE	FINALIDADE	VALOR C\$	JUROS C\$	PARCELAS	USO EFETIVO
Crédito de consumo	2	Comprar comida	50	1	1	Comprar comida
	3	Comprar gás	30	1	1	Comprar gás
	4	Comprar remédio	50	1	2	Comprar remédio
	1	Pagar a luz	50	1	2	Pagar a luz
Total	10		180	4		
Crédito produtivo	1	Artesanato	300	3	6	Artesanato
	2	Criação de Animais	800	12	6	Criação de Animais
	1	Pagar conta	200	2	1	Pagar conta
Total	4		1.300	17		
Total Geral	14		1.480	21		

Fonte: A autora (2015).

Quando indagados de forma direta o número de empréstimos somou 14 e não apenas 8. Desses, 10 são de crédito de consumo (crédito concedido em moeda cocal, tendo como valor máximo a quantia de C\$ 50,00, conforme descrito no Capítulo 7), e 04 são do crédito produtivo (crédito direcionado para criação ou desenvolvimento de pequenos empreendimentos, conforme descrito no Capítulo 7).

O número de parcelas do crédito de consumo varia de 1 a 2 parcelas, com juros de R\$ 1,00 tanto para o valor de R\$ 30,00, como para o valor de R\$ 50,00. Nesse sentido, pode-se observar que não há uma regra sistemática do Banco quanto à cobrança do juros dentro deste tipo de crédito. No que se refere às parcelas do crédito produtivo, estas variam de 1 e 6, e aos juros cobrados também há uma variação, não apresentando critérios consistentes nessas definições.

Observa-se que, os créditos de consumo visam atender às necessidades básicas de sobrevivência dos solicitantes (compra de comida, compra de gás de cozinha, compra de remédios e pagamento da taxa de energia elétrica), sendo um mecanismo de suplementação da

renda familiar. Esta muitas vezes é insuficiente, para suprir todas as necessidades dos integrantes do domicílio, o que reforça a necessidade de crédito solidário, pois o sistema financeiro tradicional não oferece crédito desse volume.

O crédito para compra de remédio é o mais incidente e, de acordo com o relato do gerente Mauro Rodrigues, tem como justificativa as faltas de alguns medicamentos junto ao serviço público de saúde do município, o que faz com que os sujeitos recorram ao Banco para auferir crédito para comprar a medicação.

As finalidades do crédito produtivo dizem respeito a atividades informais, bem comuns no município (artesanato e criação de animais). Dentre os créditos encontrados, não houve desvio de finalidade do crédito.

Em resumo, o crédito junto à população local entrevistada ainda está vinculado, principalmente, às instituições bancárias fora do município (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco Bradesco, todos no município de Esperantina), sendo justificado pelo fato destes apresentarem as razões apontadas na subcategoria “Disponibilidade e adequação de produtos e serviços”. As falas destacam as seguintes razões: “Porque lá tem o CrediAmigo”; “Porque dá pra tirar pra construir a casa”; “Porque lá tem dinheiro”; “Porque lá pego em Real”. Não é possível afirmar com exatidão, mas faz-se necessário investigar, futuramente, os motivos pelos quais alguns entrevistados que afirmaram terem retirado crédito (seja de consumo ou produtivo), não terem se manifestado na pergunta geral sobre os serviços financeiros (item empréstimos). Há também entrevistados que identificaram, nas relações com as instituições financeiras, a demanda dos serviços de empréstimo no Banco dos Cocais, mas não o indicaram quando perguntados, de forma específica, quanto ao empréstimo efetuado nesse Banco.

Por isso, mais uma vez, há uma tendência à confirmação de que o Banco dos Cocais algumas vezes não é visto como banco, e seus serviços também não são lembrados de forma espontânea, quando tratado em conjunto das demais instituições financeiras.

8.2.2 Relação da população local com o Banco dos Cocais

De acordo com o Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD), o objetivo de um Banco Comunitário de Desenvolvimento é promover o desenvolvimento dos territórios de baixa renda, por meio da criação de redes locais de produção e consumo, baseando-se na Economia Solidária no seus diversos campos: empreendimentos socioprodutivos, prestação de serviços, apoio à comercialização (bodegas,

mercadinhos, lojas e feiras), organizações de produtores e consumidores (INSTITUTO PALMAS, 2014b). Para isto, a comunidade deve ser quem decide criar e gerir o banco (conforme exposto no Capítulo 6, deste trabalho).

Com base nisto, dois aspectos devem ser destacados para a análise dos resultados sobre a relação da população local com o Banco dos Cocais: o primeiro diz respeito à promoção do desenvolvimento do território de baixa renda; e o segundo ao fato da tentativa de apropriação coletiva do processo de construção e de funcionamento do banco. Tais aspectos são substanciais na consecução dos objetivos a longo prazo e na sustentabilidade de suas ações, enquanto banco comunitário, que deve apoiar o desenvolvimento da Economia Solidária e, conseqüentemente, da construção de um território solidário verdadeiro e próspero.

Justificativas para a implantação do banco no município, no tocante aos aspectos ligados ao baixo desenvolvimento municipal – exclusão financeira, baixa renda, vulnerabilidade social e desigualdade social-, não são suficientes para que um BCD tenha sustentabilidade a longo prazo. Mesmo promovendo o desenvolvimento territorial através de ações fomentadoras dos empreendimentos socioprodutivos e de demais integrantes da cadeia solidária, a ação construtora desse território carece da força coletiva. Esta deve comungar desse ideal de melhoria, empoderando o projeto (assim como fez a comunidade do Conjunto Palmeiras em Fortaleza, na idealização do Banco Palmas, descrito no Capítulo 6 deste trabalho) na construção de redes de colaboração, assim como preconizam Santos (2002) e Singer (2004), no Capítulo 6.

A população entrevistada descreve o município de São João do Arraial tendo como parâmetro de análise o “antes” e o “depois” da presença do Banco dos Cocais, com qualificações sobre aspectos pertinentes ao município, como: funcionamento, estrutura, economia, tamanho, segurança, serviços e produtos financeiros e circulação do dinheiro no município. Alguns entrevistados disseram não saber responder e outros não responderam. Houve também o caso daqueles entrevistados (10) que afirmaram não conhecer o Banco dos Cocais.

Diante das respostas, adotou-se categorias e subcategorias relativas a essas temáticas, que estão apresentadas no Quadro 19, para “antes”, e no Quadro 20, para “depois” do Banco dos Cocais.

A população qualifica o município “antes” da presença do banco (QUADRO 14), numa “Condição Geral Negativa” (130) que é manifestada através de expressões, entre outras: “as coisas eram difíceis”; “era ruim”; “era fraco”; “era péssimo”; “a cidade era atrasada”; “era uma cidade precisada”. São muitas as denominações que não possuem especificidade, mas

configuram uma classificação baseada em aspectos negativos sobre a condição municipal. Ainda qualificando o município, foram encontradas respostas que deixavam claro o aspecto qualificador, como no caso dos “Serviços e Produtos Financeiros” (58), no qual as respostas estão relacionadas a ausência ou dificuldade encontrada, na época, para a realização desses serviços, entre outras respostas, tem-se: “não podia fazer empréstimo”; “era difícil porque pagava e recebia em outra cidade”; “era difícil fazer saques e pagar boletos”. Da mesma forma, foram identificadas respostas que especificam a “Circulação do Dinheiro” (12), como: “a circulação de dinheiro era menor”; “o movimento do dinheiro no município era menor”.

Quadro 13 – Como a população local, descreve São João do Arraial-PI, “antes”, da presença Banco dos Cocais no município, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATEGORIAS PRIMÁRIAS	f	%	RESPOSTAS PARA O “ANTES”
QUALIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO	223	68,4	Condição Geral Positiva	5	1,5	Bom.
			Condição Geral Negativa	130	39,9	As coisas eram difíceis; era ruim; era fraco; era péssimo; era mais difícil; a cidade era atrasada; a cidade era ruim porque tinha pouco movimento; a cidade tinha pouco movimento de gente; a economia era frágil; aqui era parado; aqui era só um povoado; era muito mato e menos gente; era muito pequeno e a cidade era morta; era ruim e pequena; era menos desenvolvida; era atrasada; era uma cidade desorganizada; era uma cidade “precisada”; era uma vereda de mata fechada; era uma cidade fraca; era um povoado e tudo o que fazia era em outra cidade; não tinha muita oportunidade; tinha pouco comércio; péssimo; tudo ruim; vida difícil; tudo era difícil por aqui.
			Indiferente	17	5,2	A mesma coisa; normal; não há diferença; igual; não tem diferença; nada mudou.
			Segurança	1	0,3	Tinha muito assalto; muito roubo.
			Serviços e Produtos Financeiros	58	17,8	A gente resolvia as coisas na outra cidade; não podia fazer empréstimo; era difícil pagar e comprar; era difícil porque pagava e recebia em outra cidade; era difícil pra fazer saques e pagar boletos; era difícil resolver os pagamentos e as outras coisas; era ruim porque não tinha Banco; era mais difícil as formas de pagamento; dependia de outras cidades para pagar as contas.
			Circulação de Dinheiro	12	3,7	A circulação de dinheiro era menor; antes era ruim porque não tinha dinheiro na cidade; não tinha moeda cocal pra circular; o movimento do dinheiro no município era menor.
NÃO RESPONDEU	86	26,4				
NÃO SABE	7	2,1				
NÃO CONHECEM O BANCO	10	3,1				
TOTAL	326	100				

Fonte: A autora (2015).

Alguns entrevistados demonstraram Indiferença (17) na comparação do “antes” com o “depois”, talvez pelo fato de possíveis resistências com relação à moeda solidária e ao fato da iniciativa de implantação do Banco comunitário estar enraizada à imagem do antigo Prefeito⁶³.

A imagem do município, “depois” da criação do Banco dos Cocaís (QUADRO 15), quanto aos aspectos relacionados à Qualificação do Município, contempla as subcategorias enumeradas no Quadro 14, mas com frequências alteradas em favor de uma visão mais positiva dos pontos: condição geral, segurança, circulação do dinheiro, serviços e produtos financeiros.

As respostas que conduzem para uma “Condição Geral Positiva” (115) do município enumeram qualificações mais generalizadas, como: “agora tá mais fácil, agora melhorou”; “agora tá melhor, melhorou a vida no município”; “a cidade ficou mais movimentada”. Vale ressaltar que apesar de muitas respostas curtas, diretas e inespecíficas, a unidade de contexto das frases reflete o olhar dos sujeitos sobre o objeto em questão e suas formas de comunicar a representação deste e faz entender, também, a dimensão de frase que as palavras acabam incorporando.

Nesse sentido, vale lembrar Jodelet (2001, p. 23) quando afirma que “[...] a representação mental traz a marca do sujeito e de sua atividade. Este último aspecto remete às características de construção, criatividade e autonomia da representação que comportam uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito.”

⁶³ Inferências a partir da vivência com a população local, nas visitas ao município, para a realização desta pesquisa.

Quadro 14 – Como a população local, descreve São João do Arraial-PI, “**depois**”, da presença Banco dos Cocais no município, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATEGORIAS	F	%	RESPOSTAS PARA O “DEPOIS”
QUALIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO	226	69,3	Condição Geral Positiva	115	35,3	A cidade ficou mais movimentada; agora está mais desenvolvida; se desenvolveu; a economia melhorou; agora a cidade tá grande; cresceu bastante e se desenvolveu muito; Agora tá mais fácil, agora melhorou; agora está regular; agora tá melhor; melhorou a vida no município.
			Condição Geral Negativa	3	0,9	Ficou ruim; pior.
			Indiferente	23	7,1	Do mesmo jeito; nada mudou; não há diferença; a mesma coisa; igual.
			Segurança	4	1,2	Os roubos diminuíram; diminuiu o assalto por conta do cocal.
			Serviços e Produtos Financeiros	62	19,0	Agora consegue resolver as coisas em Arraial sem precisar sair; tá bom porque não enfrenta fila; agora tem mais opção de pagar; agora tudo é resolvido no Banco; não precisa sair da cidade pra sacar; bem melhor porque dá pra abrir conta; economizou com as viagens porque dá pra pagar aqui; melhorou demais porque dá pra resolver as coisas de banco por aqui.
			Circulação de Dinheiro	19	5,8	Agora melhorou porque tem dinheiro na cidade; a moeda agora circula aqui; aumentou o dinheiro na cidade; agora tem dinheiro circulando no Arraial.; tem dinheiro no município.
NÃO RESPONDEU	84	25,8				-
NÃO SABE	6	1,8				-
NÃO CONHECEM O BANCO	10	3,1				-
TOTAL	326	100				

Fonte: A autora (2015).

Os entrevistados destacam, também, como benefício depois da criação do Banco dos Cocais os “Serviços e Produtos Financeiros” (62), como registrado em suas falas: “economizou com as viagens, porque dá pra pagar aqui”; “agora consegue resolver as coisas em Arraial, sem precisar sair”; “agora tudo é resolvido no banco”. Outro benefício é observado na “Circulação de Dinheiro” (19), pois para os entrevistados: “agora melhorou, porque tem dinheiro na cidade”, “aumentou o dinheiro na cidade” e “a moeda agora circula aqui”. A “Segurança” (4) também foi destaca como um benefício, apontado que: “os roubos diminuíram” e “diminuiu o assalto, por conta do Cocal”. Dos entrevistados, 23 responderam de forma “Indiferente”, frequência maior do que a observada no Quadro 15.

Dessa maneira, pode-se dizer que os parâmetros que avaliam a situação do município “antes e depois” da presença do Banco dos Cocais estão diretamente relacionados a condições de crescimento, organização, segurança, circulação de dinheiro e disponibilidade de serviços e produtos financeiros no município, no qual “antes” estes elementos eram deficitários e “depois” apresentaram ganhos, melhorando a qualificação do Município, de acordo com os entrevistados.

Mas, quando os entrevistados foram indagados sobre algum benefício que o Banco trouxe a eles, as manifestações se dividiram entre benefícios individuais e coletivos, tanto para os indivíduos que afirmaram que o banco trouxe benefícios, como para aqueles que não identificaram benefícios.

Assim, as categorias construídas para as duas respostas, que justificam o porquê do Banco ter trazido benefícios, tem em comum: “Benefício Individual”; “Benefício Coletivo”; e “Não Justificou”. Essas informações estão apresentadas no Quadro 16, justificativas para o “sim”, e no Quadro 17, para as justificativas “não”. É importante destacar que as subcategorias diferem para cada caso.

O número de pessoas que afirmaram terem sido beneficiadas (132 pessoas) com a presença do Banco dos Cocais é menor que o das pessoas que disseram não ter benefício (184 pessoas) no município (QUADRO 16 e 17).

Para os que se sentem beneficiados (QUADRO 16), a maioria dos benefícios está relacionada com os serviços e produtos oferecidos pelo banco (80 pessoas), justificadas entre outras pelas seguintes falas: “ficou melhor para pagar as contas”; “porque pode sacar o Bolsa Família”; “porque quando está em crise para pagar algo, posso correr pra lá”. Esse grupo, também, atribui “Benefícios Coletivos” (36 pessoas), relativos aos ganhos trazidos para a cidade e o comércio, mas que também o beneficia como indivíduo.

Quadro 15 – Justificativas elencadas, pela população, para o fato do Banco dos Cocais ter trazido algum benefício para o entrevistado, São João do Arraial, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATEGORIAS	F	%	JUSTIFICATIVAS PARA O SIM
BENEFÍCIO INDIVIDUAL	80	60,6	-	-	-	Ficou melhor para pagar as contas; melhorou porque tem onde receber os benefícios; não preciso me deslocar de um município pro outro para fazer serviços de banco; no início fiz até empréstimo; por pagar contas; pela facilidade de receber dinheiro; porque pode sacar o bolsa família; porque quando está em crise para pagar algo, posso correr pra lá; porque pude pegar mais dinheiro; facilidade para fazer negócio porque faz empréstimo; através do banco eu consigo os meus projetos.
BENEFÍCIO COLETIVO	36	27,3	Dinheiro	12	9,1	Porque a moeda movimentou a cidade; porque o dinheiro permanece aqui; porque o cocal gasta na própria cidade; trouxe dinheiro pra cidade; tem mais dinheiro na cidade; mais dinheiro pro comércio; trouxe a moeda cocal pra circular aqui.
			Segurança	5	3,8	Menos assalto; trouxe segurança pros comércios; não tem como ter assalto por aqui.
			Renda	3	2,3	Trouxe renda a mais; aumentou a renda; trouxe mais renda pra cá; a renda cresceu.
			Melhoria Inespecífica	16	12,1	Porque melhorou a cidade; porque ajudou a cidade; trouxe desenvolvimento; trouxe muita coisa boa pra melhorar cidade; porque ajudou o comércio; o município ficou mais visível; movimentou a cidade; trouxe desenvolvimento na cidade e no interior; trouxe o movimento das quebradeiras de coco; porque tem muita coisa pra cidade crescer.
NÃO JUSTIFICOU	16	12,1	-			
TOTAL	132	100				

Fonte: A autora (2015).

A categoria “Benefício coletivo” é especificada, principalmente, pela “Melhoria inespecífica” (16), mas que demonstra uma satisfação com o desenvolvimento do município e do comércio local. Algumas falas exemplificam essa condição: “trouxe muita coisa boa pra melhorar cidade”; “porque ajudou o comércio”; “trouxe o movimento das quebradeiras de coco”. Outra subcategoria é o “Dinheiro” (12), como relatado nas falas: “o dinheiro permanece aqui”; “tem mais dinheiro na cidade”.

Para a população que não identifica ter sido beneficiada (184) com o Banco dos Cocais (QUADRO 17), 142 optaram por não justificar a sua posição. Sendo que para os demais, as justificativas estão enquadradas nas duas outras categorias – Benefício Individual e Benefício Coletivo. Do grupo, 6 apontaram que o banco não trouxe benefício coletivo, o que é especificado pela subcategoria “Sem melhoria”. As falas apontam que: “porque tinha que ajudar o povo a gerar uma renda qualquer”; “aqui continua a mesma coisa”.

Para os entrevistados que não viram “Benefício individual” (36), destaca-se aquelas justificativas “Que tem relação com o banco”, como aspectos relativos às falhas e/restrições do Banco: “o banco beneficia quem trabalha lá, porque tentei fazer um empréstimo e nunca foi aprovado”; “por ter a mesma coisa dos outros bancos”; “não serve para outras cidades”.

Dessa maneira, é possível entender que a posição da maioria da população em relação aos benefícios que o banco trouxe, para cada entrevistado, ainda está muito atrelada a visão de ganhos individuais, mesmo quando os ganhos coletivos (segurança para o município, circulação de dinheiro, crescimento para o comércio e município, entre outros) geram, também, benefícios individuais.

Percebe-se que, para alguns, não há um entendimento dos ganhos coletivos como benéficos a cada indivíduo. Isto é um ponto negativo no entendimento do papel do Banco no município e da necessidade da ação participativa da população na gestão do mesmo.

Quadro 16 – Justificativas elencadas, pela população, para o fato do Banco dos Cocaís não ter trazido algum benefício para o entrevistado, 2015.

CATEGORIAS	F	%	SUBCATEGORIAS	f	%	JUSTIFICATIVAS PARA O “NÃO”
BENEFÍCIO INDIVIDUAL	36	19,6	Que tem relação com o banco	26	14,1	O banco beneficia quem trabalha lá, porque tentei fazer um empréstimo e nunca foi aprovado; porque não dá pra receber a minha aposentadoria; porque não tem empréstimo; porque quase sempre que eu vou lá receber dinheiro não tem e quando vou pagar o sistema não recebe; por ter a mesma coisa dos outros bancos; por não trocar o cocal; não serve para outras cidades; não consigo resolver tudo nele; a moeda não circula em outras cidades; nem sempre somos atendidos; porque trouxe foi pra cidade que cresceu; pra ele não trouxe benefício.
			Sem relação com o banco	4	2,3	Não faço negócio com o banco; nunca fui atrás dele; quase não uso; nunca fiz nada lá.
			Indiferente	5	2,7	Nunca procurei benefício; não procurei nenhum; não faz diferença pra mim.
			Inespecífico	1	0,5	Porque sim.
BENEFÍCIO COLETIVO	6	3,3	Sem melhoria	6	3,3	Porque tinha que ajudar o povo a gerar uma renda qualquer, aqui está do mesmo jeito; não trouxe benefício pra cá; não melhorou o município; aqui continua a mesma coisa.
NÃO JUSTIFICOU	142	77,1				-
TOTAL	184	100				

Fonte: A autora (2015).

Relembrando Raffestin (1993), retratado no Capítulo 3, quando o autor diz que ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o sujeito “territorializa” o espaço”, sendo que essa ação efetivada no espaço geográfico traduz o reflexo das relações produzidas nesse local. Sendo assim, é possível que o território do Banco dos Cocais não esteja sendo representado, pela população entrevistada, à ponto de caracterizar uma territorialidade.

8.3 Empreendimentos do município: perfil, práticas financeiras e relação com o Banco dos Cocais

A pesquisa foi realizada junto aos empreendimentos de atividades econômicas do município de São João do Arraial, que possui mais de 100, sendo que não foi possível entrevistar todo o universo, pois alguns estavam fechados e outros alegaram não poder responder o formulário no momento. Assim, a população observada foi de 99 empreendimentos.

A classificação desses seguiu o definido pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)⁶⁴. Assim, das 21 seções da CNAE (CNAE, 2015, p. 19), a pesquisa de campo identificou: “Comércio; reparação de veículos automotores e bicicletas” (Seção G); “Indústrias de Transformação” (Seção C); “Alojamento e Alimentação” (Seção I); “Artes, cultura, esporte e recreação” (Seção R); “Outras Atividades de Serviços” (Seção S); e “Atividades Administrativas e Serviços Complementares” (Seção N), de acordo com a Tabela 34.

⁶⁴ “CNAE é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica e dos critérios de enquadramento utilizados pelos diversos órgãos da Administração Tributária do país. Trata-se de um detalhamento da CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender **estabelecimentos** de empresas privadas ou públicas, **estabelecimentos** agrícolas, organismos públicos e privados, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos (pessoa física). A CNAE resulta de um trabalho conjunto das três esferas de governo, elaborada sob a coordenação da Secretaria da Receita Federal e orientação técnica do IBGE, com representantes da União, dos Estados e dos Municípios, na Subcomissão Técnica da CNAE, que atua em caráter permanente no âmbito da Comissão Nacional de Classificação - CONCLA. A tabela de códigos e denominações da CNAE foi oficializada mediante publicação no DOU - Resoluções IBGE/CONCLA nº 01 de 04 de setembro de 2006 e nº 02, de 15 de dezembro de 2006.” (IBGE, 2007b).

Tabela 34 – Setor, atividade e configuração da atividade, dos empreendimentos, em São João do Arraial-PI.

Classificação CNAE (Seção)	Tipo de Empreendimento	Quantidade e Tipo de Atividade		Número de Pessoas Empregadas	
		Formal	Informal	Com Carteira de Trabalho	Sem Carteira de Trabalho
R	Academia	1	-	-	2
I	Bar e Sorveteria	1	-	-	-
S	Barbearia	0	1	-	-
G	Computadores e Acessórios	1	-	-	2
G	Depósito de Bebidas	1	-	-	1
G	Farmácia	2	1	2	4
S	Funerária	1	0	1	-
G	Lavajato	-	1	-	3
N	Locadora de Games	-	1	-	-
G	Loja de Confecção	6	5	7	7
G	Loja de Peças de Motos	1	-	-	2
G	Material de Construção	3	-	8	1
G	Mecânica	6	-	-	13
G	Mercadinho	18	22	2	32
G	Mercadinho e Papelaria	-	1	-	-
G	Móveis e Eletrodomésticos	6	-	17	7
G	Ótica	1	1	-	2
C	Padaria	1	-	-	3
G	Papelaria	-	1	-	1
I	Pizzaria	1	-	-	1
G	Posto de Combustível	2	-	4	-
G	Produtos de Beleza	-	1	-	1
I	Restaurante	-	1	-	3
S	Salão de Beleza	-	2	-	3
G	Variedades	8	1	1	11
TOTAL		60	39	42	99

Nota: Seção C – Indústrias de Transformação; Seção G – Comércio; reparação de veículos automotores e bicicletas; Seção I – Alojamento e Alimentação; Seção N – Atividades Administrativas e Serviços Complementares; Seção R – Artes, cultura, esportes e recreação; Seção S – Outras Atividades de Serviços.

Fonte: A autora (2015).

A maior parte dos empreendimentos, 86 deles, está no bairro Centro, principalmente, na Avenida Vicente Augusto, 5 no Bairro Sossego, 1 no Bairro Liberdade, 1 no Bairro COHEB I, 1 no Bairro COHEB II e 1 em cada uma das localidades a seguir: Marruazinho, Boca da Mata, Chapada da Sindá, Marajá e São José dos Órfãos.

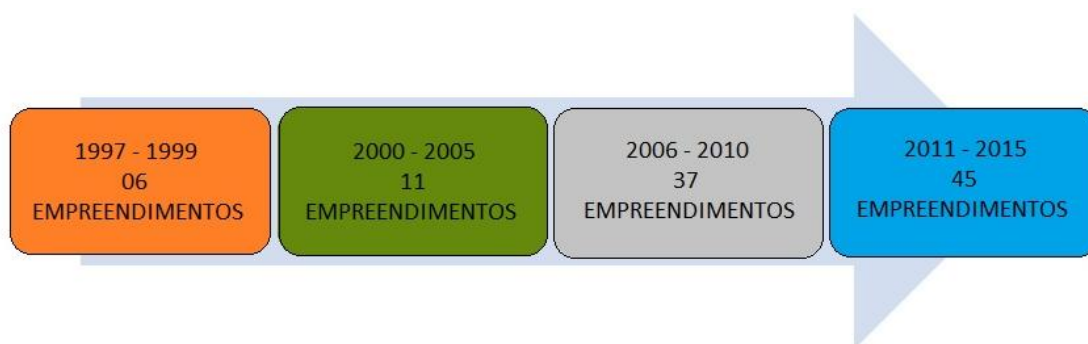
A maioria dos empreendimentos entrevistados, de acordo com a classificação do CNAE, compreendem a atividade econômica “Comércio; reparação de veículos automotores e bicicletas” (90), sendo 56 formais e 34 informais. As demais classificações somam 9

empreendimentos, formais e informais. Ou seja, há uma predominância das atividades ligadas, especificamente, ao comércio no município, dentre estas, a maioria são os Mercadinhos (41).

Do 99 empreendimentos, 60 são atividades formais e 39 informais (39) e, ambas, empregam 141 pessoas, mas, com uma predominância de relações de emprego sem carteira assinada (99).

Em relação à data de início dos empreendimentos, pode-se perceber que a maioria dos estabelecimentos visitados surgiram entre os anos de 2010 a 2015 (FIGURA 48). O que pode estar ligado aos avanços do município nos aspectos financeiros.

Figura 48 – Número de empreendimentos por períodos da abertura da atividade, São João do Arraial, 2015.



Fonte: A autora (2015).

Para o espaço temporal no qual a pesquisa foi realizada, levantou-se que os 99 estabelecimento juntos, somam um faturamento médio mensal em Reais de R\$ 8.259,71, variando entre o mínimo de R\$ 45,00 e o máximo de R\$ 200.000,00, e em cocaís de C\$ 1.935,88, variando entre C\$ 50,00 e C\$ 20.000,00 (TABELA 35).

Tabela 35 – Média de faturamento dos empreendimentos, em real e em “cocal”, São João do Arraial, 2015.

Média de faturamento mensal	Nº	Mínimo (R\$)	Máximo (R\$)	Média (R\$)
Em “real”	87	45,00	200.000,00	8.259,71
Em “cocal”	90	50,00	20.000,00	1.935,88

Fonte: A autora (2015).

Quanto às formas de efetivação das vendas e, quem são os clientes destes empreendimentos, tem-se que a forma predominante de venda é à vista (98), em seguida a caderneta (58), que consiste em uma anotação no caderno para posterior pagamento, e outras modalidades (19), que compreendem a promissória e o carnê. Há também o cartão de crédito que aparece em menor volume (6).

Para todos empreendimentos, os clientes mais frequentes são as pessoas do município, inclusive das localidades mais afastadas do centro da cidade (41 empreendimentos disseram atender a esse público): Campo Largo, Marruarinho, Malhada da Areia, São José, Marruazinho. Houve a manifestação de 5 entrevistados que afirmaram vender para empreendimentos de outras cidades e 7 para empreendimentos do município.

Considerando que a população apresenta renda diminuta e há um número grande de empreendimentos iguais, acirrando a concorrência, entre outros aspectos, é importante averiguar quais as reais dificuldades encontradas pelos empreendimentos.

Com isto, para alocar as respostas dadas de acordo com cada unidade de contexto, estabeleceu-se as categorias de: a) “Cliente”, com as subcategorias de “Capacidade de Pagamento” e “Quantidade”; b) “Concorrência”; c) “Serviços e Produtos Financeiros”; d) “Gestão”, com as subcategorias de “Fatores Internos”, “Fatores Externos” e “Indeterminado”; e) “Não tem Dificuldade”; f) “Não Respondeu”; e g) “Não Sabe” (QUADRO 18).

As maiores dificuldades do grupo estão relacionadas ao “Cliente” (48), em específico: Capacidade de Pagamento (34) reduzida, devido a inadimplência e as vendas a fiado; “Quantidade” (14) de clientes reduzida. A Gestão (16) da atividade, também, se destaca por causa das dificuldades em controlar as contas, em negociar, acessar recursos materiais e humanos, entre outros (“Fatores Internos” e “Fatores Externos”).

Alguns afirmam não identificar nenhuma dificuldade (8) na atividade, justificada pelo fato da atividade ser recente. Há, também, aqueles que não responderam a pergunta (17) e um entrevistado que diz não saber responder.

Quadro 17 – Maiores dificuldades dos empreendimentos, São João do Arraial, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATEGORIAS	F	%	RESPOSTAS
CLIENTE	48	48,5	Capacidade de Pagamento	34	34,4	Inadimplência; vender fiado; dizer que não vende fiado.
			Quantidade	14	14,1	Pouca clientela; pouco cliente; poucos clientes; poucas vendas; ainda tem muita gente indo gastar o dinheiro em Esperantina; poucos clientes e as vendas são fracas.
CONCORRÊNCIA	3	3,0	-	-	-	Concorrência grande; concorrência; muitos comércios e pouca clientela; ser pequeno no meio de muitos comércios grandes.
SERVIÇOS E PRODUTOS FINANCEIROS	6	6,1	-	-	-	Não conseguir trocar o cocal por real; o banco dos cocais não ter dinheiro pra trocar; os bancos não recebem boleto acima de R\$700,00; conseguir empréstimo; acesso a capital de giro.
GESTÃO	16	16,2	Fatores Internos	4	4,0	O controle das contas; o preço; capital de giro reduzido; pouco dinheiro; saber negociar com o fornecedor.
			Fatores Externos	6	6,1	Adquirir produtos de padaria que não tem aqui; liberação da ANVISA para comercializar remédios controlados; material para comprar que não possui na região; pessoas para trabalhar; profissionais qualificados; ter que sair para outros lugares para repor estoque da loja.
			Indeterminado	6	6,1	Lucro pequeno, espaço; aluguel do ponto; falta de peças.
NÃO TEM DIFICULDADE	8	8,1	-			Não tenho; não tenho dificuldades; por ser recente, não identifiquei dificuldades.
NÃO RESPONDEU	17	17,1				
NÃO SABE	1	1,0				
TOTAL	99	100				

Fonte: A autora (2015).

As dificuldades dos empreendimentos, ora apresentadas, refletem o contexto do ambiente socioeconômico do município que apresenta uma economia fortemente atrelada a recursos provenientes de população de renda reduzida, oferta elevada de atividades econômicas semelhantes, para uma demanda reduzida. Além disso, ressaltam a existência de mão de obra desqualificada, a falta de produtos financeiros que contemplem as necessidades específicas das atividades e algumas inabilidades na condução do negócio (“saber negociar com o fornecedor”), diante do contexto descrito.

A ação do Governo municipal tem papel importante no fortalecimento da economia local quando trabalha para identificar as reais potencialidades do município e ao proporcionar o mínimo de estrutura básica para que as atividades econômicas se desenvolvam, tais como: energia, água, vias de acesso e transporte, acesso à internet, espaços públicos para comercialização de produtos e realização de feiras, telefonia eficiente. Além disso, faz-se necessário que o Poder Público, também, estabeleça parcerias com instituições que promovam a qualificação profissional, faça articulação com instituições financeiras que ofereçam o acesso ao crédito compatível, com as necessidades locais, e apoie o associativismo e cooperativismo e as organizações e redes comunitárias, como é o caso do Banco dos Cocais.

8.3.1 Práticas financeiras dos empreendimentos

As ações comerciais básicas, como compra e venda de mercadorias, demandam que os empreendimentos lidem com a dinâmica das instituições financeiras (pagamento de boletos, saques, depósitos, entre outros), tendo em muitos casos, como pré-requisito, a abertura de uma conta corrente. Assim, independentemente, se o empreendimento é formal ou informal, precisa estabelecer relação com instituições financeiras, para realizar os serviços de pagamentos, recebimentos, saques, empréstimos, depósitos e outros. Essa relação pode ocorrer mediante uma escolha, se há opções quanto aos ofertantes desses serviços, ou o empreendimento é “obrigado” a se relacionar com a opção existente.

Diante disso, é importante identificar quais são os serviços financeiros utilizados, as instituições escolhidas e as razões de escolha dos empreendimentos entrevistados (QUADRO 19).

As respostas foram categorizadas e subcategorizadas da mesma forma como foi realizado com a população, sendo: a categoria “Conveniência” dos serviços que estão especificados através das subcategorias “Rapidez/Facilidade”, “Proximidade/Acesso”, “Possuir Vínculo com a Instituição” e “Aproveitar uma Oportunidade”; a categoria “Padrão de Comportamento” do entrevistado, com as subcategorias “Hábito” e “Preferência”, deste, pela instituição; a categoria “Condição e Qualificação de Funcionamento da Instituição” é subcategorizada em “Disponibilidade e Adequação de Serviços e Produtos” e “Sistema Operacional e da Qualificação do Atendimento”; e, ainda, há as categorias “Única Alternativa de Escolha” e “Não Respondeu”.

Quadro 18 – Motivos que levam, os representantes dos empreendimentos, à escolha de uma instituição financeira para realizar, pagamentos, recebimentos, saques, empréstimos, depósitos e outros, São João do Arraial-PI, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATEGORIAS	f	%	RESPOSTAS DADAS
CONVENIÊNCIA	151	56,8	Rapidez/Facilidade	53	19,9	É bem rápido; é mais fácil pagar e receber tudo; pela facilidade; pela comodidade; é mais fácil porque não pego fila; onde estiver com menos fila; onde for mais vago; onde for menor a fila; quando não tem fila; minha irmã trabalha lá aí é mais rápido; tem poucas pessoas, aí é mais rápido.
			Proximidade/aceso	46	17,3	Fica mais próximo daqui; fica perto da loja; mais perto; fica em frente à minha loja.
			Possuir Vínculo com a Instituição	51	19,2	As contas são vinculadas à Caixa; tenho conta corrente na Caixa; porque tem conta corrente em Esperantina; porque recebo o bolsa família lá; porque lá recebo o seguro desemprego; possuo conta no Bradesco; sou representante da instituição financeira; tenho conta no Banco do Brasil; tenho conta no Bradesco e na Caixa; porque tenho uma conta poupança lá.
			Aproveitar Oportunidade	1	0,4	Já faço os pagamentos lá e aproveito pra fazer o resto.
PADRÃO DE COMPORTAMENTO	22	8,3	Hábito	10	3,8	Costumo fazer lá; por hábito; porque já estava acostumada com o de Esperantina; só costumo receber lá.
			Preferência	12	4,5	É o melhor local pra se pagar; é bom pra pagar as contas; lá é melhor; por escolha da funcionária; gosto de lá; porque gosto do banco; são bancos bons para trabalhar.
CONDIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO	86	32,3	Disponibilidade e Adequação de Serviços e Produtos	69	25,9	Tem convênio; convênio com o boleto; depende da conta; depende da conta que vai pagar; depende do valor estabelecido; depende do boleto; depende do valor do pagamento; recebe valores maiores; pelo tipo de boleto; são os que recebem; porque lá trabalha com real; faz valores maiores; boletos altos recebem lá; porque lá tem maior investimento financeiro; recebe tudo; pelo valor de saque permitido; porque lá te dinheiro; pelos juros mais baixos; por causa do CrediAmigo; funciona melhor; porque permite maior transação financeira.
			Sistema Operacional	4	1,5	Onde dá certo o sistema; onde o sistema estiver funcionando; porque o sistema não fica fora do ar; o sistema funciona melhor.
			Qualificação do Atendimento	13	4,9	Atendimento bom; tem um bom atendimento.
ÚNICA ALTERNATIVA DE ESCOLHA	5	1,9	-	-	-	É o único local que recebe.
NÃO RESPONDEU	2	0,7				
TOTAL	266	100				

Fonte: A autora (2015).

A busca pela “Conveniência” (151 respostas) é a categoria que contempla a maioria das razões elencadas pelos representantes dos empreendimentos locais, quando vão realizar os serviços financeiros. Consideram, principalmente, se a instituição apresenta Rapidez/Facilidade (53) na prestação desses serviços e produtos, como também, se já “Possui Vínculo com Instituição” (51) e “Proximidade/Acesso”.

Outra categoria relevante é a “Condição e Qualificação de Funcionamento da Instituição” (86), na qual os sujeitos apontam, principalmente, “Disponibilidade e Adequação de Serviços e Produtos” (69), que atendem às suas necessidades, e “Qualificação do Atendimento” (13) nas instituições.

Outra forma de abordar essa discussão é identificar as instituições financeiras elencadas nas entrevistas e as razões de escolha para a realização dos serviços (TABELA 36). Nessa, pode-se identificar que as 3 instituições mais procuradas, para a realização de serviços financeiros, são: a Lotérica (121), tendo como razões de sua escolha, principalmente, a “Proximidade-Acesso” (28), a “Rapidez-Facilidade” (26) na execução do serviço, o fato de “Possuir vínculo com a instituição” (25) e a “Disponibilidade de adequação de produtos e serviços” (18); os Correios (42), principalmente, pela “Disponibilidade e adequação de produtos e serviços” (26) e por “Possuir vínculo com a instituição” (11); e o Banco dos Cacaís e Lotérica (21), tendo como razão, principalmente, a “Rapidez-Facilidade” (10), a “Disponibilidade e adequação de produtos e serviços” (6) e a “Proximidade-Acesso” (3).

Dessa forma, afirma-se que os representantes dos empreendimentos quando buscam alguma instituição financeira, para realizar serviços, o fazem principalmente, mediados pela “Disponibilidade e adequação de produtos e serviços” (69), “Rapidez/facilidade” (53) e “Possuir vínculo com a instituição” (51).

É importante destacar que a subcategoria “Disponibilidade e adequação de produtos e serviços” é mais frequente, nas instituições Correios e Lotérica. Acredita-se que isto se deve ao fato dessas duas instituições apresentarem os serviços e produtos mais adequados e disponíveis à esse público, como: abertura de conta corrente pessoa jurídica; saques entre R\$ 1.500,00 (CEF) e R\$ 2.000,00 (Correios); pagamento de boletos entre R\$ 1.500,00 (Correios) e R\$ 2.000,00 (CEF); e depósitos, entre R\$ 1.500,00 (CEF) e R\$ 6.000,00 (Correios). Valores estes, mais próximos das necessidades relativas à movimentação das atividades econômicas.

Tabela 36 – Instituições escolhidas e razão da escolha, para a realização de serviços financeiros, pelos representantes dos empreendimentos, São João do Arraial-PI, 2015.

INSTITUIÇÃO ESCOLHIDA PARA REALIZAR SERVIÇOS FINANCEIROS	RAZÃO DE ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO										TOTAL
	CONVENIÊNCIA				PADRÃO DE COMPORTAMENTO		CONDIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO			ÚNICA ALTERNATIVA	
	Rapidez/ Facilidade	Proximidade/ Acesso	Possuir Vínculo com a Instituição	Aproveitar a Oportunidade	Hábito	Preferência	Disponibilidade e Adequação de Serviços e Produtos	Sistema Operacional	Qualificação do Atendimento	-	
Banco Bradesco	2	4	7	0	0	0	1	0	1	0	15
Banco do Brasil (Esperantina)	0	1	3	0	1	0	3	0	0	0	8
Banco do Nordeste (Esperantina)	1	0	2	0	0	2	9	0	0	0	14
Banco dos Cacaís	5	4	0	0	2	2	0	1	2	0	16
Banco dos Cacaís e Banco Bradesco	1	1	0	0	0	0	2	0	0	0	4
Banco dos Cacaís e Correios	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Banco dos Cacaís e Lotérica	10	3	0	0	1	0	6	1	0	0	21
Banco dos Cacaís, Correios e Banco Bradesco	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Banco dos Cacaís, Lotérica e Correios	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	4
Correios	0	2	11	1	2	0	26	0	0	0	42
Correios e Bradesco	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Lotérica	26	28	25	0	3	7	18	2	7	5	121
Lotérica e Banco do Brasil (Esperantina)	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Lotérica e Correios	2	0	2	0	0	1	1	0	2	0	8
Lotérica, Banco do Brasil e Banco Bradesco	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
TOTAL	53	45	50	1	9	12	69	4	13	5	261

Nota: A referência de dois ou mais instituições financeiras juntas significa que, o entrevistado, faz uso das instituições, sem deixar claro a frequência específica de uso de cada.

Fonte: A autora (2015).

Ressalta-se, ainda, que o Banco dos Cocalis não apresenta maior destaque, pelas limitações na prestação desses serviços, pois para: o pagamento de boletos é permitido até R\$ 1.500,00, se da CEF, e de R\$ 500,00, quando de outras instituições; o saque e depósitos a transação pode ser de até R\$ 1.500,00; e não tem o hábito de abrir contas correntes, encaminhando para a agência da CEF de Esperantina.

Vale ressaltar que a Lotérica realiza saques e depósitos em moeda cocal, demonstrando um empenho da instituição na disseminação da moeda social e, consequente, na sua circulação interna.

Em relação aos empréstimos efetuados pelos empreendimento, optou-se por apresentá-los de maneira separada, para que a análise da disponibilidade de crédito no município, junto a estas, pudesse ser mais consistente. Tem-se que 16 empreendimentos afirmaram realizar empréstimo, sendo principal o Banco do Nordeste de Esperantina (13), por causa da “Disponibilidade e Adequação de Produtos e Serviços” (9), da “Preferência” (2) pela instituição e por “Possuir Vínculo com a Instituição” (2). A escolha do Banco do Nordeste está atrelada a importância dada, pelos entrevistados, ao CrediAmigo e ao maior volume de recursos, a juros mais baixos.

Além do Banco do Nordeste, foram citados a Lotérica (1), o Banco do Brasil de Esperantina (1) e o Bradesco (1). O Banco dos Cocalis não apareceu em nenhuma citação, o que destoa das informações fornecidas pelo gerente do Banco dos Cocalis (Capítulo 7).

De uma forma mais detalhada, procurou-se identificar a prática desse serviço junto aos entrevistados, na qual foram solicitadas informações referentes ao valor financiado, taxa de juros, prazo de pagamento, finalidade e uso efetivo do valor financiado. Nesse caso, os sujeitos que admitiram terem realizado empréstimos foram 45, diferindo da primeira informação. Indicando, inclusive, uma instituição que não havia sido mencionada, antes, que é a Caixa Econômica Federal em Esperantina.

Na Tabela 37 constam os resultados dos empréstimos realizados através do Banco do Nordeste no município de Esperantina-PI. Ao todo foram 37 empréstimos realizados, entre R\$ 700,00 e R\$ 40.000,00, com taxas de juros que variaram entre 1 a 5% ao mês e um prazo médio de pagamento de 4 a 24 meses.

Tabela 37 – Empréstimos realizados através do Banco do Nordeste em Esperantina, pelos representantes os empreendimentos, São João do Arraial, 2015.

BANCO DO NORDESTE (Esperantina)		Uso efetivo					Total
		Iniciar um negócio	Compra de produtos-capital de giro	Reforma-construção	Aplicar fora do comércio	Compra de produtos e construção	
Finalidade	Iniciar um negócio	5	2	0	0	0	7
	Compra de produtos-capital de giro	2	20	0	1	2	25
	Reforma-construção	0	0	3	0	0	3
	Aplicar fora do comércio	0	0	0	2	0	2
Total		7	21	3	3	2	37

Fonte: A autora (2015).

O interesse na aquisição dos empréstimos, em sua maioria, está na compra de produtos e no capital de giro (25), mas há solicitações, também, com a finalidade de iniciar um negócio (7), para reforma e construção (3) e para aplicar fora do comércio (2). Há alguns empréstimo com desvio da finalidade para o qual eles se destinavam, como é o caso de empréstimos para compra de produtos e para capital de giro (25), no qual 5 destes foram utilizados para a aplicação fora do comércio (1), compra de produtos e construção (2) e iniciar um negócio (2).

No Banco do Brasil (TABELA 38) foram registrados 5 empréstimos, sendo 3 para a compra de produtos e para capital de giro e 2 para reforma e construção. Nestes casos, não houve desvio da finalidade dos mesmos. Os empréstimos efetuados no Banco do Brasil variaram entre R\$ 2.000,00 e R\$ 100.000,00, com juros entre 1,5% a 2%, e prazo para pagamento de 9 a 24 meses.

Tabela 38 – Empréstimos realizados através do Banco do Brasil em Esperantina, pelos representantes das empreendimentos, São João do Arraial, 2015.

BANCO DO BRASIL (Esperantina)		Uso efetivo		Total
		Compra de produtos-capital de giro	Reforma-construção	
Finalidades	Compra de produtos-capital de giro	3	0	3
	Reforma-construção	0	2	2
Total		3	2	5

Fonte: A autora (2015).

A Caixa Econômica Federal aparece com 2 empréstimos concedidos com a finalidade e uso efetivo para a compra de produtos e para capital de giro (TABELA 39). Os valores financiados variaram entre R\$ 15.000,00 e R\$ 80.000,00, com taxas de juros de 2% e prazo de pagamento entre 9 e 24 meses.

Tabela 39 – Financiamentos realizados através do Caixa Econômica Federal em Esperantina, pelos representantes dos empreendimentos, São João do Arraial, 2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Esperantina)		Uso efetivo	Total
		Compra de produtos- capital de giro	
Finalidade	Compra de produtos- capital de giro	2	2
Total		2	2

Fonte: A autora (2015).

No Bradesco foi efetuado apenas 1 empréstimo no valor de R\$ 10.000,00 (TABELA 40), pago em 10 meses, para a compra de produtos e para capital de giro. Não houve registro da taxa de juros, pelo fato do entrevistado não lembrar.

Tabela 40 – Financiamentos realizados através do Bradesco em Esperantina, pelos representantes dos empreendimentos, São João do Arraial, 2015.

BANCO BRADESCO (Esperantina)		Uso efetivo	Total
		Compra de produtos-capital de giro	
Finalidade	Compra de produtos- capital de giro	1	1
Total		1	1

Fonte: A autora (2015).

Baseando-se nesses dados, pode-se afirmar que o Banco do Nordeste é a instituição que mais realiza empréstimos no município. A ação do Banco do Nordeste em concessão de empréstimo no município é forte, apesar de não possuir agência e nem correspondente bancário na cidade. Mas, apresenta a menor taxa de juros em relação às outras instituições e, de acordo com os entrevistados, há um funcionário do banco que visita frequentemente o município, divulgando os produtos do banco.

Por fim, a partir das necessidades dos empreendimentos que captaram empréstimo, foi possível identificar um padrão na captação (linhas de financiamento), principalmente, voltado à aquisição de produtos e para capital de giro, com juros, preferencialmente, de até 1,5%. Os valores mais recorrentes são superiores aos oferecidos pelo Banco dos Cacaís (de no máximo R\$ 1.000,00), sendo isto, talvez, um indicador do fato desse Banco não aparecer como instituição procurada para realizar empréstimos, por parte dos empreendimentos, apesar da burocracia das instituições escolhidas.

O município de São João do Arraial conta com o Fundo Municipal de Microcrédito e Apoio à Economia Solidária (FUMAES), criado em dezembro de 2007, que tem como um de seus objetivos, fomentar o crédito solidário. Em 2014, em visita ao município, soube-se que o mesmo estava sem repassar recursos periódicos ao Banco dos Cocais. Esse fato, dificulta a possibilidade do Banco em atender a esses empreendimentos que demandam por mais crédito.

8.3.2 Relação dos empreendimentos do município com o Banco dos Cocais

O papel dos empreendimentos nesse processo de inclusão do banco no município foi primordial, primeiro por acreditarem no uso de uma moeda diferente e na capacidade de troca desta por Real e, segundo, por incentivarem o uso da moeda social, pelos clientes, por meio de descontos nos produtos oferecidos para as compras em Cocal.

O surgimento da moeda Cocal exigiu confiança mútua entre o Banco e os empreendimentos locais, uma “aposta” de ambos na lógica social da moeda.

Decorridos 9 anos de implantação do Banco (2007), dentro da nova configuração econômica do município, a moeda Cocal faz parte das relações econômicas entre ofertantes e demandantes e os resultados refletem a imagem dessa nova configuração.

Assim, faz-se importante identificar como os empreendimentos veem o município, comparando entre o “antes” e o “depois” do Banco dos Cocais.

Desta forma, a pesquisa procurou identificar como os representantes dos empreendimentos veem o município “antes e depois” do Banco dos Cocais. Na categorização, as respostas, apontavam para uma “Qualificação do Município” pelos entrevistados, “antes” da chegada do Banco (QUADRO 20) estão subcategorizadas por razões que contemplam aspectos que ligam o município: a uma “Condição Geral Positiva”; a uma “Condição Geral Negativa”; à “Segurança”; aos “Serviços e Produtos Financeiros”; à “Circulação de Dinheiro”; ao “Potencial de Mercado”; e, de forma “Indiferente”. Há também aqueles que não sabem referenciar e outro que não responde.

No Quadro 20 pode-se encontrar as frequências que dão um maior destaque a visão do município “antes” do Banco, como sendo a “Condição Geral Negativa” (32), pois os entrevistados entendem o município como pouco desenvolvido, parado, escondido, como pode ser observado nas falas: “A cidade era escondida”; “a cidade aqui era parada”; “tudo era difícil”. As razões “Serviços e Produtos Financeiros” (16) são a segunda mais frequente, indicando uma condição de precarização dos serviços financeiros, como demonstra as seguintes falas: “era ruim porque tinha que ir buscar dinheiro em outro lugar”; “havia dificuldade financeira na cidade; “não tinha banco”. A subcategoria “Potencial de Mercado” (11) também é relevante e é explicada pelos entrevistados:

“Havia pouca renda no município”; “eu não tinha coragem de investir em um negócio”; “ruim porque o comércio era parado”.

Vale ressaltar que 18 pessoas se mostraram indiferentes à situação, qualificando o município como normal, sem diferença, sem mudanças, tendo sido agrupadas na subcategoria de Indiferente.

Quadro 19 – Como os representantes dos empreendimentos de São João do Arraial, veem o município “antes” da presença do Banco dos Cocais, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUCATEGORIAS	F	%	RESPOSTAS DADAS
QUALIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO	90	90,9	Condição Geral Positiva	6	6,1	Era bom; era regular; muitas pessoas viviam no município.
			Condição Geral Negativa	32	32,3	A cidade era escondida; a cidade era pouco desenvolvida; a cidade aqui era parada; era menos desenvolvida; era ruim; tudo era difícil.
			Indiferente	18	18,2	Normal; sem diferença; nada mudou; não mudou nada.
			Segurança	3	3,0	Antes era fácil ter assalto e levarem o dinheiro; havia mais facilidade de assalto; havia perigo por conta do roubo
			Serviços e Produtos Financeiros	16	16,2	Não tinha banco; era ruim pra pagar contas; era ruim porque tinha que ir buscar dinheiro em outro lugar; era ruim porque tinha que se deslocar pra ir ao banco; tinha que resolver tudo na outra cidade, sacar e pagar; ruim porque tínhamos que ir em Esperantina para sacar o dinheiro; havia dificuldade financeira na cidade.
			Circulação de Dinheiro	4	4,0	Pouco dinheiro; havia pouco dinheiro circulando; era difícil porque o dinheiro saía do município; não circulava dinheiro na cidade.
			Potencial do Mercado	11	11,1	Havia pouca renda no município; era difícil o comércio; eu não tinha coragem de investir em um negócio; o movimento do comércio era fraco; poucas vendas; ruim porque o comércio era parado.
NÃO SEI	8	8,1				
NÃO RESPONDEU	1	1,0				
TOTAL	99	100				

Fonte: A autora (2015).

Para a visão que os entrevistados têm do município “depois” da presença do Banco dos Cocais, as respostas dadas refletem, novamente, a “Qualificação do Município”, especificado nas mesmas subcategorias das respostas referentes à Qualificação do Município “antes” da presença do Banco. A diferença reside nas frequências encontradas nas subcategorias: “Condição Geral Positiva” (32) que pode ser explicada porque “A cidade se desenvolveu muito, agora é conhecida

e visitada”, “A cidade ficou mais conhecida” e “Ficou melhor em tudo”; e “Indiferente” (21) que se apresenta com frequência maior que na visão do banco “antes”. Nas demais, houve uma visão de ganho para a qualificação do município no que se refere ao “Potencial de Mercado”, “Circulação do Dinheiro”, “Serviços e Produtos Financeiros” e “Segurança” (QUADRO 21).

Quadro 20 – Como os representantes dos empreendimentos de São João do Arraial, veem o Município “depois” da presença do Banco dos Cocais.

CATEGORIAS	F	%	SUCATEGORIAS	f	%	RESPOSTAS
QUALIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO	90	90,9	Condição Geral Positiva	32	32,4	A cidade se desenvolveu muito, agora é conhecida e visitada; aumentou a economia; desenvolveu muito; o município ficou mais movimentado; ficou mais desenvolvido; mais desenvolvido; a cidade ficou mais conhecida; está melhor; ficou bom; ficou melhor em tudo; melhorou muito; melhorou bastante; melhorou.
			Condição Geral Negativa	2	2,0	Poucas pessoas vivem aqui.
			Indiferente	21	21,2	Do mesmo jeito; igual; normal; sem diferença.
			Segurança	4	4,0	Dificuldade de assalto por conta do dinheiro; diminuiu os roubos.
			Serviços e Produtos Financeiros	12	12,1	Aumentou a facilidade para resolver as coisas de banco; ficou mais fácil porque pago aqui; melhorou cem por cento porque tem onde pagar; melhorou porque agora dá pra resolver as coisas aqui mesmo na cidade; melhorou porque o dinheiro é tirado aqui; o povo não tinha essa opção de serviços que agora tem.
			Circulação de Dinheiro	9	9,1	Aumentou o dinheiro; correu dinheiro; trouxe mais renda; o dinheiro circula mais; o dinheiro fica mais aqui; o dinheiro ficou amarrado aqui no Arraial.
			Potencial do Mercado	10	10,1	Trouxe mais renda; melhorou porque centralizou a economia aqui; melhorou um pouco o comércio com a moeda; movimentou a economia do município; melhorou as vendas; melhorou muito por conta do comércio; melhorou porque o comércio cresceu; tive coragem de investir no comércio porque é seguro.
NÃO SEI	5	5,1				
NÃO RESPONDEU	4	4,4				
TOTAL	99	100				

Fonte: A autora (2015).

Ao verificar como os entrevistados veem a sua atividade econômica depois da abertura do Banco dos Cocais (QUADRO 22), considera-se apenas 26 entrevistados, pois os demais iniciaram a atividade econômica depois da abertura do Banco. As respostas podem ser categorizadas em “Qualificação da atividade econômica” (21) e em “Ambiente externo de negócio” (4).

Quadro 21 – Como os representantes dos empreendimentos veem o negócio, depois da abertura do Banco dos Cocalis em São João do Arraial-PI, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATEGORIAS	f	%	RESPOSTAS
QUALIFICAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA	21	0,8	Positiva	14	53,9	Ficou melhor; melhorou; melhor; ficou bem melhor; ficou um pouco melhor; melhorou mais; melhorou muito.
			Negativa	1	3,8	Ficou péssima.
			Indiferença/ Neutralidade	6	23,1	Não melhorou; não modificou; continua do mesmo jeito; igual; não mudou nada.
AMBIENTE EXTERNO DE NEGÓCIO	4	5,4	Clientes	2	7,8	Aumentou o número de clientes
			Segurança	1	3,8	Diminuiu o número de assaltos.
			Moeda	1	3,8	Passei a usar a moeda cocal.
NÃO SABE	1	0,8	-			
TOTAL	26	100				

Fonte: A autora (2015).

Os entrevistados se referem a “Qualificação da atividade econômica”, principalmente, de forma: “Positiva” (14), mas não especificam o motivo (“ficou melhor”, “melhorou”, “ficou bem melhor” entre outras); e com “Indiferença/neutralidade” (6). Vale ressaltar que um deles diz que a atividade econômica “ficou péssima”. Para a categoria “Ambiente externo de negócio” (4), as respostas se relacionam: ao número de “Clientes” (2), no sentido de que houve um aumento; à “Segurança” (1), porque diminuiu o número de assaltos e; à “Moeda” (1), porque o entrevistado afirma que passou a usá-la.

Assim, percebe-se que os empreendimentos locais, em sua maioria, entendem que houve uma melhoria no município com a atuação do Banco dos Cocalis, avaliado a partir dos benefícios à atividade econômica, mesmo para aqueles que não especificam as razões.

Com a construção do Banco dos Cocalis em São João do Arraial, os empreendimentos locais vivenciam mudanças na dinâmica econômica do município. A oferta de serviços financeiros desburocratizada, como o crédito, amplia a possibilidade de acesso e, com isso, amplia o uso da moeda social no ambiente econômico dos empreendimentos. É uma alternativa para diminuir a evasão de dinheiro do município.

8.4 A representação social construída pela população e empreendimentos sobre a atuação do Banco dos Cocais, e a inserção

A introdução de um Banco Comunitário e de uma moeda social em um território, no qual o modelo de banco e moeda, estão embasados no Sistema Financeiro Tradicional, mexem com o universo ‘consensual’ (MOSCOVICI, 2013). Os sujeitos passam a formatar um processo de construção dessa nova ‘realidade social’ (SÁ, 1995), confrontando a antiga e a nova forma.

O surgimento do Banco dos Cocais e da moeda social em São João do Arraial, promoveu uma tentativa de incorporação dessa realidade da “nova forma”, o que gerou uma tensão à partir do confronto das duas realidades.

Assim, esse processo de familiarização, com o novo, é feito conflitando os modelos de banco e moeda enraizados na população com, o modelo apresentado e incorporado ao cotidiano das pessoas,

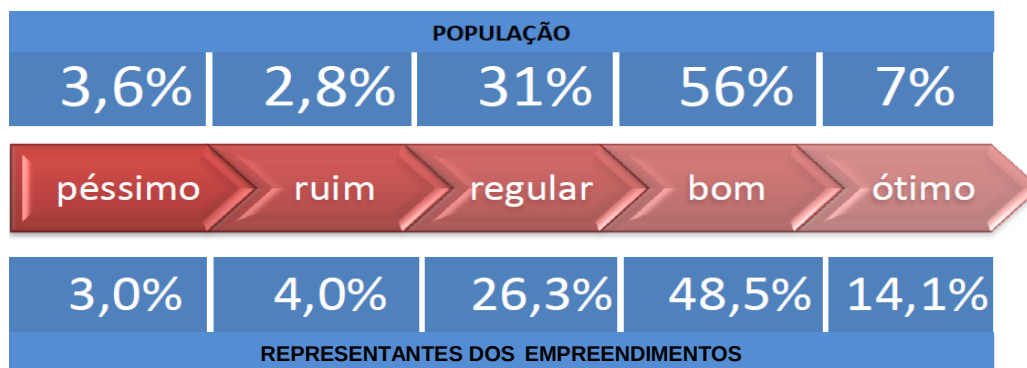
Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador (ideias, acontecimentos, pessoas, relações), que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria (podendo aí, ser uma relação positiva ou negativa), que nós pensamos ser apropriada. (MOSCOVICI, 2013, p. 61).

Os comparativos entre ambos os modelos (banco tradicional-banco comunitário e moeda tradicional-moeda social) são inevitáveis e perturbadores, até que os sujeitos, encontrem um modelo representativo no seu processo de “ancoragem e objetivação”, baseado na prática cotidiana e em aspectos ligados aos sujeitos e às suas atividades (psíquicos e sociais) (MOSCOVICI, 2013; JODELET, 2001).

Assim, diante da construção realizada, neste trabalho, acerca do município de São João do Arraial, do sistema financeiro tradicional, da economia solidária, dos bancos comunitários e, especificamente, do Banco dos Cocais, procurou-se identificar e analisar a representação social construída pela população e os empreendimentos locais, expressos em suas falas, o que ao longo deste capítulo já vem sendo tecido.

Quando os grupos de entrevistados (população e empreendimentos) avaliam a atuação do banco no município através de uma escala de Likert (FIGURA 49), pode-se observar que de uma forma geral, os dois grupos representam, em sua maioria, a atuação do Banco dos Cocais, como sendo boa (56% - população e 48,5% empreendimentos) ou ótima (7% - população e 14,1% - empreendimentos).

Figura 49 – Avaliação da atuação do Banco dos Cocaís, pela população e pelos representantes dos empreendimentos, São João do Arraial-PI, 2015.



Nota: O percentual das respostas/população considerou 316 formulários, pois 10 não conheciam o banco e não responderam a questão. Nos percentuais/representantes dos empreendimentos, considerou-se 100% dos entrevistados. Fonte: A autora (2015).

A população e os empreendimentos justificam suas escolhas de forma bem semelhantes nas categorias e subcategorias estabelecidas, variando em intensidade. As respostas remetem à construção de, duas grandes, categorias relativas ao: “Fator interno” do banco, ligada aos aspectos internos de seu funcionamento; e “Fator externo” que reúne os aspectos externos dos resultados do funcionamento do banco. Para o “Fator interno” do banco, estabeleceu-se as subcategorias que abrigaram e especificaram os seguintes aspectos: “Atendimento” com as subcategorias secundárias – “adequado” e “inadequado”; “Moeda cocal”, com subcategorias secundárias distintas para o grupo população (“abrangência”, “durabilidade”, “aceitação” e “rejeição”) e para os empreendimentos (“abrangência” e “qualificação”); “Serviços e demais produtos”, com as subcategorias secundárias – “adequados” e “inadequados” (em ambos os grupos); “Infraestrutura”, sem subcategoria secundária; e a subcategoria “Preferência”, exclusiva para a população (subcategoria secundária – “positiva”, “negativa” e “indiferente”) e “Qualificação geral do banco”, exclusiva para os empreendimentos (subcategoria secundária – “positiva”, “negativa” e “indiferente”).

Na categoria “Fator externo” foram identificados repostas que especificavam aspectos relativos aos benefícios trazidos para o município – “Benefício ao município” e relativos à “Segurança” (em ambos os grupos). Restando, ainda, outras categorias que contemplaram as demais repostas: “Não respondeu” (para ambos os grupos); e “Resposta inespecífica” e “Não conhece o banco”, para o grupo da população.

Dessa forma, os Quadros 23 e 24 expõem as categorias e subcategorias (primárias e secundárias), do grupo da população e do grupo dos empreendimentos, respectivamente.

Quadro 22 – Justificativas da **população**, para o conceito dado na atuação do Banco dos Cocalis no município de São João do Arraial, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATE- GORIAS PRIMÁRIAS	f	%	SUBCATE- GORIAS SECUNDÁ- RIAS	f	%	RESPOSTAS DADAS
FATOR INTERNO	203	62,3	Atendimento	52	16	Adequado	21	6,5	Sou bem atendido; gosto do atendimento e as pessoas trabalham bem; pelo atendimento bom; tem um ótimo atendimento.
						Inadequado	31	9,5	As pessoas não trabalham certo; às vezes falta atendimento bom; atendimento não muito bom; atendimento péssimo; atendimento ruim; falta atendimento; os funcionários não tratam bem; mau atendimento; não trabalham bem; o trabalho é mais ou menos; tem um atendimento regular; vai ser melhor se eu for bem atendida; tem um péssimo atendimento.
			Moeda Cocal	35	10,7	Abrangência	20	6,2	A moeda não usa em outro lugar; porque a moeda não vale em outros lugares; porque a moeda só circula no município e quando precisa sair não pode usar em outro lugar.
						Durabilidade	4	1,2	A moeda rasga; porque a cédula se suja e se desgasta; porque o cocal é frágil; o dinheiro não pode ser molhado.
						Aceitação	7	2,1	Porque tem a sua própria moeda; porque usa moeda própria.
						Rejeição	4	1,2	Porque é um dinheiro falso; porque não gosto da moeda; porque não gosto do dinheiro; prefiro o real.
			Demais Serviços e Produtos	90	27,6	Adequados	64	19,6	Aumentou os caixas e tem empréstimos; bom pra fazer empréstimo e pagar contas; dá mais facilidade pra gente; dá pra resolver algum negócio e pagar boleto; é mais perto para pagar as contas e emprestou dinheiro quando precisei; evita sair pra outra cidade; facilitou o recebimento de dinheiro e muita coisa pra gente; ficou melhor em questão de pagamentos; não me desloco pra outras cidades; porque ajuda na hora das necessidades de dinheiro; antes não dava pra resolver as coisas de pagar por aqui; porque libera coisas pras pessoas; porque posso pagar e pegar dinheiro; serve pra trocar o real pelo cocal.
						Inadequados	26	0,8	Às vezes atende às nossas necessidades e outras não; é pouco divulgado; porque às vezes o sistema está fora do ar; porque não sei a finalidade dele; porque tem gente que faz empréstimo e não precisa, e dá certo; precisa de mais projetos para ficar bom; a gente vai receber o bolsa família e às vezes não tem dinheiro; por falta de dinheiro; porque às vezes falta dinheiro.
			Preferência	20	6,1	Positiva	14	4,3	Gosto desse banco; porque acho ele bom; porque é bom; porque ele é cem por cento; ele é muito bom.
						Negativa	4	1,2	Não faço negócio com ele; não preciso dele pra nada.
						Indiferente	2	0,6	É um banco como outro qualquer; não faz diferença.
			Infraestrutura	6	1,8	-	-	-	É pequeno; falta uma boa estrutura física; infraestrutura pouca; lá é muito pequeno; por causa da estrutura ruim; poderia ser maior, é apertado.
FATOR EXTERNO	72	22,1	Benefício ao Município	59	18,1	Positivo	56	17,2	Acho legal porque tem uma identidade com a cidade; ajuda as pessoas do município; ajuda o pessoal carente; é bom pra cidade; desenvolve o município; é bom pra cidade crescer; é diferente e novidade pra quem vem de fora; faz o dinheiro ficar na cidade; melhorou a cidade; as pessoas gastam o dinheiro e ele circula aqui dentro; porque pensam que ele é uma coisa ruim, mas foi uma coisa boa que fizeram aqui para o município; serve bastante para a comunidade; tá ajudando o povo.
						Negativo	3	1,0	Não acho que a moeda tenha trazido algum benefício para a cidade; não trouxe influência para a cidade
			Segurança	13	4,0	-	-	-	Dificultou o roubo; diminuiu os roubos; bom porque não tem assalto; o ladrão não rouba o dinheiro; não tem perigo de assalto; porque fica difícil ter roubo e previne assalto.
RESPOSTA INESPECÍFICA	37	11,3							
NÃO CONHECE O BANCO	10	3,1							
TOTAL	326	100							

Fonte: A autora (2015).

As justificativas da população para o conceito atribuído ao Banco estão fundamentadas, em sua maioria, no “Fator interno” (62,3%) do banco, sendo principalmente: os “Demais serviços e produtos” “adequados” (19,6%); a “Moeda Cocal” (10,7%) no que diz respeito à sua “abrangência” (6,2%); e o “Atendimento” (16%) de forma “inadequada” (9,5%).

Para o “Fator externo”, os entrevistados da população elencam o fato do Banco ter trazido “Benefício ao município” (18,1%) de forma “positiva” (17,2%) e, também, em menor percentual, a “Segurança” (4%) como pontos para a conceituação do Banco no município.

Nas justificativas dadas pelos empreendimentos, há um certo equilíbrio com relação às categorias “Fator Interno” (49,5%) e “Fator Externo” (41,4%). Na categoria “Fator interno” destaque-se em específico as subcategorias: “Demais serviços e produtos” (24,3%) sendo qualificados como “adequados” (13%); e “Moeda Cocal” (11,1%) por conta da sua “abrangência” (7,1%). Para a categoria “Fator Externo” do banco, têm-se como aspectos relevante o “Benefício ao município” (38,4%) que é qualificado como “positivo” (37,4) pelos entrevistados.

Dessa forma, pode-se perceber que os dois grupos, em sua maioria, conceituam o Banco dos Cocalis de ótimo a bom e entendem que a atuação, deste, proporcionou benefícios gerais ao município e segurança. É importante considerar que para a população a categoria “Fator Externo” tem maior representatividade para os empreendimentos, (41,4%) do que para a população (22,1%). Percebe-se, ainda, que o atendimento é um quesito que deve ser melhorado na atuação do banco, principalmente, porque sua atuação está voltada para um público específico (de baixas renda e grau de instrução), o que muitas vezes pode dificultar o entendimento de certos procedimentos relativos ao funcionamento do banco. Observa-se também a necessidade de uma proximidade maior com o público (para mediar os serviços), o que deveria ser uma “obrigatoriedade” em atender bem, visto o papel do Banco Comunitário.

Com relação aos aspectos negativos, levantados pela população e empreendimentos, ressaltam-se duas subcategorias do “Fator interno”. A qualificação da “Moeda Cocal”, em específico quanto à sua “durabilidade”, “rejeição”, “abrangência” e “qualificação”, pode ser exemplificada pelas falas: “a moeda não usa em outro lugar”; “a moeda rasga”; “porque é um dinheiro falso”; “pela dificuldade de troca do dinheiro”.

Os aspectos negativos, elencados nos “Demais serviços e produtos”, podem ser representados pelas falas a seguir: “as vezes atende às nossas necessidades e outras não”; “falta de dinheiro [Real] para trocar”.

Quadro 23 – Justificativas dos **empreendimentos**, para o conceito dado na atuação do Banco dos Cocalis no município de São João do Arraial, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATEGORIAS PRIMÁRIAS	f	%	SUBCATEGORIAS SECUNDÁRIAS	F	%	RESPOSTAS
FATOR INTERNO	46	49,5	Atendimento	6	6,1	Adequado	3	3,0	Atendimento bom; melhorou o atendimento.
						Inadequado	3	3,0	Atendimento ruim; por causa do atendimento ruim.
			Moeda Cocal	11	11,1	Abrangência	7	7,1	A moeda não pode circular fora; não circula em outros lugares;
						Qualificação	4	4,0	A moeda é bem interessante; é pequena; a moeda não é de boa qualidade; Pela dificuldade de troca do dinheiro; porque às vezes preciso fazer a troca de dinheiro e não troca.
			Serviços e Demais Produtos	24	24,3	Adequados	13	13,2	Ajuda na retirada do bolsa família; facilitou pra quem quer tirar empréstimo e pagar porque faz aqui ao invés de ir pra Esperantina; facilita as transações financeiras; porque a gente pode sacar, depositar e trocar dinheiro.
						Inadequados	11	11,1	Falta dinheiro; não tem dinheiro para fazer a troca de cocal por real; porque às vezes quando vai receber não tem dinheiro lá; falta de dinheiro pra trocar; falta controle dos empréstimos consignados; tem muita fila.
			Infraestrutura	2	2,0	-	-	-	Estrutura física ruim; precisa melhorar a estrutura.
			Qualificação Geral do Banco	3	3,0	Positiva	1	1,0	Porque é bom; porque gosto de lá; por dá várias opções para as pessoas; porque se eu precisar dele, ele me atende; porque serve pra gente resolver alguns problemas.
						Negativa	1	1,0	Porque não é ótimo; não consigo resolver todas as coisas lá; não traz novidades; no início ele era mais vantajoso, mas agora tá parado;
						Indiferente	1	1,0	É um banco como outro qualquer; não faz diferença pra mim.
FATOR EXTERNO	44	41,4	Benefício ao Município	38	38,4	Positivo	37	37,4	Ajuda a cidade; concentra a renda na cidade; cresceu a cidade; beneficiou a cidade; desenvolveu a cidade; trabalhou a cultura e aumentou o turismo do município; foi bom para o município; faz a economia girar; faz com que a cidade cresça e o comércio se desenvolva; aumentou a economia do município; melhorou a atividade econômica; por ajudar bastante o município; aumentou o dinheiro na cidade; porque paga os aposentados e eles gastam o dinheiro na cidade.
						Negativo	1	1,0	Não contribui como deveria para o desenvolvimento da cidade.
			Segurança	6	6,1	-	-	-	Evita assaltos por causa da moeda; não tem roubo; o roubo na cidade diminuiu; porque não tem perigo de assalto; porque tem moeda cocal e diminui os assaltos.
NÃO RESPONDEU	9	9,1	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	99	100							

Fonte: A autora (2015).

Percebe-se que há a necessidade de uma atuação do Banco, no sentido de refazer a sensibilização do município (como um todo), sobre o propósito do Banco Comunitário e da moeda social, que é de estimular o crescimento local, por meio da circulação do Cocal internamente. E, principalmente, deve evidenciar a importância do papel da comunidade na gestão e funcionamento do Banco.

Essa proximidade, do Banco com a população e com os empreendimentos, é importante para que, estes, entendam as dificuldades financeiras do Banco e as questões relativas à qualidade e aos custos da moeda. Por outro lado, identifica-se a necessidade do Banco dos Cocais em realizar, periodicamente, pesquisa das demandas financeiras do município, a fim de adequar os seus serviços (troca de moeda, crédito e pagamento) e, com isso, conseguir planejar de forma mais estratégica os poucos recursos que administra.

Assim, pode-se afirmar que a atuação do Banco dos Cocais no município de São João do Arraial, para a população e para os representantes dos empreendimentos, está representada através dos benefícios trazidos e percebidos pelas suas ações que, para a sua maioria, é positiva.

A identificação do Banco dos Cocais feita pela população e pelos empreendimentos, é um fator importante para manter as relações de uma maneira participativa. Para que essa identificação tenha uma base de sustentação forte, é preciso que exista uma ligação entre a **história de construção do banco** e o **fazer parte desta** e que, esta última, deve ser intensa.

Nesse sentido, quando os entrevistados dos grupos foram indagados a lembrar como o Banco dos Cocais foi criado e quem seria o seu “proprietário” (QUADRO 25), observou-se em ambos os grupos, que 287 entrevistados da população e 63 representantes dos empreendimentos não sabem como o Banco foi criado. Isso é preocupante, pois representa que há um distanciamento dos entrevistados, dos dois grupos, com a história/construção do Banco.

Observa-se que mesmo para aqueles entrevistados que disseram saber como o Banco foi criado (nos dois grupos), as respostas não correspondem ao relato de uma história de criação, como se esperava, mas sim, de uma enumeração dos nomes dos sujeitos que deram origem ao Banco, de acordo com cada respondente. Nesse sentido, para os dois grupos, a história de criação do Banco está representada na figura do ex-prefeito Sr. Francisco Limma (114 entrevistados da população e 31 representantes dos empreendimentos).

Quadro 24 – Como o Banco dos Cocais foi criado e quem é o seu “proprietário”, de acordo com a população e os representantes dos empreendimentos, em São João do Arraial-PI, 2015.

POPULAÇÃO				EMPREENDIMENTOS			
Como o banco foi criado		Quem é o “proprietário”		Como o banco foi criado		Quem é o “proprietário”	
Resposta	f	Respostas	f	Respostas	f	Respostas	f
Não sabe	287	Não sabe	287	Não sabe	63	Não sabe	84
O Limma criou	114	A comunidade	3	Limma	31	A família do Limma	1
Foi uma Associação que trouxe	2	Nós	3	Uma associação	2	O Limma	4
Pela comunidade	1	Uma associação comunitária	2	Foi o prefeito	2	Banco do Brasil	1
Veio de Fortaleza	1	O Mauro (gerente)	2	A prefeitura	1	A comunidade	1
Não conhece o banco	10	Limma e outra pessoa	1			O Mauro	1
		O município	1			Uma pessoa de Fortaleza	1
		João Tomaz	1			O Governo	1
		A sociedade e os moradores da cidade	3			O município	3
		Os trabalhadores	1			Uma Associação	1
		O Adriano	1			Vilma	1
		Uma ONG	1				
		Não conhece o banco	10				
		Não respondeu	10				
TOTAL	326	TOTAL	326	TOTAL	99	TOTAL	99

Fonte: A autora (2015).

Quanto à propriedade do banco, os grupos se dispersam na denominação do proprietário, sendo, essa, legada a pessoas da comunidade – João Tomaz e Adriano (atual prefeito), no grupo da população, e Vilma (proprietária da Lotérica), no grupo dos empreendimentos. Aparece nos dois grupos a figura do ex-prefeito, o gerente do Banco o Sr. Mauro e algumas instituições (Prefeitura, Banco do Brasil, ONG e Associações). Por fim, as respostas que mais se aproximam (11) da realidade buscada são: “nós”, “a comunidade”, “a sociedade e os moradores da cidade” e “os trabalhadores”. Ressalta-se que essas respostas mais próximas da realidade são observadas para população (10) do que para os empreendimentos (1).

Assim, pode-se afirmar que a representação construída, pelos grupos, à cerca da história de criação do Banco e de quem é o seu “dono/proprietário” está embasada na figura do ex-prefeito e, na história, de estruturação do Banco que foi comandada por ele. Isso possibilita inferir que a participação comunitária na idealização e constituição do Banco foi menor do que o necessário, para gerar uma identificação da população geral com o mesmo e como o seu ideal. Esse distanciamento, dos munícipes, fortalece a pouca assimilação e sentimento de pertencimento e apropriação do Banco.

Outra questão relevante para compreender como os entrevistados representam o Banco, é identificar como o Banco pode melhorar a sua atuação no município (QUADROS 26 e 27).

Nesse sentido, os resultados da pesquisa apontam para uma categorização muito semelhante para os dois grupos, na qual há duas categorias. A “Atuação interna” do banco é de, 58,9% para a população e 89,9% para os empreendimentos. Nesta categoria há 6 subcategorias comuns aos dois grupos – “atendimento”, “segurança”, “infraestrutura”, “moeda cocal”, “moeda real”, “demais produtos e serviços”. Há também a categoria “Atuação externa” do banco que representa 1,2% para a população e 1,0% para os empreendimentos.

Das subcategorias da “Atuação interna”, tem-se o: “Atendimento” que aponta para uma insatisfação dos grupos, sendo de 15,6% para a população e 18,2% para os empreendimentos; “Moeda Real”, que expressa a falta de dinheiro Real para saques, sendo uma das principais reclamações dos serviços do Banco, para os empreendimentos (21,2%) e para a população (12,5%).

Em relação à subcategoria “Moeda Cocal” (18,2% para os empreendimentos e 6,1% para a população) os grupos têm reivindicações parecidas, principalmente, relacionadas à qualidade da moeda (“moeda mais resistente”, “pra não rasgar mais”, “o dinheiro é muito frágil”), ao uso em outros locais (“que a moeda circule em outros locais, porque trocar é muito difícil”, “aceitar o dinheiro em outras cidades”, entre outras). Além disso, os entrevistados dos dois grupos indicam sugestões interessantes de serem avaliadas, como a confecção de “cédulas de C\$20 e C\$50” e a disponibilidade de “troca da moeda no final de semana”. Há, também, sugestões radicais como: “acabar com o cocal e só usar o real”, “mudar a moeda para o dinheiro normal” e “acabe com a moeda”.

As respostas que compõem a subcategoria “Demais serviços e produtos”, expressa a demanda dos entrevistados (de ambos os grupos) por produtos e serviços específicos para suas necessidades e que ainda não são ofertados pelo banco. Essas demandas podem ser identificadas nas seguintes falas: os empreendedores apontam “linha de crédito com valor maior e taxa de juros menor que os outros bancos”, “aumentar o limite das operações de saque e depósito”, “caixa eletrônico”; a população demanda, entre outras coisas, por “projetos que funcionem”, “divulgação”, “melhorar o valor dos empréstimos”, “mais informações sobre o banco”, “mais créditos” e “autoatendimento”.

Quadro 25 – O que falta na atuação do Banco dos Cocalis, para que ele fique melhor, segundo a população do município, São João do Arraial-PI, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATEGORIAS PRIMÁRIAS	f	%	RESPOSTAS DADAS
ATUAÇÃO INTERNA	192	58,9	Atendimento	51	15,6	Atendimento; atendimento melhor; um bom atendimento; falta atendimento de qualidade; funcionários mais capacitados; gente capacitada; melhorar o atendimento; mudar os funcionários; ter bons funcionários; um melhor atendimento porque a pessoa que trabalha lá me maltratou; mais funcionários.
			Segurança	8	2,5	Falta segurança; segurança.
			Infraestrutura	22	6,7	Ampliar e climatizar; ampliar porque é pequeno; ampliar; aumentar o espaço; aumentar o espaço e ter mais organização; banco maior porque não tem espaço; estrutura melhor; falta estrutura e conforto.
			Moeda Cocal	20	6,1	Mudar a moeda para dinheiro normal; mudar o dinheiro; trabalhar mais com o real; aceitar o dinheiro em outras cidades; que a moeda circule em outras cidades; receber a moeda em outros lugares; valer em outras cidades; trocar a moeda para a população; trocar cocalis por reais; moeda mais resistente; melhorar a moeda pra não rasgar mais; o dinheiro é frágil; mudar a cédula; uma cédula mais resistente; ter cédulas de 20 e 50; acabar com o cocal e usar só o real; mais cocalis; mudar o dinheiro.
			Moeda Real	41	12,5	Ter dinheiro pra trocar o cocal; não faltar dinheiro pra trocar; colocar mais real; mais real; trabalhar mais com o real.
			Demais Serviços e Produtos	23	7,1	Crédito para a população; abrir mais créditos; caixa eletrônico; projetos que funcionem; divulgação; um aparelho próprio para autoatendimento; fazer todas as operações que os outros bancos não fazem; melhorar o valor dos empréstimos; que aceitasse todo cartão; mais informações sobre o banco; fazer negócios para o povo; divulgação dos serviços.
			Continuidade	20	6,1	Tá bom do jeito que tá; não precisa mudar nada; nada; tá ótimo; não precisa nada.
			Inespecífico	7	2,1	Atualização; ficar grande; mais investimentos; um novo banco; se desenvolver; crescer.
ATUAÇÃO EXTERNA	4	1,2	Relação com o Município	4	1,2	Aplicar o dinheiro na cidade; beneficiar o município; trabalhar com a comunidade; contribuir com a cidade.
EXTINGUIR	1	0,3	-	-	-	Acabar com esse banco.
NÃO SEI	16	4,9				
NÃO RESPONDEU	103	31,6				
NÃO CONHECEM O BANCO	10	3,1				
TOTAL	326	100				

Fonte: A autora (2015).

Quadro 26 – O que falta na atuação do Banco dos Cocais para que ele fique melhor, de acordo com os empreendimentos, São João do Arraial, 2015.

CATEGORIAS	F	%	SUBCATEGORIAS PRIMÁRIAS	f	%	RESPOSTAS
ATUAÇÃO INTERNA	89	89,9	Atendimento	18	18,2	Ampliar e melhorar o atendimento; atendimento; um melhor atendimento; melhorar o atendimento porque tratam mal o público; mais funcionários.
			Segurança	3	3,0	Ter segurança; segurança; lá não tem segurança.
			Infraestrutura	8	8,1	Estrutura mais cômoda e maior; conforto no ambiente; conforto na estrutura física; conforto na infraestrutura; estrutura física maior; estrutura física porque falta energia e o sistema fica fora do ar; melhorar a estrutura do prédio; ter mais conforto; melhorar a ventilação.
			Moeda Cocal	18	18,2	Melhorar a qualidade da moeda cocal; receber a moeda em outros municípios; levar a moeda para outras cidades; trabalhar a aceitação da moeda; o cocal ser aceito em outros municípios; o papel da moeda é muito frágil e precisa melhorar; que a moeda circule em outros locais porque trocar é muito difícil; quero que a moeda cocal acabe; tirar a moeda cocal; ter disponibilidade de troca de cocais no final de semana.
			Moeda Real	21	21,2	Dinheiro pra trocar o cocal; aumentar o dinheiro; colocar mais dinheiro; dinheiro porque vou trocar e não tem; falta real; que tivesse mais dinheiro; falta real pra trocar o cocal; ter dinheiro.
			Demais Serviços Produtos	14	14,1	Caixa eletrônico; linha de crédito com valor maior e uma taxa de juros menor que os outros bancos; mais opções de correspondentes; aumentar o limite das operações de saque e depósito; aumentar o valor dos empréstimos; capital de giro; fazer mais empréstimo e aumentar o valor; fazer todas as operações que um banco convencional faz; que quando fizesse o empréstimo o dinheiro chegasse com um mês; ter empréstimos; que tivesse o correspondente do Banco do Brasil.
			Inespecífica	2	2,0	Fazer parcerias; ficar maior; criarem alguma coisa de novidade; faltam parcerias.
			Sem Mudança	5	5,0	Nada; nada já está bom; não precisa mudar nada; não precisa porque está bom; nenhuma mudança.
ATUAÇÃO EXTERNA	1	1,0	Relação com o Município	1	1,0	Que trabalhasse mais com a população, com mais projetos para a cidade.
EXTINÇÃO	1	1,0	-	-	-	Que o banco acabe.
NÃO SEI	2	2,0	-	-	-	-
NÃO RESPONDEU	6	6,1	-	-	-	-
TOTAL	99	100	-	-	-	-

Fonte: A autora (2015).

A subcategoria “Infraestrutura” deve ser destacada, visto que 6,7% da população e 8,1% dos empreendimentos a indicam. Nas falas dos entrevistados, observa-se faltas da infraestrutura, como pode ser especificado com as falas: “estrutura física, porque falta energia e o sistema fica fora do ar”; “banco maior, porque não tem espaço”; “falta estrutura e conforto”.

No grupo da população, a categoria “Não respondeu” (31,6%) é mais significativa do que para os empreendedores (6,1%). As outras categorias englobaram os que disseram, “Não sei” – população (4,9%) e o outro grupo (2%) – e os que “Não conhecem o banco” (3,1% - apenas para a população). Há também a categoria de “Extinção” (1% para os empreendedores e 0,3% para a população), que os entrevistados entendem que o banco deve acabar.

Na concepção, dos grupos pesquisados, sobre a melhoria da atuação do Banco dos Cocais no município, percebe-se que estas indicações estão mais arraigadas às mudanças que gerem benefícios individuais, por meio da “Atuação interna” do Banco. Especificamente, aqueles benefícios que são contemplados pelas melhorias no atendimento, na infraestrutura, nos serviços e produtos, na segurança do ambiente bancário e no uso das duas moedas (Real e Cocal).

As concepções de melhoria ligadas à “Atuação externa” são uma segunda opção, mas que apresentam pouca representatividade. Isto é um aspecto que pode configurar, mais uma vez, uma falta de construção da melhoria coletiva, principalmente, quando os sujeitos representantes dos empreendimentos do município sugerem, como melhorias para a atuação do Banco, que: “o cocal ser aceito em outros municípios”, “que a moeda circule em outro lugar” e “que moeda acabe”. Isso demonstra a falta de entendimento sobre os benefícios que a moeda pode trazer para seu empreendimento e para o crescimento do município. Há situações que essa não compreensão dos benefícios está atrelada ao posicionamento partidário dos sujeitos. Em ambos os motivos, o que se evidencia é que a melhoria da atuação do Banco representa uma busca individualista e não coletiva.

Dessa forma, a melhoria da atuação do Banco no município, de acordo os grupos da pesquisa, representa a busca de ganho individual acima do ganho coletivo, possivelmente alicerçado na falta de conscientização do que ele representa e do que ele pode construir coletivamente. Assim, predomina-se os benefícios individuais, como também a falta de um ambiente solidário, moldado em relações. Enfim, observa-se a falta de um território da solidariedade.

Além da representação social construída acerca da atuação do Banco no município, é importante identificar a **inserção**, deste, por meio do uso da moeda social e até onde ela chega na dimensão espacial do território. Dentro disto, alguns aspectos relativos ao seu uso são necessários de serem retomados.

A moeda Cocal é a marca da ação do Banco no município. A moeda circula localmente e, para a população, não é permitida a troca por Real como é feito com os empreendimentos. A exceção é feita, após a análise do gerente do banco, para casos de emergência, como viagens para tratamento médico, aquisição de medicamentos e produtos que não existem na cidade. Assim, a moeda Cocal circula nas relações de compra e venda no município e em serviços financeiros realizados no Banco dos Cocalis e na Lotérica.

Na pesquisa junto à população, apenas 7 pessoas disseram que não usam a moeda e 2 optaram por não responder a pergunta (QUADRO 28). Os demais entrevistados utilizam a moeda por gostarem da moeda ou por razões relacionadas à necessidade de segurança e por sentirem obrigados pela “força” de circulação da moeda no mercado local e nas instituições financeiras.

Dessa maneira, de acordo com os motivos dados pela população para justificar o uso da moeda, definiu-se as categorias de “Segurança”, “Preferência”, “Circulação na Cidade”, englobando as subcategorias – “Instituições Financeiras”, “Comércio” e “Inespecífico”. Ainda há as categorias de “Obrigatoriedade”, “Não Respondeu” e “Não Usam a Moeda”.

Observou-se que o maior motivo para o uso da moeda é a Circulação na Cidade, com 288 frequências, sendo a sua circulação justificada: de forma “Inespecífico” (144) que é identificado nas falas “porque recebo e repasso”; “porque todo mundo usa”; “porque circula aqui”; pelas “Instituições Financeiras” (119) que têm um papel significativo no estímulo ao uso da moeda, por realizar saques e pagamentos utilizando, preferencialmente, a moeda local. Nessa subcategoria, os relatos que exemplificam são: “porque recebo na Lotérica”; “recebo quando vou sacar o benefício”; “recebo quando vou pagar o talão da conta”.

Quadro 27 – Motivos que levam à utilização da moeda cocal, pela população, e onde a utilizam, São João do Arraial, 2015.

CATEGORIAS	f	%	SUBCATEGORIAS	F	%	RESPOSTAS DADAS
SEGURANÇA	3	0,9	-	-	-	Por evitar roubos; porque é um tipo de segurança; porque pode pagar qualquer coisa na cidade e os ladrões não roubam; uso porque o ladrão não quer.
PREFERÊNCIA	11	3,4	-	-	-	Porque tem que valorizar a moeda; porque gosto da moeda; porque é boa; porque é bom.
CIRCULAÇÃO NA CIDADE	288	88,4	Instituições Financeiras	119	36,5	Porque recebo na lotérica; porque recebo no Banco dos Cocais; porque recebo no bolsa família; porque quando vou receber meu dinheiro, só recebo cocal no banco; recebo no banco e na lotérica; recebo na hora da aposentadoria; recebo quando vou sacar o benefício; recebo na lotérica quando vou sacar a aposentadoria; recebo quando vou pagar o talão da conta.
			Comércio	25	7,7	Porque os comerciantes passam pra gente; porque recebo o troco em cocal; quando recebo no comércio; pelo fato de ser aceito em todos os comércios;
			Inespecífico	144	44,2	Porque recebo na cidade; porque recebo e repasso; recebo no município; porque circula na cidade; porque circula aqui; porque circula em nossa cidade; porque é muito utilizada; porque é a moeda da cidade; porque é bem fácil utilizar na cidade; porque é o nosso próprio dinheiro; porque é da região; porque se usa aqui na cidade; porque só serve aqui na cidade; porque todo mundo usa.
OBRIGATORIEDADE	15	4,6	-	-	-	Porque às vezes não tem real; porque não tem real; porque é o jeito; porque quando não tem outro, a gente usa; porque se não usar fica perdida; porque sou obrigada.
NÃO RESPONDEU	2	0,6	-			
NÃO USAM A MOEDA	7	2,1				
TOTAL	326	100				

Fonte: A autora (2015).

Em quais locais a moeda circula e a forma como os sujeitos a utilizam é outro aspecto a ser analisado. Nesta procurou-se mapear os caminhos de circulação da moeda por meio de seus locais de destinação, contribuindo para análise da inserção da moeda. Porém, as respostas dadas pelos entrevistados não possibilitou o alcance deste objetivo pois, as respostas não especificaram o local, mas sim o que fazem com moeda (QUADRO 29).

Assim sendo, identificou-se três categorias: “Estabelecimento” (314), “Não Respondeu” (5) e “Não Utiliza” (7). A categoria Estabelecimento pode especificada nas subcategorias “Instituições Financeiras”, “Comércio”, “Comércio/Instituição Financeira” (representa o comércio que possui correspondente bancário) e “Inespecífico/Cidade” (designando a circulação no município de forma não especificada).

Quadro 28 – Onde a população utiliza a moeda cocal, São João do Arraial, 2015.

CATEGORIAS	F	%	SUBCATEGORIAS	f	%	RESPOSTAS DADAS
ESTABELECIMENTO	314	96,3	Instituições Financeiras	38	11,7	Pago as contas com ela; pago as contas.
			Comércio	199	61,0	No comércio; compro alimentos no comércio e outras coisas; compro no comércio local; compro coisas no comércio; compro comida no mercadinho; no comércio da região; repasso no comércio; compro alimentos; utilizo no comércio e nas lojas; compor no comércio do Gilmar; compro no comércio do Marques; gasto no comércio do Jenivaldo; uso no comércio Força Jovem.
			Comércio/Instituição Financeira	36	11,0	Compro e já pago as contas; faço compras e pagos as contas lá; compro comida no mercadinho e aproveito pra pagar as contas; faço compras e pagamentos no comércio.
			Inespecífico/Cidade	41	12,6	Aqui dentro da cidade; gasto dentro do próprio Arraial; gasto na cidade; uso aqui no município; utilizo na cidade.
NÃO RESPONDEU	5	1,5				
NÃO UTILIZA	7	2,1				
TOTAL	326	100				

Fonte: A autora (2015).

É possível perceber o quanto o “Comércio” (199), as “Instituições Financeiras” (38) e o Comércio/Instituição Financeira (36) são agentes que dinamizam a circulação da moeda, o que demonstra como esses empreendimentos contribuem para a inserção da moeda.

Destaca-se, assim, como a aceitação por parte dos comerciantes é decisiva para a circulação da moeda, como pode ser observado nas falas: “gasto no comércio do Jenivaldo”; “compro no comércio do Gilmar”; “compro comida no mercadinho”; “uso no comércio Força Jovem”. As Instituições Financeiras (Banco dos Cocal e Lotérica) também têm papel relevante nesse processo, com destaque especial para a Lotérica que recebe moeda local nos pagamentos lá efetuados, mesmo sendo uma Instituição do Sistema Financeiro Nacional, no qual o Real é a moeda oficial. Além disso, a Lotérica repassa a moeda para meio dos serviços de saque e recebimentos. Essa atuação da Lotérica demonstra a importância de seu papel social, para o fortalecimento do território do Banco dos Cocal e, conseqüentemente, do crescimento do município.

Para completar a análise da inserção da moeda no município, tem-se que analisar o grupos dos empreendimentos. É importante ressaltar que esta foi realizada em dois momentos, nos anos de 2014 e de 2015.

Na primeira pesquisa realizada, em 2014, em que se buscou obter uma perspectiva da prática de uso da moeda social no município, por meio de sua espacialidade nos empreendimentos da Avenida Vicente Augusto, principal avenida do município (concentra 80% dos empreendimentos do município), observou-se que, praticamente, todos os empreendimentos utilizavam a moeda social.

Em 2014, foram considerados 74 estabelecimentos (FIGURA 50), identificados de acordo com o “uso da moeda”. A partir disso, foram evidenciadas cinco situações: a) não realiza nenhum tipo de operação com a moeda e com o Banco (pontos em vermelho); b) apenas recebe a moeda Cocal (pontos em amarelo); c) recebe a moeda Cocal e troca por Real no Banco (pontos em azul); d) recebe moeda Cocal e troca por Real e realiza um ou mais serviços no Banco (pontos em laranja); e) não recebe a moeda Cocal, mas faz serviços no Banco (pontos em rosa).

Figura 50 – Empreendimentos da Avenida Vicente Augusto em São João do Arraial-PI e sua relação com a moeda e o Banco dos Cocalis, em 2014.



Fonte: A autora (2014).

Identificou-se 2 empreendimentos (pontos em rosa) que se relacionam com o Banco, mas não aceitam a moeda Cocal. O primeiro é uma financeira e o outro é uma loja de móveis e eletrodomésticos, que alega não usar a moeda, por ser uma empresa de outro município. Os pontos em vermelho são empreendimentos (churrascaria, loja de roupas, loja de bombons e chinelas artesanais e clínica odontológica) que não utilizam a moeda Cocal e não fazem serviços com o Banco dos Cocais. Os motivos alegados por eles são: político/partidário e por não quererem receber uma moeda que não vale em outros lugares.

Os empreendimentos que rebem moeda Cocal são 68, sendo os 7 pontos em amarelo, 28 pontos em azul e 33 pontos em laranja. Tem cores diferentes, devido ao fato de se relacionarem ou não com o Banco e de que forma. Os empreendimentos em amarelo destacam que não precisam se relacionar com o Banco, pois ao receberem a moeda Cocal, a repassam rapidamente para seus clientes, como troco, e para outros empreendimentos do município, ao adquirirem produtos.

Na pesquisa de 2015, identificou-se que a moeda chega e é aceita em todos os empreendimentos (99) visitados pelos pesquisadores (TABELA 41). Nessa pesquisa, além dos empreendimentos localizados na Avenida central, há outros nas imediações (bairro Centro), aceitando a moeda.

Tabela 41 – Inserção/aceitação da moeda pelos empreendimentos de São João do Arraial-PI, 2015.

Bairro/Localidade	Aceita a Moeda “cocal” Sim
Sossego	5
Centro	86
Liberdade	1
COHEB I e II	2
Marruazinho	1
Boca da Mata	1
São José dos Órfãos	1
Maranjá	1
Chapada da Sindá	1
TOTAL	99

Fonte: A autora (2015).

Todos os empreendimentos entrevistados recebem a moeda Cocal e apenas 1 deles oferece promoção, para quem compra em moeda Cocal, sendo este de 5% nas compras a partir de R\$ 100,00.

No entendimento dos empreendimentos, os motivos para a aceitação da moeda Cocal, pela clientela, estão relacionados a aspectos internos ao ambiente da atividade econômica. No entendimento dos entrevistados, o Cocal traz benefícios e pressupõe uma relação de credibilidade

entre o empreendimento e o cliente. Há, também, motivos externos à atividade econômica, que configuram aspectos que interferem na atividade econômica.

Dessa forma, optou-se por separar as respostas dadas em categorias e subcategorias que são: “Motivos Internos”, com as subcategorias de “Credibilidade” e “Benefícios”; “Motivos Externos”, com as subcategorias de “Segurança”, “Beneficia o Município”, “Obrigatoriedade” e “Pela Circulação”; e “Não Respondeu” (QUADRO 30).

Há uma forte vinculação da aceitação da moeda aos “Motivos Externos” (80), especificado pela “Pela Circulação” (58) que a moeda possui no município, como pode ser exemplificado pelas falas: “porque Cocal não falta, mesmo que falte o Real”; “é a moeda que mais tá valendo aqui dentro”; “por conta de ser o maior dinheiro corrente”.

Isso traz um entendimento de que o poder de circulação da moeda é maior que os “Benefícios” (4) que ela proporciona ao grupo. Somando-se a isto o sentido da “Obrigatoriedade” (13) da aceitação da moeda por parte dos empreendimentos, deixando claro seu uso por conta de razões impositivas (“por falta de opção”; “porque não vou dizer não para o cliente que chega com o Cocal”; “porque sou obrigado a receber”). Isso reforça o entendimento do uso como uma reação a algo que é mais imposto do que compartilhado.

Quadro 29 – Motivos pelos quais os empreendimentos de São João do Arraial-PI recebem a moeda Cocal, 2015.

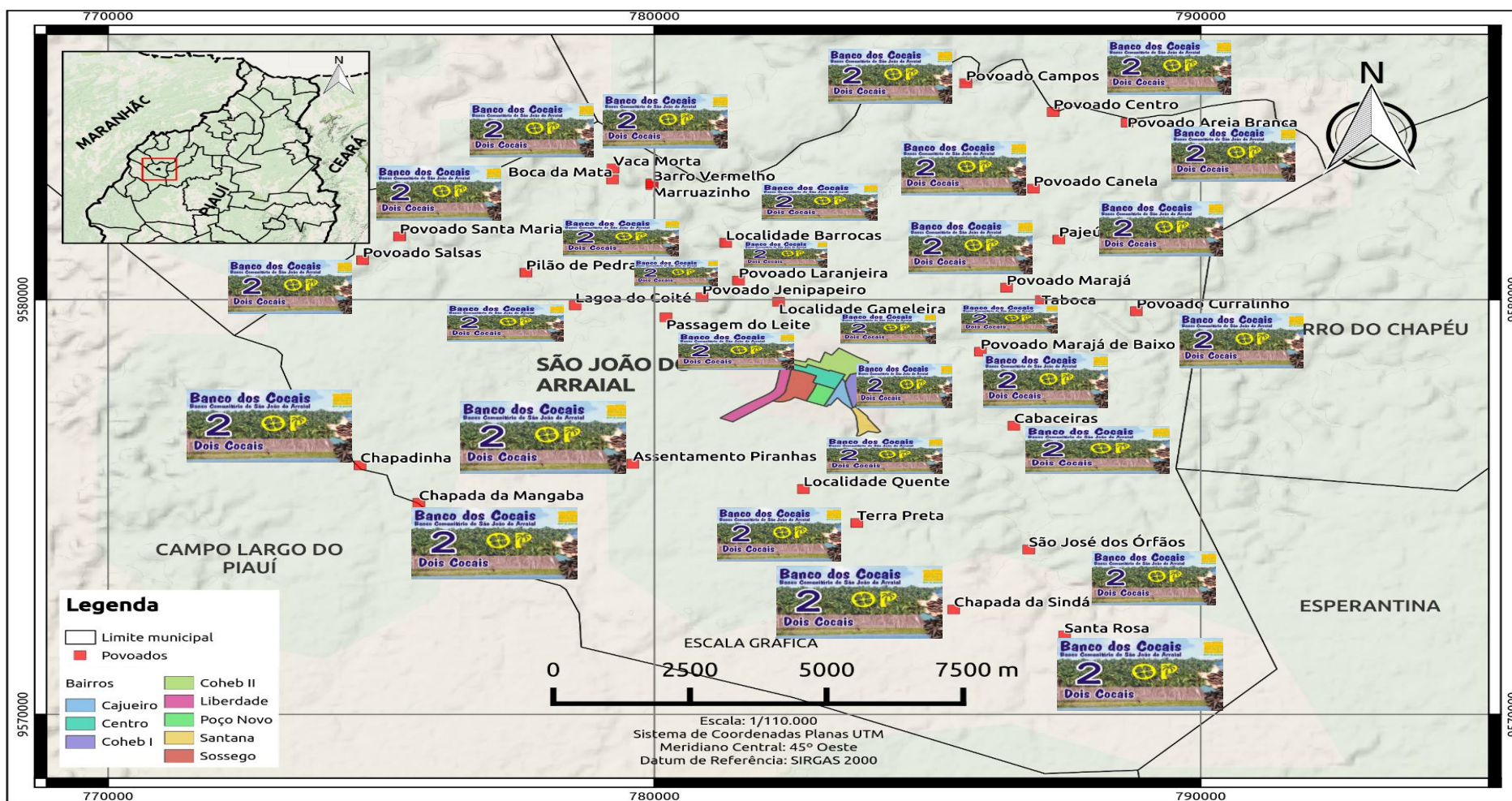
CATEGORIAS	F	%	SUBCATEGORIAS	f	%	RESPOSTAS
MOTIVOS INTERNOS	11	11,1	Credibilidade	7	7,1	Por ser uma moeda boa; é a moeda mais forte da cidade; a moeda é forte.
			Benefícios	4	4,0	Ajuda no faturamento; é um meio de receber; porque é a forma de vender mais; porque facilita o crescimento do meu comércio.
MOTIVOS EXTERNOS	80	80,8	Segurança	3	3,0	Evita roubos; por dificultar roubos; porque é seguro e não tem assalto no município.
			Beneficia o Município	6	6,1	Ajuda a economia do município; é importante para a cidade; porque desenvolve o município; porque desenvolve mais a cidade; porque melhora a cidade.
			Obrigatoriedade	13	13,1	Porque não vou dizer “não” para o cliente que chega com cocal; é o jeito receber por ser a moeda da cidade; é o jeito vender; por falta de opção; se não vender perde; porque exigiram dos comerciantes; porque muitas pessoas só tem cocal; porque sou obrigado a receber; porque às vezes a pessoa só tem ela; por adequação com a cidade.
			Pela Circulação	58	58,6	Porque circula na cidade; circula bem no município; porque cocal não falta, mesmo que falte o real; é a moeda da cidade; é a moeda que circula em maior quantidade na cidade; é a moeda que mais tá valendo aqui dentro; é o dinheiro corrente na cidade; é moeda de giro local; por conta de ser o maior dinheiro corrente; porque “roda” mais cocal do que real; porque o dinheiro circula forte.
NÃO RESPONDEU	8	8,1	-	-	-	-
TOTAL	99	100				

Fonte: Autora (2015).

Por fim, é possível observar que, mesmo com todos os questionamentos, recusas, sentimento de obrigatoriedade em relação a moeda Cocal, pode perceber que quase a integralidade dos empreendimentos (base 2014 e 2015) aceitam a moeda, o que contribui para a inserção dessa no município. Isso pode ser observado, visto que 319 entrevistados da população (97,85%) usam a Moeda Cocal.

Espacialmente, isso pode ser identificado com a distribuição da população no município (FIGURA 51), onde se observa o alcance e a presença da moeda.

Figura 51 – Inserção da moeda “cocaís” no município de São João do Arraial, 2015.



Fonte: Adaptado de Veras (2015b).

Com a distribuição da população entrevistada por bairros, localidades, povoados e assentamento, pode-se observar que a moeda circula em 100% dos locais pesquisados, o que abrange quase todo o município, que é formado por 42 pontos. A pesquisa, devido a estratificação, não abrangeu os seguintes pontos: Localidade Silvestre, Boca do Centro, Capoeiras e Tamboril.

Tabela 42 – Inserção/aceitação da moeda “cocal”, pela população, no município de São João do Arraial-PI, 2015.

Bairros, localidades, povoados e assentamento	Faz uso da moeda cocal		Total
	Sim	Não	
Sossego	35	0	35
Poço Novo	3	0	3
Cajueiro	12	0	12
Centro	40	2	42
Liberdade	52	0	52
Santana	2	0	2
COHEB I e II	22	0	22
Localidade Gameleira	1	0	1
Povoado Laranjeira	3	0	3
Localidade Barrocas	3	0	3
Marruazinho	8	0	8
Barro Vermelho	3	0	3
Boca da Mata	1	0	1
Povoado Centro	9	0	9
Povoado Canela	10	0	10
Povoado Areia Branca	5	1	6
Povoado Salsa	2	2	4
Povoado Santa Maria	9	0	9
Pilão de Pedra	8	0	8
São José dos Órfãos	11	0	11
Cabaceiras	8	0	8
Santa Rosa	2	0	2
Lagoa do Coité	1	0	1
Vaca morta	2	0	2
Marajá	10	0	10
Marajá de baixo	1	1	2
Taboca	7	0	7
Passagem do Leite	13	0	13
Povoado Campos	2	1	3
Localidade Quente	2	0	2
Localidade Jenipapeiro	1	0	1
Curralinhos	11	0	11
Pajeú	1	0	1
Chapada da Mangaba	1	0	1
Chapadinha	4	0	4
Terra Petra	4	0	4
Chapada da Sindá	4	0	4
Assentamento Piranhas	6	0	6
TOTAL	319	7	326

Fontes: A autora (2015).

Assim, a abrangência espacial significativa da moeda Cocal ocorre, principalmente, pela ação dos empreendimentos, num campo de possibilidades, no qual as relações materiais e imateriais construíram o território da moeda social. De acordo com Raffestin (1993), ao se apropriar de um espaço, de forma concreta ou abstrata (na representação), o(s) sujeito(s) territorializa(m) o espaço.

A ação dos ‘atores sintagmáticos’ (que comungam da ação no território) em busca da construção de um ‘campo operatório’, relacionado à ação do Banco dos Cocal e ao uso da moeda, desencadeado por interesses econômicos e políticos, encontram também outros atores que, ao divergirem do objetivo proposto, produzem, muitas vezes, relações dissimétricas, dificultando a construção da territorialidade (RAFFESTIN, 1993).

Dessa forma, a construção desse território da moeda social em São João do Arraial é permeada por perdas e ganhos, advindas das necessidades, normas e regras de condução dos sujeitos, que provocam, na maioria das vezes, relações dissimétricas, mas que conduzem à concretização de um território.

Por fim, é preciso compreender que mesmo diante das dificuldades relacionadas às mudanças no território, inerentes ao uso da moeda social, tem-se a construção do território material, por meio da sua capilaridade espacial. Já a territorialidade imaterial, de acordo com Raffestin (1993, p. 41), só é possível porque “[...] os atores sintagmáticos estão engajados num complexo jogo relacional: não vivem, sobrevivem, se desenvolvem, crescem somente pelas relações.” Dessa forma, entende-se que a efetiva territorialização da moeda Cocal e do Banco, que ainda não foi totalmente construída, pressupõe a minimização das resistências quanto aos mesmos. Para tal, é necessário que as relações entre os sujeitos sejam mediadas pelo entendimento da economia solidária, do papel dos bancos comunitários e das moedas sociais.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção territorial de São João do Arraial-PI denota aspectos relativos à política, natureza, cultura e economia. Estes são possíveis de serem vistos através das relações estabelecidas entre os sujeitos, “atores sintagmáticos” (RAFFESTIN, 1993), em prol de seus objetivos e, que mesmo sendo, algumas vezes, de forma dissimétrica, contribuíram para a configuração atual do município. Nesta, os aspectos políticos muitas vezes se sobressaem aos demais, evidenciando uma predominância de um ‘campo operatório’ mais sedimentado nas ações governamentais do que nas ações sociais/coletivas.

O município apesar de ser detentor de recursos naturais atrativos para a comercialização, como o babaçu e carnaúba (espécies da vegetação da mata dos cocais), possui uma condição socioeconômica precária, com índices de baixa escolaridade e renda per-capita, precariedade dos ambulatorios de saúde, taxa de mortalidade infantil superior a do estado e IDH-M que o classifica como município de “Desenvolvimento Humano Baixo”. Outro fator relevante é a homogeneidade das atividades econômicas (comércio), gerando uma concorrência acirrada, e a pouca possibilidade de geração de empregos. Soma-se a isso, a informalidade dos empreendimentos e das relações de trabalho existentes.

A ocupação profissional da população abrange em, sua maioria, o trabalho com a terra como lavrador, para ambos os sexos. A maior parte dos trabalhadores apresenta baixa escolaridade (não alfabetizados e fundamental incompleto) e com renda mensal familiar de menos de um salário mínimo em 50% dos domicílios com 4 pessoas. Esta renda muitas vezes é obtida por meio do trabalho informal e complementada com o auxílio público, como o Bolsa Família.

Diante dessa situação, a ação política no município foi importante para mitigar essa realidade. A ação da Prefeitura Municipal, ao procurar identificar as potencialidades e necessidades do município (gestão 2005-2011), buscou provocar na população local um entendimento de coletividade, até então aparentemente “adormecido”, apesar de algumas ações coletivas como no processo de emancipação do município em 1994. Além disso, a gestão municipal buscou por meio de projetos e ações (Projeto ELO, Projeto de Cidade Digital, Escola Família Agrícola EFA Cocais) trazer mudanças socioeconômicas, nas quais a participação da comunidade foi indispensável. Entre estas, deve se destacar a proposta do Poder Público Municipal de enfrentamento do problema de acesso ao crédito e aos serviços financeiros.

São João do Arraial, como muitos outros municípios do Brasil, era um município não bancarizado, no qual a população dependia das cidades vizinhas para efetuar todos os serviços

financeiros, inclusive o de ter uma conta corrente. Essa situação resultava em dependência do município em relação aos demais, mais estruturados (Esperantina e Luzilândia), não apenas numa dependência direta relativa aos serviços financeiros, mas também numa dependência indireta quanto aos produtos de consumo básicos, por causa de uma conveniência e facilidade decorrentes do deslocamento para as transações financeiras (receber os benefícios, efetuar pagamentos, receber salário, entre outros). Com esse deslocamento, a renda fluía para fora de São João do Arraial, tornando o comércio mais estagnado e cada vez menos diversificado.

Assim, para superar este problema, o Poder Público Municipal implanta um Banco Comunitário no município com o intuito de construir um território mais autossuficiente não só nos aspectos relacionados aos serviços financeiros, mas também em relação ao crescimento do comércio e da independência social da população (numa relação de identidade com o município e com suas possibilidades de melhoria). O Banco dos Cacaos nasce no município como uma proposta de construção coletiva de um território solidário. As tentativas de aglutinar a comunidade em prol dessa construção foram tardias, mas concisas e frequentes. A ação do Poder Público (como ator sintagmático) se apresentou maior do que a construção coletiva dos sujeitos, que não se apropriaram, como deveriam, desse espaço em transformação.

Independentemente desta condição de formação, a ação do Banco no município quebra paradigmas de acesso ao crédito, pois depende de uma gestão participativa e de uma relação de maior proximidade e menos burocrática com a população. Privilegia o crédito de consumo, o qual é liberado a partir do aval de vizinhos. Essa forma de funcionamento se destoa do tradicional modelo de instituição financeira, sendo uma antítese ao modelo de banco tradicional do Sistema Financeiro Nacional. Mesmo, sendo próximo e coletivo, ainda assim, a imagem do Banco dos Cacaos, muitas vezes, se confunde com a do modelo tradicional bancário, levando a população a exigir, deste, uma atuação igual ou semelhante. Em parte, este questionamento se deve à falta de entendimento do que é um ambiente solidário, visto que este não é experimentado de forma consistente pela população, já que não há a efetivação desse “território solidário”. Soma-se, a isto, a pouca prática coletiva que possibilitasse uma ação dos sujeitos no território, capaz de construir efetivamente, um ‘campo operatório’, composto por ‘nós’, ‘redes’ e ‘malhas’ (RAFFESTIN, 1993), próprios do território solidário e propício para a construção do território do Banco dos Cacaos.

Passado nove anos, desde a criação do Banco no município, em 2007, a sua atuação já promoveu melhorias e possibilitou o acesso a serviços e produtos financeiros, antes não alcançados, através do crédito solidário. As comparações com o modelo tradicional de banco são inevitáveis, pela modelagem construída durante anos, antes da atuação dos bancos comunitários e,

em especial, o Banco dos Cocalis, na dinâmica de vida da população. Apesar dos comparativos com o modelo do sistema tradicional quanto aos serviços, produtos e *modus operandi*, o Banco segue com suas ações, compondo resultados possíveis de serem analisados de forma quantitativa, qualitativa e representacional.

O alcance do crédito no município ainda é pequena diante da necessidade de crescimento econômico e social, mas quando analisado em relação aos fundos financeiros disponíveis para o seu funcionamento - fontes que o provisionam (quase inexistentes em decorrência da quase inatividade do FUMAES) e suas receitas e despesas -, torna-se fácil a compreensão da abrangência possível. Essa construção é suficiente para entender que há a necessidade de identificar como a população usa e entende esse banco, em meio ao ambiente no qual ele está inserido. Este ambiente divide a sua territorialidade solidária com a territorialidade capitalista presente nos demais prestadores de serviços financeiros da cidade (Correios, Lotérica e correspondentes do Bradesco) e até mesmo, no próprio Banco dos Cocalis, por meio do serviço de correspondente da Caixa Econômica Federal.

Para a identificação de como os sujeitos – população e representantes dos empreendimentos locais – compreendem a atuação do Banco dos Cocalis no município, ou seja, como os sujeitos ajustam os seus comportamentos diante dessas mudanças que se apresentam de forma partilhada com outras pessoas, utilizou-se as representações sociais como forma de estudo. Além disso, para identificar a inserção e capilaridade do Banco no município, fez-se necessário verificar a situação da moeda social, quanto a sua abrangência e apropriação pela população.

O Banco dos Cocalis é reconhecido pela população, como um banco existente no município, mesmo não tendo a configuração típica do modelo convencional (moeda, estrutura física e marca conhecida). Esta constituição diferente contribui para que algumas pessoas, que o utilizam, não o compreendam como Banco.

A escolha por uma instituição financeira para a realização de serviços bancários está atrelada, principalmente, a busca por rapidez e facilidade no atendimento demandado e a existência de algum vínculo com a instituição escolhida, características que são atreladas, predominantemente, ao Banco dos Cocalis. Contudo, quando se considera especificamente o crédito, tem-se a população destacando que a escolha da instituição bancária está vinculada a aquelas que apresentam produtos e serviços mais condizentes com as suas necessidades (destaque para o programa CrediAmigo do Banco do Nordeste), sendo o Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco Bradesco, todos no município de Esperantina. Há uma não identificação do crédito liberado pelo Banco dos Cocalis, pois algumas pessoas o indicam como serviço utilizado, mas ao especificarem o empréstimo (onde, valor solicitado, taxa de juros e prazos de pagamento), não o

citam. Apreende-se, com isso, que o Banco dos Cocalis, quando tratado em conjunto com as demais instituições financeiras, não é considerado como um banco, assim como, seus serviços.

Para os empreendimentos locais, a escolha das instituições financeiras está atrelada a “conveniência” (rapidez/facilidade, possuir vínculo com a instituição e proximidade/acesso) e a “condição e qualificação de funcionamento da instituição”, que são identificadas especialmente na Lotérica e nos Correios, respectivamente. O Banco dos Cocalis, quando analisado isoladamente, possui pouco ou nenhum destaque para o grupo de empreendimentos. Isso se deve, principalmente, à inadequação de seus serviços e produtos e à inexistência de vínculo com a instituição.

É importante considerar que, esta falta de identificação dos empreendimentos em relação ao Banco dos Cocalis, se deve a condição dos empréstimos demandados pelos empreendimentos e o ofertado pelo Banco dos Cocalis. A demanda por empréstimo é, sobretudo, para a aquisição de produtos e para capital de giro. O problema da falta de identificação não está relacionado ao destino de uso do recurso, mas sim da incapacidade do Banco dos Cocalis em atender o volume solicitado e apresentar juros mais competitivos. Isto dificulta a procura deste para a realização de empréstimos, apesar da burocracia das demais instituições financeiras. O Banco do Nordeste tem destaque nas citações, aparecendo como o principal financiador desses empreendimentos, apesar de não ter agência e nem correspondente no município.

Os benefícios gerados pelo Banco dos Cocalis, para a maioria da população, ainda estão em grande parte atrelados a visão de ganhos individuais, mesmo quando estes são, visivelmente, coletivos (segurança para o município, circulação de dinheiro, crescimento para o comércio e município, entre outros). Há uma parcela da população entrevistada que não identifica que os ganhos coletivos resultam, também, em benefícios individuais. Isto evidencia a necessidade da ação participativa da população na gestão do Banco, bem como a falta de compreensão da importância e do retorno obtido com ações coletivas, solidárias e comunitárias. Por outro lado, para a maioria dos empreendimentos há o entendimento de que o município de São João do Arraial apresentou melhorias em sua condição econômica a partir da atuação do Banco dos Cocalis, com a circulação da renda no município e, consequente, aumento da clientela.

A representação social apresentada, por ambos os grupos (população e empreendimentos), acerca do Banco dos Cocalis, é significada pelos benefícios trazidos e percebidos nas ações do Banco e que são considerados como positivos para a maioria. Entretanto, evidencia-se a necessidade de uma atuação efetiva do Banco, no sentido de reforçar os propósitos de um Banco Comunitário e da moeda social, bem como da importância da gestão participativa. Essa

necessidade se comprova quando se percebe que não há uma clareza sobre a história da criação do Banco e de seu “pertencimento”, que é atribuída a terceiros e não a coletividade.

Isso fica ainda mais preciso nas representações construídas pelos grupos, acerca das necessidades de melhoria na atuação do Banco no município. Essas estão representadas, principalmente, pela busca de ganho individual acima do ganho coletivo, reforçando a suposição de que o ambiente solidário ainda é frágil, o que dificulta a efetivação do “território do Banco”.

Na análise da inserção do Banco no município, por meio do uso da moeda social, identificou-se que sua aceitação está diretamente vinculada a sua circulação no município e, para tal, destaca-se a importância do uso desta moeda pelos intermédios financeiros, em especial a Lotérica, e pelo Comércio.

Entende-se que a aceitação da moeda não está relacionada apenas à circulação interna, mas também, ao entendimento de que o “Cocal” traz benefícios ao município, o que pressupõe uma relação de credibilidade entre o empreendimento e o cliente. Todavia, para a grande maioria dos empreendimentos, a aceitação da moeda se deve ao fato de que quase a integralidade da população (clientes) a utiliza, o que estabelece um caráter de “obrigatoriedade” de uso.

Portanto, partindo-se da hipótese de que a inserção social do Banco Comunitário, na comunidade, está diretamente relacionada ao processo de construção coletiva deste e da assimilação do ideal solidário, percebe-se que esta não se confirma, no caso do Banco dos Cocal, pois, a sua construção não possui raízes solidárias que legitimem o seu processo de criação. De tal modo, o que se percebe, neste estudo, é que há uma tentativa de reprodução de um modelo pré-concebido de Banco Comunitário (no molde disseminado pelo Banco Palmas, em todo o Brasil), no município. Este processo demandava a existência de ambiente solidário, o que não se verificou, visto que as práticas locais, nas poucas tentativas iniciadas, não disseminaram condição suficiente para proporcionar uma compreensão coletiva do ideal solidário e, por conseguinte, de integração de coletividade local.

O Banco dos Cocal não é entendido como parte da comunidade, o que dificulta a sua aceitação e o entendimento do seu papel. Os princípios da economia solidária não estão presentes na realidade da população e, desta forma, não há como ancorar a ideia de Banco Comunitário.

Com isso, a representação social do Banco dos Cocal, pelos moradores e representantes dos estabelecimentos, está centrada na figura de uma instituição prestadora de serviços bancários, não assimilando a sua ação solidária, bem como a necessidade de participação coletiva na gestão. Sendo assim, a representação construída, acerca da atuação do Banco no município, está mais centralizada nas expectativas de benefícios individuais, do que em ganhos coletivos, tendo a sua inserção concretizada por meio da presença e do uso da moeda social em todas as localidades do

município, o que indica uma capilaridade espacial significativa, porém com usos, por vezes, automáticos (sem a dimensão do ganho social envolvido) e receosos.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R.; KOHLER, M. A.; FREITAS, P.S. Evolução e determinantes do spread bancário no Brasil. Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal. **Textos para discussão**, 61. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-61-evolucao-e-determinantes-do-spread-bancario-no-brasil>>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- AGUIAR, R. B. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de São João do Arraial. Fortaleza: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2004.
- ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.36, p.55-76, jul/dez, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/13577/12450>>. Acesso em: 13 dez. 2013.
- ALVES, S. D. S.; SOARES, M. M. Microfinanças. Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central. 3ed. Brasília: BCB, 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/NotaDC200512.pdf>>. Acesso em 08 nov. 2015.
- ANA. Agência Nacional de Águas. **Atlas Brasil**. 2005. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/analise/Geral.asp?est=16#>>. Acesso em: 26 nov. 2013.
- ANDERLONI, L.; BRAGA, M. D.; CARLUCCIO, E. M. *New frontiers in banking services. Emerging Needs and tailored products for untapped markets*. Berlin: Springer, 2007.
- ANDRADE JÚNIOR, S. A. et al. **Atlas climatológico do estado do Piauí**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2004. Disponível em: <http://www.cpamn.embrapa.br/publicacoes/documentos/2004/doc_101.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.
- ANDRADE NETO, R.; PINTO, E. L. P. **As sociedades de crédito ao microempreendedor: origem, desenvolvimento e futuro**. In: 6º SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS. Porto Alegre, junho, 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microfinancas/arquivos/horario_arquivos/trab_44.pdf>. Acesso em: 11 mar 2014.
- ARAUJO, J. L. L. (coord.). **Atlas escolar do Piauí**: geo-histórico e cultural. João Pessoa: Grafset, 2006.
- ARRUDA, M. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003a. p.232-242.
- _____. Economia Solidária: desafios para um novo tempo. Situando a Economia Solidária. Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003b. 132p. (Cadernos FLEM, 5).
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Banco Central do Brasil**: fique por dentro. 4 ed. Brasília: BACEN, 2008.

_____. **Plano de ação para o fortalecimento institucional.** Relatório 2012-2014. BACEN, 2015a. Disponível em: <http://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional/Paginas/4-2_Microcredito-e-Microfinancas.aspx>. Acesso em 6 nov. 2015.

_____. **Série Cidadania Financeira:** estudos sobre educação, proteção e inclusão. Panorama do Microcrédito. Brasília: Banco Central do Brasil, 2015b.

_____. **Relatório de inclusão financeira.** n. 2. Brasília: BCB, 2011. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2011.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

_____. **Banco Central do Brasil.** 2014. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARONE, F. M. et al. **Introdução ao microcrédito.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais.** 6 ed. Florianópolis: UFSC, 2006.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas:** fundamentos, desenvolvimento e aplicações. Vozes, 2008.

BM&FBOVESPA. Bolsa de Mercadorias e Futuros. **O que são Letras Financeiras.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/renda-fixa/o-que-sao-letras-financeiras.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951. Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. **Casa Civil.** 1951. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1521.htm>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências. **Casa Civil.** 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/11110.htm>. Acesso em: 01 out. 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. 35 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

_____. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. **Convênios por estado/município**. 2014a. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/ConveniosListaEstados.asp?TipoConsulta=0>>. Acesso em: 01 out. 2014.

_____. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. **Evolução do Eleitorado**. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-evolucao-do-eleitorado-2014-v4>. Acesso em: 20 jun. 2014. 2014b.

_____. Ministério do Planejamento. Planejamento e Investimentos. **O PPA**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=s1086>>. Acesso em: 20 jun. 2014. 2014c.

_____. **Pagamento do Seguro Defeso a pescadores está disponível no Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/10/pagamento-do-seguro-defeso-esta-disponivel-no-portal-da-transparencia>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

CAPITAL DOS COCAIS. **Reportagem sobre assaltos à agência dos Correios de São João do Arraial em 2014**. Disponível em: <<http://www.capitaldoscocais.com.br/categoria.php?c=policia&pagina=6>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

CARE, B. A Experiência da CARE Brasil com Desenvolvimento Local e Sustentabilidade. **Programa de microfinanças e educação financeira empreendedora**. Resultados e impactos, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.care.org.br/conhecimento/publicacoes/a-experiencia-da-care-brasil-com-desenvolvimento-local-e-sustentabilidade>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

CARVALHO, F. J. C.; et al. **Economia monetária e financeira**. Teoria e Prática. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CAVALCANTE, R. B. et al. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014

CENTRO COCAIS. **Estatuto social do Centro de Organização Comunitária e Apoio à Inclusão Social**. São João do Arraial, 2008a.

_____. **Ata de fundação do estatuto, eleição e posse da diretoria do Centro de Organização Comunitária e Apoio à Inclusão Social (COCAIS)**. São João do Arraial, 2008b.

CEF. Caixa Econômica Federal. **Garantia Safra**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/area-rural/garantia-safra/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

CENTRO FLORA. **Vegeflora**. Disponível em: <<http://www.centroflora.com.br/quem-somos/>>. Acesso em 17 ago. 2014.

CLEOFAS, S. J. **Bancos estaduais: dos problemas crônicos ao PROES**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

CNF. Confederação Nacional das Instituições Financeiras. **MP/543 – Microcrédito produtivo**. Disponível em: <<http://www.cnf.org.br/noticia/-/blogs/102699/maximized>>. Acesso em 22 out. 2014.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba** – PLANAP: síntese executiva: Território dos Cocais. CODEVASF: Brasília, 2006.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORREIOS. **Banco Postal**. Disponível em: <<http://www.correios.com.br/sobre-correios/sustentabilidade/vertente-social/banco-postal>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

COSTA, C. **Sem agência bancária cidade do Piauí cria banco local e moeda própria**, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/02/sem-agencia-bancaria-cidade-do-piaui-cria-banco-local-e-moeda-propria>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

CROCCO, M. A. et al. **Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória**. Relatório Final. PDE/BNDES/ANPEC, jun., 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/pde/PDE2009_CEDEPLARufmg_SantosAfonso.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

CROCCO, M. A.; SANTOS, F.; FIGUEIREDO, A. Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória. **Revista de Economia Política**, São Paulo, n. 3 (132), v. 33, p. 505-526, jul./set., 2013.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **O mercado de valores mobiliários brasileiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2014.

DELBONI, H.; STORACE, P. J. R. Imagem da divisão política da Capitania. In: _____. **História do Piauí**. Scipione, 2012.

DEUTSCHE BANK RESEARCH. **Microfinance: an emerging investment opportunity**. Current Issues, dezembro de 2007. Disponível em: <https://www.db.com/us/docs/Emerging_Investment_Opportunities.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2015.

DIAS, C. M.; SOUSA, P. **A história dos índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 2010.

DURKHEIM, E. **Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989.

EFA COCAIS. Escola Família Agrícola COCAIS. **Foto da Escola Família Agrícola Cocais**. 2011. Disponível em: <http://efacocaispiaui.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html>. Acesso em: 17 ago. 2014.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Levantamento Exploratório - Reconhecimento de Solos no município de São João do Arraial**. Recife 1983. Escala: 960m.

Disponível em: <<http://www.uep.cnps.embrapa.br/solos/index.php?link=pi>>. Acesso em: 22 de jun. 2014.

_____. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2 ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA-SPI, 2006. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/downloads/sistema-brasileiro-de-classificacao-dos-solos2006.pdf>>. Acesso em: 22 de jun. 2014.

FACES DO BRASIL. **ANTEAG** - Associação Nacional de Trabalhadores e Empresa de Autogestão. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/membrosfaces/32-ac-s-associacao-de-certificacao-socioparticipativa-da-amazonia.html>>. Acesso em: 16 out. 2014.

FELTRIM, E. L et al. Projeto Inclusão Financeira. Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. **Inclusão Financeira no Brasil – Projeto Estratégico do Banco Central**. Brasília: Banco Central, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. **Por que os BCDs são uma forma de organização original?** Núcleo de Economia Solidária – NESOL. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. NESOL – USP e Instituto Palmas. São Paulo: A9 Editora, 2013.

FREIRE, M. V. **Moedas sociais**: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil. 2011. 374f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. **A importância dos Bancos Comunitários para a inclusão financeira**. NESOL – USP; Instituto Palmas. São Paulo: A9 Editora, 2013.

FREIRE, W. **Metodologias em representações sociais aplicadas ao estudo de programas de jornal na educação**. Revista Conhecimento & Diversidade, Niterói, n.3, p.51–64 jan./jun.2010. Disponível em: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/viewFile/509/370>. Acesso em: 4 set. 2015.

FURLANI, J. R. A. **Como funciona o Sistema Financeiro Nacional**. Palestra. BC Universidade, 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/palestras/palestra_sfn_04062013_furlani.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n.39, p.181-211, jul./dez., 2003.

_____. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Otra Economía**. vol. II, n. 3, 2008. Disponível em: <www.riless.org/otraeconomia>. Acesso em: 21 abr. 2015.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOUKOVIEZOFF, G. *De La bancarisation de masse à l'exclusion bancaire puis sociale*. **Revue française des affaires sociales**. Cidade, n. 3, p. 9-38, 2004/3. Disponível em: <[HTTP://www.cairn.info/revue-francaise-des-affaires-sociales-2004-3-page-9.htm](http://www.cairn.info/revue-francaise-des-affaires-sociales-2004-3-page-9.htm)>. Acesso em: 06 nov. 2015.

GOODHART, C. A. E. *The two concept of money: implications for the analsys of optimun currency areas*. **European Journal of Political Economy**, v.14, p.407-432, 1998.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 19. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1977.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil: região Nordeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977.

_____. **Divisão territorial brasileira**. Divisão Territorial do Brasil - 2002. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/DivisaoTerritorialBrasileira_IBGE.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. **Mapa de biomas do Brasil**, primeira aproximação. 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://informacoesdobrasil.com.br/dados/piaui/sao-joao-do-arraial/producao-agricola-cereais-legumes-oleaginosas/>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

_____. **Mapa geral do estado do Piauí**. Rio de Janeiro, 2007a. Escala 1: 1 600 000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/vamoscontar2010/mapas/piaui.jpg>> Acesso em: 18 jun. 2014.

_____. Comissão Nacional de Classificação – CONCLA. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007b.

_____. **Séries Relatórios Metodológicos, Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2. ed., n. 29. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. **Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010**. Evolução do marco legal da criação de municípios no Brasil. 2011. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/evolucao_do_marco_legal_da_criacao_de_municipios_no_brasil.pdf>. Acesso em 10 ago. 2014.

_____. **Cidades@ - Piauí, São João do Arraial**. 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220997&search=piaui|sao-joao-do-arraial>>. Acesso em: 27 set. 2015.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Estado do Piauí: **Plano de Reforma Agrária** – período de 2003/2010 (versão preliminar). Teresina: INCRA/PI, 2005, 58p.

_____. **Mapa dos assentamentos de reforma agrária no Estado do Piauí**. Teresina, 2009, Superintendência Regional do Piauí, Serviço de Cartografia.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária. **História do Conjunto Palmeiras**. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/14723>>. Acesso em: 15 mai. 2014. 2014a.

_____. **Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.inovacaoparainclusao.com/termo-de-referecircncia-dos-bancos-comunitaacuterios-de-desenvolvimento.html>>. Acesso em 10 mai. 2014. 2014b.

_____. **Moeda social mumbuca**. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/23739>>. Acesso em: 15 mai. 2014. 2014c.

_____. **O mapa da rede**. Disponível em: <<http://www.inovacaoparainclusao.com/>>. Acesso em: 22 mar. 2014. 2014d.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Estudo para tombamento do Sítio Histórico de Parnaíba**. v.1. Parnaíba, 2006.

ITCP. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. **Quem Somos?** Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/a_itcp_somos.php>. Acesso em: 16 out. 2014.

JODELET, D. Folie et représentations sociales. Paris: PUF, 1989.

JODELET, D. (org). **As representações sociais**. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. Revista de Administração, São Paulo, v.40, n.1, p.19-33, jan./fev./mar. 2005. Disponível em: < http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1152>. Acesso em: 08 nov. 2015.

JUNQUEIRA, R. G. P.; ABRAMOWAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **R.Adm.**, São Paulo, v.40, n.1, p.19-33, jan./fev./mar. 2005. Disponível em: <<http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=V4001019.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

KUMAR, A. **Brasil: acesso a serviços financeiros**. Rio de Janeiro: IPEA, Whashington, dc: Banco Mundial, 2004.

LIMA SOBRINHO, B. **O devassamento do Piauí**. Ed. Nacional, 1946. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/o-devassamento-do-piaui/pagina/140/texto>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

LIMMA, F. C. A experiência do Banco dos Cacaos em parceria com a Prefeitura de São João do Arraial-PI. In: FÓRUM DO BANCO CENTRAL SOBRE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2009, Salvador. **Palestra**. Salvador: Banco Central, 2009. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/evento/arquivos/2009_11_61/13franciscodaschagaslimma-aexperienciadobancodoscacaos.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2014.

MARQUES, N. F. S. **Estrutura e funções do sistema financeiro no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 2003.

MANCE, E. A. **Economia Solidária: desafios para um novo tempo**. Redes de Economia Solidária. Fundação Luís Eduardo Magalhães. Salvador, 2003.

_____. Economia Solidária, Revolução Global e Sociedades Pós-Capitalistas. **IFiL**, Curitiba, mar., 2007. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SAGI. Secretária de Avaliação e Gestão da Informação. **Panorama municipal segundo Censo Demográfico de 2010**. São João do Arraial. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=panorama_municipal>. Acesso em: 19 set. 2015

MELO, C. C. C. J; BRUNA, G. C. Desenvolvimento urbano e regional de Teresina Piauí, Brasil e sua importância no atual quadro de influência na Rede Urbana Regional no Brasil. In: CONGRESSO DE CIÊNCIA REGIONAL DE CABO VERDE, 1., 2009, Cidade da Praia, Cabo Verde. **Anais eletrônicos...** Cidade da Praia, Cabo Verde: UNIPIAGET, 2009, p. 3588- 3611 Disponível em: <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2037/245A.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. **Banco Palmas: um caminho**. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro. Banco Central do Brasil. Ano 3, n. 29, 2008.

_____. Bancos Comunitários. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, n.18, jan., 2009. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=430>>. Acesso em: 17 ago.2014.

_____. Um sonhador com os pés no chão. **Revista Consciência Ampla**. São Gonçalo-RJ, ano 3, n. 10, out., nov., dez., 2011. Disponível em: <<https://www.ampla.com/media/199789/revista%20consci%C3%Aancia%20ampla%202010.pdf>>. Acesso: em 13 abr. 2014.

MEC. Educação brasileira: indicadores e desafios: documentos de consulta / Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. -- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, 2013. 95 p.

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. Banco comunitários. **Boletim Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, Brasília, n. 41, p.59-64, nov., 2009.

MENGER, C. **Princípios de Economia Política: os Economistas**. Nova Cultura, 1988.

MERCADO BITCOIN. **O que é o bitcoin?** Disponível em: <<http://www.mercadobitcoin.com.br>>. 2014. Acesso em: 12 jan. 2014.

MINAYO, M. C de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. SPE. Secretaria de Política Econômica. **Inclusão produtiva**. Disponível em: <<http://www.spe.fazenda.gov.br/assuntos/politica-agricola-e-meio-ambiente/inclusao-produtiva>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Publicação áreas prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira: atualização – Portaria MMA nº. 09 de 23 de janeiro de 2007**. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/biodiversidade31.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

MORAIS, L.; BORGES, A. (orgs.). **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras**. São Paulo: Instituto Pólis, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) (org.). São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. **Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010**. Brasília: SENAES/MTE, 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Política Nacional de Economia Solidária. **Apoio e fomento as iniciativas de finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento, fundos solidários e cooperativas de crédito solidário**. Termo de Referência, vol.4. Brasília: SENAES/MTE, 2013.

_____. Portal CAGED – **Perfil do município**. 2014. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 01 ago. 2014.

NATT, E. D. M; CARRIERI, A. P. A Teoria das Representações Sociais e a Análise de Conteúdo: Instrumentos que se completam na pesquisa em Administração. **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 29, n. 2, jul./dez., 2014.

NUNES, O. **Estudos de história do Piauí**. 2 v. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1982.

_____. **Súmula de história do Piauí**. 2 ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras / Banco do Nordeste, 2001.

PARENTE, S. **O mercado financeiro e a população de baixa renda**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). LC/BRS/R.136. Março, 2003. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/11869/r136silvanaparenteomercadofinanc.pdf>>. Acesso em: 10 de mai. de 2014.

PAULI, J. **O poder nas redes de Economia Solidária**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PPG-UFRGS, 2005.

PEREIRA, H. F. S.; PEREIRA, W. N. A.; VIEIRA, J. A. G. Histórico do Sistema Financeiro Nacional. E-Locução. **Revista Científica da FAEX**. Vila Rica-MG, ed. 2., ano 1, p.146-162, 2012.

PIAUI. Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN. **Planejamento participativo**. Disponível em: <<http://www.seplan.pi.gov.br/planejamento.php>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-joao-do-arraial_pi>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. **O que é o IDHM**. 2015a. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM#>. Acesso em: 27 set. 2015.

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **IDHM: Ranking – todo Brasil**, 2015b. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>>. Acesso em 17 nov. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL. **Composição da Câmara Municipal**. Disponível em: <<http://www.sja.pi.gov.br/index.php/camara-municipal>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PITAGUARI, S. O.; LANZA, L. M. B.; CORDEIRO, S. M. A. A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares. IN: PITAGUARI, S. O.; LANZA, L. M. B.; CORDEIRO, S. M. A. (orgs.). **Panorama da Economia Solidária no Brasil**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012. Cap. 2.

PORTAL DO DESENVOLVIMENTO. **Imagens do panfleto de divulgação da moeda social e da placa de identificação do comércio que aceitava a moeda**. Disponível em: <<http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIGO, A. S. Moedas sociais e bancos comunitários: aplicações e implicações, teóricas e práticas. 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, 2014. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/tese_versaofinalcompleta_para_impressao_final.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ROCHA, Â.; MELLO, R. C. (orgs.). **O desafio das microfinanças**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SÁ, C. P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. P. (org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Capítulo 1, p.29 a 50.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, B. S. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SÃO JOÃO DO ARRAIAL. **Prefeito Adriano Ramos (PT) entrega premiações do X Festival Cultural com cheque em COCAIS**. 2014. Disponível: <<http://www.sja.pi.gov.br/index.php/noticias/246-prefeito-adriano-ramos-pt-entrega-premiacoes-do-x-festival-cultural-com-cheque-em-cocais>>. Acesso em: 12 set. 2014.

SILVA, F. M. **Geografia Física II**. / Fernando Moreira da Silva, Marcelo dos Santos Chaves, Zuleide Maria C. Lima. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS. **BB vai incorporar o deficitário Banco Popular**. Disponível em:

<http://www.bancarios.org.br/index.php?pg=noticiaporbanco&id=5018%20e%20http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL470662-9356,00-BB+VAI+INCORPORAR+BANCO+POPULAR+DO+BRASIL.html>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n. 51, p. 7-22, mai./ago. 2004.

_____. Finanças solidárias e moeda social. In: FELTRIM, E. L. et al. **Projeto Inclusão Financeira**. Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Inclusão Financeira no Brasil – Projeto Estratégico do Banco Central. Brasília: Banco Central, 2009a.

_____. **Economia Solidária e Políticas Públicas**. Políticas Públicas na Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Mercado de Trabalho. IPEA, 2009b.

SOARES, F. A. R. **A administração da taxa de câmbio no plano real e os fundamentos econômicos brasileiros**. 2006. 174 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

SOARES, M. M.; MELO SOBRINHO, A. D. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2008.

SOUSA, V. V. Piauí: apossamento, integração e desenvolvimento (1684-1877). In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 1., 2008, Goiânia.

Anais eletrônicos... Goiânia: UFG, 2008. v. 01. p. 1-26. Disponível em:

<http://pos.historia.ufg.br/uploads/113/original_43_ValfridoSousa_PiauiApossementointegracao.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados. **Apresentação**. Disponível em:

<<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao>>. Acesso em: 11 set. 2014.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Título VII - da ordem econômica e financeira, capítulo IV - do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=1777>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

UNISOL. União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo. **Quem somos?**

Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/>>. Acesso em: 16 out. 2014.

UNITRABALHO. **Nossa história**. Disponível em:

<<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article1>>. Acesso em: 16 out. 2014.

VELASCO, C. **Número de moedas 'alternativas' dobra no país em 5 anos**. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/04/numero-de-moedas-alternativas-dobra-no-pais-em-5-anos.html>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

VERAS, D. **Mapa de localização geográfica do município de São João do Arraial-PI.** Teresina, 2014. Escala 1:150.000.

_____. Bairros, povoados e localidades e assentamento do município de São João do Arraial-PI. Teresina, 2015a. Escala 1:110.000.

_____. **Inserção da moeda “cocaís” no município de São João do Arraial, 2015.** Teresina, 2015b. Escala 1:110.000.

VHS. **Imagens do arquivo pessoal da família Augusto Rocha.** São João do Arraial, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Formulário de pesquisa aplicado junto a população local.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – DOUTORADO
PESQUISA DE CAMPO – BANCO COCAIS
SÃO JOÃO DO ARRAIAL – PI

Doutoranda: Françoise W. Fontenele e V. Pacheco

ESTUDO “Banco dos Cocais em São João do Arraial – PI: Construção territorial, Representação social e Inserção”

Prezado (a) Participante: O objetivo da pesquisa é conhecer o **perfil da população** do município de São João do Arraial-PI e quais as representações construídas acerca do Banco dos Cocais e a inserção da moeda “cocal” no município. A responsável pela pesquisa é a Prof^a. Françoise Fontenele, doutoranda da Universidade Estadual Paulista - UNESP.

QUESTÕES

1. **Sexo:** 1.1. Masculino () 1.2 Feminino ()

2. **Qual é a sua idade?** _____

3. **Em qual município o (a) Sr. (a) nasceu?** _____

4. **Quantas pessoas moram na sua casa?** _____

5. **Qual a sua escolaridade?**

5.1. Não alfabetizado ()

5.2. Fundamental Incompleto ()

5.3. Fundamental Completo ()

5.4. Ensino Médio Incompleto ()

5.5. Ensino Médio Completo ()

5.6. Ensino Técnico ()

5.7. Superior Incompleto ()

5.8. Superior Completo ()

6. **Qual a sua ocupação profissional?** _____

7. **A renda em sua casa é proveniente de: (É aceitável mais de uma resposta).**

7.1. Trabalho formal ()

7.2. Trabalho informal ()

7.3. Aposentadoria ()

7.4. Auxílio público () Qual? _____

7.5. Outros () _____

8. **Qual é a renda mensal familiar?**

8.1. Menos que R\$ 788,00 ()

8.2. Entre R\$ 788,00 e R\$ 1.575,99 ()

8.3. Entre R\$ 1.576,00 e R\$ 2.365,99 ()

8.4. Entre R\$ 2.366,00 e R\$ 3.153,99 ()

8.5. Entre R\$ 3.154,00 e R\$ 3.941,99 ()

8.6. Acima de R\$ 3.942,00 ()

8.7. Não respondeu ()

9. O Sr. (a) faz parte de alguma organização como: (É aceitável mais de uma resposta).

9.1. Associação de Moradores ()

9.2. ONG ()

9.3. Movimento Negro ()

9.4. Movimento de mulheres ()

9.5. Movimento homossexual ()

9.6. Movimento estudantil ()

9.7. Partido Político ()

9.8. Sindicato ()

9.9. Religiosa ()

9.10. Não respondeu/não participa ()

9.11. Outra (especificar) _____

10. O Sr. (a) sabe se existe algum Banco aqui no município? Qual?

11.1. Sim () _____

11.2. Não ()

11. O Sr. (a) conhece o Banco dos Cacaís? (Caso “não”, só responda até a questão 12).

12.1. Sim () 12.2. Não ()

12. Quando o Sr. (a) necessita realizar algum serviço como pagamento de contas, recebimentos, saques, empréstimos, entre outros, onde o Sr. (a) realiza?

Serviço bancário	Instituição	Razão
Pagamento de contas		
Recebimentos		
Saques		
Empréstimos		
Depósitos		
Outro:		

13. O Sr. (a) poderia descrever São João do Arraial “antes e depois” da presença do Banco dos Cacaís?

ANTES	DEPOIS

14. A presença do Banco dos Cacaís no município trouxe algum benefício para o Sr. (a)? Justifique a resposta.

14.1. Sim () 14.2. Não ()

15. Caso o Sr. (a) tenha solicitado algum empréstimo no Banco dos Cocalis, poderia descrevê-lo: (Caso não tenha solicitado, passe para questão 16).

CONSUMO					PRODUTIVO				
Valor	Taxa Juros	Parcelas	Finalidade	Uso Efetivo	Valor	Taxa Juros	Parcelas	Finalidade	Uso Efetivo

16. O Sr. (a) faz uso da moeda “cocal”? Caso “sim”, por que e onde a utiliza?

16.1. Sim () 16.2. Não ()

17. O Sr. (a) sabe como o Banco dos Cocalis foi criado e quem é o proprietário?

18. Que conceito o (a) Sr. (a) dá para atuação do Banco Cocalis?

18.1. Péssimo () 18.2. Ruim () 18.3. Regular () 18.4. Bom () 18.5. Ótimo ()

19. Justifique a sua resposta.

20. O que falta na atuação do Banco Cocalis para que ele fique melhor?

Data da aplicação do formulário:

Aplicado por:

Local/Bairro/nº:

APÊNDICE B – Formulário de pesquisa aplicado junto aos empreendimentos locais.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – DOUTORADO
 PESQUISA DE CAMPO – BANCO COCAIS
 SÃO JOÃO DO ARRAIAL – PI
 Doutoranda: Françoise W. Fontenele e V. Pacheco

**ESTUDO “Banco dos Cacaís em São João do Arraial – PI:
 Construção Territorial, Representação Social e Inserção.”**

Prezado(a) Participante: O objetivo da pesquisa é conhecer dos empreendimentos do município de São João do Arraial-PI, e quais são as representações construídas pelos responsáveis dessas atividades, acerca do Banco dos Cacaís, bem como a inserção da moeda “cocal”. A responsável pela pesquisa é a Prof^a. Françoise Fontenele, doutoranda da Universidade Estadual Paulista - UNESP.

QUESTÕES**1. Setor e tipo de Atividade Econômica:**

- 1.1. Comércio () _____
 1.2. Serviço () _____
 1.3. Indústria () _____
 1.4. Agricultura () _____
 1.5. Pecuária () _____

2. Atividade do tipo

- 2.1. Formal () 2.2. Informal ()

3. Número de pessoas empregadas:

- 3.1. Com carteira de trabalho _____ 3.2. Sem carteira de trabalho _____

4. Data de início do negócio: _____**5. Quem são os seus clientes?**

- 5.1. Estabelecimentos do município ()
 5.2. Estabelecimentos de outras cidades () Quais? _____
 5.3. Pessoas do município ()
 5.4. Pessoas de outras localidades () Quais? _____

6. Quais as formas de venda?

- 6.1. À vista () 6.2. Caderneta () 6.3. Cartão
 6.4. Outra () Qual? _____

7. Recebe moeda Cocal? Por quê?

- 7.1. Sim ()
 7.2 Não ()
-

8. Qual é a média de faturamento mensal?

8.1. Em real _____

8.2. Em “cocal” _____

9. Usa alguma promoção para quem compra em moeda cocal? Qual?**10. Qual a maior dificuldade de seu negócio?****11. Já fez algum empréstimo? (Caso “não”, salte o item 12).**

11.1. Sim () 11.2. Não ()

12. Sobre o empréstimo, responda em qual instituição solicitou, qual foi o valor, a taxa de juros, o prazo de pagamento, para que finalidade e o uso efetivo?

Instituição	Valor	Taxa de Juros	Prazo	Finalidade	Uso Efetivo

13. Quando o Sr. (a) necessita realizar algum serviço como pagamento de contas, recebimentos, saques, empréstimos, entre outros, onde o Sr. (a) realiza?

Serviço bancário	Instituição	Razão
Pagamento de contas		
Recebimentos		
Saques		
Empréstimos		
Depósitos		
Outro:		

14. Como o Sr. (a) vê o município de São João do Arraial, “antes e depois” do Banco dos Cocais?

ANTES	DEPOIS

15. Como o Sr. (a) completaria a seguinte frase: “DEPOIS DA ABERTURA DO BANCO DOS COCAIS NO MUNICÍPIO A MINHA ATIVIDADE ECONÔMICA FICOU...” (Esta pergunta só deve ser respondida para os negócios abertos até 2007).

16. O Sr. (a) sabe como o Banco dos Cocais foi criado e quem é o proprietário?

17. Para o Sr. (a) o Banco dos Cocais é diferente dos demais Bancos que o Sr. (a) conhece? Por quê?

17.1. Sim () 17.2. Não ()

18. Que conceito o (a) Sr. (a) dá para a atuação do Banco Cocais

18.1. Péssimo () 18.2. Ruim () 18.3.Regular () 18.4. Bom ()

18.5 Ótimo () 18.6 Não respondeu ()

19.Explique a razão da sua resposta na questão 18.

20. O que falta na atuação do Banco Cocais para que ele fique melhor?

Data da aplicação do formulário:

Bairro:

Aplicado por:

APÊNDICE C – Fotos de alguns dos pontos de aplicação da pesquisa (localidades, povoados e assentamento) em São João do Arraial-PI, 2015.

Foto 1 – Posto de Saúde do Povoado Marruazinho, São João do Arraial-PI, 2015.



Fonte: A autora (2015).

Foto 2 – Casa de morador no povoado Taboca, São João do Arraial-PI, 2015.



Fonte: A autora (2015).

Foto 3 – Casa de morador da localidade Passagem do Leite, São João do Arraial, 2015.



Fonte: A autora (2015).

Foto 4 – Empreendimento localizado no povoado Canela, São João do Arraial-PI, 2015.



Fonte: A autora (2015).

Foto 5 – Casa de morador localizada no povoado Barro Vermelho, São João do Arraial-PI, 2015.



Fonte: A autora (2015).

Foto 6 – Casa de morador localizada na localidade Terra Preta, São João do Arraial-PI, 2015.



Fonte: A autora (2015).

Foto 7 – Empreendimento localizado no povoado Areia Branca, São João do Arraial-PI, 2015.



Fonte: A autora (2015).

Foto 8 – Entrada do Assentamento Piranhas, São João do Arraial-PI, 2015.



Fonte: A autora (2015).

Foto 9 – Capela da localidade Santa Rosa, São João do Arraial-PI, 2015.



Fonte: A autora (2015).

ANEXOS

Anexo A – Planilha detalhada dos convênios de São João do Arraial-PI (1997 a 2011).

Número	Situação	Nº Original	Objeto do Convênio	Órgão Superior (Descrição - Código)	Concedente (Descrição - Código)	Conveniente (Descrição - Código)	Valor Convênio	Valor Liberado	Publicação	Início Vigência	Fim da Vigência	Valor Contrapartida
782273	Em Execução	51920/2012	ADEQUACAO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL - PI.	MINIST. DA AGRICULT., PECUARIA E ABASTECIMENTO - 22000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MA	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	390.000,00	195.000,00	9/1/2013	31/12/2012	31/12/2014	12.062,00
781227	Em Execução	54144/2012	Construcao de 01 Quadra Poliesportiva	MINISTERIO DO ESPORTE - 51000	CEF/MINISTERIO DO ESPORTE	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	316.875,00	0,00	9/1/2013	31/12/2012	31/12/2014	9.800,00
779151	Em Execução	43305/2012	CONSTRUÇÃO DE 02 (DUAS) QUADRAS POLIESPORTIVAS NO MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL - PI.	MINISTERIO DO ESPORTE - 51000	CEF/MINISTERIO DO ESPORTE	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	487.500,00	0,00	9/1/2013	31/12/2012	31/12/2014	15.078,00
776922	Em Execução	70560/2012	Pavimentacao de Vias Publicas em Paralelepípedo no Município de Sao Joao do Arraial-PI.	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL - 53000	Companhia do Desenvolvimento do Vale do Sao Francisco	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	285.000,00	0,00	11/3/2014	27/2/2014	22/2/2015	8.815,00
765653	Em Execução	46517/2011	PAVIMENTACAO DAS VIAS PUBLICAS: AV. VICENTE AUGUSTO, RUA MANOEL MATIAS, RUA 24 DE JUNHO E RUA DA PRACA DO SOSEGO EM PARALELEPÍPEDO NO MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	MINISTERIO DO TURISMO - 54000	CEF/MINISTERIO DO TURISMO/MTUR	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	195.000,00	170.742,00	18/1/2012	30/12/2011	30/12/2014	6.031,00
755707	Prestação de Contas enviada para Analise	00223/2011	7º FESTIVAL CULTURAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL- SAO JOAO DOS COCAIS	MINISTERIO DO TURISMO - 54000	COORDENACAO-GERAL DE CONVENIOS - CGCV	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	100.000,00	77.857,14	30/6/2011	19/6/2011	29/12/2012	5.000,00
742993	Prestação de Contas Aprovada	57635/2010	PAVIMENTACAO DE VIAS PUBLICAS NO MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	245.850,00	245.850,00	3/9/2010	31/8/2010	31/8/2013	7.604,00
737845	Aguardando Prestação de Contas	33441/2010	construcao de tanque escavado, perfuracao de poço tubular e compra de equipamentos para projetos de piscicultura.	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - 49000	NAC. DE AGRICULTURA FAMILIAR/MA CEF-PROGRAMA	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	93.450,00	0,00	27/12/2010	21/12/2010	21/12/2012	6.550,00
721809	Em Execução	11176/2009	AMPLIACAO E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DA ESCOLAFAMILIA AGRICOLA NO MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL.	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - 49000	NAC. DE AGRICULTURA FAMILIAR/MA	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	250.000,00	250.000,00	20/1/2010	31/12/2009	30/12/2014	16.019,81
673895	Adimplente	CR.NR.0401979-16	AQUISICAO DE 01 TRATOR AGRICOLA E IMPLEMENTOS SICONV NO 0525402012	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - 49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - CEF	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	234.000,00	234.000,00	7/1/2013	28/12/2012	31/12/2014	2.890,00
673841	Adimplente	CR.NR.0401720-95	AQUISICAO DE 01 CAMINETA PICK UP CABINE DUPLA E 04 MOTOS TRICICLO COMCARROceria	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - 49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - CEF	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	134.907,30	134.907,30	7/1/2013	28/12/2012	31/12/2014	1.362,70
671187	Adimplente	TC/PAC 0651/11	SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO.	MINISTERIO DA SAUDE - 36000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	500.000,00	500.000,00	16/1/2012	30/12/2011	30/12/2013	0,00
656250	Adimplente	658811/2009	AQUISICAO DE VEICULO AUTOMOTOR, ZERO QUILOMETRO, COM ESPECIFICACOES PARA TRANSPORTE ESCOLAR, POR MEIO DE APOIO FINANCEIRO, NO MEIO DO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA.	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE EDUCACAO	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	196.515,00	196.515,00	4/1/2010	31/12/2009	30/12/2010	1.985,00
635081	Concluído	CR.NR.0255796-09	Implantacao ou Melhoria de Obras de Infra estrutura Urbana Acoes de Infra estrutura Urbana Sao Joao do Arraial PI	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	245.850,00	245.850,00	12/11/2008	10/11/2008	31/3/2011	7.603,61
635079	Concluído	CR.NR.0256669-88	Implantacao ou Melhoria de Obras de Infra estrutura Urbana Acoes de Infra estrutura Urbana em Municipios Estado do P	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	196.400,00	196.400,00	12/11/2008	10/11/2008	31/3/2011	6.074,23
595309	Concluído	CR.NR.0225658-00	PAVIMENTACAO DE 4 687 16 M2 DE VIAS PUBLICAS NA SEDE DO MUNICIPIO	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	136.500,00	136.500,00	8/11/2007	6/11/2007	31/12/2009	4.222,00
576048	Concluído	CR.NR.0194663-92	PAVIMENTACAO 7494M2	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	195.000,00	39.000,00	28/11/2006	22/11/2006	30/8/2015	6.031,00
575818	Adimplente	816618/2006	ESTE CONVENIO TEM POR OBJETO CONCEDER APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACOES QUE PROMOVAM A INCLUSAO DE ALUNOS COM NECESIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO PROCESSO DE ENSINO, COM QUALIDADE SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCACAO INCLUSIVA.	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	15.738,92	15.738,92	18/12/2006	14/12/2006	16/1/2008	158,98
574465	Adimplente	842037/2006	ESTE CONVENIO TEM POR OBJETO CONCEDER APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACOES QUE VISAM PROPORCIONAR A SOCIEDADE A MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DA REDE FISICA ESCOLAR, COM A CONSTRUÇÃO DE ESCOLA(S) DEMODO A OFERECER MELHORES CONDICÖES DE ENSINO APRENDIZAGEM AOS ALUNOS DA EDUCACAO BASICA.	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	407.835,05	407.835,05	4/12/2006	1/12/2006	18/4/2009	4.119,54
574147	Concluído	CR.NR.0199883-67	CONSTRUCAO DE ESCOLA FAMILIAR AGRICOLA E AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - 49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - CEF	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	108.000,00	108.000,00	22/11/2006	17/11/2006	31/3/2009	12.000,00
566276	Concluído	7.93.06.0061/00	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ARRANJO PRODUTIVO DA OVINOCCAPINOCULTURA	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL - 53000	CIA. DE DESENV.DOS VALES DO S.F.CO E PARNAIBA MIN. DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - CEF - SAF	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	101.547,00	101.547,00	17/7/2006	30/6/2006	9/4/2009	5.345,00
562740	Concluído	CR.NR.0193700-26	AQUISICAO DE 1 MOTOCICLETA	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - 49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - CEF - SAF	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	7.420,50	7.420,50	5/7/2006	30/6/2006	31/12/2007	229,50
536529	Concluído	CR.NR.0180448-88	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS COM ATe 100 000 HABITANTES Acoes DE INFRA ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS ESTADO DO PIAUI AUTORIZADO PELO OFICIO MCIDADES N 7705 2005	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	97.500,00	97.500,00	24/12/2005	23/12/2005	30/8/2007	5.675,00
536528	Concluído	CR.NR.0180447-74	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS COM ATe 100 000 HABITANTES Acoes DE INFRA ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS ESTADO DO PIAUI AUTORIZADO PELO OFICIO MCIDADES N 7705 2005	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	97.500,00	97.500,00	24/12/2005	23/12/2005	30/8/2007	5.675,00
532239	Adimplente	804606/2005	ESTE CONVENIO TEM POR OBJETO CONCEDER APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACOES QUE PROMOVAM O APERFEICIONAMENTO DA QUALIDADE DO ENSINO E MELHOR ATENDIMENTO AOS ALUNOS DO	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	38.570,61	38.570,61	13/12/2005	9/12/2005	29/10/2006	390,40

www.portaltransparencia.gov.br/convenios/consultam.asp?fcod=388&fnome=SAO+JOAO+DO+ARRAIAL&fuf=pi&festado=piaui&forgao=00...

2014

Portal da Transparência - Convênios por Estado/Município (Planilha Detalhada)

529193	Adimplente	807053/2005	ENSINO FUNDAMENTAL. ESTE CONVENIO TEM POR OBJETO CONCEDER APOIO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ACOES QUE PROMOVAM O APERFEIÇOAMENTO DA QUALIDADE DO ENSINO E MELHOR ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA EDUCACAO BASICA, EM INOVACOES EDUCACIONAIS.	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	27.560,00	27.560,00	10/11/2005	27/10/2005	22/8/2006	278,40	27/12/
527664	Concluido	CV 351/04	MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES.	MINISTERIO DA SAUDE - 36000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	99.804,47	0,00	1/7/2004	30/6/2004	18/6/2010	2.737,88	
503308	Concluido	840176/2004	- A ADEQUACAO FISICA DE PREDIOS ESCOLARES - PAPE - DE MODO A CONTRIBUIR COM A ESCOLA PARA O ALCANCE DO PADRAO MINIMO DE FUNCIONAMENTO E FORNECER AS SALAS DE AULA CONDICoes MINIMAS PARA RECEBER O MOBILIARIO E EQUIPAMENTO QUE LHES FOREM DESTINADOS PELO FUNDESCOLA	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	32.000,00	32.000,00	1/7/2004	29/6/2004	31/12/2004	324,00	3/7/2
498491	Concluido	CR.NR.0159188-02	IMPLANTACAO OU MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA E EQUIP. COMUNITARIOS	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	70.000,00	70.000,00	7/1/2004	31/12/2003	11/12/2004	707,00	3/11/1
489770	Concluido	CV 727/03	ACOES DE SANEAMENTO BASICO EM PEQUENAS LOCALIDADES.	MINISTERIO DA SAUDE - 36000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	199.991,20	199.991,20	29/12/2003	23/12/2003	26/8/2010	2.819,06	27/3/1
475574	Excluido	CR.NR.0151417-01	MELHORIA DAS CONDICoes DE HABITABILIDADE	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	0,00	0,00	27/12/2002	24/12/2002	31/8/2004	1.520,00	
470418	Inadimplência Suspensa	846492/2002	A ADEQUACAO FISICA DE PREDIOS ESCOLARES - PAPE, DE MODO A CONTRIBUIR COM A ESCOLA PARA O ALCANCE DO PADRAO MINIMO DE FUNCIONAMENTO E FORNECER AS SALAS DE AULA CONDICoes MINIMAS PARA RECEBER O MOBILIARIO E EQUIPAMENTO DQUE LHES FOREM DESTINADOS PELO FUNDESCOLA	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	24.000,00	24.000,00	20/12/2002	12/12/2002	8/8/2003	572,80	24/12/
470022	Concluido	CR.NR.0143356-00	INFRA-ESTRUTURA E SERVICOS AGRARIO	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - 49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - CEF	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	134.931,00	134.931,00	13/12/2002	10/12/2002	31/12/2005	2.011,00	25/8/1
469590	Concluido	CR.NR.0140732-94	MELHORIA DAS CONDICoes DE HABITABILIDADE	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	50.000,00	50.000,00	13/12/2002	10/12/2002	31/8/2004	506,00	20/1/1
452263	Inadimplência Suspensa	846062/2002	- A IMPLANTACAO, NA ESFERA ADMINISTRATIVA DO CONVENENTE, DO PROGRAMA DE MELHORIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PEDAGOGICO DA(S) ESCOLA(S) E AQUISICAO DE BENS DURAVEIS PARA A(S) ESCOLA(S), TENDO COMO PAR.METRO O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA - PDE	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	MUNICIPIO DE SAO JOAO DO ARRAIAL	10.000,00	10.000,00	18/6/2002	17/6/2002	11/2/2003	106,00	25/6/1
449902	Concluido	CV 1379/01	EXECUCAO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA. (PROJETO ALVORADA)	MINISTERIO DA SAUDE - 36000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	90.000,00	90.000,00	21/1/2002	31/12/2001	5/7/2003	4.527,74	6/5/2
444508	Concluido	CR.NR.0131433-86	DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL	MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO - 22000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	50.000,00	50.000,00	4/2/2002	31/12/2001	8/8/2003	506,00	19/12/
441262	Concluido	CR.NR.0133058-83	AGNES DE SANEAMENTO BASICO	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	50.000,00	50.000,00	4/2/2002	31/12/2001	15/7/2003	506,00	14/6/1
437141	Concluido	CR.NR.0124757-59	INFRA-ESTRUTURA E SERVIGOS	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - 49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - CEF	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	150.000,00	150.000,00	30/1/2002	4/12/2001	31/8/2003	1.500,00	5/4/2
430067	Concluido	CR.NR.0121227-76	AGNES DE REESTRUTURACAO URBANA, INTERLIGACAO DE AREAS URBANAS E DE ADEQUACAO DE VIAS - ADE	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	50.000,00	50.000,00	6/12/2001	5/12/2001	11/12/2002	506,00	27/12/
427046	Inadimplência Suspensa	CV 132/01	EXECUCAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES. (PROJETO ALVORADA).	MINISTERIO DA SAUDE - 36000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	192.850,00	192.850,00	19/12/2001	10/12/2001	21/7/2003	10.150,00	22/5/1
411086	Concluido	CR.NR.0101352-88	INFRA-ESTRUTURA URBANA EM SAO JOAO DO ARRAIAL	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	50.000,00	50.000,00	30/12/2000	29/12/2000	11/12/2001	5.200,00	10/8/1
411083	Concluido	CR.NR.0110177-49	MELHORIA DAS CONDIGNES DE HABITABILIDADE	MINISTERIO DAS CIDADES - 56000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMAS SOCIAIS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	50.000,00	50.000,00	30/12/2000	29/12/2000	11/12/2001	0,00	10/8/1
359443	Concluido	41113/98	ESTE CONVENIO TEM POR OBJETO GARANTIR, SUPLETIVAMENTE, COM RECURSOS FINANCEIROS, A MANUTENCAO DE ESCOLAS PUBLICAS QUE ATENDAM MAIS DE 20 ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL. A CONTA DO PROGRAMA DE MANUTENCAO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - PMDE.	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	20.670,00	20.670,00	25/6/1998	24/6/1998	28/2/1999	0,00	20/8/1
334232	Concluido	4915/97	AQUISICAO DE TRANSPORTE ESCOLAR	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	47.850,00	47.850,00	7/11/1997	22/10/1997	30/6/1998	0,00	31/12/
332360	Concluido	6606/97	- MATERIAL DE HIGIENICO PARA O ALUNO - MATERIAL DE PRIMEIROS SOCORROS P/ESCOLA	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	14.157,30	14.157,30	10/12/1997	17/11/1997	30/6/1998	0,00	3/2/1
325744	Concluido	5029/97	O PRESENTE CONVENIO TEM POR OBJETIVO PROMOVER O ATENDIMENTO AOS ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCACAO PRE-ESCOLAR E NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ZONA URBANA E RURAL. A CONTA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE, GARANTINDO PELO MENOS UMA REFEICAO DIARIA, COM CERCA DE 350 QUILOCALORIAS E 09 GRAMAS DE PROTEINAS.	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	135.948,00	79.307,00	16/10/1997	1/8/1997	28/2/1999	0,00	29/12/
322896	Concluido	1564/97	GARANTIR, SUPLETIVAMENTE, COM RECURSOS FINANCEIROS, A MANUTENCAO DA(S) ESCOLA(S) PUBLICA(S) MUNICIPAIS E MUNICIPALIZADAS QUE ATENDAM MAIS DE 20 ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL. A CONTA DO PROGRAMA DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - PMDE	MINISTERIO DA EDUCACAO - 26000	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARRAIAL	11.440,00	11.440,00	12/9/1997	11/9/1997	30/6/1998	0,00	20/9/1

48 Convênios

Kit Banco Comunitário - Implantação e Acompanhamento - Continuação				Cronograma de Atividades - 12 Meses - Continuação											
	Consultoria	Gastos Locais	Manutenção	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Passo 7 - Impressão dos materiais															
Folder, panfleto, banner		R\$ 7.000,00				R\$ 7.000,00									
Impressão das moedas sociais		R\$ 5.000,00				R\$ 5.000,00									
Horas técnicas de assessoria	R\$ 2.000,00				R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00									
Passo 8 - Treinamento e mobilização das equipes locais															
Cursos de Agente/gerente de crédito/Caixa/moeda social	R\$ 4.000,00				R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00									
Horas técnicas para cadastramento dos comerciantes e sensibilização da comunidade para uso da moeda social	R\$ 3.000,00					R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00								
Passo 9 - Quadro de Trabalhadores															
3 Agentes x 11 meses (inclui encargos)			R\$ 36.137,64		R\$ 3.285,24	R\$ 3.285,24	R\$ 3.285,24	R\$ 3.285,24	R\$ 3.285,24	R\$ 3.285,24	R\$ 3.285,24	R\$ 3.285,24	R\$ 3.285,24	R\$ 3.285,24	R\$ 3.285,24
Passo 10 - Gestão de produtos															
Implantação e treinamento do Software de gestão da carteira	R\$ 1.000,00					R\$ 1.000,00									
Aluguel e manutenção de software - 200 x 10			R\$ 2.000,00			R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00	R\$ 200,00
Implantação e treinamento do link do microsseguro	R\$ 300,00					R\$ 150,00	R\$ 150,00								
Implantação e treinamento da carteira de Crédito	R\$ 700,00					R\$ 150,00	R\$ 150,00								
Implantação e treinamento do correspondente bancário	R\$ 500,00					R\$ 250,00	R\$ 250,00								
Implantação e treinamento das planilhas de gestão da moeda social	R\$ 500,00					R\$ 250,00	R\$ 250,00								
Passo 11 - Divulgação															
Carro de som		R\$ 300,00				R\$ 300,00									
Distribuição de panfletos -		R\$ 0,00				R\$ 0,00									
Abertura de letreiro no banco		R\$ 600,00				R\$ 600,00									
Faixas		R\$ 200,00				R\$ 200,00									
Som, palco, coquetel, outros		R\$ 3.000,00				R\$ 3.000,00									
Relacionamento com imprensa	R\$ 0,00	R\$ 0,00				R\$ 0,00									
Horas técnicas de Assessoria	R\$ 2.000,00					R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00								
Passo 13 - Acompanhamento (06 meses)															
Técnico do Instituto Palmas no local - 1 mês	R\$ 4.000,00					R\$ 4.000,00									
3 visitas técnicas	R\$ 6.000,00						R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00				
100 horas de acompanhamento a distância	R\$ 6.000,00						R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00				
TOTAL	R\$ 65.000,00	R\$ 36.200,00	R\$ 60.037,64	R\$ 20.400,00	R\$ 30.685,24	R\$ 45.385,24	R\$ 10.485,24	R\$ 7.985,24	R\$ 7.985,24	R\$ 7.985,24	R\$ 7.985,24	R\$ 5.585,24	R\$ 5.585,24	R\$ 5.585,24	R\$ 5.585,24
		R\$ 161.237,64								R\$ 161.237,64					

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO C – Lei Municipal n.º 114/2007, de 19 de dezembro 2007.

“Cria o Fundo Municipal de Micro-crédito e Apoio à Economia Solidária – FUMAES, Institui o Conselho Gestor do FUMAES e destina recursos orçamentários do município para o financiamento do fundo, e da outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL, ESTADO DO PIAUÍ,
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei cria o Fundo Municipal de Micro-crédito e Apoio a Economia Solidária – FMAES e Institui o Conselho Gestor do FUMAES.

CAPITULO I
DO FUNDO MUNICIPAL DE MICRO-CRÉDITO E APOIO A ECONOMIA
SOLIDÁRIA

Seção I
Objetivos e Fontes

Art. 2º - Fica criado o Fundo Municipal de Micro-crédito e Apoio a Economia Solidária – FUMAES, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas de geração de trabalho e renda direcionadas à população de menor renda.

Art. 3º - O Fundo Municipal de Micro-crédito e Apoio a Economia Solidária – FUMAES é constituído por:

I – recursos provenientes de transferências do Governo Municipal, convênios com instituições públicas e privadas, doações, resultados financeiros pela aplicação de recursos no mercado de capitais e outras rendas eventualmente dirigidas ao programa.

II – recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de micro- crédito e apoio à economia solidária;

V – receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FUMAES; e,

VI – outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Art. 4º - As transferências do Governo Municipal serão representadas por um percentual nunca superior a 40% (quarenta por cento) da receita tributária municipal, a ser regulamentada por decreto do Poder Executivo.

§ 1º As transferências municipais serão suspensas a partir da auto-sustentação do Fundo definida em análises procedida pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º Em nenhuma hipótese os recursos do Fundo poderão financiar atividades estranhas aos seus fins, nos termos desta Lei.

§ 3º As transferências de recursos financeiros do Município para o Fundo serão classificadas a título de inversões financeiras.

§ 4º O fundo terá contabilidade própria, vinculando-se aos registros gerais do município.

Seção II

Do Conselho-Gestor do FUMAES

Art. 5º O Fundo Municipal de Micro-crédito e Apoio a Economia Solidária – FUMAES será gerido por um Conselho-Gestor;

Art. 6º - O Conselho Gestor do FUMAES é órgão de caráter deliberativo, terá personalidade jurídica própria e será composto pelas representações das seguintes entidades:

- I. 04 (quatro) representantes do Poder Executivo;
- II. 02 (dois) representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; III. 02 (dois) representantes das Associações de Moradores Urbanas;
- IV. 02 (dois) representantes das Associações de Moradores ou Produtores Rurais;
- V. 02 (dois) representantes da Igreja;
- VI. 02 Representantes de Assentamentos de Reforma Agrária; VII. 02 Representantes de grupos de produção solidária;
- VIII. 02 Representantes do Ponto de Cultura;
- IX. 02 Representantes dos Comerciantes Locais; e
- X. 02 Representantes das Mulheres Quebradeiras de Côco Babaçu;

§ 1º - O número de representantes de cada entidade acima será distribuído entre titular e suplente, devidamente designada na indicação formal.

§ 2º - A presidência do Conselho Gestor do FUMAES será exercida pela Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania.

§ 3º - A presidência do Conselho Gestor do FUMAES exercerá o voto de qualidade.

§ 4º - Competirá à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, proporcionar ao Conselho-Gestor os meios necessários para o exercício das competências do Conselho Gestor do FUMAES.

§ 5º - O Estatuto e/ou Regimento Interno do conselho Gestor do FUMAES serão elaborados e aprovados em assembléia convocada para este fim.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL
GABINETE DO PREFEITO

Seção III
Das Aplicações dos Recursos
do FUMAES

Art. 7º - Os recursos do FUMAES serão aplicados através do Banco Comunitário dos Cacaís e destinadas a ações vinculadas aos programas e projetos de economia solidária e de apoio à inclusão social de famílias de baixa renda e que contemplem:

- I – Aquisição de bens de consumo de primeira necessidade;
- II – Implantação de projetos produtivos familiares ou comunitários;
- III – Melhoria da comercialização de produtos obtidos na produção familiar ou comunitária, urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- IV – Aquisição de equipamentos e matéria prima de forma a contribuir para a redução dos custos de produção, melhorar a aceitação do mercado e agregar valor a produtos locais;
- V – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma da sede de empreendimentos solidários;
- VI – recuperação ou produção de equipamentos, material de interesse coletivos ou áreas que contribua para a manutenção da identidade cultural e sustentabilidade do meio ambiente;
- VII – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho do FUMAES;

Seção IV
Das Competências do Conselho Gestor do FUMAES

Art. 8º - Ao Conselho Gestor do FUMAES, compete:

- I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do FUMAES e atendimento aos beneficiários dos programas e projetos a serem apoiados, observado o disposto nesta Lei, a política e o plano municipal de economia solidária;
- II – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FUMAES;
- III – fixar critérios para a priorização de linhas de ações; IV – deliberar sobre as contas do FUMAES;
- V – definir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FUMAES, nas matérias de sua competência;
- VI – aprovar seus estatuto e/ou regimento interno.

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARRAIAL
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º - As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Nacional de Economia Solidária e as normas do Conselho Monetário Nacional e todos os casos e situações prevista em leis e contratos vigentes;

§ 2º - O Conselho Gestor do FUMAES promoverá ampla publicidade das formas, critérios de acessos aos programas, das modalidades de acesso ao micro-crédito, das metas anuais de atendimento, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º - O Conselho Gestor do FUMAES promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas de micro-crédito existentes.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 9º. Esta Lei será implantada em consonância como a Política Nacional de Economia Solidária coordenada pela Rede Nacional de Entidades de Economia Solidária e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Art. 10 - Aplicam-se ao FUMAES as normas gerais de contabilidade pública e os instrumentos de registros e controles financeiros adotados para o Município de São João do Arraial:

Art. 11 – Esta Lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias de sua aprovação.

Art.12 – A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Arraial, Estado do Piauí,
20 de Dezembro de 2007.**

FRANCISCO DAS CHAGAS LIMMA
Prefeito Municipal

ANEXO D – Ata de fundação, aprovação do estatuto, eleição e posse do Centro Cocais.

ATA DE FUNDACÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E 1ª ^{II}
 POSSE DA DIRETORIA DO CENTRO DE ORGANIZAÇÃO
 COMUNITÁRIA E APOIO À INCLUSÃO SOCIAL - COCAIS.

Por três dias de mês de maio do ano dois mil e oito às quin-
 ze horas, no Espaço Cultural do CRAS - Centro de Referência de
 Assistência Social, situado à Avenida Vicente Augusto, em
 número, Centro da cidade de São João do Arraial, estado do
 Piauí, reuniram-se os lideranças comunitárias, representantes
 de órgãos públicos, escolas e outros, com a finalidade de pa-
 recer a discussão sobre a fundação do Centro de Organiza-
 ção Comunitária e Apoio à Inclusão Social - COCAIS. Para
 iniciar a Senhorita Kellen Barros, apresentando a Comissão
 Provisória, deu as boas vindas aos presentes e em seguida
 fez um rápido resumo dos encontros anteriormente realizados
 para discussão e debate relativos à necessidades de se ter
 uma entidade formalmente constituída que busque e de-
 nuncie a ações de inclusão social. Quando continuidade por
 quanto aos presentes do interesse de todos em participar e
 aprovar a constituição do referido Centro, todos por unanimi-
 dade manifestaram o apoio e o interesse em participar. En-
 tendendo sua participação, explicou mais uma vez que o COCAIS
 consiste em uma sociedade de direito privado, sem fins lucra-
 tivos e que tem como principal finalidade buscar apoiar e ex-
 ecutar ações comunitárias voltadas para a promoção e inclusão
 social de famílias de baixa renda. Em seguida passou a pa-
 lavra para Vilma Amorim, representante do Centro de Educa-
 ção Popular. Esperantaram-se que foi considerada para facilitar
 o processo de discussão e aprovação do estatuto, que foi rea-
 lizada de forma coletiva, lendo e discutindo o artigo por
 artigo, em seguida colocado em votação. O mesmo foi apro-
 vado por unanimidade. Logo após, como o próprio estatuto
 determina, passou-se para o momento seguinte que foi a escolha
 da Diretoria Executiva composta por quatro pessoas e

por três e quatro anos respectivamente, assim como elei-
 ção e posse. A eleição aconteceu de forma direta, onde
 em plenária foram votados e aprovados quatro no-
 mes para compor a Coordenação Executiva, que são:
 Coordenação Geral: Alina Alencar Barros de Araújo; 2. Coor-
 denação Financeira: Hamilton Oney de Gontar; 3. Coor-
 denação de Projeto: Rosa Maria de Melo Lima; 4. Coordena-
 ção de Capacitação: Antonio José da Rocha. E para o
 Conselho Fiscal, foram eleitos como titulares: 1. Almir
 Araújo Rocha, 2. Alcione Magalhães do Nascimento, 3. Fran-
 cisco Hellindomar Santos e como suplentes: 1. Francisco
 Was Chagas Araújo, 2. Antonio Oliveira Rodrigues e 3. Ma-
 nuel de Araújo Pereira. Todos os candidatos foram elei-
 tos por unanimidade. Na continuidade a Comissão e
 o Conselho Fiscal eleitos foram empossados a jurman-
 do o compromisso com a entidade e com todos os envol-
 vidos direto ou indiretamente com o Centro de Organiza-
 ção Comunitária e Apoio à Inclusão Social - COCAIS. Não
 da mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrado
 os trabalhos e eu Maria da Conceição Carvalho Lima, la-
 vando a presente ATA que após lida e aprovada foi assi-
 nada por mim e por todos os presentes que se constitui-
 ram como sócios fundadores. São João do Piauí - PI 03 de
 Maio de 2008. Maria da Conceição Carvalho Lima
 Coordenação geral: Alina Alencar B. de Araújo.
 Coordenação administrativa financeira: Amilton Oney de Gontar
 Coordenação de Projetos: Rosa Maria de Melo Lima.
 Coord. capac. e gestão de conhecimentos: Antonio J. da Rocha
 Conselho Gestor: 1. Francisco Hellindomar Santos
 Conselho Titular: 2. Alcione Magalhães do Nascimento
 Conselho Titular: 3. Almir Araújo Rocha
 Conselho Suplente: 1. Francisco Was Chagas Araújo
 Conselho Suplente: 2. Antonio Oliveira Rodrigues
 Conselho Suplente: 3. Manuel de Araújo Pereira

Kellen Dantas Nunes Loren

2 d

Maria da Conceição Carvalho Lima

Yvete Yvete de Lima

João Augusto de Santana Neto

Bráulio de Sousa Oliveira

João Alvin Garcia

José Roberto de Moraes Junior

Adair Marques da Silva

Maurício Rodrigues da Silva

Anatália Brubara de Sousa

Maria Barros de Araújo

Maria de Araújo Cardoso

Cizelda de Sousa

João Carlos de Freitas

Mônica Telford da Silva

Francisco de Assis Lima

Elaine Araújo

Roberto de Lima Moraes

Francisco de Assis

João Araújo Cardoso

Domingos Ferreira Faria

João Lúcio de Melo Lima

Albino de Jesus Pereira

Vilma Carvalho Amorim

Manoel Lima Alves

ANEXO E – Contrato de financiamento do Banco dos Cocais.

 Uma nova economia é possível			
CONTRATO DE FINANCIAMENTO			
Nome	M. M. M		
RG:			
CPF:			
Endereço:	AV. VICENTE AUGUSTO	Nº 390	
Telefone:		81651753	
Filiação:	L. M. M		
Nº. Conta corrente			
Valor Financiado:	R\$ 600,00		
Nº. PARCELA(S):	10		
Taxa de Juros:	1,00%		
TAC:	0,5%		
Valor Liberado:	R\$ 597,00		
Objeto Direto:	PRODUÇÃO DE CREPE		
Analista de Credito	Mauro Rodrigues da Silva		
Data de Desembolso:			
Número do Contrato:		Valor credito:	R\$ 600,00
Taxa de juros		Valor da parcela:	(R\$ 63,35)
		Juros por mês:	(R\$ 3,35)
Parcela Nº.	Data Parc.	Juros	Parcela
1	18/08/13	(3,35)	(63,35)
2	18/09/13	(3,35)	(63,35)
3	18/10/13	(3,35)	(63,35)
4	18/11/13	(3,35)	(63,35)
5	18/12/13	(3,35)	(63,35)
6	18/01/14	(3,35)	(63,35)
7	18/02/14	(3,35)	(63,35)
8	18/03/14	(3,35)	(63,35)
9	18/04/14	(3,35)	(63,35)
10	18/05/14	(3,35)	(63,35)
11		-	-
12		-	-
	TOTAIS	33,49	633,49

Reconheço como certos, líquidos e exigíveis os valores constantes neste calendário de pagamento.

Cliente

Testemunhas

Centro de Organização Comunitário e Apoio a Inclusão Social – COCAIS

Avenida Vicente Augusto, 674 – centro – CEP 64155-000.

CNPJ 10.573.468 / 0001 – 29 Fones: (86) 3385-1106/1105

E-mail: bancondoscocais@terra.com.br

São João do Arraial – PI



Uma nova economia é possível

	CONTRATO DE FINANCIAMENTO			
Nome do Cliente:	M.M.M			
Endereço	AVENIDA VICENTE AUGUSTO			
Valor credito:	R\$ 600,00			
Valor da parcela:	R\$ 62,50			
Valor Liberado:	R\$ 597,00			
Parcela Nº.	Dat. do vencimento	Dat. Pagamento	Valor da Parcela	
1	18/08/13	19/08/2013	R\$ 63,35	
2	18/09/2013	19/08/2013	R\$ 63,35	
3	18/10/13	30/10/2013	R\$ 63,35	
4	18/11/2013	29/11/2013	R\$ 63,35	
5	18/12/13	18/12/2013	R\$ 63,35	
6	18/01/2014	18/01/2014	R\$ 63,35	
7	18/02/14	28/04/2014	R\$ 63,35	
8	18/03/2014	28/03/2014	R\$ 63,35	
9	18/04/14	28/04/2014	R\$ 63,35	
10	18/05/2014	18/05/2014	R\$ 63,35	

Reconheço como certos, líquidos e exigíveis os valores constantes
neste calendário de pagamento

Após o vencimento cobra multa de R\$1,50 e mora diária de R\$ 0,43.

Centro de Organização Comunitário e Apoio a Inclusão Social – COCAIS
Avenida Vicente Augusto, 674 – centro – CEP 64155-000.
CNPJ 10.573.468 / 0001 – 29 Fones: (86) 3385-1106/1105
E-mail: bancondoscocais@terra.com.br
São João do Arraial – PI

ANEXO F – Bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil: estado, município, área de atuação, nome, moeda social e ano de fundação (Rigo, 2014).

Nº	Estado	Município	Área de atuação	Nome do BCD	Moeda Social	Ano
1	AC	Rio Branco	Rio Branco	Vitória	Arco Iris	2011
2	AC	Rio Branco	Bairro/distrito	Triângulo	A definir	2012
3	AM	Parintins	Parintins	Parintins	Puxiruns	2011
4	AM	Manaus	Bairro/distrito	Liberdade	Tucumã	2011
5	AM	Manaus	Bairro/distrito	Conquista	Liberdade	2011
6	AP	Laranjal do Jarí	?	Farol	Centelha	2011
7	AP	Macapá	Bairro/distrito	Forte	A definir	2012
8	BA	Simões Filho	Bairro de Santa Luiza	Eco Luiza	Trilha	2007
9	BA	Vera Cruz	Vila de Matarandiba	Ilhamar	Concha	2008
10	BA	Cairu	Sede do Município	Casa-do-Sol	Tinharé	2009
11	BA	Salvador	Saramandaia	Guine	Samper	2009
12	BA	Ouriçangas	?	Fonte de Água Fresca	A definir	2012
13	BA	Cachoeira	Vale do Iguape	Solidário	Sururu	2012
14	BA	Camaçari	?	Litoral	A definir	2012
15	CE	Canavieiras	?	Resex	A definir	2012
16	CE	Fortaleza	Bairro Conjunto Palmeiras	Palmas	Palmas	1998
17	CE	Paracuru	Bairros Boa Esperança e Riacho Doce	Par	Par	2004
18	CE	Palmácia	Sede do Município	Serrano	Palmeira	2005
19	CE	Irauçuba	Distrito do Mici	Bancart	Ta	2006
20	CE	Maracanau	Bairro da Pajuçara	Paju	Maracunã	2006
21	CE	Maranguape	Sede do Município	Empreendedores	Prata	2006
22	CE	Parmoti	Sede do Município	Frei Diogo	Paz	2007
23	CE	Beberibe	Sede do Município	Bandesb	AB	2007
24	CE	Tauá	Tauá	Quinamuiú	Quinamuiú	2007
25	CE	Fortaleza	Bairro Granja Portugal	RioSol	Rios	2008
26	CE	Fortaleza	Conjunto CE	Horto	Horto	2008
27	CE	Fortaleza	Bairro do Pirambú	Pirambú	Pirambú	2008
28	CE	Maracanau	Bairro Jereissati	Jaçana	Maracanã	2008
29	CE	Irauçuba	Distrito do Jaú	Juazeiro	Cactos	2008
30	CE	Irauçuba	Bairro do Cruzeiro	Amizade	Cactos	2008
31	CE	Maranguape	Distrito de Itapebussu	Itapebussu	Itapebussu	2008
32	CE	Palhano	Sede do Município	Artpalha	Castanha	2008
33	CE	Tamboril	Sede do Município	Feiticeiro	Acarau	2008
34	CE	Monsenhor Tabosa	Sede do Município	Serra das Matas	Serra	2008
35	CE	Madalena	Distrito de Macaoca	Bansol	Sol	2008
36	CE	Ibaretama	Sede do Município	Serra Azul	Ibaré	2008
37	CE	Ocara	Sede do Município	Ocards	Tupi	2008
38	CE	Choro	Sede do Município	Sertanejo	Sabia	2008
39	CE	Caridade	Distrito de Campos Belos	Pe. Quiliano	Caribelos	2008
40	CE	Itarema	Distrito de Almofala	Tremenbé	Ita	2008
41	CE	Fortaleza	Fortaleza	São Cristóvão	São Cristóvão	2009
42	CE	Fortaleza	Comunidade do Dendê	Dendesol	Dendesol	2010
43	CE	Aracau	Aracau	Aracanau	Timbaúba	2011
44	CE	Mauriti	Mauriti	Buriti	Grão	2011
45	CE	Pacatuba	Pacatuba	Picatubanco	Paca	2011
46	CE	Quixadá	Quixadá	Banco Quixadá	Monólitos	2011
47	CE	Chorozinho	Chorozinho	Rio Choro	Castanha	2011
Nº	Estado	Município	Área de atuação	Nome do BCD	Moeda Social	Ano

48	CE	Cascavel	Cascavel	Bandese	Bento	2011
49	CE	Caucaia	Caucaia	Potira	Potiguara	2011
50	CE	Acarape	Sede do Município	Vale do Acarape	Vale	2011
51	CE	Itaitinga	Itaitinga	ItaSocial	Ita	2011
52	CE	Juazeiro do Norte	?	Timbaúbas	Timba	2012
53	DF	DF	Bairro Estrutural	Estrutural	Conquista	2012
54	DF	DF	Itapoã	Itapoã	A definir	2012
55	DF	DF	Arapoanga	A definir	A definir	2012
56	ES	Vitória	Bairros Morro São Benedito	Bem	Bem	2006
57	ES	Vila Velha	Bairro Barro Vermelho	Terra	Terra	2007
58	ES	Vila Velha	Bairro/distrito	Verde Vida	Verde Vida	2008
59	ES	Cariacica	Sede do Município	Sol	Girassol	2008
60	ES	Vitória	Bairro/distrito	Puã	Puã	2012
61	ES	Serra	Bairro/distrito	Abraço	Abraço	2012
62	ES	Cariacica	Bairro/distrito	Esperança	Rosa	2012
63	GO	Iporá	Iporá	Pequi	A definir	2012
64	MA	Alcântara	Sede do Município	Quilombola	Guará	2007
65	MG	Chapada Gaúcha	Sede do Município	Chapadense	Veredas	2009
66	MG	Esmeraldas	?	Esmeralda	Esmeraldas	2012
67	MG	Teófilo Otoni	?	Banclisa	Lisas	2012
68	MS	Dourados	Sede do Município	Pirapirê	Pirapirê	2006
69	MS	Anástacio/Aquidauana	Anástacio/Aquidauana	Pantanal	Pantaneira	2012
70	MS	Pontaporã	Pontaporã	ITA	ITA	2012
71	MT	Cuiabá	Cuiabá	Aroeira	Aroeira	2012
72	MT	Rondonópolis	Rondonópolis	Cerrado	Bacuri	2012
73	MT	Alta Floresta	?	A definir	A definir	?
74	PA	Belém	Ilha de Mosqueiro	Tupinambá	Moqueiro	2009
75	PA	Jacundá	Jacundá	Paraíso	Sabiá	2011
76	PA	Ananideua	Ananideua	Paar	Paar	2012
77	PA	Gurupá	Gurupá	Aldeinha	Mutirão	2012
78	PA	Igarapé	Iguapemirim	Miri	Açaí	2012
79	PA	Marituba	?	Marituba 1	A definir	2012
80	PA	Belém	Bairro/distrito	Castanheira	A definir	2012
81	PA	Belém	Bairro/distrito	Tucunduba	A definir	2012
82	PB	João Pessoa	Bairro São José	Beira Rio	Ribeirinhos	2008
83	PB	João Pessoa	Bairro Jardim Botânico	Jardim Botânico	Orquídeas	2012
84	PI	São João do Arraial	Sede do Município	Cocais	Cocais	2007
85	PI	Pedro II	Sede do Município	Rede Opala	Opala	2012
86	RJ	Silva Jardim	Sede do Município	Capivari	Capivari	2010
87	RJ	Cidade de Deus	Cidade de Deus	Cidade de Deus	CDD	2011
88	RJ	Caxias	Bairro Saracuruna	Saracuruna	Saracuruna	2011
89	RJ	Niterói	Bairro Morro do Preventório	Preventório	Prevê	2011
90	RJ	Rio de Janeiro	Complexo do Alemão	?	?	?
91	RN	São Miguel do Gostoso	?	Solidário	Gostoso	2013
92	RO	Guajará Miri	?	Pérola de Mármore	A definir	?
93	SE	Aracajú	Barra dos Coqueiros	Dunas	Dunas	2012
94	SP	São Paulo	Zona Oeste –Jaguará	Vista Linda	Vista Linda	2009
95	SP	São Paulo	Zona Sul –Jardim São Luiz	AutoGestão	Moradias em Ação	2009
96	SP	São Paulo	Zona Sul Campo Limpo	União Sampaio	Sampaio	2009
97	SP	São Paulo	Zona Norte – Jardim Apuanã	Apuanã	Apuanã	2009
Nº	Estado	Município	Área de atuação	Nome do BCD	Moeda Social	Ano

98	SP	São Paulo	Zona leste – Inácio Monteiro	Paulo Freire	Freire	2009
99	SP	São Carlos	?	Nascente	Vidas	2012
100	SP	São Carlos	?	Santa Eudoxia	A definir	2012
101	SP	São Paulo	Bairro/distrito	Orquídea		2012
102	SP	São Paulo	Bairro/distrito	Padre Leo Comissari	A definir	2012
103	SP	São Paulo	Bairro/distrito	Tonato	Estelas	2012

ANEXO G – Operações de crédito em produtivo do Banco dos Cocais – 2014.

ORDEM	CLIENTE	VALOR SOLICIT.	TAC	JUROS/MÊS	QD. PARCELAS	RENDIMENTOS	VAL. D. PARCELA	PARC. PAGAS	VALOR PAGO	VALOR A PAGAR
1	-	400,00	2,00	3,43	8	27,47	53,43	8	-	-
2	-	300,00	1,50	2,73	5	13,63	62,73	5	-	-
3	-	600,00	3,00	5,22	7	36,54	90,93	6	-	-
4	-	800,00	4,00	6,75	10	67,47	86,75	10	-	-
5	-	700,00	3,50	5,90	10	59,04	75,90	2	-	-
6	-	1.000,00	5,00	8,86	6	53,15	175,53	6	-	-
7	-	600,00	3,00	5,32	6	31,89	105,32	6	-	-
8	-	1.000,00	5,00	11,86	6	71,15	178,53	6	-	-
9	-	600,00	3,00	5,22	7	36,54	90,93	7	-	-
10	-	280,00	2,00	0,84	5	4,21	56,84	5	-	-
11	-	600,00	3,00	5,01	12	60,10	55,01	12	-	-
12	-	400,00	2,00	3,54	6	21,26	70,21	6	-	-
13	-	450,00	2,25	3,86	8	30,90	60,11	8	-	-
14	-	250,00	1,25	2,15	8	17,17	33,40	8	-	-
15	-	600,00	3,00	5,32	6	31,89	105,32	6	-	-
16	-	600,00	3,00	5,32	6	31,89	105,32	6	-	-
17	-	1.000,00	5,00	11,86	6	71,15	178,53	6	-	-
18	-	650,00	3,25	7,58	7	53,03	100,43	7	-	-
19	-		2,25	3,80	10	37,95	48,80	10	-	-

ORDEM	CLIENTE	VAL.SOLICIT.	TAC	JUROS/MÊS	QD. PARCELAS	RENDIMENTOS	VAL. D. PARCELA	PARC. PAGAS	VALOR PAGO	VALOR A PAGAR
20		600,00	3,00	5,32	6	31,89	105,32	6		
21		600,00	3,00	5,32	6	31,89	105,32	6		
22		800,00	4,00	7,27	5	36,36	167,27	5		
23		-	-	-	0	-	-	0		
24		-	-	-	0	-	-	0		
25		-	-	-	0	-	-	0		
26		-	-	-	0	-	-	0		
27		-	-	-	0	-	-	0		
28		-	-	-	0	-	-	0		
29		-	-	-	0	-	-	0		
30		-	-	-	0	-	-	0		
31		-	-	-	0	-	-	0		
32		-	-	-	0	-	-	0		
33		-	-	-	0	-	-	0		
34		-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL		13.280,00	67,00	122,48	-	856,57	2.111,93	-		

ANEXO H – Operações de crédito produtivo do Banco Dos Cocais - 2015.

ORDEM	CLIENTE	VALOR SOLICIT.	TAC	JUROS/MÊS	QD. PARCELAS	RENDIMENTOS	VAL. DA PARCELA	PARC. PAGAS	VALOR PAGO	VALOR A PAGAR
1	-	1.000,00	5,00	8,86	6	53,15	175,53	4	-	-
2	-	450,00	2,25	3,80	10	37,95	48,80	10	-	-
3	-	600,00	1,80	5,45	5	27,27	125,45	1	-	-
4	-	300,00	-	2,83	4	11,33	77,83	4	-	-
5	-	400,00	-	3,43	8	27,47	53,43	0	-	-
6	-	700,00	3,50	5,90	10	59,04	75,90	0	-	-
7	-	450,00	2,25	3,86	8	30,90	60,11	0	-	-
8	-	1.000,00	-	8,43	10	84,34	108,43	4	-	-
9	-	800,00	4,00	7,09	6	42,52	140,42	1	-	-
10	-	500,00	-	4,22	10	42,17	54,22	2	-	-
11	-	380,00	-	3,59	4	14,36	98,59	3	-	-
12	-	450,00	-	3,54	4	14,15	116,04	1	-	-
13	-	450,00	2,25	3,86	8	30,90	60,11	5	-	-
14	-	650,00	-	5,48	10	54,82	70,48	2	-	-
15	-	150,00	-	-	4	-	37,50	0	-	-
16	-	800,00	-	6,75	10	67,47	86,75	1	-	-
17	-	500,00	-	4,29	8	34,34	66,79	4	-	-
18	-	480,00	2,40	4,12	8	32,96	64,12	0	-	-
19	-	400,00	2,00	3,54	6	21,26	70,21	6	-	-

ORDEM	CLIENTE	VALOR SOLICIT.	TAC	JUROS/MÊS	QD. PARCELAS	RENDIMENTOS	VAL. DA PARCELA	PARC. PAGAS	VALOR PAGO	VALOR A PAGAR
20	-	600,00	-	5,01	12	60,10	55,01	4	-	-
21	-	600,00	-	5,32	6	31,89	105,32	1	-	-
22	-	800,00	-	6,96	7	48,71	121,24	1	-	-
23	-	1.000,00	-	11,26	6	67,54	177,92	0	-	-
24	-	600,00	-	5,32	6	31,89	105,32	0	-	-
25	-	450,00	-	3,80	10	37,95	48,80	0	-	-
26	-	800,00	4,00	6,96	7	48,71	121,24	6	-	-
27	-	800,00	-	6,96	7	48,71	121,24	0	-	-
28	-	800,00	4,00	7,09	6	42,52	140,42	6	-	-
29	-	450,00	-	4,09	5	24,54	94,09	5	-	-
30	-	800,00	4,00	6,87	8	54,94	106,87	8	-	-
31	-	450,00	2,25	3,86	8	30,90	60,11	8	-	-
32	-	450,00	2,25	1,35	5	6,77	91,35	5	-	-
33	-	1.000,00	5,00	11,86	6	71,15	178,53	5	-	-
34	-	600,00	-	5,15	8	41,20	80,15	-	-	-
35	-	800,00	2,00	6,96	7	48,71	121,24	7,00	-	-
TOTAL		21.460,00	48,95	187,86	-	1.382,63	3.319,56	-	-	-